

Análise do Discurso: Passado, Presente e Futuro

15 anos dos Estudos Discursivos no PPGLETRAS-UFV



Organizadores:

Rony Petterson Gomes do Vale
Mônica Santos de Souza Melo
Cristiane Cataldi dos Santos Paes
Ana Carolina Gonçalves Reis
Mariana Ramalho Procópio

 editora
PATHOS



UFV
Universidade Federal
de Viçosa



Análise do Discurso: Passado, Presente e Futuro

15 anos dos Estudos Discursivos no PPGLETRAS-UFV

Organizadores:

Rony Petterson Gomes do Vale
Mônica Santos de Souza Melo
Cristiane Cataldi dos Santos Paes
Ana Carolina Gonçalves Reis
Mariana Ramalho Procópio

Teresina, 2024

Copyright © do autor

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos do autor.

FICHA CATALOGRÁFICA

V149a VALE, Rony Petterson Gomes do
Análise do Discurso: Passado, Presente e Futuro - 15 anos dos Estudos Discursivos no PPGLETRAS-UFV / organizadores: Rony Petterson Gomes do Vale, Mônica Santos de Souza Melo, Cristiane Cataldi dos Santos Paes, Ana Carolina Gonçalves Reis, Mariana Ramalho Procópio. Volume 1. Teresina: Editora Pathos, 2024.
217p.
ISBN 978-65-85696-05-0.
1. Análise do Discurso. 2. Linguística. 3. Imaginários Sociodiscursivos. 4. Teoria Semiolinguística. 5. Recontextualização.

CDD 400

Revisão Linguística

Anna Clara Arcanjo Fonseca

Diagramação, capa e projeto gráfico:

Vinicius Alves

Conselho Editorial:

Argus Romero Abreu de Moraes (UFSJ); Bruna Toso Tavares (UEMG); Carlos Ângelo de Meneses Sousa (UCB); Edmilson José de Sá (UPE); Ida Lúcia Machado (UFMG); João Benvindo de Moura (UFPI); Ivanete Bernardino Soares (UFOP); Márcio Rogério de Oliveira Cano (UFLA); Max Silva da Rocha (UNEAL); Rony Petterson Gomes do Vale (UFV); Rosane Monnerat (UFF).

Sumário

6 Agradecimentos

7 Prólogo

8 Apresentação

12 **A construção do ethos no discurso político: o voto do Deputado-Pastor Henrique Vieira a respeito do PL 5167/09, que trata da união civil homoafetiva**

Denise de Souza Assis
Mônica Santos de Souza Melo

26 **Argumentação e Semiologia: aspectos teóricos e metodológicos**

Leonardo Coelho CORRÊA-ROSADO
Mônica Santos de Souza MELO

48 **Uma epidemia discursiva: análise dos imaginários sociodiscursivos sobre HIV**

Robson Evangelista dos SANTOS FILHO
Mariana Ramalho PROCÓPIO

67 **Análise semiológica dos Minimanuais de Jornalismo Humanizado: considerações sobre contrato de comunicação, sujeitos da linguagem e estratégias discursivas**

Isac Oliveira GODINHO
Mariana Ramalho PROCÓPIO
Ana Carolina Gonçalves REIS

82 **Letramento e divulgação científica: o ensino de escrita na EJA**

Leilane Morais OLIVEIRA
Cristiane CATALDI dos Santos Paes

- 104** **Podcast(Ing) político: a entrevista de Lula a Mano Brown em uma perspectiva semiolinguística**
Douglas Ribeiro de MOURA
- 122** **O difemismo como estratégia de aproximação entre a ciência e o leitor da Superinteressante**
Carlos Alexandre Molina NOCCIOLI
Cristiane CATALDI dos Santos Paes
- 144** **O sujeito intencional na *mise en scène* do discurso criminalizável: estratégias linguístico-discursivas como marcas de intencionalidade**
Welton Pereira e SILVA
- 166** **A Mulher na História Politicamente Incorreta da República Brasileira**
Layla Tonon REIS
Rony Petterson Gomes do VALE
- 189** **A temática da Morte e suas representações em memes durante a pandemia**
Bruna Kelly de Oliveira SOUZA
Rony Petterson Gomes do VALE
Ana Carolina Gonçalves REIS
- 213** **Sobre os autores**

Agradecimentos

Este trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 – por meio de recursos do PDPG Emergencial CAPES- PPGLETRAS- UFV.

Aproveitamos para agradecer também a todos os autores que contribuíram com seus textos e a todos os envolvidos na preparação, revisão e editoração deste livro.

Prólogo

*Quem controla o passado controla o futuro;
quem controla o presente controla o passado!*

Utopias à parte, o lema do Partido, em 1984, atenta para a preocupação com o desenrolar do tempo e com o poder das formas de retrospectção e prospecção que nós, seres humanos e sujeitos da linguagem, desenvolvemos por meio do “discurso”: elemento fundamental não somente para a fixação das memórias passadas, mas também para as deliberações imediatas e para as projeções futuras. Diante disso, não nos surpreende o fato de que uma disciplina da Linguística como a Análise do Discurso se apresente, ao mesmo tempo, assim como Janus, com uma das suas faces voltada para trás (para o seu passado recente) e outra para frente (para os seus desdobramentos futuros). Porém, diferentemente do antigo deus, a Análise do Discurso mantém seus olhos, ouvidos e, porque não, boca(s) atentos ao que acontece aqui e agora (ou à ilusão que se possa ter dessa questão). Com isso, não queremos dizer que a Análise do Discurso é pancrônica, mas sim que ela está atenta às tramas dos discursos do passado e do presente, de modo a fazer com que o *olhar-leigo* (“olhar-leitor”, em Pêcheux) se torne apto a desvelar certos efeitos de sentido, oriundos desses discursos, no futuro.

Desse modo, surgiu nossa proposta de escritura deste livro que parte de um objetivo geral vislumbrado já há algum tempo de organizar uma publicação que nos possibilitasse reunir pesquisadores que adotam diferentes perspectivas e temáticas em Análise do Discurso. Com isso, pretendemos criar oportunidades de diálogos que propiciem não só identificar uma coesão, no conjunto de abordagens teóricas e metodológicas diversas, mas também refletir sobre o papel da Análise do Discurso frente aos múltiplos desafios que os tempos passados e atuais nos impuseram/impõem. Em termos específicos, intenta-se: 1) resgatar a história da linha de pesquisa *Estudos Discursivos* no PPGLETRAS/UFV, que em 2024 completa 15 anos, por meio da difusão de trabalhos desenvolvidos por docentes e egressos (ex-orientandos); e 2) apresentar um panorama do que vem sendo desenvolvido atualmente no campo dos Estudos Discursivos por grupos de pesquisa e docentes de outras instituições parceiras da Linha, a fim de se identificarem perspectivas para a prospecção dos Estudos Discursivos em termos de interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento.

Os organizadores
Viçosa-MG, outubro de 2024.

1 - ORWELL, G. 1984. 36 reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 47.

Apresentação

Imitar, de acordo com Aristóteles, é natural do homem²; porém, diferentemente dos demais animais, conseguimos, além de aprender como nos portar em situações repetidas ou semelhantes, fazer adaptações do conhecimento adquirido a situações novas e inusitadas. Com efeito, imitar não é (somente) “copiar” o outro; é também se “espelhar”, seguir os passos daqueles que vieram antes de nós... e, se houver falhas (e elas acontecem muitas vezes), pelo menos mostrarmos que absorvemos alguma fragrância, alguma característica da virtude ou da sabedoria dos grandes, pois:

[...] ao caminhar quase sempre pelas vias desbravadas por outrem e os imitar, e como não é possível imitar completamente a via de outrem, nem atingir a virtude daqueles que se imita, *deve um homem prudente [e sábio] percorrer sempre a via dos grandes homens, aqueles que são excelentíssimos para imitar, de forma que, se não chega a ti a virtude deles, aos menos chegará algum odor* (Maquiavel, 2012, p. 71 – grifos nossos)³.

E, desse modo, criar algo relativamente novo a partir do conhecimento antigo. É assim que concebemos os pesquisadores e os trabalhos aqui reunidos: não são meras imitações dos trabalhos dos grandes analistas do discurso, mas sim pesquisas que, apesar de utilizarem teoria e método já reconhecidos e eficazes, se depararam com novas dificuldades, novos desafios, novos objetos, novos *corpora*... e que, por isso mesmo, contribuem de modo diferente (e diferenciado), de forma efetiva, para a compreensão e a interpretação dos diferentes tipos de discurso, assim como dos seus efeitos de sentido em nossa época e em nossa sociedade, expandindo, portanto, o alcance da teoria e do conhecimento.

Assim, no que se segue, apresentaremos um resumo dos trabalhos aqui reunidos; no entanto, iniciaremos essa apresentação deste livro de modo um pouco peculiar, não pelo capítulo 1, numa estratégia retórica que ao fim se explicará. Com efeito, no capítulo 2, Leonardo Gomes Corrêa-Rosado e Mônica Santos de Souza Melo propõem uma síntese de como a argumentação é abordada pela Teoria Semiolinguística. Nesse ensaio, busca-se apresentar, organizar e explicar os fundamentos lógicos, retóricos e argumentativos presentes em diversas publicações de Patrick Charaudeau, de modo a auxiliar as investigações tanto dos jovens pesquisadores em Análise do Discurso como daqueles interessados na relação entre a Análise do Discurso, a Retórica e as Teorias da Argumentação.

2 - ARISTÓTELES. *Poética*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

3 - MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. São Paulo: Martin Claret, 2012.

No capítulo 3, Robson Evangelista dos Santos Filho e Mariana Ramalho Procópio apresentam os principais resultados e discussões de uma pesquisa que teve como objetivo investigar os imaginários sociodiscursivos a respeito do HIV/Aids e examinar como eles são mobilizados na contemporaneidade. A partir da Teoria Semi linguística, foram analisados vídeos do canal HDiário, no YouTube, no qual Gabriel Comicholi narra as suas vivências com vírus HIV. Foi possível encontrar, nesse conteúdo, diversos imaginários que – ora refutados, ora reforçados – ainda se fazem presentes atualmente, apesar dos mais de 40 anos do início da epidemia de HIV/Aids na década 1980, evidenciando o que pode ser compreendido como uma epidemia discursiva.

No capítulo 4, Isac Oliveira Godinho, Mariana Ramalho Procópio e Ana Carolina Gonçalves Reis desenvolvem uma análise discursiva de um conjunto de Minimanuais de Jornalismo Humanizado produzido pelo coletivo Think Olga, partindo dos conceitos teórico-metodológicos da Teoria Semi linguística, de Patrick Charaudeau. Focando nas estratégias discursivas utilizadas pela ONG para construir seu projeto de fala, evidencia-se que os manuais mobilizam a identidade social e o histórico de engajamento em causas sociais da Think Olga, bem como informações profissionais de coautores e colaboradores para conferir credibilidade ao produto. De fato, essa estratégia também é apontada pelo uso de excertos extraídos de veículos de comunicação, que funcionam como prova de verdade.

No capítulo 5, Leilane Morais Oliveira e Cristiane Cataldi dos Santos Paes apresentam os resultados de um estudo de caso desenvolvido no Núcleo de Educação de Adultos (NEAD) da Universidade Federal de Viçosa junto a uma turma – dos anos finais do Ensino Fundamental – em contexto de aprendizagem da Língua Portuguesa como idioma materno. Ligada às bases teóricas dos Novos Estudos de Letramento e da Análise do Discurso da Divulgação Científica, a pesquisa objetivou verificar os procedimentos linguístico-discursivos utilizados pelos alunos participantes na recontextualização de informações científicas para a produção do gênero discursivo *carta ao leitor* após a aplicação de uma Sequência Didática. A análise dos dados possibilitou, então, constatar que os procedimentos de expansão e variação foram os que se destacaram nos textos redigidos pelos estudantes.

No capítulo 6, Douglas Ribeiro de Moura, em uma abordagem qualitativa e de categoria descritiva a partir da Teoria Semi linguística, analisa a situação de comunicação de uma entrevista concedida pelo então ex-presidente Lula ao podcast *Mano a Mano*, conduzida pelo rapper Mano Brown, em setembro de 2021. Constatou-se que a entrevista de Lula a Mano Brown em um podcast é a sinalização de um processo corrente de midiatisação do domínio político: um novo modelo de mídia voltado aos anseios de um consumo individualizado e de uma personalização dos interesses dos cidadãos, entre os quais se encontra o próprio universo político, numa sociedade politicamente polarizada como a nossa.

No capítulo 7, Carlos Alexandre Molina Noccioli e Cristiane Cataldi dos Santos Paes buscam lançar luz sobre como a mídia impressa brasileira constrói as representações sobre temas tradicionalmente vistos como *tabu*. Sob o arcabouço teórico-metodológico da Análise do Discurso da Divulgação Científica, associado à Teoria das Representações Sociais, os autores analisam o tratamento linguístico-discursivo dado às informações acerca de tópicos temáticos relacionados a questões sexuais. Para tanto, elegeram-se uma reportagem da revista brasileira *Superinteressante*, procurando investigar como o conhecimento em questão é representado socialmente ao se considerar a linha editorial da revista. Foram identificadas no texto analisado diversas ocorrências do procedimento linguístico-discursivo de *variação*, cujo emprego esteve relacionado à tentativa de se promover uma maior aproximação com o leitor. Embora a temática abordada tenha sido relativa a questões consideradas *tabu*, a maior parte das variações não foram empregadas em vista da modalização eufêmica da linguagem. Ao contrário, constituíram-se mais provocações de difemismos para se gerar humor, por meio de trocadilhos, ambiguidades e paródia.

No capítulo 8, Welton Pereira e Silva discorre sobre as noções de intenção e intencionalidade sob uma perspectiva pragmático-discursiva, objetivando contribuir para a reflexão acerca da intenção como constituinte do dolo em um discurso criminalizável. Por sua natureza aplicada ao âmbito jurídico, o trabalho se situa na Linguística Forense, lançando mão, principalmente, do aporte teórico da Teoria Semiolinguística do Discurso. As observações a partir da análise de uma transcrição de gravação de golpe do falso sequestro e de uma carta de ameaça apontam para a possibilidade de essa abordagem contribuir em investigações acerca da intencionalidade criminosa em um delito cometido por meio da língua como discurso.

No capítulo 9, Layla Tonon Reis e Rony Petterson Gomes do Vale buscam compreender a construção discursiva da representação da mulher no contexto ficcional do *Guia politicamente incorreto dos presidentes da República*, de Paulo Schmidt, a partir do aparato teórico-metodológico da Teoria Semiolinguística. Com efeito, esboça-se, primeiramente, um breve panorama da presença da mulher ao longo dos principais períodos republicanos do Ocidente (Antiguidade Clássica; Revoluções Americana e Francesa; Brasil-República), conforme a historiografia tradicional. Em seguida, discute-se a definição para o politicamente incorreto e o seu funcionamento no *Guia*. A partir da análise empreendida, a representação da mulher no *Guia* é identificada e explicada pelo contraste com a percepção da representação das outras personagens (papéis sociais e imaginários sociodiscursivos) e pela descrição das propriedades enunciativas das próprias personagens femininas, isto é, dos *ethé*.

No capítulo 10, Bruna Kelly de Oliveira Souza, Rony Petterson Gomes do Vale e Ana Carolina Gonçalves Reis analisam discursivamente as estratégias de representação da morte durante a pandemia da covid-19 no Brasil, um período marcado por perdas significativas e um frequente medo da morte. Como forma de enfrentar esse cenário, o

Brasil apresentou um aumento no uso das redes sociais para compartilhar informações sobre a doença e seus aspectos, sobretudo, por meio da circulação de memes. Assim, utilizando como *corpus* memes coletados no Facebook, a abordagem analítica aqui se fundamenta nos pressupostos teóricos e metodológicos da Teoria Semiolinguística. Os resultados indicam uma abordagem eufêmica da morte, com um enfoque recorrente em criar humor por meio de alusões e associações indiretas.

Por último (mas não por fim!), Denise de Souza Assis e Mônica Santos de Souza Melo, no capítulo 1, realizam uma análise linguístico-discursiva das estratégias argumentativas adotadas e das imagens projetadas pelo pastor e deputado federal Henrique Vieira em seu voto na Câmara dos Deputados sobre o Relatório contrário ao Projeto de Lei 5167/09, que trata da possibilidade de duas pessoas do mesmo sexo constituírem união homoafetiva por meio de contrato em que disponham sobre suas relações patrimoniais. O estudo possibilita identificar o uso de alguns procedimentos discursivos e semânticos que visam desqualificar o parecer do Relator, evidenciando tanto a inconstitucionalidade quanto transgressão a princípios morais, especialmente ao respeito às liberdades fundamentais, notadamente, às dos indivíduos, e à laicidade do Estado. Esses procedimentos se associam à construção de uma imagem positiva do locutor, ligada, principalmente, ao *ethos* de identificação, colaborando para consolidar uma imagem de solidariedade e de caráter do deputado Henrique Vieira. O trabalho traz uma reflexão sobre os discursos de resistência que se levantam contra a onda conservadora que alimenta o populismo e que pode fortalecer movimentos que ameaçam o Estado laico – como a Teologia do Domínio.

Sobre esse “último trabalho”, cabem algumas palavras: ele é um belo presente que o destino nos legou e que marca o fim da passagem entre nós de Denise. Ela que, na manhã do dia dos namorados de 2024, enveredou pelos caminhos da eternidade. Ficamos tristes? Com toda certeza. Todavia, parafraseando o Mestre Yoda, não devemos nos entristecer eternamente com a partida daqueles de quem gostamos, pois seres de luz somos. Sentir saudade, sim, mas continuar devemos a viver, a trabalhar e a pesquisar. E o texto de Denise aqui é isto: o registro de uma pessoa simples que realizou/realizava o sonho de ser professora e pesquisadora e que agora será lembrada com carinho *sempre* por aqueles que tiverem a oportunidade de ler o nosso livro.

Para você, Denise,
in memoriam

A construção do ethos no discurso político: o voto do Deputado-Pastor Henrique Vieira a respeito do PL 5167/09, que trata da união civil homoafetiva

Denise de Souza Assis
Mônica Santos de Souza Melo

O objetivo central do nosso artigo é realizar uma análise linguístico-discursiva que descreva e interprete as estratégias argumentativas adotadas e imagens projetados pelo pastor e deputado federal Henrique Vieira em seu voto sobre o projeto em discussão na Câmara dos Deputados que visava proibir a união civil homoafetiva no Brasil. Almejamos, ainda, refletir sobre como o sujeito, por meio de seus papéis sociais – pastor e político – posiciona-se e visa, assim, convencer e persuadir aqueles presentes, como, também, todo o público, visto que se trata de um assunto estritamente importante na sociedade contemporânea, que gera diversas polêmicas. Para alcançar tais objetivos, recorreremos ao suporte teórico e metodológico da Teoria Semiolinguística do Discurso.

O discurso que tomamos como objeto de investigação tem como autor um deputado federal vinculado ao PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), partido de linha progressista, e consiste no voto proferido pelo deputado na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados (CPASF), em 06 de setembro de 2023,⁴ contra o parecer do Relator sobre o Projeto 5167/09, que trata da legalidade da união civil homoafetiva. O parecer se posiciona contrariamente à possibilidade de que as relações homoafetivas sejam legalmente equiparadas ao casamento civil. Esse parecer se contrapõe a uma decisão de 2011 do Supremo Tribunal Federal (STF), que garante a união estável entre casais homossexuais e também vai contra uma resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que determinou que cartórios realizassem casamentos de casais do mesmo sexo.

Resumindo o contexto a partir do qual o parecer em votação teve origem, trata-se de uma retomada do projeto de Lei nº 580, de 27 de março de 2007, de autoria do Deputado Federal Clodovil Hernandes - PTC/SP, que altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para dispor sobre o contrato civil de união homoafetiva. Tal projeto trata da possibilidade de duas pessoas do mesmo sexo constituírem união homoafetiva por meio de contrato em que disponham sobre suas relações patrimoniais. Esse projeto também prevê que o companheiro(a) homoafetivo participará da sucessão do outro, quanto aos bens adquiridos ao longo da união estável.

4 - Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=d1RvIKFLDvs>. Acesso em 14 abr. 2024.

A tramitação de tal projeto não avançou na Câmara dos Deputados. Porém, como se tratava de uma questão de interesse público, o tema foi levado à Procuradoria Geral da República, que protocolou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277, alegando que o não reconhecimento da união homoafetiva contrariava preceitos fundamentais da Constituição, como igualdade, liberdade e o princípio da dignidade da pessoa humana. A partir dessa decisão, o Supremo Tribunal Federal foi provocado a se pronunciar, tendo, em maio de 2011, equiparado, de forma unânime, as relações entre pessoas do mesmo sexo às uniões estáveis entre homens e mulheres, reconhecendo esse tipo de união como um núcleo familiar e assegurando a casais homossexuais os direitos previstos na Lei da União Estável (Lei nº 9.278/1996).

Recentemente, com o crescimento da “onda conservadora” do Congresso Nacional, particularmente depois das últimas eleições, parlamentares ligados a essa corrente tomaram a iniciativa de retomar o antigo projeto cuja tramitação não havia avançado, mas com o objetivo contrário da proposta original, isto é, visando à proibição da união civil homoafetiva no Brasil. Essa posição está expressa no parecer do Relator, Deputado Pastor Eurico, do qual recortamos alguns trechos

A Carta Magna brasileira estabelece em seu art. 226 que a família, base da sociedade, com especial proteção do Estado, reconhece a união estável como entidade familiar apenas entre homem e mulher. Nesse diapasão, qualquer lei ou norma que preveja união estável ou casamento homoafetivos representa afronta direta à literalidade do texto constitucional.

[...]

Não menos importante, o casamento é entendido como um pacto que surge da relação conjugal, e que, por isso, não cabe a interferência do poder público, já que o casamento entre pessoas do mesmo sexo é contrário à verdade do ser humano. O que se pressupõe aqui é que a palavra “casamento” representa uma realidade objetiva e atemporal, que tem como ponto de partida e finalidade a procriação, o que exclui a união entre pessoas do mesmo sexo.

O Brasil, desde sua constituição e como nação cristã, embora obedeça ao princípio da laicidade, mantém, na própria Constituição e nas leis, os valores da família, decorrentes da cultura de seu povo e do Direito Natural. Nesse sentido, toda lei feita pelos homens tem razão de lei porquanto deriva da lei natural.

[...]

Diante do exposto, algumas proposições não merecem acolhimento, não só por desvirtuarem a *mens legis* (vontade da lei), mas por não atenderem ao anseio social dominante, especialmente aquelas que pretendem incluir na lei a possibilidade ou a facilitação de união estável ou casamento entre pessoas do mesmo sexo. [...]⁵

5 - A íntegra do Relatório está disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2320715&filename=PRL+1+CPASF+%3D%3E+PL+580/2007. Acesso em 14 abr. 2024.

A retomada do antigo projeto e a possibilidade de retrocesso em relação às decisões estabelecidas pelo STF e já implementadas há mais de uma década geraram polêmica não só entre parlamentares, mas também entre a população e diversos setores da sociedade. Diante do debate instaurado, o Ministério Público Federal (MPF), por meio da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), emitiu, em 23 de setembro de 2023, uma nota pública⁶, apontando argumentos que evidenciavam a inconstitucionalidade desse projeto e solicitando sua rejeição e arquivamento, uma vez que representava um enorme retrocesso aos direitos e garantias fundamentais das pessoas LGBTQIA+. Apesar de todos os esforços, essa proposta foi aprovada na Comissão parlamentar responsável pelo seu julgamento, em 10 de outubro de 2023, tendo sido encaminhada para apreciação das Comissões de Direitos Humanos e de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

Aqui focalizamos uma das manifestações mais incisivas contra o retrocesso representado pelo parecer em questão, que é o voto do deputado Henrique Vieira na Comissão legislativa que era responsável pela avaliação da proposta.

Encontra-se subjacente a esse estudo a discussão em torno da crescente influência das igrejas no cenário político brasileiro. Embora o deputado Henrique Vieira seja também pastor evangélico, sua atuação representa um movimento de resistência à onda conservadora do Congresso Nacional Brasileiro, que conta com o apoio da chamada “Bancada da Bíblia” ou, para alguns, “Bancada Evangélica”, que tem defendido a aprovação de projetos ligados à pauta de costumes que, quase sempre, representam retrocessos em relação a algumas conquistas já obtidas em benefício de grupos minorizados.

Nosso texto se organiza em duas partes centrais: a primeira, constará de uma exposição a respeito do contexto e dos conceitos centrais que vão nortear nossa análise. A segunda constará de uma descrição e análise dos dados, do ponto de vista de sua organização argumentativa, tendo em vista os principais procedimentos argumentativos adotados, assim como a projeção do *ethos* do locutor.

O avanço do conservadorismo no Brasil e o papel da Bancada Evangélica

O conservadorismo subjacente ao texto em análise reflete uma ascensão do populismo de direita, no Brasil e no mundo. Charaudeau (2018) descreve alguns traços da chamada “matriz ideológica da Direita” (Charaudeau, 2018, p. 16), que norteia as ações do populismo de Direita. Primeiramente, a visão de que a natureza se impõe ao homem, sendo a desigualdade algo inerente à natureza humana. Nessa perspectiva, as relações de força e de dominação são naturais e devem ser mantidas. Esse posicionamento traz a defesa de certos valores conservadores, tais como a família, no modelo patriarcal; o trabalho pressupondo relações entre superiores e inferiores; a nação, fundadora do corpo social, vista como um patrimônio que precisa ser protegido de todo inimigo. Isso pode levar a comportamentos extremos, como a segregação e o autoritarismo.

6 - Disponível em: https://www.mpf.mp.br/pfdc/documentos-diversos/PGR0035139120230922_193342.pdf. Acesso em 19 abr. 2024.

De acordo com Souza (2016), que se apoia em Burke (2014), no conservadorismo há uma naturalização das relações que considera que a desigualdade social é algo natural. Sendo assim, a tentativa de estabelecimento de igualdade entre os homens vai contra a ordem divina. Além disso, a luta pela igualdade seria responsável por uma degradação social, sendo que os responsáveis por esse processo são vistos como inimigos, o que justificaria “perseguições políticas, ideológicas, xenofóbicas e religiosas (...)” (Souza, 2016, p. 372), a pretexto de se preservarem os interesses da Nação. A esse respeito, Ferreira e Botelho (2010) afirmam:

É comum entre os conservadores a importância dada à religião; a valorização das associações intermediárias situadas entre o Estado e os indivíduos (família, aldeia tradicional, corporação) e a correlata crítica à centralização estatal e ao individualismo moderno; o apreço às hierarquias e a aversão ao igualitarismo em suas várias manifestações; o espectro da desorganização social visto como consequência das mudanças vividas pela sociedade ocidental. (Ferreira e Botelho, 2010, p. 11-12)

Essa visão conservadora, como veremos, norteia o parecer contra o qual o deputado Henrique Vieira vai se posicionar. Antes, porém, de discorrer a respeito desse parecer e do voto contrário a ele, vamos delinear alguns pressupostos teóricos relevantes para a nossa análise.

A argumentação na perspectiva semiolinguística

O voto parlamentar sobre o qual nos debruçamos nesse trabalho se pauta numa longa justificativa. Esse pronunciamento tem como sujeito comunicante um deputado legitimado para ocupar uma Comissão e com direito à fala, mas que também tem o papel social de pastor. Seu discurso tem como público-alvo os demais parlamentares membros da Comissão e o grande público que poderá acompanhar o voto pelas mídias.

Podemos dizer que não há uma obrigatoriedade de que o parlamentar justifique, explicitamente, seu voto, bastando que este expresse a sua posição contrária ou favorável a determinada proposta. Porém, é comum que os posicionamentos sejam acompanhados de uma argumentação que visa, primeiramente, a tentativa de convencer outros parlamentares a adotarem a mesma posição. Além disso, em tempos de redes sociais, é importante que os políticos produzam material que poderá ser reproduzido em seus canais digitais para consolidar e ampliar sua base política e eleitoral. Nesse sentido, consideramos que o voto em questão possui uma orientação argumentativa.

Para Charaudeau, a argumentação envolve três componentes obrigatórios: i. uma proposta sobre o mundo; ii. um sujeito que se engaje nessa proposta e iii. um outro que seja alvo dela. Sendo assim, a argumentação deve assumir diferentes contornos, tendo em vista o público à qual se destina, assim como a situação de comunicação envolvida e o conjunto de representações e conhecimentos partilhados pelos participantes do ato de linguagem. Assim, o sujeito que argumenta poderá recorrer a um conjunto de estratégias a fim de evidenciar que seu ponto de vista deve ser digno de confiança, que

consistem em procedimentos linguístico-discursivos e semânticos aos quais o falante pode recorrer. Essa regulação pode se dar também por um processo de identificação, relacionado à criação de uma imagem positiva do falante (construção de *ethos*) ou por um processo de dramatização, por meio do apelo ao sentimento do outro (recurso patêmico). Aqui vamos priorizar procedimentos argumentativos e a construção de uma imagem positiva do locutor.

Considerações sobre o *ethos*: da Retórica à Análise do Discurso

Diante do nosso objeto de análise, assim como do contexto que circunda sua produção, compreendemos a importância das categorias aqui acionadas, principalmente, quando falamos de *ethos*. Essa noção é, segundo Charaudeau (2006), extremamente importante para o discurso político, na medida em que, ao ser inserido nessa prática social, o sujeito falante deseja se tonar crível e convincente, elencando, para isso, imagens positivas de si, que servirão de ferramentas para a construção da sua credibilidade. Além disso, Assis e Melo (2017) ratificam que esse conceito faz o mesmo efeito quando se fala em discurso religioso, uma vez que a figura que representa a instância religiosa também precisa se fazer convencer diante daqueles que estão o ouvindo. Assim, Henrique Vieira, mediante o uso de suas identidades política e religiosa, ao se posicionar contrário à nulidade do casamento homoafetivo, projeta imagens de si que vão ao encontro do que diz Charaudeau (2006), buscando, dessa forma, se manter digno de fé diante de seus interlocutores.

O conceito de *ethos* advém da Retórica Antiga, cunhado por Aristóteles. Nessa época, o autor deixava claro que uma argumentação só poderia ser efetiva se visasse à persuasão do cidadão. E esse convencimento deveria acontecer por meio da razão (*logos*), da emoção (*pathos*) e da construção de uma imagem positiva de si (*ethos*). Devido a isso, o autor trouxe o que pode ser definido como tríade argumentativa: o *logos*, o *ethos* e o *pathos*. Até chegar à Análise do discurso (AD), esses conceitos também foram amplamente utilizados pela Psicologia e pela Psicologia Social. Nesse interím, Amossy (2018) mostra como eles, principalmente o *ethos*, foram importantes para os estudos de Goffman, que amplia o significado da noção, mostrando que a projeção de uma imagem positiva de si não deve fazer parte apenas do cotidiano, mas da vida social como um todo, estabelecendo, assim, um intercâmbio social dentro de um dito contexto social. Ao ampliar esse conceito, Goffman não o limita apenas à palavra, mas evidencia que marcas e valores sociais, tais como comportamentos, posicionamentos, vestimentas e, até mesmo, gestos devem ser levados em conta quando alguém deseja projetar uma imagem que seja digna de credibilidade.

Amossy (2018) também sustenta que foram muitas as reformulações sofridas por esta noção até ser adaptada por Dominique Maingueneau aos estudos discursivos. A autora esclarece que Maingueneau optou por um viés mais Goffmiano ao mostrar que o *ethos* não estava ligado apenas à oralidade, expandindo essa noção para todas as práticas sociais. Nesse sentido, o autor deixa claro que a noção de *ethos* não está

centrada apenas no que é dito, mas, sobretudo naquilo que é mostrado. Foram pelos estudos de Maingueneau, ainda, que ficou claro que essa construção de uma imagem pode ser feita pelo próprio destinatário, uma vez que seu conhecimento acerca de quem o falante é pode fazer com que haja uma projeção dessa figura antes mesmo que ela profira o seu discurso.

Dessa forma, quando se sabe sobre a filiação do político em questão, sobre seus posicionamentos político-ideológicos e, até mesmo, sobre sua vida afetiva e íntima, o falante já pressupõe uma imagem prévia daquele que está falando. O mesmo pode acontecer com o religioso, já que sua vertente religiosa, os dogmas e crenças, também já servem para induzir uma pré-imagem do falante. Tal questão é definida por Maingueneau (2006) como *ethos* pré-discursivo, ou seja, aquele *ethos* que precede o discurso do falante e é construído pelo auditório anteriormente à sua fala. O analista do discurso, contudo, expõe que nem sempre o *ethos* é realmente efetivado, pois ele pode ter um efeito não desejado, ou seja, um político que se mostra muito afetivo, alegre e sorridente pode ser confundido pelo público como um demagogo. Completando a ideia do conceito estudado, Maingueneau (2022) assume que o *ethos* integra-se por uma maneira de dizer que, também, é uma maneira de ser, assim, a persuasão e o convencimento estão relacionados à forma como o auditório vê o discurso, levando em consideração fatores históricos, sociais e morais.

No que diz respeito aos estudos de Charaudeau (2006) sobre o *ethos*, o analista do discurso é enfático ao dizer que esse conceito remete ao falante, pois “permite ao orador parecer “digno de fé”, mostrar-se fidedigno, ao fazer prova de ponderação, de simplicidade sincera, de amabilidade”. (Charaudeau, 2006, p.113). Desse modo, pelo *ethos*, o falante almeja causar uma boa impressão ao seu auditório, persuadindo-o e convencendo-o. Para Charaudeau (2006), por meio dessa projeção positiva de si, o sujeito aparece diante do outro portando uma identidade psicológica e social que lhe foi atribuída; mas, também, se coloca sob a identidade discursiva que ele constrói para si mesmo. Fica claro, então, que o significado das palavras depende tanto daquilo que se diz quanto daquilo que se é. Logo, segundo Charaudeau (2006), o *ethos* é fruto dessas duas identidades, mas, ao final, funde-se em apenas uma. Assim, o autor indaga que é difícil não pensar que essa imagem construída não é de fato quem o falante realmente é. Sobre isso, o autor ressalta que

o *ethos* não é totalmente voluntário (grande parte dele não é consciente), tampouco necessariamente coincidente com o que o destinatário percebe, reconstruído ou construído; o destinatário pode muito bem construir um *ethos* do locutor que este não desejou, como frequentemente acontece na comunicação política. (Charaudeau, 2006, p. 116).

Charaudeau (2006) também salienta que o *ethos* pode ser visto como o resultado de uma comunicação social, linguístico e psicossocial, dependente daqueles julgamentos que os componentes de um grupo fazem um dos outros. Além disso, segundo o linguista,

não é possível fazer uma cisão que separe *ethos* e as ideias, pois é a partir da forma como elas se apresentam que as imagens também são construídas. Continuando sua exposição sobre o conceito, Charaudeau (2006) deixa claro que para se ter uma comunicação efetiva, o sujeito precisa ser “crível e suporte de identificação de sua pessoa” (Charaudeau, 2006, p.118). Nesse contexto, sabe-se que tanto o político quanto o religioso precisam se fazer crer, pois senão as práticas a que estão ligados ou os discursos que proferem não serão efetivos; precisam também se consagrar como suporte de identificação do outro com a sua imagem, uma vez que para que alguém adira aos seus posicionamentos, ele precisa aderir a quem você é.

A partir das ideias discutidas, Charadeau (2006) traz à tona os *ethé* de credibilidade e de identificação que servem como categoria de análise não só para o âmbito político, mas para as diversas práticas sociais a que temos contato na contemporaneidade. Segundo Maia (2006), tais *ethé* são “duas ordens de valores (razão e afeto) imprescindíveis ao projeto de fala do ator político, constituindo dois polos nos quais diversas figuras aglutinam-se com vistas à elaboração de uma identidade política, com a qual o sujeito político se constrói”. (Maia, 2006, p. 87). Tal pensamento portanto, corrobora a ideia de credibilidade e identificação proposta por Charaudeau.

A credibilidade, de acordo com Charaudeau (2006), faz parte do que é construir uma identidade discursiva do falante que o fará ser digno de fé e respaldo; trata-se, então, de uma marca identitária crucial na propagação da palavra política, mas também na prática religiosa, já que tanto um pastor quanto um deputado federal, por exemplo, querem ser reconhecidos como verdadeiros em sua fala, já que, na maioria das vezes, falam para convencer. Para que essa característica seja realmente integrada em seu discurso, o pesquisador afirma que o sujeito que diz algo precisa atender às condições de sinceridade, de performance e de eficácia, pois elas irão construir as imagens de sério, de virtuoso e de competente, as quais transmitem a ideia de credibilidade que o falante necessita para ser aceito e, conseqüentemente, convencer a outrem.

Em relação à identificação, Charaudeau (2006) afirma que se trata de um *ethos* de uma definição mais complicada, já que perpassa o sujeito enquanto pessoa e profissional. Tais *ethé* que integram essa condição estão ligados, principalmente, ao estrato da emoção, o que faz com que o falante convença a partir de imagens ligadas à afetividade; questão bastante utilizada tanto no âmbito político quanto religioso, em que muitas vezes, o sensacionalismo pode ser empregado como fonte de persuasão. Segundo o linguista, para que os *ethé* de identificação sejam projetados nos discursos, os sujeitos falantes precisam apresentar imagens de potência, de caráter, de inteligência, de humanidade, de solidariedade e, por fim, a imagem de chefe, que está relacionada ao lado profissional do falante, correspondendo, assim, não apenas ao seu dizer, mas principalmente ao seu agir.

Vimos, então, como a propagação dessas imagens é importante para que o ato de linguagem se torne efetivo e para a projeção do falante no discurso. Dessa forma, identificá-las e analisá-las permite compreender como Henrique Vieira se posiciona

diante de questões político-ideológicas importantes para a vida pública, deixando em evidência não apenas sua identidade política, mas também a religiosa.

O quadro resumido acima norteará a descrição e análise dos nossos dados.

Descrição e análise

Como antecipamos na introdução desse artigo, nosso objeto de estudo será o voto emitido pelo deputado Henrique Vieira, posicionando-se contrariamente ao parecer do relator, que veta a união civil de casais homoafetivos. Para isso, fizemos a transcrição da fala do deputado e, em seguida, descrevemos sua organização argumentativa, considerando, especialmente, os procedimentos argumentativos e a imagem de si projetada pelo locutor.

No seu voto, a proposta do deputado Henrique é que o Relatório do deputado pastor Eurico, que é contrário à legalização da união civil homoafetiva, se baseia em princípios ilegais e inconstitucionais, representando uma ameaça para parte da população.

Ao votar contrariamente ao parecer do Relator, Henrique Vieira recorre a algumas estratégias argumentativas, especialmente a procedimentos discursivos e semânticos para embasar seu voto. Seus argumentos são reforçados pela proposição de uma imagem positiva de si ao longo do seu discurso.

Destacaremos alguns procedimentos discursivos e semânticos recorrentes no voto em análise.

Abordando a princípio os chamados procedimentos discursivos, destacamos que esses consistem, segundo Charaudeau (2008), na utilização de certas categorias de língua ou procedimentos dos outros modos de organização para, no âmbito de uma argumentação, a produção de efeitos de persuasão.

Um dos procedimentos discursivos empregados pelo locutor é a citação. Esse procedimento que, segundo Charaudeau (2008), participa do fenômeno linguístico normalmente conhecido como “discurso relatado”, é aqui empregado não apenas para descrever o que foi dito ou escrito em determinada ocasião, mas também para produzir na argumentação um efeito de autenticidade, funcionando ora como uma fonte de um saber (quando se trata da decisão do STF) ora como objeto de contestação (quando se faz referência ao parecer do Relator).

Ao iniciar sua fala, Henrique Vieira traz uma paráfrase da decisão do STF, nos seguintes termos:

O STF interpretou o artigo 1732 do Código Civil à luz de princípios constitucionais, como dignidade da pessoa humana, pluralismo como valor socio-político-cultural, a liberdade e a autonomia de cada indivíduo para dispor de sua sexualidade, o direito à intimidade e à vida privada e a promoção do bem de todos como objetivo constitucional. Ou seja, o STF entendeu que esses princípios constitucionais são fundamentais e devem orientar o Código Civil.

Essa referência é usada para evidenciar aquilo que o pastor considera uma fragilidade jurídica do parecer. Recorrendo à interpretação da Suprema Corte do país, o deputado procura respaldar o entendimento de que a união civil homoafetiva está em consonância com os princípios constitucionais. A partir daí, são retomados trechos do parecer que está sendo colocado em questão:

O relator do projeto, na minha opinião, com muita fragilidade jurídica tecnicamente muito ruim o parecer, ele usa o termo “simples hermenêutica” e a literalidade do texto constitucional. Eu tenho muita tranquilidade de que isso não permanecerá de pé do ponto de vista jurídico e constitucional, porque a “literalidade do texto constitucional” obedece a princípios constitucionais fundamentais e por esses princípios não há nenhuma vedação à união estável e ao casamento civil entre pessoas do mesmo sexo

Ao confrontar o parecer do Relator à decisão do STF, Vieira evidencia uma ausência de embasamento técnico do parecer, desqualificando a interpretação que este faz da Constituição, uma vez que essa leitura da Carta Magna deveria se pautar em princípios fundamentais ligados à dignidade humana e autonomia individual a partir dos quais não se pode vedar a união estável entre pessoas do mesmo sexo.

Adotando ainda o procedimento da citação, o deputado Henrique explicita em outros momentos de sua fala o conteúdo do parecer, a fim de desconstruir a argumentação que o fundamenta:

Eu vou abrir aspas aqui para o relator e é importante que a sociedade brasileira saiba o que está escrito. Ele diz assim: “Não menos importante o casamento é entendido como um pacto que surge da relação conjugal e que por isso não cabe interferência do poder pública, já que o casamento...” – atenção a isso – das pessoas do mesmo sexo é contrário à verdade do ser humano.” [...]

Depois ele diz: “O Brasil, desde sua constituição, e como nação cristã, embora obedeça aos princípios da laicidade, mantém na própria Constituição e nas leis os valores da família, decorrentes da cultura de seu povo e do direito natural.”

Ao citar essas passagens, o pastor se contrapõe ao Relatório, evidenciando que o pensamento no qual ele se inspira é responsável por políticas totalitárias de segregação, análogas às que motivaram, entre outras, a perseguição aos judeus e a escravização ao povo negro. O pastor se posiciona contra o princípio conservador que inspira o parecer, segundo o qual a desigualdade social é naturalizada. Além disso, denuncia, no texto do Relator, indícios da defesa de um supremacismo cristão que remete à chamada Teologia do Domínio⁷. Afirma Vieira:

Numa tacada só, senhor presidente, o relator diz que quem não é heterossexual é anti-natural. Ele produz uma espécie de sub-humano, e isso já matou muita gente na história. Ele também diz que há um cristianismo único. Ele fala em nome de todos os cristãos do mundo, fazendo desaparecer milhões de

7 - Para Cunha (2020), a Teologia do Domínio é “a busca da reconstrução da teocracia na sociedade contemporânea, no cumprimento da predestinação dos cristãos/ãs ocuparem postos de comando no mundo (presidências, ministérios, parlamentos, lideranças de estados, províncias, municípios, supremas cortes) – o domínio religioso cristão – para incidirem na vida pública” (Cunha, 2020, p. 18)

cristãos que não concordam com isso. Então ele produz a imagem do herege, certamente vai dizer que quem não concorda não é cristão de verdade. Pronto. Produziu o herege. Também já matou muita gente ao longo da história. E depois ele diz que o cristianismo que ele acredita deve se impor ao Estado, numa suposta maioria moral.

Constata-se, portanto, que as citações ao texto do Relator são usadas para evidenciar um não-engajamento do deputado Henrique às teses nele apresentadas.

Outro procedimento recorrente na justificativa do voto do deputado são comparações subjetivas que procedem a analogias (Charaudeau, 2008, p. 238) destinadas a produzirem no interlocutor uma evidência. Por meio dessas analogias, Vieira associa as teses defendidas no Relatório do Deputado Eurico a posturas totalitárias, fascistas e nazistas:

Então vamos lá: a partir de um preceito moral supostamente religioso, se busca não reconhecer o direito de determinadas pessoas. Esse mesmo procedimento mental e moral ao longo da história proibiu o voto das mulheres, justificou a escravização sobre o povo negro, proibição do casamento racial, o apartheid racial e as leis segregacionistas, a perseguição aos judeus.

Esse relatório produz o sub-humano, o herege e o subcidadão. Isso aqui é fascismo. Isso aqui reproduz uma lógica neonazista.

Essa comparação, associada ao modo de encadeamento da consequência, produz um raciocínio segundo o qual um comportamento que no passado levou a consequências nefastas, pode, atualmente, produzir os mesmos efeitos. Essa estrutura revela a gravidade do pensamento defendido pelo relator, explicitando que ele se insere num projeto ideológico que pode causar perseguições, intolerância e, em última instância, mortes. Trata-se de uma proposta que se fundamenta na discriminação e incentiva práticas de violência contra grupos minorizados.

o relator diz que quem não é heterossexual é anti-natural. Ele produz uma espécie de sub-humano, e isso já matou muita gente na história.

E depois ele diz que o cristianismo que ele acredita deve se impor ao Estado, numa suposta maioria moral. Então ele cria o subcidadão. Isso já matou muita gente ao longo da história

Então ele produz a imagem do herege, certamente vai dizer que quem não concorda não é cristão de verdade. Pronto. Produziu o herege. Também já matou muita gente ao longo da história

Ao repetir várias vezes o enunciado “isso já matou muita gente”, o discurso potencializa o sentimento de medo entre os interpretantes do discurso, sugerindo que a aprovação dessa proposta se insere num projeto maior que ameaça a integridade de parte da população.

A acumulação é outro procedimento empregado pelo deputado, que consiste em utilizar vários argumentos para servir a uma causa. Por meio de uma sequência de expressões qualificativas, procura-se impor uma verdade a respeito do objeto descrito.

Temos, no discurso de Vieira, seqüências que opõem o conteúdo do Relatório (“Se trata da apropriação da experiência religiosa por um projeto fanático, extremista, intolerante, insensível, anti-democrático, desamoroso e violento”) à ideia de um Estado laico (“Basta a ideia de Estado laico, de direito, de igualdade, de respeito à diversidade”).

Por fim, identificamos o uso do questionamento, que consiste em colocar em questão uma proposta. No discurso em foco, esse questionamento tem a visada de provocação, comportando uma avaliação sobre aquilo que é questionado, colocando-o em causa. Não se espera, a partir dessa interpelação, algum tipo de resposta ou justificativa, mas fica implícita uma rejeição às propostas originais que são colocadas em questão.

Eu pergunto: que “verdade do ser humano”? Quem define essa verdade? E por que a moralidade específica de um grupo deve se impor ao conjunto da sociedade?

Toda maioria é democrática?

Quanto aos procedimentos semânticos, esses consistem em utilizar argumentos baseados num consenso social, a partir do princípio de que membros de um grupo social partilham valores associados a certos domínios de avaliação.

Devemos lembrar que o voto do deputado é proferido numa Comissão Parlamentar, o que pressupõe a presença de sujeitos interpretantes que representam a população e que, por isso mesmo, deveriam agir em favor do interesse comum. Apesar disso, entre esses interlocutores, encontram-se representantes da oposição, que representam a instância adversária, que defende valores contrários aos do enunciador, e contra os quais ele deve se manifestar. É importante destacar, também, que o discurso do deputado direciona-se também a outro destinatário: os eleitores do campo progressista que apoiam a legalização da união civil homoafetiva e que, portanto, também se opõem ao voto do Relator.

Diante desse esquema enunciativo complexo, o deputado Henrique Vieira recorre a argumentos ligados ao domínio de avaliação do ético, segundo o qual os comportamentos humanos podem ser definidos em termos de bem e de mal, a partir de uma moral externa, ou seja, de regras impostas pelo consenso social:

Na minha opinião, não se trata da experiência religiosa. Se trata da apropriação da experiência religiosa por um projeto fanático, extremista, intolerante, insensível, anti-democrático.

... Esse mesmo procedimento mental e moral ao longo da história proibiu o voto das mulheres, justificou a escravização sobre o povo negro, proibição do casamento racial, o apartheid racial e as leis segregacionistas, a perseguição aos judeus. Gente, é o mesmo procedimento moral das lógicas totalitárias. Um preceito moral contrário à verdade do ser humano.

E conclui: “Quem é contra isso não pode estar amparado pela lei.”

Sendo assim, o pastor, de modo bastante incisivo, associa o pensamento que norteia o parecer do Relator a campos nefastos, tais como o fascismo, o apartheid e movimentos totalitários em geral, destacando que os princípios que norteiam tais correntes foram responsáveis inclusive por mortes.

Vejamos, a seguir, estratégias de persuasão ligadas à projeção de um *ethos* positivo do sujeito comunicante.

Destaca-se no texto analisado o *ethos* de identificação, associado basicamente aos *ethé* de solidariedade e caráter. Como vimos, o *ethos* de identificação está ligado à afetividade e depende dos valores de referência, compartilhados pelo grupo ao qual o locutor se direciona.

O *ethos* de solidariedade está associado à postura do pastor que se coloca, de forma incisiva, em defesa das pessoas LGBTs.

eu não vou deixar para trás pessoas do meu mandato que são LGBTs. Eu não vou deixar pra trás pessoas da minha igreja que são LGBTs. Eu não vou deixar pra trás muitas pessoas nessa sociedade pra negociar com esse moralismo vazio e decadente. Eu não posso abandonar essas pessoas porque elas são dignas de respeito, de reconhecimento [...]

Nesse sentido, o deputado mostra-se como “um ser que não somente está atento às necessidades dos outros, mas que as partilha e se torna responsável por elas.” (Charaudeau, 2006, p. 163). Segundo Charaudeau, a solidariedade “caracteriza-se pela vontade de estar junto, de não se distinguir dos outros membros do grupo e, sobretudo, de unir-se a eles a partir do momento em que se encontram ameaçados.” (Charaudeau, 2006, p. 163).

O pastor também recorre à promoção do *ethos* de caráter, produzido a partir da atitude que Charaudeau denomina “força tranquila” (Charaudeau, 2006, p. 142). Essa atitude se faz perceber pela tenacidade combativa de quem é fiel a seus compromissos e demonstra a força protetora de quem guia o seu rebanho com a segurança e serenidade de um pastor. Outro ingrediente que favorece a criação dessa imagem de caráter é o controle de si, que sugere equilíbrio e tranquilidade. Na fala do deputado Henrique, essa imagem é reforçada não só por enunciados em que ele manifesta, explicitamente, o sentimento de tranquilidade, tais como: “Eu tenho muita tranquilidade de que isso não permanecerá de pé do ponto de vista jurídico e constitucional” e “Então, assim, eu estou muito tranquilo.” mas também pelo “falar tranquilo” (Charaudeau, 2006, p. 172), caracterizado por uma dicção lenta, tom de voz que se aproxima de uma conversação familiar. Essa postura passa a ideia de que se trata de uma pessoa capaz de controlar impulsos, mas ao mesmo tempo forte.

Tanto os procedimentos discursivos quanto as imagens projetadas pelo enunciatador parecem ter como objetivo final desqualificar o Relatório apresentado, destacando que este destoa tanto dos valores éticos que deveriam definir as ações dos parlamentares como agentes que trabalham pelo bem da comunidade quanto dos valores cristãos que seus apoiadores dizem defender:

Do ponto de vista democrático, esse projeto é uma anomalia que retoma um procedimento mental autoritário. Isso aqui já justificou barbáries na sociedade e até como discípulo de Jesus, cuja centralidade é o amor, esse projeto aqui tem aversão a uma fé mediada pelo amor.

Dessa forma, o deputado pastor Henrique Vieira evidencia um paradoxo que desqualifica não só o conteúdo do Relatório, mas o grupo que o apoia, representado por seu proponente. Nesse sentido, o pronunciamento do deputado vai além da refutação da tese defendida no parecer, mas contém também um ataque ao seu autor, o que pode colaborar para enfraquecer os argumentos da instância adversária. Trata-se do chamado argumento “ad hominem” (ou argumento contra a pessoa) por meio do qual se desqualifica o adversário a fim de se influenciar um terceiro (Macedo, 2018). Ao concluir que “falta uma coisa nesse cristianismo aqui: Jesus Cristo.”, Henrique Vieira coloca em dúvida a fidelidade do Relator e do seu grupo político aos princípios cristãos que eles dizem defender, o que pode afetar sua imagem, e conseqüentemente a aceitação do projeto por parte dos seus apoiadores.

Considerações finais

Nosso trabalho se propôs a empreender uma descrição e interpretação das estratégias argumentativas adotadas pelo deputado federal Henrique Vieira em seu voto sobre o projeto que proíbe a união civil homoafetiva no Brasil. Nosso estudo permitiu identificar o uso de alguns procedimentos discursivos e semânticos que visavam desqualificar o parecer do Relator, evidenciando tanto sua inconstitucionalidade quanto sua transgressão a princípios morais, especialmente o respeito às liberdades fundamentais, em especial as dos indivíduos, e também à laicidade do Estado. Esses procedimentos se associam à construção de uma imagem positiva do locutor, ligada, especialmente, ao *ethos* de identificação, que colaboram para consolidar uma imagem de solidariedade e de caráter do deputado Henrique Vieira.

Embora se trate de um estudo de caso, o presente artigo pretende colaborar para a reflexão em torno dos discursos de resistência que se levantam contra a onda conservadora que alimenta o populismo e que pode fortalecer movimentos que ameaçam o Estado laico, tais como a Teologia do Domínio.

Referências

- ASSIS, Denise de Souza e MELO, Mônica Santos de Souza. A argumentação no discurso do Padre Fábio de Melo no programa “De frente com Gabi”: um estudo do discurso religioso midiaticizado. **Cadernos do IL** Porto Alegre, n.º 55, dezembro de 2017. p. 11-26
- BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução na França**. Tradução José Miguel Nanni Soares. São Paulo: Edipro, 2014
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. SP: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. A argumentação em uma problemática da influência. Tradução de Maria Aparecida Lino Pauliukonis. [www.revel.inf.br]. **ReVEL**, edição especial vol. 14, n. 12, 2016.

_____. Du discours politique au discours populiste. Le populisme est-il de droite ou de gauche? **Policromias**. junho/2018. Ano III. p. 11-23.

CUNHA, M. do N. **Fundamentalismos crise da democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul**: tendências e desafios para a ação. Salvador: Koinonia, 2020.

FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André. Revendo o pensamento conservador. In: FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André (Orgs.). **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2010. (Col. Pensamento Político-Social, v.3).

SOUZA, Jamerson Murillo A. Edmund Burke e a gênese do conservadorismo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 126, maio/ago., 2016. p. 360-377.

MACEDO, Patrícia Sousa Almeida de. **Análise da argumentação no discurso**: uma perspectiva textual. 2018. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

MAIA, Jader Gontijo. **Imaginários do discurso político e a construção da identidade: um estudo sobre narrativas de vida na entrevista política**. Tese de Doutorado. UFMG: Belo Horizonte, 2015.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2005

Argumentação e Semiologia: aspectos teóricos e metodológicos

Leonardo Coelho CORRÊA-ROSADO⁸

Mônica Santos de Souza MELO⁹

Introdução

Dentre as diversas teorias de Análise do Discurso (AD), a Semiologia tem-se mostrado bastante produtiva na análise de diferentes discursos sociais, como o midiático, o publicitário, o religioso, o político, o literário, entre outros. Inúmeros trabalhos acadêmicos (artigos, dissertações, teses) têm usado a Semiologia como instrumental teórico-metodológico em suas análises. Seja por sua fundamentação teórica, seja pelas inúmeras ferramentas metodológicas disponibilizadas por esse arcabouço, o fato é que a Semiologia tem seu lugar no conjunto das teorias discursivas vigentes.

No entanto, quando pensamos no aspecto teórico, muitos textos – escritos principalmente por seu fundador, o analista de discurso francês Patrick Charaudeau – estão dispersos em várias publicações (revistas, livros, coletâneas), alguns sem tradução para o português. Assim, o pesquisador que deseja utilizar essa teoria como arcabouço teórico-metodológico se vê diante de uma árdua tarefa: *levantar os textos do teórico de modo a compreender sua fundamentação e pensamentos*. Logo, isso pode prejudicar a utilização da teoria – já que alguns conceitos podem ser interpretados equivocadamente – ou desmotivar o pesquisador, sobretudo quando este está em contato com o Semiologia pela primeira vez.

8 - Doutor em Estudos Linguísticos/Linguística do Texto e do Discurso pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente, é professor substituto no Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), campus Ouro Preto. Graduiu-se em Letras (Português/Inglês) pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e obteve o título de mestre em Letras nessa mesma universidade. Seus interesses acadêmicos giram em torno da Teoria Semiológica, Telenovela brasileira e gêneros televisivos, Discurso midiático, Análise da Imagem cinética. *E-mail:* timtimcorre@gmail.com

9 - Professora Titular da Universidade Federal de Viçosa (UFV), onde atua na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Letras. Possui Licenciatura em Letras pela Universidade Federal de Viçosa (1987), Mestrado em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (1991), Doutorado em Estudos Linguísticos (2003) e Pós-Doutorado em Estudos Linguísticos (2011). Tem experiência na área de Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: discurso (religioso, político e midiático), argumentação e semiologia e mídia. Atuou, de 2013 a 2015, como Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa. Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq no período de 2014-2024. *E-mail:* monicamel@ufv.br

Visando a auxiliar jovens pesquisadores (ou mesmo pesquisadores conceituados) nessa tarefa, propusemos este trabalho com o intuito de sistematizar alguns pressupostos, a partir de escritos desse analista do discurso (Charaudeau, 1992, 1995, 1999, 2008a e 2008b), de maneira a compreender *como a argumentação é abordada no quadro dessa teoria discursiva*. Assim, o presente capítulo é uma revisão bibliográfica em que procuramos articular teorias argumentativas e discursivas, mais especificamente a Análise do Discurso Semiolinguística. Nosso objetivo é apresentar os diferentes fundamentos (retóricos, lógicos e pragmáticos) da argumentação, as *teorias argumentativas*, e relacioná-los, quando possível, à perspectiva semiolinguística, uma *teoria discursiva*. Ao fim dessa revisão, apresentaremos uma análise sucinta de um *teaser* comercial de uma campanha publicitária para ilustrar a aplicação dessa teoria discursiva na compreensão da argumentação.

Argumentação: conceito, fundamentos, história e abordagens

A história nos mostra que, desde a Antiguidade Clássica, a questão da argumentação é frequentemente retomada nas mais diversas abordagens, influenciando as perspectivas mais modernas dos estudos argumentativos. Tal fato permite que, neste momento, façamos um breve percurso histórico do termo em diferentes correntes de pensamento com o objetivo de evidenciar os fundamentos da abordagem discursiva selecionada para este trabalho.

Ressaltamos que nosso intuito não é realizar um estudo exaustivo de todas as disciplinas que trabalharam com a argumentação, teórica e/ou metodologicamente. Nossa intenção é apontar algumas das teorias que fundamentaram a argumentação no âmbito da Teoria Semiolinguística e a amplitude dessas abordagens na teoria de Charaudeau.

Fundamentos retóricos da argumentação

O motivo pelo qual a Retórica é um dos fundamentos da argumentação reside no fato de que essa última sempre esteve no centro daquela desde a Grécia Antiga. Os primeiros manuais de retórica – surgidos por volta de 465 a.C., com o intuito de auxiliar os gregos a resolver conflitos judiciais – já aparecem ligados à ideia de argumentação como “técnica criadora de persuasão”, colocando-a como procedimento máximo para o empreendimento retórico.

Posteriormente, por volta de 329 a.C. a 323 a.C., Aristóteles redefine a retórica como a “arte de persuadir”, isto é, “[...] como a faculdade de observar os meios de persuasão disponíveis em qualquer caso dado” (Aristóteles, 2007, p. 23), inserindo-a em um quadro de tratamento sistemático. Com isso, a retórica passou a ocupar um lugar próprio no cenário da *polis* grega, bem como se estabeleceu como uma utilidade no seio das atividades humanas.

A *Retórica* de Aristóteles evidenciou que as atividades e o conhecimento humano são organizados por meio de dois tipos de questão: por um lado, há aquelas de ordem estritamente científica e exata, exigindo procedimentos próprios para demonstrar que tal questão é verdadeira; por outro lado, há aquelas de ordem estritamente verossímil e plausível, exigindo procedimentos de outra natureza. É nesse último tipo de procedimento que entra a argumentação. Assim, como aponta Amossy (2000, p. 3):

Na concepção descendente de Aristóteles, a retórica aparece como uma fala destinada a um auditório que ela tenta influenciar submetendo-o a posições suscetíveis de lhe parecerem razoáveis. Ela se exerce em todos os domínios humanos em que se trata de adotar uma opinião, tomar uma decisão, não sobre a base de alguma verdade absoluta necessariamente fora de alcance, mas fundamentando-se no que parece plausível [...]. O verossímil e o passível de opinião constituem o horizonte da retórica. Eles foram frequentemente considerados como sua maior fraqueza: é que eles se situam fora do ciclo da verdade. Eles constituem na verdade o princípio de sua força. Eles permitem raciocinar e comunicar em função de normas de racionalidade nos inumeráveis domínios em que a verdade absoluta não pode ser garantida¹⁰ (Amossy, 2000, p. 3, tradução nossa).

Portanto, a partir de Aristóteles fica estabelecida a distinção entre *Demonstração* e *Argumentação* e seus respectivos domínios. No interior dessa distinção, a argumentação está, nas palavras de Reboul (2004), a meio caminho da ignorância pura e simples e da demonstração científica, constituindo-se um método de pesquisa e prova. Ela está entre o *necessário* e o *arbitrário*, tornando-se um dos pilares da retórica.

Essa ideia de persuadir o outro, de levar alguém a crer em alguma coisa, de levar o auditório a partilhar determinado ponto de vista por meio do discurso, constitui a principal característica da argumentação retórica, sendo, logo, o principal fundamento desse tipo de abordagem. Podemos dizer, então, que, na retórica aristotélica, o discurso tem uma força que é exercida no interior das trocas verbais, por meio da qual o orador conduz seus semelhantes a partilhar suas visões sobre o que parece plausível e razoável, em função dos lugares comuns (*topoi*) que eles compartilham e sobre os quais o discurso se apoia para se fazer valer.

Em suma, podemos concluir, junto a Amossy (2000, p. 3), que a retórica, no interior da tradição aristotélica, se define:

- 1) como um discurso que só existe em um processo de troca verbal, no qual o locutor leva em conta o sujeito para o qual ele se dirige. Nesse sentido, *falar/ escrever é comunicar*;

¹⁰ - No original: "Dans la conception issue d'Aristote, la rhétorique apparaît comme une parole destinée à un auditoire qu'elle tente d'influencer en lui soumettant des positions susceptibles de lui paraître raisonnables. Elle s'exerce dans tous les domaines humains où il s'agit d'adopter une opinion, de prendre une décision, non sur la base de quelque vérité absolue nécessairement hors de portée, mais en se fondant ce qui semble plausible. [...] Le vraisemblable et l'opinable constituent ainsi l'horizon de la rhétorique. Ils ont souvent été considérés comme sa faiblesse majeure : c'est qu'ils situent en dehors du cercle de la vérité. Ils constituent en réalité le principe de sa force. Ils permettent de raisonner et de communiquer en fonction de normes de rationalité dans les innombrables domaines où la vérité absolue ne peut être garantie".

- 2) como uma atividade verbal que, por meio do discurso, visa a agir sobre os demais. *O dizer é, portanto, um fazer*;
- 3) como uma atividade verbal calcada na razão e que se endereça a um auditório capaz de raciocinar;
- 4) como um discurso construído a partir de técnicas e estratégias argumentativas com a finalidade de persuasão. Aqui, *falar é um mobilizar recursos linguísticos em um conjunto organizado e orientado*.

Todavia, o sistema retórico aristotélico previa que o discurso, além do caráter lógico e racional, é interceptado por outras duas categorias: falamos aqui do *ethos* e do *pathos*. No capítulo 1, do Livro II da *Retórica*, Aristóteles aponta que:

[...] uma vez que a retórica existe para influenciar as decisões dadas [...], o orador não tentará apenas fazer de seu argumento um discurso demonstrativo e confiável, mas deverá fazê-lo com personalidade, olhando diretamente para os seus ouvintes, que irão decidir, e inseri-los no estado psicológico adequado. Sendo assim, não só na oratória política, mas também nos tribunais, ela acrescenta mais à influência do orador do que nutrir-lhes de sentimentos adequados e fazendo com que eles permaneçam apenas nesse estado psicológico (Aristóteles, 2007, p. 81).

Nesse contexto, percebemos que o *ethos* diz respeito ao caráter que o orador deve assumir para inspirar confiança no auditório, enquanto o *pathos* é definido como o conjunto de emoções, paixões e sentimentos que o orador deve suscitar no auditório por meio do seu discurso. À vista disso, *logos*, *ethos* e *pathos* constituem os três polos do empreendimento persuasivo: o *logos* está relacionado ao discurso, o *ethos* ao orador e o *pathos* ao auditório.

Depois de Aristóteles, a retórica se instala na cultura grega helenística como disciplina essencial. Desse modo, Aristóteles foi também o fundador de uma tradição de estudos retóricos que se seguiu durante muitos séculos, passando pela Roma Antiga, onde ela encontra outros filósofos, como Cícero e Quintiliano (que escrevem *Do orador* (55 a.C. a 46 a.C.) e *Instituição oratória* (93 d.C.), respectivamente); pela Idade Média, onde ela se depara com o *Trivium* (espécie de currículo medieval) e ocupa um lugar entre a gramática e a dialética; pela Idade Moderna, onde, após a publicação do *Discurso do Método* por Descartes, ela conhece Pierre de La Ramé (1515-1572), ou *Ramus*, que, por meio da publicação de sua obra, *A Dialética* (1555), dissocia a retórica do raciocínio dialético, reduzindo-a à questão da ornamentação, do estilo, das figuras e dos tropos, ou seja, da elocução, deixando para a dialética o que se relacionava ao raciocínio, isto é, à invenção e à disposição; até o século XIX, onde ela é colocada diante do positivismo e do romantismo que provocam, sobretudo no âmbito da Europa, seu quase completo declínio.

Embora nos fins do século XIX e início do século XX ainda fosse possível, em alguns países da Europa, ouvir o termo “retórica”, este já não tinha o mesmo escopo que encontramos na *Retórica* aristotélica e na tradição helenística. Nesse momento, falar em retórica era falar das figuras, dos tropos e da ornamentação dos textos, sobretudo os literários: a retórica não era mais a arte de persuadir, mas a arte de ornamentar os textos como um meio de atingir o belo.

Contudo, em meados da década de 1950, mais precisamente em 1958, a retórica conhece um movimento de *revival* condicionado pela publicação, na Europa, do *Traité de l'argumentation. La nouvelle rhétorique (Tratado da Argumentação. A nova retórica)* de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca e, nos Estados Unidos, do *The Use of Arguments (O uso dos argumentos)* de Stephen Toulmin.

Essas duas obras reacendem a importância de se pensar a retórica como uma disciplina que tem utilidade na sociedade moderna, bem como de considerar a argumentação como um meio de influência dos espíritos. Plantin (2008) traz uma hipótese que pode justificar o reaparecimento dos estudos argumentativos-retóricos nesse contexto. Vejamos o que o autor pontua:

Podemos considerar a hipótese de que o muito celebrado ‘renascimento’ dos estudos de argumentação, que surge precisamente em plena guerra fria, tem algo a ver com a busca dessa tal ‘ratiopropaganda’, a construção de um modo de discurso democrático racional, como rejeição dos tipos de discurso totalitários nazistas e stalinistas (Plantin, 2008, p. 21).

Assim, numa sociedade em que a propaganda, a publicidade, o discurso midiático e o consumismo constituem uma de suas bases, a argumentação não pode mais ocupar uma posição inferior diante das ciências ditas exatas e naturais pelo fato de escapar das certezas do cálculo e de lidar com o provável, o verossímil e o plausível. Ao contrário, a persuasão e os meios de prova são, para essa sociedade, elementos importantíssimos que estimulam a necessidade de consumo e de aquisição de bens. E é nesse sentido que “um tratado consagrado à argumentação e sua vinculação a uma velha tradição [...] constituem *uma ruptura com uma concepção da razão e do raciocínio oriunda de Descartes* [...]” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 1996, p. 1), o que permitiu colocar a retórica – tal como fez Aristóteles – no devido lugar.

A obra de Perelman e Olbrechts-Tyteca, além de promover essa ruptura, também resgata a tradição dos estudos retóricos, principalmente no que diz respeito à concepção de auditório e dos *topoi*, isto é, das técnicas argumentativas utilizadas para aumentar a adesão dos espíritos. Esses dois elementos, auditório e técnicas argumentativas, constituem o foco dos autores ao longo de toda a obra.

Portanto, a retórica na atualidade tem hoje seu devido lugar e domínio. Para os estudos discursivos, por exemplo, o legado de Aristóteles e de Perelman-Olbrechts-Tyteca constitui fonte importante que auxilia nossas análises em busca dos processos de influência. Para a teoria Semiolinguística, mais precisamente, veremos o quanto seus pressupostos balizam muitas de suas concepções.

Fundamentos lógicos da argumentação

A lógica esteve, por muito tempo, associada aos estudos argumentativos; desse modo, constituiu-se como um dos fundamentos da argumentação. Desde Aristóteles até o final do século XIX, a lógica foi considerada como a “arte de pensar corretamente”. Nesse sentido, as análises lógicas da argumentação estudavam os modos e as normas do raciocínio, criando a teoria do *silogismo válido*. O próprio Aristóteles, nos *Tópicos*, dedicou-se a estudar os modos de encadeamento das proposições e a constituição do silogismo, denominando *Lógica* esse estudo. Assim, para Aristóteles, a lógica é um instrumento, uma introdução para as ciências e para o conhecimento que se fundamenta no silogismo, ou seja, no raciocínio formalmente estruturado que supõe certas premissas colocadas previamente para que haja uma conclusão necessária.

Plantin (2008, p. 11) pontua que a argumentação de caráter lógico é definida a partir das três operações que o espírito utiliza para raciocinar: a) *apreensão*; b) *juízo*; e c) *raciocínio*. Na *apreensão*, o espírito toma um conceito do mundo e depois o delimita em um quadro de tratamento; no *juízo*, esse mesmo espírito nega ou afirma algo referente a esse conceito apreendido e delimitado na operação anterior, para, dessa maneira, chegar a uma conclusão; enquanto no *raciocínio*, ele encadeia as proposições partindo do geral para o particular.

Tais procedimentos cognitivos correspondem a certas operações que ocorrem no âmbito da atividade linguística: assim, a *apreensão*, no plano da linguagem, diz respeito à fixação de um conceito por meio de um termo e à questão da referência; o *juízo* toca na construção do enunciado por meio da predicação e do escopo de verdade; e o *raciocínio* corresponde ao encadeamento de proposições. Logo, na argumentação lógica, o raciocínio do plano cognitivo engendra uma configuração no plano discursivo.

Aristóteles também distinguiu dois tipos de raciocínio: o *dialético*, que está na base das atividades retóricas e tem como correspondentes o *entimema* e o *exemplo*; e o *analítico*, utilizado pelas ciências analíticas, constituindo a base para a evidência.

A grande contribuição da lógica aristotélica para os estudos argumentativos atuais é a questão dos *modos de raciocínio*. No âmbito da Teoria Semiolinguística, alguns procedimentos do modo de organização argumentativo baseiam-se em raciocínios lógicos (*dedução*, *explicação*, *associação*, *escolha alternativa* e *concessão restritiva*) estudados e descritos pela Lógica. Assim, há uma fundamentação lógica na concepção argumentativa proposta por Charaudeau (1992) nesse tipo de modo de organização.

Fundamentos pragmáticos da argumentação

Até meados da década de 1960, as ciências da linguagem ainda estavam impregnadas pela concepção de sistema delimitada por Saussure. Nesse sentido, pouco se falava, até aquela época, do uso da linguagem em contexto, do estudo das falas e de sua categorização; ao contrário, o quadro ainda era bastante estrutural, no sentido de

que os estudos em Linguística estavam centrados na compreensão do sistema linguístico e da comunicação como processo de transmissão unilateral de informações, que se estabelece entre um locutor e um receptor (passivo, diga-se de passagem).

No entanto, com a publicação, em 1962, de *How to do things with words* (*Quando dizer é fazer*, na tradução em português), de J. Austin (1990), a linguística vê surgir uma corrente de estudos, a *pragmática*, em seu interior. Essa nova corrente se define como o estudo do uso da linguagem e seu objeto são os fenômenos que dependem de um componente pragmático, ou seja, do componente da linguagem que se interessa pelas relações dos signos com seu uso, com os usuários, e pelos efeitos que elas geram.

O título da obra de Austin evidencia a hipótese sobre a qual o autor constrói sua teoria: para Austin, o “dizer” é transmitir ao outro, o interlocutor, informações a respeito de algo, mas essa transmissão é também um “fazer”, no sentido de que, ao dizer, o locutor procura influenciar o seu interlocutor de alguma maneira. Logo, na teoria de Austin, a linguagem é uma forma de ação, ou seja, *o dizer é também um fazer*, sendo tal ação dotada de uma força, denominada por Austin (1990) *força ilocucionária*.

Amossy (2000, p. 15) aponta que essa concepção de linguagem proposta por Austin permite remetê-la a uma tradição retórica secular que, até então, estava um pouco perdida. E é nesse sentido que as abordagens pragmáticas estão calcadas nos pressupostos das abordagens retóricas, constituindo-se, de vários modos, um dos fundamentos da análise argumentativa.

A autora ainda afirma que, graças à consideração do componente pragmático, as abordagens linguísticas – incluindo a Análise do Discurso – começam a avaliar e a observar os processos pelos quais o locutor tende a influenciar seu interlocutor a aceitar uma determinada ideia e a realizar uma determinada ação. Mais adiante veremos que o próprio Charaudeau considera o princípio de influência como um dos fundamentos do ato de linguagem.

Ainda a respeito desse aspecto pragmático da argumentação, ressaltamos a importância da *Teoria da Argumentação na Língua* de J. C. Anscombe e O. Ducrot (1983). Reivindicando uma pragmática integrada ao sistema linguístico, esses autores definem a argumentação como *o estudo das orientações semânticas e dos encadeamentos dos enunciados*. Dessa forma, a teoria em questão considera a argumentação a partir de um plano exclusivamente linguístico, postulando que todo enunciado é, por si só, argumentativo: *ele pode predizer o que vai ser dito em seguida*. Além do mais, todo enunciado orienta o outro para determinadas conclusões e é nesse sentido que falamos em *orientação argumentativa*, ou seja, no conjunto de possibilidades (ou impossibilidades) de continuação discursiva determinada pelo uso do enunciado. Embora essa teoria retome muitos dos conceitos da tradição retórica, tais como o conceito de *retórica*, *ethos* e *argumentação*, esses recebem novas acepções que, de comum com a tradição, só têm os significantes.

Argumentação em uma abordagem discursiva: o ponto de vista semiolinguístico

A partir do percurso histórico delineado nas seções anteriores, percebemos que a argumentação foi estudada no âmbito de diferentes abordagens. Nesse momento, faremos uma articulação entre essas teorias argumentativas e o quadro de uma teoria de Análise do Discurso, a Semiolinguística, de Patrick Charaudeau.

Colocando-se diante dessa infinidade de pontos de vista teóricos, Charaudeau (1999) tenta responder, entre outras, a algumas questões relativas à argumentação, tais como: *a argumentação é uma atividade do pensamento, da linguagem ou do discurso? O ato de linguagem é essencialmente narrativo ou argumentativo?* Assim, o primeiro passo do teórico é propor um quadro de tratamento geral da noção para que algumas dessas perguntas possam ser respondidas.

Na proposição desse quadro de tratamento, Charaudeau (2008a) baseia-se em movimentos de empréstimos e retomadas de conceitos. Charaudeau (2008b) procura responder às questões precedentes por meio de um processo de *interdisciplinaridade*, transpondo conceitos de certas áreas de conhecimento para o arcabouço teórico-metodológico da Semiolinguística. Assim, redefinindo e revisitando termos e categorias tomadas de empréstimo da retórica, da lógica e da pragmática, Charaudeau (1999, 2008a, 2008b) insere-os em um quadro de análise do discurso – quadro este definido pelas condições semiolinguísticas da comunicação em uma problemática de influência.

Logo, para apresentar tais aspectos, valer-nos-emos dos artigos do pesquisador francês: *L'argumentation n'est peut-être pas ce que l'on croit* e *L'argumentation dans une problématique d'influence*, além dos fundamentos do Modo de Organização do Discurso Argumentativo, proposto na *Grammaire du sens et de l'expression* (traduzido para o português brasileiro em *Linguagem e discurso – modos de organização*).

Em relação ao quadro de tratamento, é importante retomar alguns pressupostos da teoria em questão. No âmbito da Teoria Semiolinguística, o ato de linguagem só significa em função da situação de comunicação em que ele é produzido. Logo, a significação discursiva é dada a partir da interação entre um *dizer*, denominado *circuito interno*, e de um *fazer*, *circuito externo*. A situação de comunicação é definida por meio de um contrato comunicacional que liga os parceiros da troca linguageira por meio da finalidade, das identidades, do propósito e do dispositivo material, estabelecendo as restrições contratuais que sobredeterminam o dizer dos parceiros da troca.

Entretanto, mesmo sendo condicionado pelas restrições do contrato, o sujeito falante é livre para jogar com tais restrições e realizar seu projeto de fala, selecionando estratégias discursivas que coadunem tanto com sua intencionalidade quanto com os dados da situação de comunicação. É por isso que a Semiolinguística postula que o ato de linguagem é perpassado por dois tipos de espaços: a) um *espaço de restrições*,

determinado pelos dados do contrato comunicacional; e b) um *espaço de estratégias*, determinado pela margem de manobra disponível pela interação entre as restrições comunicacionais e o projeto de fala do sujeito.

Para definirmos a argumentação no interior desse quadro é necessário considerar esses dois elementos, ou seja, é necessário levar em conta as condições e os dados da situação de comunicação e as estratégias de que o sujeito argumentante dispõe em função de seu projeto de fala e das restrições contratuais. Assim, Charaudeau (1999) define a argumentação como:

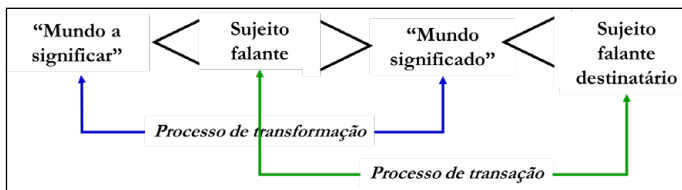
A argumentação é então considerada como uma prática social (comum ou erudita), na qual o sujeito, querendo argumentar, se acha, por sua vez, condicionado pelos dados da situação de comunicação que o sobredetermina, e, ao mesmo tempo, livre para jogar com as coerções, dispondo de uma margem de manobra que lhe permite realizar seu próprio projeto de fala e fazer uso de estratégias. [...] [Assim,] a argumentação não deve ser julgada em referência a um modelo absoluto de 'pensamento lógico' (a argumentação erudita); esta não é melhor do que uma outra, ela é simplesmente diferente. Cada situação de comunicação produz seu próprio quadro de referência, e não há, portanto, como falar de quadro falacioso¹¹ (Charaudeau, 1999, p. 5-6, tradução nossa).

Nessa perspectiva, a situação de comunicação condiciona o dizer. Em outras palavras: a situação de comunicação emana *instruções discursivas* para a construção e encenação do discurso. É em função dessas instruções que podemos avaliar se tal situação admite um processo de racionalização do discurso em termos argumentativos ou se tal argumentação é falaciosa. Com isso, adentramos na problemática adotada pela Semiologia para tratar a argumentação: *a problemática de influência*.

Assim, temos de levar em conta que a produção de sentido no ato de linguagem se dá por meio de um processo denominado por Charaudeau (1995) *procedimento de semiotização do mundo*, constituído pela interação entre um *processo de transformação* de um mundo a significar em um mundo significado e um *processo de transação*, que toma o mundo significado em função do papel que é atribuído ao sujeito-destinatário no interior da troca linguageira. Esse último processo se realiza por meio de quatro princípios: a) *princípio de alteridade*; b) *princípio de pertinência*; c) *princípio de regulação*; e d) *princípio de influência*. A figura 1 apresenta o modo como Charaudeau (1995) compreende, esquematicamente, esse procedimento de semiotização e seus processos.

11 - No original: "L'argumentation est donc considérée comme une pratique sociale (ordinaire ou savante) dans laquelle le sujet voulant argumenter se trouve à la fois contraint par les données de la situation de communicationnelle que le surdétermine, et en même temps libre de jouer avec ces contraintes, disposant d'une marge de manoeuvre que lui permet de réaliser son propre projet de parole et faire oeuvre de stratégies. [...] L'argumentation ne doit pas être jugée en référence à un modèle absolu de 'pensée logique' (l'argumentation savante); celle-ci n'est pas meilleure qu'une autre, elle est simplement différente. Chaque situation de communication produit son propre cadre de référence, et il n'y a donc pas lieu de parler de cadre fallacieux".

Figura 1: Procedimento de semiotização do mundo e seus processos



Fonte: Charaudeau (1995, p. 98, tradução nossa)

Tal procedimento de semiotização apoia-se sobre vários elementos: a) o *dispositivo comunicativo*; b) o *projeto de fala* do sujeito; c) os *lugares de pertença* dos grupos; d) os *saberes e as visões de mundo* que os sujeitos partilham; e e) as *circunstâncias de troca*. A proposição dessas condições de semiotização pela teoria permite afirmar que, no discurso, não há uma verdade; o que vemos é uma *verossimilhança*, isto é, aquilo que *se crê como verdade*.

Logo, o objetivo de uma análise do discurso não é buscar a verdade, mas os *jogos de encenação da verdade* (o “fazer crer”). E é considerando esse “fazer crer” que falamos de uma problemática de influência: o *sujeito produtor do ato de linguagem, por meio de sua encenação discursiva, quer atingir seu parceiro, seja para fazê-lo agir, seja para emocioná-lo, seja para orientar seu pensamento*.

Esse ato de influência pressupõe que o sujeito falante, ao tomar a palavra, se vê diante de quatro processos linguageiros: a) *processo de regulação*, ou de tomada de contato, que diz respeito ao ato de imposição de sua presença ao outro e, por conseguinte, à instauração de posições de superioridade/inferioridade para os sujeitos; b) *processo de identificação*, ou de construção de uma imagem de si (*ethos*), que corresponde à imagem que o enunciador faz de si para ser considerado pelo destinatário como um sujeito digno de crédito; c) *processo de dramatização*, ou *pathemização* (*pathos*), que se relaciona com a capacidade que o enunciador tem de suscitar emoções no outro para que este possa aderir sem resistência a seu ponto de vista; e d) *processo de racionalização*, ou *logos*, que diz respeito à maneira como a matéria linguística do discurso é organizada em função de uma finalidade discursiva: *narrar* ou *argumentar*.

Desse modo, percebemos que o ato de influência consiste em pelo menos três aspectos:

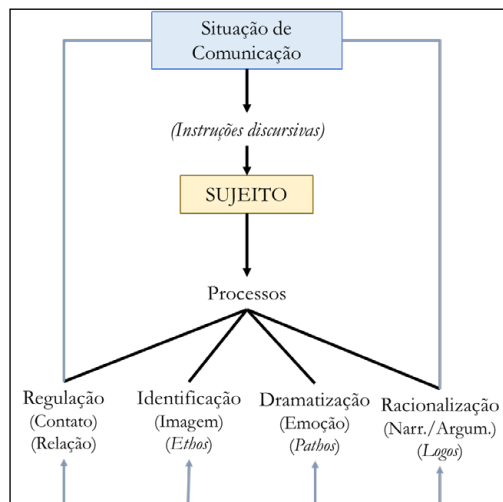
- Trata-se de um princípio geral que perpassa todo e qualquer ato de linguagem, independentemente de sua configuração discursiva (modo), dizendo respeito não somente à persuasão (*fazer crer*), mas também a outros tipos de fazeres, tais como o *fazer-sentir* (emocionar) e o *fazer-agir* (fazer-fazer) (sedução);
- É constituído por quatro processos que o reforçam: a regulação (processo de contato entre os sujeitos falantes), o *ethos* (processo de identificação), o *pathos* (processo de dramatização) e o *logos*

(processo de racionalização), que são independentes entre si, porém complementares no ato de linguagem. Nesse sentido, o *ethos* e o *pathos* não dizem respeito somente à argumentação, visto que esses dois processos podem ser encontrados em um ato de linguagem que se organiza por meio de um processo de racionalização narrativo/descritivo. Tal fato afasta a proposta de Charaudeau (2008a) da tradição retórica que via esses três elementos como constitutivos do empreendimento argumentativo;

- Não corresponde somente à argumentação, visto que esta é considerada como um dos *modos de organizar o discurso*. Assim, podemos influenciar por meio de: um *processo de racionalização argumentativo*, que, valendo-se de uma *finalidade racionalizante*, marcada por uma *lógica do raciocínio* e por um *princípio de não-contradição*, cria uma *atitude impositiva*, na qual o sujeito argumentante obriga o outro a entrar em um mundo de pensamento e avaliá-lo em função de seu ponto de vista, sendo correspondente à persuasão; ou de um *processo de racionalização narrativo/descritivo*, que, calcando-se numa *finalidade descritiva* e *mimética* das percepções do mundo e das ações humanas, cria uma *atitude projetiva*, pela qual ao outro é permitido projetar-se livremente na narrativa proposta e identificar-se ou não com tal ou tal aspecto dela, sendo correspondente à sedução.

Assim, para que possamos compreender esses aspectos, vejamos a figura 2, extraída de Charaudeau (2008a), com o termos traduzidos para o português:

Figura 2: O ato de influência e seus processos linguageiros



Fonte: Charaudeau (2008a, p. 6, tradução nossa)

A partir da figura 2, três considerações podem ser feitas em relação ao processo de racionalização argumentativa, isto é, ao processo que constrói a encenação discursiva em função da finalidade linguageira do *argumentar*, no contexto do ato de influência:

- Todo ato de linguagem é produzido no interior de uma situação de comunicação que oferece instruções para a produção e interpretação do sentido pelos parceiros da troca linguageira, sendo essas instruções denominadas, por Charaudeau (2008a), *instruções discursivas*. O ato argumentativo tira, portanto, sua validade dessas instruções;
- O processo de racionalização argumentativa, cuja encenação é concretizada pelo modo de organização argumentativo, obedece a certas condições de encenação discursiva, fazendo com que sua pertinência seja julgada em relação às condições dessa encenação;
- O processo argumentativo retira sua força de influência de um certo tipo de argumento, no interior de uma situação de comunicação específica e conforme a função que esse argumento satisfaz em relação à encenação discursiva/argumentativa.

Sob esse ponto de vista, podemos compreender que a argumentação é o resultado textual de um procedimento discursivo calcado na atividade discursiva do “argumentar”, atividade essa que participa, do ponto de vista do sujeito argumentante, de uma dupla busca:

- Uma *busca de racionalidade* que pressupõe um *ideal de verdade* quanto à explicação dos fenômenos do mundo. Esse ideal deve ser compreendido em termos relativos, visto que toda explicação, mesmo que tenha um escopo universal, é percebida por meio de dupla filtragem: da *experiência individual e social* do sujeito e das *operações de pensamento* que constroem o universo discursivo;
- Uma *busca de influência* que tende a um *ideal de persuasão*, ou seja, compartilhar com o sujeito-alvo da argumentação certo universo discursivo até o ponto em que este seja levado a ter as mesmas propostas, ou até mesmo a modificar suas representações sobre os objetos e seres do mundo fenomênico. Esse ideal de persuasão corresponde a um “fazer crer”, isto é, a levar alguém a crer em alguma coisa ¹².

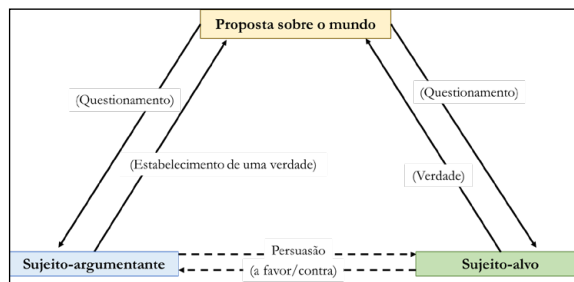
12 - Reboul (2004) nos dá um bom exemplo da maneira como devemos compreender esse “fazer crer”. Considerando esses dois exemplos: (a) *Pedro persuadiu-me de que sua causa era justa* e (b) *Pedro persuadiu-me a defender sua causa*, o autor esclarece que somente no primeiro é que se atinge o ideal retórico de persuasão, uma vez que nesse exemplo Pedro conseguiu levar-me a acreditar em algo, enquanto no segundo Pedro conseguiu que eu realizasse uma determinada ação, mas sem saber se eu acreditava ou não nela. Assim, para Reboul (2004, p. xv), a persuasão consiste em *levar a crer*, ou seja, em *fazer o outro acreditar em alguma coisa*, sem necessariamente acarretar fazê-la.

Assim, essa atividade discursiva do argumentar vai ao encontro do princípio de influência que fundamenta o ato de linguagem de maneira a realizar o processo de racionalização, necessitando, para tal, de três *condições enunciativas básicas*:

- Uma *proposta* sobre o mundo que provoque um questionamento em alguém quanto a sua legitimidade;
- Um *sujeito que se engaje* em relação a esse questionamento (convicção) e desenvolva um raciocínio para tentar estabelecer uma verdade;
- Um *outro sujeito* que, relacionando-se com a mesma *proposta*, *questionamento* e *verdade*, constitua-se o alvo da argumentação. Trata-se do interlocutor a quem se dirige o sujeito que argumenta, na esperança de conduzi-lo a compartilhar a mesma verdade (persuasão), sabendo que ele pode aceitar (*ficar a favor*) ou refutar (*ficar contra*) a argumentação.

Charaudeau (1992, 2008b) representa essas três condições argumentativas por meio de um esquema triangular, que apresentamos na figura 3:

Figura 3: Relação triangular da atividade argumentativa



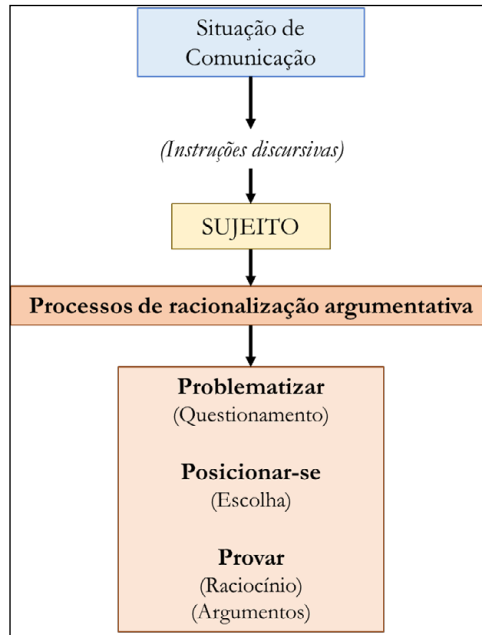
Fonte: Charaudeau (2008b, p. 205)

Assim, a finalidade da atividade argumentativa é, da parte do sujeito argumentante, levantar um quadro de questionamento de uma proposta sobre o mundo, estabelecendo, em seguida, uma verdade sobre essa proposta de forma racional e não contraditória (*busca de racionalidade*) para que tal verdade seja compartilhada com o sujeito-alvo até que este tenha as mesmas propostas (*busca de persuasão*). Logo, a ideia de argumentação de Charaudeau coaduna-se com a noção proposta por J.-B. Grize (1990):

A argumentação é uma atividade que visa a intervir sobre a opinião, a atitude, e mesmo sobre o comportamento de qualquer indivíduo por intermédio do discurso. Tal como a compreensão, a argumentação considera o interlocutor não como um objeto a manipular, mas com um *alter ego* que se quer levar a fazer partilhar sua visão. Agir sobre ele é procurar modificar as diversas representações que lhe atribuímos, evidenciando certos aspectos das coisas, ocultando outros, propondo novidades, tudo isso com a ajuda da esquematização apropriada (Grize, 1990, p. 40).

Considerando novamente o *processo de racionalização argumentativo*, podemos afirmar que o sujeito, ao realizar sua atividade discursiva de argumentar, satisfazendo as condições enunciativas de base, se vê diante de outras três atividades que são de ordem cognitivo-discursiva: a) *problematizar*, b) *se posicionar* e c) *provar* (ver figura 4). Nesse sentido, Charaudeau (2008a) propõe que, ao analisar um ato de linguagem com finalidade persuasiva, devemos considerar a argumentação a partir de um ponto de vista *cognitivo, situacional e estratégico*. A figura 4, a seguir, ilustra a proposta do autor.

Figura 4: O processo de racionalização argumentativo e as atividades cognitivo-discursivas



Fonte: Charaudeau (2008a, p. 8, tradução nossa)

A primeira atividade cognitivo-discursiva que o sujeito argumentante realiza no processo de racionalização argumentativo é *problematizar*. Essa atividade está relacionada com a constituição do quadro de questionamento da argumentação, na medida em que sua finalidade é “fazer saber”. Logo, ao *problematizar*, o sujeito argumentante propõe ao sujeito-alvo não somente aquilo que deve estar em questão (*proposta*), mas também o que é preciso pensar (*proposição*) sobre ela. Em outras palavras: de um lado, o sujeito argumentante faz saber a seu interlocutor qual é o domínio temático tomado em consideração (*do que se trata na argumentação*); do outro lado, qual é a questão que se coloca à proposta do mundo. Problematizando, o sujeito argumentante propõe-impõe, pois, um quadro de questionamento em que duas asserções são colocadas em oposição – visto que só é possível problematizar uma asserção quando uma asserção oposta é admitida –, levando o sujeito-alvo a se interrogar quanto à validade dessas asserções.

A segunda atividade cognitivo-discursiva é *se posicionar*. Uma vez que não é suficiente propor-impôr um quadro de questionamento sobre o mundo, é preciso que o sujeito argumentante se posicione em relação a essa proposta e a esse quadro de questionamento, para, com isso, estabelecer uma verdade (lê-se uma *verossimilhança*). Dessa maneira, no *posicionamento*, o sujeito argumentante diz qual é seu ponto de vista em relação às asserções admitidas na problematização, colocando-se a *favor* ou *contra* elas, podendo haver casos em que ele não toma nenhuma posição (*posição de neutralidade*), somente as explicita evidenciando os diferentes pontos de vista sobre a mesma proposta. No interior do modo de organização argumentativo, essa atividade cognitivo-discursiva corresponde à *proposição* do dispositivo argumentativo.

A última atividade cognitivo-discursiva, *provar*, corresponde a um “fazer crer”, que tem por função justificar o posicionamento do sujeito argumentante. Desse modo, *problematizar* e *se posicionar* não constituem o todo da atividade argumentativa. É ainda necessário que o sujeito argumentante assegure a validade de sua tomada de posição (ou não tomada de posição) dando ao interlocutor meios de julgar essa validade. Para provar, o sujeito argumentante vale-se de duas operações: a) *operação de raciocínio*, que consiste em estabelecer relações de causalidade entre asserções e assegurar a força do laço que as liga¹³; b) *operação de escolha* entre tipos de argumentos ou entre esquemas argumentativos que seriam os melhores para jogar o papel de garantia do raciocínio. Esses argumentos servem como meios de provar a tomada de posição do sujeito argumentante e, além disso, eles colocam esse sujeito em contato com os sistemas de valor que circulam dentro da sociedade à qual ele pertence. Em relação ao modo de organização argumentativo, essa atividade corresponde à *persuasão* do dispositivo enunciativo.

Do ponto de vista estratégico, o processo de racionalização argumentativo, conforme as instruções discursivas e o projeto de fala do sujeito argumentante, utiliza *estratégias de influência* que, por sua vez, concretizam tal projeto e direcionam a encenação discursiva. Sabemos que a noção de *estratégia* é central para a Teoria Semiolinguística, visto que tal noção corresponde às escolhas que o sujeito pode fazer em sua encenação discursiva em função de sua intencionalidade. No que diz respeito ao processo de racionalização, essas estratégias correspondem às atividades cognitivo-discursivas sobre as quais discorreremos acima (*problematizar, se posicionar e provar*) e aos componentes do dispositivo argumentativo do modo de organização argumentativo (proposta, proposição e persuasão), intervindo em três planos: a) *legitimidade*; b) *credibilidade*; e c) *captação*.

As estratégias argumentativas voltadas para o *plano de legitimidade* visam a determinar a *posição de autoridade* do sujeito argumentante, ou seja, *elas fundamentam a autoridade do sujeito, respondendo à pergunta: “em nome de quem eu estou fundamentado a argumentar?”*. Dessa forma, esse plano está direcionado

13 - Ver o conceito de *condições lógicas* ou *modalidades* no modo de organização argumentativo, proposto por Charaudeau (1992 e 2008b).

para o sujeito que argumenta, podendo evidenciar dois tipos de posição: a) *autoridade institucional*: que se concentra no estatuto social do sujeito que fala (especialista); b) *autoridade pessoal*: concernente à atividade de persuasão e de sedução do sujeito como sujeito argumentante. Essa atividade dá ao sujeito a autoridade requerida para falar, legitimando seu discurso.

As estratégias argumentativas voltadas para o *plano de credibilidade* objetivam determinar a *posição de verdade do sujeito*, ou seja, no plano da credibilidade, o sujeito argumentante está preocupado em *mostrar que o seu discurso é verdadeiro e que ele pode ser tomado como verdade*. Dessa forma, ao valer-se dessas estratégias, o sujeito tenta responder à seguinte pergunta: “*como posso ser levado a sério?*”. Assim, o plano de credibilidade orienta o discurso em função do “ele”. No plano da credibilidade o sujeito argumentante pode tomar dois tipos de posição: a) *posição de neutralidade*: o sujeito elimina todo traço de julgamento e avaliação pessoal do seu discurso; b) *posição de engajamento*: o sujeito evidencia uma tomada de posição, seja na escolha dos argumentos, seja na seleção lexical, seja na modalização utilizada para enunciar o discurso.

As estratégias argumentativas baseadas no *plano de captação* objetivam fazer com que o *parceiro da troca comunicativa* (o “TU”) *entre no mesmo quadro argumentativo proposto pelo EU*. Dessa forma, a captação é a “atração” do interlocutor ao universo de discurso construído pelo sujeito argumentante, respondendo à pergunta: “*como fazer para que o outro possa ser tomado pelo que eu digo?*”. De acordo com Charaudeau (1999), essas estratégias podem ter dois tipos de visada: a) *polêmica*: o sujeito argumentante coloca em causa alguns valores defendidos pelo sujeito-alvo (ou por um terceiro a que se faz referência) ou ainda é interpelado em sua posição de legitimidade (discurso de interpelação); b) *persuasão e dramatização*: atividade discursiva que se apoia sobre os saberes de crença e de conhecimento partilhados pelo sujeito, utilizando metáforas, analogias, comparações etc., para forçar o sujeito-alvo a partilhar alguns valores (persuasão) ou sentir algumas emoções (dramatização).

Quanto ao ponto de vista situacional, já apontamos que a validade de uma argumentação, a força de um argumento, os tipos de argumento, a força do laço de causalidade (modalidade) e o modo de raciocínio só podem ser considerados em relação às instruções discursivas emanadas da situação de comunicação. Em outras palavras, é somente em função dos dados contratuais da situação de comunicação que podemos falar que um argumento é mais forte do que o outro, que um tipo de raciocínio é melhor do que outro, que aquela argumentação é mais válida do que a outra, uma vez que, retirados do quadro comunicacional, esses elementos constituem-se apenas como “possibilidades” mais fortes ou melhores etc. Isso mostra que, embora a Teoria Semiolinguística utilize muitos dos componentes da tradição lógica e retórica, esses componentes são, em seu interior, redefinidos em função da problemática adotada.

O modo de organização argumentativo: ferramenta metodológica para análise da argumentação no discurso

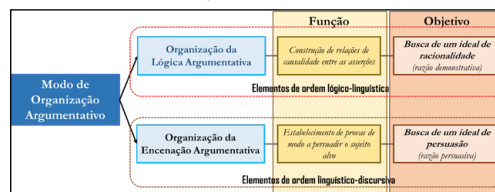
No âmbito da Teoria Semiolinguística, o *Modo de Organização Argumentativo* é a mecânica discursiva que permite construir, ao longo do texto, a argumentação sob diferentes formas. Assim, a argumentação é o resultado textual (parcial ou total) da combinação dos diferentes componentes desse modo de organização em uma situação de comunicação com finalidade persuasiva.

A função do modo de organização argumentativo é possibilitar a construção de explicações sobre asserções feitas em relação à experiência e ao conhecimento de mundo em uma dupla perspectiva:

- *de razão demonstrativa*: perspectiva argumentativa baseada na busca de relações de causalidade diversas entre asserções sobre o mundo (*busca de um ideal de racionalidade*);
- *de razão persuasiva*: perspectiva argumentativa baseada no mecanismo que busca estabelecer a *prova* por meio de *argumentos* que possam justificar tanto as propostas a respeito do mundo fenomênico quanto as relações de causalidade entre as asserções da lógica argumentativa (*busca de um ideal de persuasão*).

Em termos metodológicos, essa dupla perspectiva permite dividir tal modo de organização do discurso em duas grandes categorias: a) *lógica argumentativa* e b) *encenação argumentativa*. A primeira propõe um conjunto de componentes e procedimentos de ordem lógico-linguística para organizar as relações de causalidade dando conta da perspectiva da *razão demonstrativa*¹⁴. Já a segunda propõe um conjunto de componentes e procedimentos de natureza linguístico-discursiva ligados aos mecanismos de estabelecimento de prova por meio de argumentos dando conta da perspectiva de *razão persuasiva*¹⁵. Procuramos representar tal divisão por meio do esquema proposto na figura 5:

Figura 5: Representação dos componentes do Modo de Organização do Discurso Argumentativo



Fonte: Elaboração dos autores (2023)

14 - Os componentes da lógica argumentativa estão ligados ao *sentido das asserções* (relações de sentido), aos *tipos de relação* (modalidades e modos de encadeamento) e aos *tipos de validação* (escopo do valor de verdade).

15 - Podemos constatar que, do mesmo modo que a encenação descritiva, enunciativa e narrativa, a encenação argumentativa está centrada no *sujeito enunciator* – sujeito este que conduz a encenação discursiva em função das restrições contratuais de seu projeto de fala.

Assim, enquanto os componentes e procedimentos da *lógica argumentativa* oferecem-nos uma *proposta* (relação de causalidade entre duas asserções, A1 e A2) sobre o mundo, os componentes e os procedimentos da *encenação argumentativa* fornecem-nos o *quadro de questionamento* para a fundamentação dessa proposta e o *ato de persuasão* em que tal proposta e quadro de questionamento se desenvolvem. Com isso, observamos que a mecânica desse modo de organização do discurso vai ao encontro dos pressupostos e princípios da concepção de argumentação da Teoria Semiolinguística no que diz respeito às atividades cognitivo-discursivas mobilizadas no processo de racionalização argumentativo.

Além disso, um princípio básico da argumentação no âmbito dessa teoria de análise do discurso é o de que uma *proposta sobre o mundo só pode ser tida como argumentativa se ela se inscrever em um dispositivo argumentativo*. Em outras palavras: nem toda proposta sobre o mundo é argumentativa (mesmo que ela seja construída por meio de relações de causalidade e modos de encadeamento lógicos); para que ela o seja é necessário que *esteja inserida em um dispositivo de encenação argumentativa que busca a persuasão do sujeito-alvo*.

Tal dispositivo é composto de três elementos que correspondem às três condições de realização do empreendimento argumentativo:

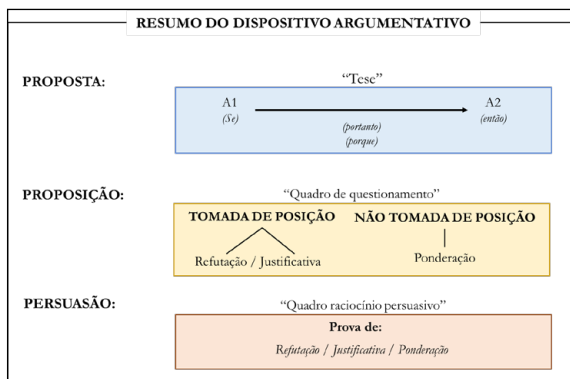
- 1) *Proposta*: corresponde ao que algumas abordagens argumentativas denominam *tese*. Ela é composta por uma ou mais asserções que dizem alguma coisa sobre os fenômenos do mundo, por meio de uma relação argumentativa¹⁶;
- 2) *Proposição*: no âmbito da Teoria Semiolinguística, a argumentação constitui um fenômeno discursivo que relaciona um sujeito argumentante a três elementos: uma proposta, um quadro de questionamento e uma verdade. Logo, na proposição, o sujeito argumentante parte de um quadro de questionamento que se baseia em pôr em causa a proposta sobre o mundo, dependente, por sua vez, da posição desse sujeito. Com isso, a argumentação pode se desenvolver em direção a: a) uma *tomada de posição*: o sujeito mostra-se, parcialmente ou completamente, *de acordo (a favor)* ou em *desacordo (contra)* com a proposta; b) uma *não tomada de posição*: o sujeito argumentante não se mostra nem em desacordo, nem em acordo com a proposta, o que possibilita desenvolver um ato de persuasão que *pondera (ato de ponderação)* os *prós* e os *contras* em relação à proposta;
- 3) *Persuasão*: na persuasão, um quadro de raciocínio persuasivo, que coaduna com o ideal de persuasão da argumentação, é colocado em evidência pelo sujeito que argumenta, com o objetivo de desenvolver uma das opções

16 - Assim, para que um conjunto de asserções seja uma *proposta* é necessário que se estabeleça uma relação de causalidade entre elas. Por isso, Charaudeau (1992) propõe a organização da lógica argumentativa: seus componentes e procedimentos permitem vislumbrar a proposta do empreendimento argumentativo.

do quadro de questionamento: *refutação*, *justificação* ou *ponderação*, recorrendo a diversos procedimentos (semânticos, discursivos e de composição) para estabelecer a prova da posição tomada na proposição.

Considerando os componentes acima mencionados, concluímos que o processo argumentativo não pode ser confundido com uma simples asserção (*Assista ao documentário*), nem mesmo com o encadeamento lógico de duas asserções (*Assista ao documentário para conhecer a “Rainha dos Baixinhos”*). É necessário que esse encadeamento (*Proposta*) esteja inserido em um quadro de questionamento, no qual o sujeito argumentante toma uma posição em relação à veracidade desse encadeamento (*Proposição*), bem como diga *por que* está de acordo ou não, trazendo a prova da veracidade de sua Proposta e desenvolvendo uma *Persuasão*. Assim, podemos resumir o dispositivo argumentativo por meio do seguinte esquema:

Figura 6: Resumo do dispositivo argumentativo



Fonte: Charaudeau (2008b, p. 225)

Dessa maneira, os componentes e procedimentos da lógica argumentativa e os da encenação argumentativa fornecem ferramentas para a descrição e análise dos *possíveis interpretativos* de discursos construídos com essa dupla busca da qual nos fala Charaudeau (2008b). Entretanto, como tais ferramentas são variadas, não temos a pretensão de apresentá-las de modo sistemático. De modo a auxiliar nosso leitor nesse contato com tal modo de organização do discurso, sugerimos a leitura do capítulo “Modo de organização argumentativo” do *Linguagem e Discurso* ou da *Grammaire*.

Portanto, o modo de organização argumentativo constitui-se tanto como um dos princípios de organização da matéria linguística – a noção de modos de organização apresentados por Charaudeau (1992, 2008b) – quanto um dos aspectos metodológicos da Teoria Semiolinguística, fornecendo ferramentas descritivas de análise de discursos com finalidade argumentativa.

O processo de racionalização argumentativo e a argumentação: o empreendimento persuasivo em uma campanha publicitária

De modo a exemplificar o processo de racionalização argumentativo e a argumentação, tais como propostos pela Teoria Semiolinguística, apresentamos, nas linhas que se seguem, uma breve análise de *teaser* comercial da campanha publicitária de *Xuxa, o documentário*, produzido e exibido pela plataforma de *streaming* Globoplay no ano de 2023.

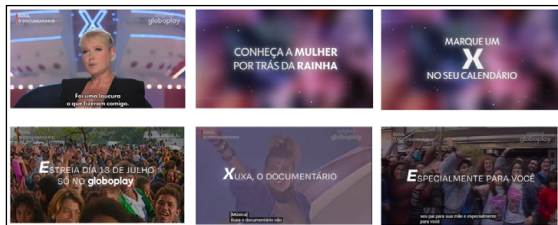
A campanha publicitária de *Xuxa, o documentário*: uma (breve) análise semiolinguística

No ano de 2023, a Globoplay produziu um documentário sobre a carreira de Xuxa Meneghel, apresentadora infantil brasileira, conhecida como “Rainha dos Baixinhos”. O documentário explora fases da vida pessoal e profissional da celebridade, evidenciando seu sucesso no Brasil e em outros países da América Latina, Estados Unidos e Espanha. Para divulgar o produto midiático, a plataforma criou uma campanha publicitária, com vários *teasers* comerciais, além de outras ações de *marketing*, como a aparição da apresentadora em inúmeros programas dos canais Globo. Para este capítulo, selecionamos um *teaser* de duração de 2 minutos, exibido a partir de maio de 2023 nos canais Globo (Rede Globo, GNT, Viva etc.) e em plataformas de vídeo, como o YouTube.

Por se tratar de uma campanha publicitária, o contrato de comunicação desse gênero situacional pressupõe uma *visada de incitação*, calcada num *fazer-fazer*. Em outros termos: o sujeito enunciador pretende levar o sujeito destinatário a assistir ao documentário dentro da plataforma de *streaming* em questão. Com isso, o contrato comunicacional dessa situação pressupõe um processo de racionalização argumentativo, visto que o sujeito falante está engajado numa convicção (assistir ao documentário). Esse contrato emite instruções discursivas para que tal sujeito realize uma dupla busca: de racionalidade, por um lado; de persuasão, por outro.

Na busca de racionalidade, o sujeito encadeia asserções que, de modo geral, levam o sujeito-alvo (destinatário) a conhecer a celebridade a fundo, ou seja, a mulher (pessoa “real”) por trás da celebridade/personagem midiática (“rainha” dos baixinhos). Isso pode ser visualizado em um trecho do *teaser* em análise. As imagens a seguir evidenciam essa busca:

Figura 7: Frames do *teaser* Xuxa, o documentário



Fonte: Xuxa [...], 2023

Na busca de persuasão, o sujeito levanta argumentos que procuram levar o destinatário a aderir à proposta (assistir ao documentário), dentro do quadro de problematização, e à proposição (assistir ao documentário para conhecer a mulher por trás da “rainha”). Para isso, são apresentadas tanto cenas dos programas conduzidos pela celebridade ao longo de sua carreira como falas de seus amigos, familiares e colaboradores. Tais elementos funcionam como argumentos que podem permitir ao sujeito-alvo adotar a proposta feita: assistir ao documentário.

Além do mais, o sujeito argumentante utiliza-se das atividades cognitivo-discursivas de *problematizar* (Pode-se assistir ou não ao documentário), de *posicionar-se* (Assista ao documentário) e de *provar* (Assista ao documentário, pois você irá conhecer um outro lado da personalidade), fazendo com que a argumentação esteja presente no *teaser* em questão por meio dos componentes e procedimentos do Modo de Organização Argumentativo (aqui brevemente analisados).

Considerações finais

O presente trabalho é um capítulo de revisão bibliográfica em que procuramos articular teorias argumentativas e discursivas, mais especificamente a Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau. Nosso objetivo foi apresentar alguns fundamentos (retóricos, lógicos e pragmáticos) da argumentação relacionando-os, quando possível, à teoria discursiva selecionada. Em última análise, objetivamos sistematizar alguns pressupostos sobre a argumentação a partir de textos dispersos do fundador da teoria discursiva em questão.

Com isso, nosso trabalho, ainda que modesto, pretende auxiliar pesquisadores a compreender o modo como a argumentação é abordada pela análise do discurso Semiolinguística, bem como as principais teorias argumentativas em voga. Assim, esperamos que este capítulo possa ser uma porta de entrada para o universo da argumentação, contribuindo com pesquisas discursivas que lidam com essa problemática e estimulando pesquisadores a conhecer, mais a fundo, a teoria Semiolinguística e suas possibilidades de aplicação.

Referências

- AMOSSY, R. *L'argumentation dans le discours: discours politique, littérature d'idées, fiction: Comment peut-on agir sur un public en orientant ses façons de voir, de penser?* Paris: Nathan, 2000.
- ANSCOMBRE, J.-C.; DUCROT, O. *L'Argumentation dans la langue*. Brussels: Mardaga, 1983.
- ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução: Marcelo Silvano Madeira. São Paulo: Rideel, 2007.
- AUSTIN, J. *Quando dizer é fazer*. Tradução: Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

- CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.
- CHARAUDEAU, P. L'argumentation dans une problématique d'influence. *Argumentation et Analyse du Discours*, [s. l.], v. 1, p. 1-16, 2008a. Disponível em: <http://aad.revues.org/index193.html>. Acesso em: 9 ago. 2024.
- CHARAUDEAU, P. *L'argumentation n'est peut-être pas ce que l'on croit*. Paris: CAD, 1999. Manuscrito.
- CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Coordenação da equipe de tradução: Ângela M. S. Corrêa, Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008b.
- GRIZE, J.-B. *Logique et langage*. Paris: Ophrys Éditions, 1990.
- CHARAUDEAU, P. Une analyse sémiolinguistique du discours. *Langages*, Paris, v. 29, n. 117, p. 96-111, 1995.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da Argumentação: a nova retórica*. Tradução: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- PLANTIN, C. *A argumentação: história, teorias, perspectivas*. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- REBOUL, O. *Introdução à Retórica*. Tradução: Ivone Castilho Benedetti. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- XUXA, O Documentário: Teaser: Original Globoplay. [S. l.: s. n.], 2023. 1 vídeo (2 min). Publicado pelo canal Globoplay. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SZ0K-8kYz-A>. Acesso em: 27 jul. 2024.

Uma epidemia discursiva: análise dos imaginários sociodiscursivos sobre HIV

Robson Evangelista dos SANTOS FILHO¹⁷

Mariana Ramalho PROCÓPIO¹⁸

Introdução

A epidemia de HIV/aids, que teve início na década de 1980, foi a primeira epidemia a ser midiaticizada. À época, diante de pouco conhecimento e falta de iniciativas governamentais em relação a uma nova emergência de saúde pública, a grande mídia forneceu a primeira resposta a ela, ainda que depois de omiti-la. E, dada a sua posição de poder de construir, disseminar e consolidar representações no imaginário coletivo, a mídia não só reportou a epidemia, como inventou formas de vê-la, compreendê-la e vivenciá-la (Galvão, 2000; Sousa, 2016). Esses discursos midiáticos, por vezes apoiados em ideias equivocadas e valorações morais, em consonância a discursos médicos, políticos e religiosos conservadores, foram divulgando o risco de uma doença incurável, contagiosa e mortal relacionada ao sexo e a determinados e estigmatizados indivíduos, como gays, travestis e profissionais do sexo, marginalizando esses grupos e provocando medo e aversão na sociedade (Bessa, 2002).

O modo com que a epidemia de HIV/aids foi construída provocou, então, mudanças sociais profundas sobre corpos, comportamentos e discursos sobre sexualidade que interferem até no momento presente (Pelúcio; Miskolci, 2009). Isso porque muitas das representações que foram sendo criadas e circuladas sobre o HIV, a aids e as pessoas atingidas ainda se mantêm no imaginário social mesmo mais de 40 anos após os primeiros casos da epidemia. Basta que pensemos sobre o que nossa memória resgata imediatamente ao pensar em aids e HIV. Esse fenômeno pode ser considerado como uma epidemia discursiva.

Como exemplo disso, somente em 2020, após um processo que tramita desde 2016 e perante a pressão durante o contexto da pandemia da covid-19, que reduziu os níveis de sangue nos hemocentros brasileiros, o Supremo Tribunal Federal finalmente

17 - Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). *E-mail*: robsonangelista-santosfilho@gmail.com

18 - Professora do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Docente colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutora e Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). *E-mail*: mariana.procopio@ufv.br

derrubou, julgando-as inconstitucionais e discriminatórias, as restrições do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária para a doação de sangue por homens que fazem sexo com outros homens. Com base no imaginário presente desde a epidemia de aids, essas restrições, que englobavam homens homossexuais e bissexuais, mas também mulheres trans tratadas como homens na hora da doação, concebiam tais perfis como possíveis vetores de infecções sexualmente transmissíveis, uma preocupação que, no entanto, não era considerada em relação a heterossexuais e que ignorava o fato de que todo o sangue doado é testado no país.

Para apontar outro exemplo recente, em 2022, com o surto de *mpox*, também chamada de *monkeypox* ou varíola dos macacos, o sexo foi demarcado como o principal modo de contágio e os homens gays e bissexuais como “grupos de risco”, apesar da comprovação de que a transmissão poderia ocorrer de e para qualquer pessoa por meio de contato próximo, prolongado e não necessariamente sexual. Na ocasião, até mesmo o diretor da Organização Mundial de Saúde recomendou que homens que fazem sexo com outros homens reduzissem o número de parceiros sexuais e evitassem relações sexuais com novos parceiros. Desse modo, assim como se deu com a epidemia de HIV/aids décadas atrás e resgatando imaginários instaurados e cristalizados desde então, houve na construção sociodiscursiva da *mpox* um processo de patologização e culpabilização das sexualidades consideradas dissidentes.

Com o objetivo de identificar e investigar quais e como os imaginários sociodiscursivos referentes ao HIV são mobilizados na contemporaneidade, foi desenvolvida uma pesquisa no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV), com bolsa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Para se debruçar sobre a produção midiática contemporânea sobre HIV/aids, bastante caracterizada por narrativas pessoais postadas na internet e que fazem circular os relatos das próprias pessoas que vivem com HIV em um movimento de disputa com outros discursos que falavam sobre e por elas, a pesquisa, concluída em 2018, tomou como objeto de análise o canal *HDIário* no YouTube¹⁹. Criado em 2016 pelo ator Gabriel Comicholi para contar seu dia a dia como uma pessoa vivendo com HIV, esse material se destaca ao contabilizar quase 40 mil inscritos e mais de 2,2 milhões de visualizações em seus vídeos, inclusive com alguns deles veiculados na imprensa²⁰. Dos 18 vídeos do *HDIário*, 11 foram investigados²¹ a partir da Análise do Discurso, notadamente a vertente Semiolinguística.

19 - HDIÁRIO. [S. l.: s. n.], 2019. 22 vídeos. Publicado pelo canal Gabriel Comicholi. Disponível em: https://www.youtube.com/playlist?list=PLbbFefrCS5-V29JgR_AU5x8DXoBH8HOF7. Acesso em: 25 maio 2024.

20 - Dados disponíveis em 27 jun. 2024.

21 - O *corpus* de análise da pesquisa é composto pelos seguintes vídeos, que estão disponíveis no *link* apresentado em nota anterior: *HDIário #1* – Descoberta, *HDIário #2* – Início de tratamento e *HDIário #4* – Alou médicos (publicados em abril de 2016), *HDIário #6* – Vida amorosa, *HDIário #8* – Indetectável!, *HDIário #9* – Desejo define realidade e *#HDIário 10* – Sou a nova Laura Müller? (postados, respectivamente, em maio, agosto, outubro e dezembro de 2016), *HDIário #0* – O dia em que eu descobri que tinha HIV (de setembro de 2017), *HDIário #14* – Eu transo com meu namorado sem camisinha? (fevereiro de 2018), *HDIário #15* – Troca de remédio (agosto de 2018) e *HDIário #16* – 3 anos, gratidão (abril de 2019). Esse recorte do canal foi observado como um todo, tratando os vídeos como um conjunto articulado e, por isso, não apresentaremos as análises deles separadamente, fazendo alusão a excertos desse material geral.

Em trabalhos advindos dessa pesquisa (Santos Filho; Procópio, 2022, 2021), a partir da questão de quem, como e por que fala sobre HIV na contemporaneidade, analisamos as identidades e estratégias discursivas acionadas por Gabriel Comicholi, assim como as finalidades e os modos com que suas narrativas de vida midiáticas deslocam a sua condição sorológica da esfera privada para a pública.

Como mais um produto da pesquisa, o presente capítulo, por sua vez, traz os principais resultados e discussões no que se refere aos imaginários sociodiscursivos sobre o HIV. Na primeira seção, apresentamos o conceito de epidemia discursiva, que, como uma das maiores contribuições da pesquisa, foi atualizado e ampliado a partir dos estudos discursivos, podendo ser utilizado como aporte teórico e metodológico. E na segunda seção apresentamos, então, as análises discursivas dos imaginários encontrados no canal *HDiário*, buscando observar não só como o HIV e as pessoas que vivem com HIV são representados nas narrativas de vida de Gabriel Comicholi, mas também a quais universos de saberes os imaginários se ancoram e se são refutados ou reforçados pelo *youtuber*.

A noção de epidemia discursiva a partir das contribuições da Análise do Discurso

Conforme proposto pela Semiologia, a linguagem passa por um processo de semiotização de um mundo a significar para um mundo significado: o discurso formata a realidade, ou seja, um mundo empírico que espera ser significado, para transformá-la em real significante, isto é, um mundo estruturado pela atividade do homem por meio da linguagem e a partir de operações de nomeação, qualificação descrição e explicação. Charaudeau (2017) traz a noção de imaginário para a Análise do Discurso e a redefine como uma forma de apreensão do mundo que nasce na mecânica das representações sociais, que, por sua vez, como um mecanismo de produção de sentidos, constrói a significação sobre fenômenos, objetos, seres humanos e seus comportamentos.

Para Charaudeau (2017), os imaginários são considerados sociais, pois a simbolização representacional do mundo se dá pela intersubjetividade das relações em um domínio de prática social, mas também são discursivos, já que eles são materializados discursivamente por enunciados linguageiros em diferentes formas semiológicas; assim sendo, são chamados por ele, pela perspectiva da Semiologia, de imaginários sociodiscursivos. Conforme conceituado pelo linguista, “imaginários são engendrados pelos discursos que circulam nos grupos sociais, se organizando em sistemas de pensamento coerentes, criadores de valores, desempenhando o papel de justificação da ação social e se depositando na memória coletiva” (Charaudeau, 2017, p. 579). A partir disso, uma análise de imaginários consegue evidenciar, por exemplo, como a epidemia de HIV/aids foi sendo discursivizada e quais sentidos foram lhe sendo atribuídos, já que, conforme aponta Miskolci (2012), para além de um fato biológico, foi uma construção sociocultural.

Charaudeau (2017) então orienta sobre como se deve proceder para a análise dos imaginários. Para ele, é preciso, a partir da interdiscursividade, associar os diversos tipos de discursos circulantes e de imaginários, observando como eles aparecem discursivamente, em qual situação comunicativa estão inseridos e quais visões de mundo expressam. É necessário, ainda, estar ciente de que cada domínio social, seja midiático, político, religioso, jurídico, educativo ou outro, produz imaginários e saberes próprios, que se diferem, mas que podem transitar de um domínio para outro e, inclusive, fazer com que um se passe pelo outro. Com base nisso, é possível afirmar que muitos imaginários sociodiscursivos sobre a aids e o HIV não partiram do senso comum, mas sim de discursos oficiais para a produção de sentidos, como os dos domínios médico-científico e jornalístico.

Bastos (2006) recorda, por exemplo, que a construção da aids foi uma fábula criada por epidemiologistas equivocados e que levou anos para o pensamento crítico conseguir desconstruí-la. Isso se deu, provavelmente, em razão de ter sido circulada pela imprensa, o que, ainda segundo o autor, se deu somente quando a epidemia passou a atingir grandes centros urbanos e pessoas brancas de classe média, pois, quando já afetava países mais pobres e de população negra, foi ignorada. Segundo Bessa (2002), o tema foi sendo inserido nas pautas jornalísticas, mas a partir de matérias excêntricas que, contudo, atestadas por especialistas, adquiriram caráter aparentemente científico. Para o autor, a produção midiática foi marcada por abordagens sensacionalistas, enredos de sofrimento e personagens estereotipados.

Ao considerar os discursos que foram sendo produzidos e circulados sobre aids e HIV, principalmente os biomédicos e midiáticos, diante da urgente necessidade de tornar a epidemia inteligível para que, assim, se pudesse lidar com ela, Bessa (2002) propõe que houve uma epidemia discursiva. Para ele, tais discursos passaram a fazer parte do imaginário social e, apesar de transformações na epidemia e nas compreensões e informações sobre ela, ainda é com esses mesmos discursos que temos de dialogar atualmente, seja reiterando-os ou refutando-os, mas tendo-os sempre como modelo, ainda que não tenhamos percepção disso: “[...] o que sabemos sobre ela ainda convive [...] com visões vagas, truncadas e contraditórias, divulgadas desde o início da epidemia, das mais diversas formas e nos mais variados veículos, ainda que as julgemos extintas ou esquecidas. Mas não estão” (Bessa, 2002, p. 27).

Em nossa pesquisa, apropriamo-nos dessa noção de epidemia discursiva, mas, desde então, encontramos outras referências para a presente discussão, mesmo que com diferentes nomenclaturas. Treichler (1987), por exemplo, em seus trabalhos sobre as representações de HIV/aids a partir dos estudos culturais, apontou que, paralelamente à epidemia real que atingia os corpos, havia também o que chamou de uma epidemia de sentidos ou de significados, nas mais variadas esferas discursivas, e, então, a autora focou em compreender como se originam, disseminam e se estabelecem. Já Herbert Daniel e Richard Parker (2018) falaram em uma terceira epidemia, baseados na declaração do

médico Jonathan Mann durante uma Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em 1987, segundo o qual havia três epidemias distintas, mas interrelacionadas: a de HIV, resultante da infecção pelo vírus; a de aids, pela síndrome da imunodeficiência que se dá mediante o agravamento dos casos de HIV; e, enfim, a terceira epidemia, constituída pelas reações sociais, culturais, políticas e econômicas diante da aids e do HIV. Para os autores, essa epidemia seria provocada pelo “vírus ideológico, de consequências mais funestas do que a epidemia provocada pelo vírus biológico” (Daniel; Parker, 2018, p. 10).

A partir disso, fornecemos em um artigo ensaístico (Procópio; Santos Filho, 2023) algumas contribuições à noção de epidemia discursiva, bastante utilizada, porém pouco desenvolvida, atualizando e ampliando essa noção a partir dos estudos discursivos e com base nos conceitos de imaginários sociodiscursivos, interdiscursividade e memória discursiva. Em diálogo com a epidemiologia, que define epidemia como a ocorrência de um elevado número de casos de uma doença em uma dada localidade e em um determinado período, mas também à rápida difusão deles (Rezende, 1998), pensamos que, ao falar de epidemia discursiva, estamos nos referindo, então, não apenas à emergência de uma grande quantidade de discursos em diversos domínios sociais, mas também à disseminação deles. Essa noção pode ser usada, portanto, para dar conta tanto do volume de enunciados quanto da sua propagação e acionamento a partir da interdiscursividade e, ainda, da manutenção e do estabelecimento na memória discursiva – uma perspectiva não adotada por autores que apontam a abundância e proliferação dos discursos, mas não abarcam a questão de como ainda se fazem presentes em nosso imaginário.

Cabe, então, uma breve apresentação desses conceitos. A interdiscursividade, advinda da noção bakhtiniana de dialogismo, consiste em um princípio fundamental para a Análise do Discurso, de acordo com o qual tudo o que é dito já foi dito por alguém, alguma vez, sendo os enunciados ecos de outros enunciados e a enunciação atravessada por outros discursos, mesmo que inconscientemente (Mangueneau, 2015). A produção discursiva faz circular enunciados anteriores como um efeito de memória que irrompe na atualidade e pode reforçar, redefinir, transformar ou, ainda, negar o já-dito. Por essa perspectiva, os discursos são ditos, permanecem ditos e estão ainda a dizer (Courtine, 2009). Essa memória discursiva está associada à memória coletiva, segundo a qual o indivíduo, como um ser social, tem a sua memória formulada a partir do coletivo, que a articula e a situa em quadros sociais comuns, como um acervo compartilhado, fácil de lembrar (Paveau, 2007). Nessa memória coletiva vivem discursos que foram e são repetidamente recordados, mobilizados interdiscursivamente com a pretensão de se fixarem, tais como os imaginários sociodiscursivos que nela se sedimentam (Charaudeau, 2017).

Diante desse arcabouço da Análise do Discurso, propomos, portanto, que a epidemia discursiva consiste em um conjunto de imaginários criados e partilhados discursivamente por âmbitos sociais diversos, sobretudo em um contexto de midiaticização e excesso de enunciados sobre determinada temática, expressando determinadas visões

de mundo dominantes em uma dada sociedade e em um dado momento, e que, pela proliferação e repetição duradoura, com difícil mutabilidade, se consolidam na memória coletiva de modo tão potente a ponto de serem frequentemente evocados.

Esse conceito pode ser utilizado como referencial teórico-metodológico para tratar dos imaginários acerca de todo e qualquer fenômeno e/ou objeto sobre os quais haja a produção e o compartilhamento de sentidos que, mesmo intactos ou alterados, ficam presentes, constituindo uma memória discursiva, sendo acionados recorrentemente por relações interdiscursivas e interferindo no processo de representações sociais. Com isso, valendo-se metodologicamente da epidemia discursiva como uma categoria de análise, apresentamos a seguir os imaginários encontrados nos enunciados dos vídeos do canal *HDiário* no YouTube.

Os imaginários sociodiscursivos sobre HIV no *HDiário*

“Olha aí, gente, quem tá zicado. Já me basta um HIV!”, exclama Gabriel Comicholi quando, enquanto gravava sua ida para uma consulta, houve um acidente de carros na sua frente. Nessa expressão, ainda que em um tom jocoso, o HIV foi demarcado como algo ruim com o qual ele tem que lidar, como se fosse uma tragédia acometida a quem foi infectado, alguém então desafortunado por isso. Desde já, é possível evidenciar como o HIV está em torno de imaginários sociodiscursivos diversos, principalmente pejorativos, o que também podemos perceber a partir do que o *youtuber* conta sobre o momento de descoberta do seu diagnóstico: “Meu mundo caiu. Por segundos, fiquei preocupado. Falei ‘meu Deus, estou com aids, meu Deus, eu morro amanhã, meu Deus, eu tenho tanta gente pra me despedir’”. Nota-se, nesse trecho, a partir das primeiras percepções, imaginários que são imediatamente invocados ao abordar esse tema, sobretudo relacionando-o à aids, doença e morte.

O HIV, sigla em inglês para o vírus da imunodeficiência humana, acomete o sistema imunológico, elimina as células de defesa e multiplica-se de modo a infectar outras células, interferindo na proteção do organismo. No entanto, não é o mesmo que aids, que consiste na síndrome da imunodeficiência adquirida, uma fase avançada em que o organismo infectado pelo HIV, se não tratado, atinge baixos níveis das células do sistema imunológico, ficando mais vulnerável ao aparecimento de doenças oportunistas que podem levar à morte. Então, embora o HIV seja o vírus causador, apenas o quadro de aids pode ser considerado como uma doença; daí o termo doenças sexualmente transmissíveis, tal como a sigla DST, ter sido substituído por infecções sexualmente transmissíveis, ou IST, já que uma pessoa pode ter sido infectada e viver com HIV, mas isso não significa que esteja doente. Ainda que, ao contrário dos primórdios da epidemia, quando, sem meios suficientes para lidar com ela, o diagnóstico poderia significar um atestado de doença e/ou morte, seja possível atualmente ter uma vida normal e saudável como qualquer outra pessoa, esses imaginários se mantêm.

Isso explica as reações diante de um resultado positivo para HIV, como relatado por Gabriel. As repetidas evocações que ele faz a Deus, por exemplo, que remetem a um uso popular para expressar lamento ou súplica, demonstram como essa temática desperta certo desespero quando associada a uma enfermidade e/ou a um falecimento próximo e inadiável. Da mesma forma, Comicholi relata em outros momentos a sua apreensão enquanto esperava pelo exame, provavelmente já imaginando essas tão comuns representações do HIV, e a aflição que sentiu antes de contar para sua mãe e postar o primeiro vídeo do canal, como se previsse uma possível reação das outras pessoas que, provavelmente, também se baseariam nos mesmos imaginários.

Ainda que ele diga que essas preocupações foram momentâneas, as ideias de morte e doença não são refutadas por ele em nenhum dos vídeos que compõem o nosso *corpus*. Além disso, ele não distingue explicitamente aids e HIV e, aliás, os confunde por vezes, como notado nos seguintes excertos: “A preocupação de estar com a doença estava tranquilo já até em mim”; “Eu fui num médico que não me explicou nada do que eu precisava saber sobre a minha doença”; e “Vou precisar muito da ajuda de vocês pra gente desbravar cada tabu que existe da doença”, o que pode reforçar os imaginários sobre a aids que são comumente atrelados ao HIV.

Gabriel também relata as mudanças que o diagnóstico trouxe para sua vida. A maior delas, segundo ele, foi o tratamento, sobretudo em razão de os remédios impactarem a sua rotina, já que devem ser ingeridos diariamente no horário certo, e lhe causarem alguns efeitos colaterais, que, aliás, o *youtuber* grava ao tomar a medicação pela primeira vez. Em outra ocasião, após a troca para outro esquema medicamentoso, ele relata não ter sentido mais efeitos colaterais e tenta mostrar que o tratamento é simples. Ainda que, em alguns momentos, Comicholi se queixe do tratamento como um “negócio que, às vezes, enche o saco”, ele não deixa de reconhecer a sua importância e recomenda que as pessoas o sigam “direitinho, se não dá confusão”. Como ainda não há cura para o HIV, a adesão e manutenção da terapia são as principais formas de garantir mais expectativa e qualidade de vida para as pessoas vivendo com o vírus, o que pode conferir um caráter fatídico aos remédios, uma vez que, como diz Gabriel, vai “ter que tomar para o resto da vida”: “uma coisa que eu vi que não vou conseguir fugir é do medicamento porque eu preciso controlar a quantidade de vírus que está no meu sangue e isso só o que faz é o medicamento”. Alguns meses depois do início do uso dos remédios, já em um dos últimos vídeos do canal, Comicholi conta, bastante empolgado, que se tornou indetectável, ou seja, que, graças à terapia antirretroviral, atingiu baixos níveis de carga viral no organismo a ponto de não ser detectada nos exames, o que é tido como uma meta do tratamento. Mas ele adverte que “isso não quer dizer que temos que parar de tomar o nosso remédio, o tratamento continua”.

Nesse sentido, os remédios encontram-se em uma ambiguidade, pois, de um lado, são tidos como indispensáveis para que as pessoas que vivem com HIV tenham a carga viral suprimida e, assim, não adoeçam ou evoluam para o estágio da aids, sendo a

terapia um dos maiores avanços biotecnológicos para lidar com a epidemia de HIV/aids, mas isso traz, por outro lado, a medicalização e controle dos corpos e certa preocupação quanto a alterações que o uso dos antirretrovirais pode provocar no organismo a longo prazo. Mesmo numa sociedade como a nossa que, culturalmente, naturalizou o consumo de remédios, o imaginário sobre a medicação para HIV/aids pode retomar as graves reações tóxicas provocadas pelos primeiros medicamentos, que, então tidos como um mal menor ou necessário, eram receitados apenas a pacientes em estágio avançado da doença e, desse modo, representavam uma morte próxima. No entanto, desde então, foram sendo desenvolvidos medicamentos cada vez mais modernos, eficazes, seguros e com menos efeitos, conferindo outros contornos à epidemia.

No entanto, o advento da terapia antirretroviral fez emergir na contemporaneidade o imaginário de que, graças a essa possibilidade, as pessoas deixaram de se preocupar e de se prevenir. Aliás, foi isso o que Daniela Mercury disse para Gabriel Comicholi durante sua participação no programa *Altas Horas*, de Serginho Groisman, na TV Globo, em 2016. De acordo com a cantora, “a gente está vendo muitos jovens que estão achando que, por causa da medicação, não precisam se proteger e estão se contaminando muito mais do que nós da geração que acompanharam muitas pessoas que faleceram, amigos que a gente perdeu porque não tinha esse tipo de droga que tem agora”. No entanto, as medidas existentes atualmente, sobretudo o tratamento, não deveriam ser compreendidas como um modo de banalização do problema, já que são fundamentais não só para tratar as pessoas já infectadas e evitar que elas sejam discriminadas e excluídas, mas também para prevenir novas infecções, uma vez que já foi cientificamente comprovado que uma pessoa vivendo com HIV, mantendo tratamento e com a carga viral indetectável, não transmite o vírus sexualmente, mas não significando que não deixa de haver exposição a outras IST; o que foi uma grande conquista para o controle da epidemia.

Gabriel postou um vídeo para explicar o equívoco de Daniela Mercury, que, segundo ele, é uma opinião da década de 1980, embora reflita o entendimento de parte da sociedade. Comicholi então refuta o imaginário de que o tratamento causaria descaso quanto à epidemia, um imaginário que remete, sobretudo, aos jovens, por fazerem parte de uma geração que não presenciou o surgimento da aids e o terror provocado pelas mortes nos seus anos iniciais e que, por conta de um desconhecimento ou esquecimento em relação a isso, supostamente não se importariam com a prevenção, tal como pontuou Daniela Mercury. Entretanto, para Carvalho e Azêvedo (2019, p. 254), “a pedagogia do medo pela falta de memória é insuficiente para responder à epidemia e pode aumentar ainda mais as barreiras para a construção de estratégias mais eficientes para diminuir o número de novas infecções” e para “garantir bem-estar para quem vive com HIV”. No vídeo gravado para comentar sobre a fala da artista, o *youtuber* diz não fazer sentido a ideia de que os jovens são infectados porque sabem que há tratamento, já que eles sequer são educados sobre HIV ou qualquer outro assunto relacionado à educação sexual em casa nem nas escolas: “É muito fácil jogar a culpa no jovem sem

educar ele! De onde vocês tiram que os jovens estão tranquilos em pegar HIV por conta do tratamento? Ninguém quer pegar HIV, gente!”.

Gabriel já havia comentado sobre esse assunto em outro vídeo do canal: “Não estou encorajando ninguém a pegar HIV. ‘Ah, tem como me tratar, então vou ficar tranquilo, pegar meu HIV e viver na boa! Não! É muito *foda!* Toma um *puta* coquetel de remédio!”. Ele ironiza algo que, conforme vimos, é dito recorrentemente, referindo-se aos imaginários de que, pela facilidade e acessibilidade ao tratamento do HIV, assim como a possibilidade de uma vida normal e saudável, não é mais preciso se preocupar com a infecção ou é até mesmo preferível contrai-lo de uma vez. Nesse excerto, assim como é possível evidenciar em outros, Comicholi retoma falas do senso comum, do que as pessoas falam sobre HIV, dando pistas dos imaginários, para então, na sequência, tentar desconstruí-los. No caso citado, ele contraria a ideia de que é pacato viver com HIV ao dizer que é “muito foda”, mas aqui acaba trazendo a ideia de sofrimento em razão do tratamento, que define como “puta coquetel de remédios”, o que pode dar a entender que o tratamento é difícil ou que é composto por muitos remédios, como eram os coquetéis de anos atrás, sendo que atualmente, em geral, o tratamento pode ser feito por meio de apenas um ou dois comprimidos por dia.

Ainda ao se referir ao tratamento, Gabriel fala sobre como foi adquirir os remédios, que são distribuídos exclusivamente pelo SUS: “Você vai conseguir tudo que você precisa gratuitamente. Isso é maravilhoso, gente! [...] Foi tudo muito rápido, eu consegui tudo em um dia”. Assim, contribui para contrariar um imaginário tão presente em algumas reclamações da sociedade sobre o sistema público de saúde brasileiro ser demorado, falho e defasado. Aliás, o Brasil foi um dos primeiros países, entre os de baixa e média renda, a fornecer tratamento para todas as pessoas, independentemente do estágio de infecção e desde o momento do diagnóstico, o que, junto à oferta de testes, métodos preventivos e campanhas de conscientização, fez com que fosse considerado referência mundial no controle da epidemia.

Mas é válido recordarmos também o imaginário de que o SUS não deveria arcar com o tratamento de pessoas que vivem com HIV. Em 2020, o então presidente da República, Jair Bolsonaro, repetindo o que já havia dito há uma década, quando ainda deputado federal, disse que uma pessoa com HIV consiste em uma despesa para todos no Brasil e que não deveria ser responsabilidade do poder público se a culpa é, segundo ele, das próprias pessoas que não se cuidam e vivem em hábitos mundanos. Essa acusação, além de reiterar os tão recorrentes imaginários de irresponsabilidade e promiscuidade, culpabilizando as pessoas, também coloca as políticas de HIV/aids como um gasto supérfluo e desconsidera o acesso à saúde como um direito básico para todas as pessoas, garantido pela Constituição. Comicholi fez um vídeo, que não está mais disponível no seu canal, em resposta a esse polêmico pronunciamento, dizendo que Bolsonaro deveria lutar pela saúde da população e não discriminar uma parcela dela que já é negligenciada e invisibilizada. Ele também comparou os gastos com o programa de aids a outros gastos

que poderiam ser considerados desnecessários, como auxílio-terno para políticos e pensão para filhas solteiras de militares, debatendo, ainda, que pessoas vivendo com HIV contribuem por meio de seus impostos para o tratamento de saúde do qual usufruem.

É preciso destacar aqui que, em 2019, logo no início do governo Bolsonaro, um decreto presidencial reestruturou o Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle de Infecções Sexualmente Transmissíveis, HIV/Aids e Hepatites Virais, que foi então renomeado como Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis, colocando a coordenação sobre HIV/aids subordinada ao departamento que passou a englobar também hanseníase e tuberculose para, de acordo com o Ministério da Saúde, integrar ações voltadas a doenças de longa duração. Essa alteração e inclusão de outras demandas foi vista por entidades voltadas ao HIV/aids como um enfraquecimento do programa e com bastante preocupação no tocante ao orçamento e, sobretudo, à continuidade da oferta de remédios.

Além do tratamento, outra mudança trazida pelo HIV, aliás, bastante mencionada, refere-se aos relacionamentos, já que há o imaginário de que pessoas vivendo com HIV precisam parar de se relacionar, sobretudo sexualmente, para não transmitirem o vírus. Gabriel discute que isso não tem de acontecer: “Se você descobriu agora e tá na pilha do ‘ah, meu Deus, vou parar de transar’, *stop drama*, hein? [...] Você não tem que ficar desesperado achando que ‘nunca mais dou a minha bunda, nunca mais como um negócio’. Cara, para de besteira!”. No entanto, ele revela não ter transado desde que teve o diagnóstico: “Eu já beijei na boca desde que descobri que tinha o HIV, só não...”, diz batendo repetidas vezes a palma de uma mão nas costas da outra, em um gesto popularmente conhecido como referência a sexo. Ele conta que continuou saindo, paquerando e desejando outras pessoas porque, para ele, “nada mudou”, mas que, enquanto aguardava o exame e logo após o resultado, optou por não se relacionar com outras pessoas: “ninguém encostará nesse corpo e não vou encostar em ninguém”.

Ao relatar que continuou beijando, já que “o HIV não passa pela boca”, Comicholi aproveita para desmentir uma das ideias errôneas sobre as formas de contágio, pois ainda há o imaginário de que o vírus poderia ser transmitido por meio de beijo, abraço, suor, toque, uso partilhado de copos, talheres, toalhas, piscinas ou banheiros, por exemplo. Em um dos vídeos, ele informa que conviver com alguém que vive com HIV não o coloca em risco de contrair o vírus. Mas a sua decisão de não transar, o que, segundo ele, “não tem nada a ver com o HIV”, ainda assim está calcada no imaginário do sexo como risco, ao contrário de outras formas de contato, o que é possível perceber em outro trecho: “você não vai parar de transar, acontece que você vai ter que fazer tudo isso agora com camisinha, uma coisa que você já devia fazer antes”. Essa orientação parece carregar um juízo de valor que pode levar a uma culpabilização em relação ao uso do preservativo, já que o *youtuber* afirma que isso é algo que as pessoas deveriam fazer antes de se infectar pelo vírus; o que pode ter acontecido, então, por não terem cumprido tal diretriz.

O discurso preventivo, como estratégia advinda da medicina, mas também de grupos de ativistas, e, em seguida, incorporada por formuladores de políticas públicas, ofereceu como alternativa ao sexo “arriscado” o sexo seguro, promovendo, assim, a responsabilização dos próprios indivíduos, que passaram a se autorregular. Foi, inclusive, uma maneira de o Estado, como parte de seu projeto biopolítico, diminuir os gastos com a epidemia e instituir um novo controle sobre as práticas sexuais (Pelúcio; Miskolci, 2009).

Além disso, ao se falar em sexo seguro, já se supõe que o sexo pode ser arriscado. No entanto, a transmissão do HIV pode se dar não somente por meio de relações sexuais sem uso de preservativo, mas também por transfusão de sangue contaminado, compartilhamento de instrumentos perfurocortantes não esterilizados e de mãe para filho durante a gravidez, no parto ou na amamentação, quando não tomadas as medidas preventivas necessárias. Ainda assim, o HIV é atrelado principalmente ao sexo, não só porque essa é a principal categoria de exposição ao vírus e causa das infecções, mas porque houve desde o início da epidemia essa associação que perdura no imaginário. De acordo com Miskolci (2012), a aids poderia ter sido constituída como uma doença viral, tal qual a hepatite B, porém foi demarcada como uma doença sexualmente transmissível, funcionando como um castigo àqueles que não seguiam a ordem sexual tradicional, ou a norma do “bom sexo”, que, segundo Rubin (2003), seria aquele sexo praticado entre homem e mulher, cisgêneros, heterossexuais, preferencialmente casados, monogâmicos, em casa, voltados para a procriação e não comercial, então tido como o sexo seguro, saudável, natural e, portanto, aceito. Para Pelúcio e Miskolci (2009), trata-se de uma reiteração da norma heterossexual, familiar e burguesa-cristã.

Ainda segundo esses autores, essa construção da aids, gerando a maior crise sexual da história contemporânea, foi uma resposta moralizante à Revolução Sexual que, nas décadas de 1960 e 1970, tinha marcado uma geração pela busca de liberdade e experimentação das sexualidades, separação entre prazer e reprodução e questionamento das instituições família e casamento. Com base no que os autores propõem e em comparação a outras epidemias, é possível refletir se, caso o HIV não fosse transmitido sexualmente, teriam sido construídas as mesmas representações, com a mesma proporção ou o mesmo objetivo de controle social de corpos e comportamentos considerados desviantes. Ainda que haja o imaginário de que pessoas vivendo com HIV não podem se casar ou ter filhos, com o qual Gabriel Comicholi procura romper ao falar em relacionamentos, esse tipo de ideia consiste em uma preocupação com a norma heterossexual, já que os homossexuais são vistos, geralmente, como pessoas que não constituem famílias e que não reproduzem.

Por isso, o sexo pode ser associado ao risco, mas esse perigo não é associado a todos os tipos de relação sexual, ou seja, o sexo é tido como comportamento arriscado de acordo com os corpos que o praticam. Há, portanto, uma patologização das sexualidades dissidentes, ou melhor, uma repatologização, já que a homossexualidade, por exemplo, já foi considerada anteriormente como uma doença que deveria ser tratada

e, assim, ora é tida como a própria doença, ora como a causa de uma. É importante frisar que, apesar de quase a totalidade das infecções em mulheres se dar por relação sexual heterossexual, a heterossexualidade não é colocada como um fator de risco para elas. Assim, o imaginário tão forte que associa a aids a homens homossexuais faz com que, ainda hoje, heterossexuais acreditem erroneamente que não podem se infectar. Não à toa correspondem à maior parte das infecções por HIV, já que há também uma inclinação de ignorarem a camisinha como se esta evitasse apenas a gravidez, o que se resolveria com pilulas anticoncepcionais, e como se as IST não fossem uma questão com a qual precisassem se ocupar.

Logo quando surgiu um número elevado de casos de pneumonia e do raro sarcoma de Kaposi entre jovens, sobretudo homens que haviam tido relações sexuais com outros homens, a doença foi chamada de *gay-related imune deficiency*. Muito se falou sobre câncer gay. E, mesmo quando, na sequência, surgiram casos em mulheres e crianças, os homossexuais foram tidos como os responsáveis pela difusão. E assim foi se estabelecendo o imaginário de “grupo de risco”, que prevaleceu e que, para Pelúcio e Miskolci (2009), não se refere apenas à probabilidade de infecção, mas principalmente de disseminação do vírus aos demais, provocando pânico na sociedade a partir da ideia de que aqueles que escapavam da norma representavam ameaça ao restante da sociedade.

Gabriel tenta demonstrar o contrário ao dizer que “existe esse vírus contaminando milhões de homossexuais, milhões de mulheres, milhões de homens heterossexuais, milhões de travestis, milhões de transexuais, milhões de lésbicas, milhões de pessoas ao redor do mundo”. Embora ele se refira à infecção como contaminação, termo que indica transmissão de impurezas e, portanto, deve ser usado apenas para objetos e não pessoas, e que se valha de uma figura de linguagem que escalona exageradamente a quantia de pessoas infectadas ou a propagação da epidemia, Comicholi consegue argumentar que qualquer pessoa está suscetível a contrair o vírus, independentemente de gênero e orientação sexual.

No entanto, por várias vezes ele faz uma demarcação etária, especificando os jovens, com quem se mostra mais preocupado, o que pode acabar reiterando outro imaginário, já que o HIV é, como já visto, relacionado frequentemente a esse grupo, em torno do qual há imaginários que os classificam, por exemplo, como imaturos, irresponsáveis, despreocupados: “a gente precisa falar sobre isso, se não a população vai se *fuder* e o índice de pessoas com HIV e jovens com HIV só vai aumentar”; “poder ajudar milhões de jovens que precisam ser ajudados e milhões de jovens que nem sabem que têm o vírus HIV e acabam pegando aids porque nunca fizeram o exame”. Esse descuido em relação à saúde também aparece no relato de Gabriel sobre ele nunca ter feito o exame de HIV e o ter procurado somente quando os seus gânglios incharam e um médico ter receitado o teste. Para ele, o exame deveria ser de rotina, mas “a gente nunca acha que vai acontecer com a gente”.

De fato, os mais jovens representam o maior número de casos de HIV, sendo uma das populações-chave para o controle da epidemia, mas há também altos índices e aumento de infecção entre pessoas mais velhas, talvez por, assim como ocorre com os heterossexuais, elas serem negligenciadas, a exemplo de desconsiderar os idosos no que se refere à vivência da sexualidade, como se fosse algo exclusivamente dos jovens. Isso fica evidente no vídeo em que Comicholi reflete sobre o uso de aplicativos de relacionamentos por jovens: “A minha geração [...] que usa os aplicativos como Tinder, Happen, Hornet, Scruff *and others*... Ai, isso é muito errado! Porque a gente não tem mais aquele negócio do famoso caiu o livro, olha pra pessoa. Não existe mais isso nessa geração!”; “Pessoas que se conheceram na rua ou, sei lá, em algum lugar e daí acabaram se conhecendo e indo mais pra frente... É raro encontrar isso hoje em dia”; “Eu era desses que estava nos relacionamentos virtuais, aí excluí tudo, não quero mais nada”. Ao criticar as relações dos jovens como incorretas, impessoais, efêmeras ou promíscuas, é como se ele corroborasse o imaginário que correlaciona os jovens ao HIV e os aplicativos por eles usados, alguns popularmente chamados de “aplicativos de pegação”, a uma facilidade de maior número de relações sexuais, o que levaria a mais infecções.

Ao discorrer sobre a sua vida amorosa antes do HIV, Gabriel declara que nunca namorou e jamais foi uma pessoa “namoradeira”, ou seja, que não se relacionava com muitas pessoas, o que pode contribuir para quebrar o imaginário de que as pessoas que mantêm várias e diferentes parcerias sexuais são mais propícias ao HIV do que aquelas que possuem um relacionamento sério e estável. No entanto, esse vídeo faz menção à “putaria”, inclusive na imagem usada como sua capa, potencializando, assim, o imaginário de promiscuidade, como se, como uma pessoa vivendo com HIV, ao tratar de sua vida sexual e amorosa, estivesse falando sobre algo considerado indecente.

Em outro vídeo, contudo, Comicholi busca desvincular esses imaginários. Ao contar que não usa camisinha para transar com seu namorado que não vive com HIV, o *youtuber*, já antecipando os possíveis pensamentos dos espectadores que, acreditando que, supostamente, há mais acesso a discursos de conscientização, achariam absurdo uma pessoa com HIV não se prevenir na relação sexual, avisa: “calma, não precisa achar que o mundo tá acabando, que ‘o que esse garoto está falando?’”. Ele então apresenta uma série de pesquisas científicas que foram desenvolvidas com casais sorodiferentes, isto é, em que uma pessoa vive com HIV e a outra não, e que comprovam que uma pessoa com carga viral indetectável, em tratamento, não transmite o vírus sexualmente: “foi visto que quando houve a transmissão era porque não era mais um relacionamento monogâmico”; “foi uma terceira pessoa que trouxe o vírus para dentro desse relacionamento”. Nesses trechos, é possível perceber, contudo, que as infecções são justificadas a partir de práticas repudiadas socialmente, ainda que não no mesmo nível, como a traição ou outras configurações de relacionamento que não atendem às expectativas sociais, como os relacionamentos abertos e não-monogâmicos, por exemplo.

Gabriel continua: “se eu e meu parceiro temos a consciência de que transamos eu com ele, ele comigo, *solamente*, que vivemos uma relação monogâmica”, inclusive apontando para a aliança em seu dedo como um símbolo do compromisso assumido, “eu estou indetectável, faço meus exames certinho, ele se testa regularmente e nós estamos falando somente de transmissão do HIV e temos consciência de que ninguém tem outra IST, sim, nós podemos transar sem camisinha”. Esses excertos trazem à tona o discurso da monogamia como sendo mais adequada e segura, já que faz parte do “bom sexo”. Assim, ainda que não haja uma equivalência a tudo o que é imposto pela norma sexual, há um ajuste para que se fique o mais próximo a ela, inclusive a partir de várias prescrições que Comicholi enumera, tais como a testagem e a prevenção, que são exigidas para os indivíduos, bem como incorporadas por eles para que não sejam tidos como potenciais transmissores. Além disso, atingir e manter a carga viral indetectável também pressupõe uma disciplina, não apenas com o cumprimento à risca do tratamento, mas também com exames e consultas médicas periódicas para sua avaliação.

Esses recortes apontados acima e encontrados em um dos últimos vídeos do canal se opõem ao que Comicholi havia sugerido nos seus primeiros vídeos, ao recomendar que as pessoas não confiem em seus parceiros para transar sem camisinha: “É óbvio que deve existir uma pequena porcentagem de pessoas que namoram há sei lá quanto tempo e continuam transando com camisinha, mas a grande massa massacrante que se relaciona, transa sem camisinha”; “Pelo amor de Deus, se protejam. Nem ‘ah, meu namorado há anos’. Foda-se! Porque passa o pinto no negócio, depois passa o pinto em você, meu filho, HIV!”. Nesse momento, ele vai de encontro ao imaginário de que o HIV se dá principalmente pelas relações ocasionais, mas retoma a infidelidade como uma das causas de transmissão. A diferença em relação a seus outros comentários pode estar na configuração do casal, talvez por se referir aqui aos casais que não são sorodiferentes ou às pessoas que desconhecem suas condições sorológicas, o que consiste em uma situação de maior risco para o contágio.

De forma análoga, em outro vídeo, Gabriel chama a atenção para o fato de que, apesar de estarem com a carga viral suprimida e sem probabilidade de transmitir o vírus por via sexual, as pessoas que vivem com HIV não devem passar a ter relações desmedidamente, tampouco ignorarem a prevenção: “não é porque você está indetectável que a partir de agora vai poder sair por aí e transar sem camisinha feito louco, acontece que agora você não vai mais transmitir”. Desse modo, ele mobiliza o imaginário de promiscuidade para que possa fazer as recomendações de controle do sexo e parece se dirigir novamente a quem não está em um relacionamento fixo e fechado.

Ao aconselhar a prevenção, Comicholi diz que, porém, pode “não ser a melhor pessoa para falar” sobre isso, como se ele se responsabilizasse por ter contraído HIV e, assim, não fosse a pessoa ideal para sugerir que os outros façam o que ele não fez, por ter sido, segundo o seu entendimento, irresponsável. Nessa mesma linha, em uma das passagens no canal e em sua aparição na TV, ele diz que não pode ser colocado

como vítima, como se admitisse uma culpa ou, no mínimo, parte da responsabilidade pela infecção, o que está bastante presente no imaginário, separando as vítimas, isto é, as pessoas que foram infectadas acidentalmente ou por transmissão vertical, das merecedoras, que seriam as pessoas que se infectaram sexualmente, então culpabilizadas por não se prevenirem. No entanto, ninguém precisa ser culpabilizado, uma vez que o HIV não deve ser concebido como punição por alguma conduta tida como errada.

A questão da responsabilização costuma ser bastante presente nos enunciados. Em um dos vídeos, por exemplo, Gabriel sugere que as próprias pessoas vivendo com HIV podem evitar passar por preconceito, como no mercado de trabalho: “Você tem que provar, você tem que mostrar pra essas pessoas, pra essa empresa, pra esse empreendedor, pra esse empregador que você é totalmente o contrário”; “que você pode fazer e render e trabalhar e ser criativo muito mais que qualquer outra pessoa porque a questão física não muda nada nesse sentido”. Nesses extratos, ao indicar que depende das pessoas se apresentarem como capazes de realizar os serviços e comprovarem isso a partir da produtividade, baseando-se em uma perspectiva capitalista na qual o corpo saudável é aquele apto e produtivo, Comicholi traz à baila o entendimento que, inclusive, pretendia contornar, o de que as pessoas que vivem com HIV são mais fracas e debilitadas. Esses imaginários tangenciam o capacitismo, que corresponde à inferiorização de alguns corpos em relação aos padronizados como saudáveis, mobilizando novamente o imaginário da pessoa vivendo com HIV como alguém doente.

Com a cronificação da epidemia, o HIV passou a ser comparado com outras condições crônicas, como a diabetes. Segundo Pelúcio e Miskolci (2009), trata-se de uma condição paradoxal, na qual a pessoa que vive com HIV não é tida como doente, como era a figura do *aidético* no início da epidemia e que ficou marcada pelas manchas na pele, corpos e rostos magros, mas também não é tida como sadia. Temos como exemplo dessa complexidade a tentativa de Gabriel de modificar a imagem do doente, substituindo-a, então, pela do saudável ou do que se idealiza como o modelo de saudável. Para ele, as pessoas que vivem com HIV têm de passar a cuidar da sua saúde, caso já não o façam. Em um dos casos, ele diz: “Eu estava saindo pela escada [...] porque agora eu vou de escada, tô numa *vibe* mais *fitness*, porque nós, HIV positivos, precisamos mexer nossos corpinhos”. Ao relatar que passou a se exercitar depois do diagnóstico de HIV, adotando esse hábito, mas especialmente a meta de estar em uma boa aptidão física, Comicholi corrobora o imaginário de que os doentes não devem se acomodar, e sim praticar atividades para ficarem saudáveis, dormir e se alimentar melhor, por exemplo. Especificamente no caso das pessoas com HIV, esse imperativo dos cuidados também se dá como algo imprescindível para evitar ou diminuir as possíveis consequências do uso dos antirretrovirais. Tudo isso consiste, pois, em um exemplo de como a saúde é atribuída aos próprios indivíduos, que são responsabilizados por estarem saudáveis ou não.

A partir de todos esses imaginários sociodiscursivos sobre HIV encontrados em nosso *corpus*, é possível apreender que a maioria deles está vinculada a saberes de crença e não de conhecimento. Segundo Charaudeau (2017), ao contrário dos saberes de conhecimento, que provêm do mundo e se impõem ao sujeito, independentemente do ponto de vista desse sujeito, os saberes de crença procedem do sujeito para o mundo, não se relacionando ao conhecimento atribuído a ele, mas sim às suas apreciações sobre fenômenos, objetos, seres. Desse modo, o imaginário de que, no contexto atual da epidemia, a oferta de tratamento e a possibilidade de não mais adoecer e morrer de aids influenciaram no descaso quanto à prevenção do HIV não se baseia, por exemplo, em um conhecimento, mas em uma crença.

Os saberes de conhecimento fundam explicações sobre o mundo de modo exterior ao homem, conforme apontado, e podem ser científicos ou de experiência, com a diferença de que um precisa de comprovação, ao passo que o outro não. O conhecimento científico, por sua vez, pode ser contestado, desde que a outra proposição também seja provada, e esse é, aliás, o processo pelo qual o conhecimento científico é produzido (Charaudeau, 2017).

Como vimos, os imaginários de morte e doença, tão presentes desde o início da aids, partiram de conhecimentos médicos que já foram reformulados, uma vez que, como um domínio social que deve se basear em evidências científicas, esses saberes são atualizados à medida que a ciência desenvolve seu conhecimento. Se esses imaginários ainda estão presentes hoje e são logo associados ao HIV, correspondendo a saberes de crença, é porque estão baseados em opiniões pessoais e coletivas a partir do que ficou marcado em relação ao HIV e que a ciência não conseguiu desmistificar, considerando, nesse sentido, sua dificuldade em fazer circular os conhecimentos científicos para a sociedade. Da mesma forma, ainda que já seja comprovado cientificamente que uma pessoa vivendo com HIV pode conviver, se relacionar, engravidar ou ter filhos, por exemplo, sem risco algum de transmitir o vírus para outras, os imaginários predominantes sobre as formas de contágio parecem sustentar o contrário disso, ainda causando receio e repulsa.

Em outros casos, porém, a própria ciência, a partir do que suas pesquisas demonstram, pode acabar contribuindo para sustentar alguns dos imaginários sobre HIV mais presentes no senso comum, a exemplo de que a maior parte das novas infecções se concentra em jovens, homens gays e bissexuais e se dá, sobretudo, por via sexual. Apesar da necessidade de medidas específicas para lidar com a questão apontada por esses dados, não se deve resumir a epidemia a grupos e comportamentos considerados de risco para não intensificar estigmas. Para mencionar outro exemplo, pesquisas comprovaram que pessoas com carga viral indetectável não transmitem o vírus sexualmente, e o imaginário da infidelidade aparece sendo utilizado como um modo de explicar os casos em que a transmissão ocorreu, não deixando de haver aí um juízo de valor quanto às condutas e os tipos de relacionamentos.

Além disso, é preciso entender que não há consenso no conhecimento científico, a exemplo dos imaginários em torno dos remédios, que, nesse domínio social, são colocados em um dilema: entre algo que causa benefícios, mas que também pode fazer mal, contudo, ainda sendo necessário, interferindo na compreensão da população. Gabriel, por exemplo, transita entre essas posições, ora colocando o tratamento como algo sofrido, ora como algo simples. Mas, nesse caso, ele parte de um conhecimento de experiência, por meio do qual o sujeito pode formar um saber a partir do que tenha experimentado e supor que outra pessoa possa experimentar o mesmo (Charaudeau, 2017). Como era de se esperar ao analisar uma narrativa pessoal, Comicholi mobiliza muito mais saberes de experiência do que científicos, recorrendo a percepções adquiridas pelas suas próprias vivências, como ao dizer que o HIV causa mudanças na sua vida ou que é muito difícil viver com o vírus.

Já os saberes de crença, aos quais os imaginários encontrados estão majoritariamente atrelados, podem ser de opinião ou revelação. Conforme Charaudeau (2017), o de opinião deriva de uma avaliação do sujeito, podendo ser simultaneamente pessoal e partilhado e, por não existir um discurso de referência absoluto, como o de revelação, haver inúmeros julgamentos que podem ser contraditos por outros pontos de vista. O saber de revelação, por sua vez, tal qual o saber de conhecimento, institui uma verdade exterior ao sujeito, mas, ao contrário daquele, essa verdade não pode ser verificada e recusa quaisquer questionamentos, implicando a adesão total do sujeito a ela.

Temos, por exemplo, os imaginários que atribuem às causas do HIV a promiscuidade, a irresponsabilidade e algumas condutas relacionadas a elas, expressando julgamentos feitos a partir de valores moralistas e conservadores. Os dogmas religiosos que versam, por exemplo, sobre o sexo monogâmico, matrimonial, heterossexual e destinado para a procriação como o sexo ideal e sagrado fundamentam imaginários que atribuem o HIV ao sexo que escapa dessa norma. Embora, como salientamos, esses imaginários já tenham estado presentes também em discursos biomédicos, eles podem ser encontrados facilmente não somente em discursos religiosos, como também políticos, sobretudo diante do imbricamento que há entre esses domínios sociais, o que pode trazer sérias consequências, como a influência de algo que o cristianismo considere errado seja na opinião de um político sobre as pessoas que vivem com HIV ou, mais grave ainda, na tomada de decisão sobre a saúde e a vida delas.

No entanto, não podemos desconsiderar que os discursos sobre a sexualidade de modo geral, até mesmo em enunciações que se propõem mais progressistas, por vezes não isentam de culpa e responsabilidade os próprios sujeitos, que são colocados como os responsáveis pela prevenção e terapia, mas também os culpados caso se infectem, transmitam o vírus ou não consigam êxito no tratamento, por exemplo; eis o paradoxo foucaultiano, segundo o qual não há saúde sem controle de quem goza desse direito.

Considerações finais

Ao analisar discursivamente os vídeos do canal *HDiário*, que representa um objeto midiático atual de produção e compartilhamento de discursos sobre o HIV, foi possível evidenciar os imaginários sociodiscursivos sobre a epidemia presentes na contemporaneidade e que configuram o que tratamos como uma epidemia discursiva.

Os imaginários mobilizados na narrativa de Gabriel Comicholi são ora refutados, ora reforçados por ele. Não notamos, porém, a predominância de uma dessas atitudes diante dos imaginários, já que, às vezes, ele procura contradizer algum, mas acaba reiterando outro ou, ainda, se posiciona recorrendo a determinado imaginário e, em momento posterior, evoca outro que parece o seu oposto. Isso demonstra como operam os imaginários pela interdiscursividade na memória coletiva, percorrendo diversos domínios sociais; vários deles, que, de acordo com os saberes de conhecimento, não mais se sustentam hoje, permanecem no imaginário social a partir dos saberes de crença, perpetuando representações errôneas e preconceituosas.

Apesar de, desde o início da aids, já ter havido uma série de avanços científicos e biomédicos e de iniciativas governamentais e civis para lidar com a epidemia e diante de todos os imaginários criados em torno dela, ainda prevalecem os que desinformam sobre os vários aspectos relacionados ao HIV, que patologizam essa condição, lhe atribuem valorações moralistas e exercem controle sobre os corpos e comportamentos que fogem da norma, que estigmatizam e discriminam as pessoas que vivem com HIV e, ainda, que as culpam pela doença e as responsabilizam pela sua própria saúde.

Como todo discurso se dá em um contexto, esses imaginários se conservam porque encontram o contexto de uma sociedade ainda conservadora – e não à toa o emprego desse termo. Principalmente na conjuntura recente do nosso país, que, tão marcada por retrocessos, favorece a manutenção desses imaginários que são reproduzidos constantemente, desconstruí-los torna-se um desafio. No entanto, se eles são constituídos a partir da linguagem, é também a partir dela que é possível ressignificá-los, sobretudo em um contexto midiaticizado, que, se, por um lado, contribui para potencializar a circulação desses imaginários, também pode, então, contribuir para tentar atribuir outros sentidos tanto para o HIV quanto para as pessoas que com ele vivem. Isso se torna cada vez mais necessário, já que os imaginários impactam significativamente a prevenção, a testagem e o tratamento, enfim, o controle da epidemia de HIV, e, para tanto, depende, que também seja compreendida a sua epidemia discursiva – com o que esperamos ter contribuído, de algum modo, com a presente pesquisa.

Referências

- BASTOS, F. I. *Aids na terceira década*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.
- BESSA, M. S. *Os perigosos: autobiografias & AIDS*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.
- CARVALHO, C. A.; AZEVÊDO, J. H. P. Do AZT à PrEP e à PEP: aids, HIV, movimento LGBTI e jornalismo. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 246-260, abr./jun. 2019.
- CHARAUDEAU, P. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Tradução: André Luiz Silva, Rafael Magalhães Angrisano. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017.
- COURTINE, J. J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EDUFSCar, 2009.
- DANIEL, H.; PARKER, R. *Aids: a terceira epidemia*. 2. ed. Rio de Janeiro: ABIA, 2018.
- GALVÃO, J. *Aids no Brasil: a agenda de construção de uma epidemia*. Rio de Janeiro: ABIA, 2000.
- MAINGUENEAU, D. *Discurso e Análise do Discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- MISKOLCI, R. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica Editora/UFOP, 2012.
- PAVEAU, M. A. Palavras anteriores: os pré-discursos entre memória e cognição. *Filologia e Linguística Portuguesa*, [São Paulo], v. 9, p. 311-331, 2007.
- PELÚCIO, L.; MISKOLCI, R. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. *Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana*, [s. l.], n. 1, p. 125-157, 2009.
- PROCÓPIO, M. R.; SANTOS FILHO, R. E. dos. Epidemia discursiva: considerações por uma perspectiva da análise do discurso e dos estudos da comunicação. *Methaods: Revista de Ciencias Sociales*, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 1-8, 2023.
- REZENDE, J. M. Epidemia, endemia, pandemia, epidemiologia. *Revista de Patologia Tropical*, Goiânia, v. 27, n. 1, p. 153-155, 1998.
- RUBIN, G. *Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical da Política da Sexualidade*. *Cadernos pagu*, Campinas, n. 21, p. 1-88, 2003.
- SANTOS FILHO, R. E. dos; PROCÓPIO, M. R. A publicização do privado: narrativas de vida, 'confissões' e HIV. *Revista Interfaces*, [s. l.], v. 12, n. 4, p. 166-187, 2021.
- SANTOS FILHO, R. E. dos; PROCÓPIO, M. R. O HIV em primeira pessoa: identidades e estratégias discursivas nas narrativas de Gabriel Comicholi. In: FONSECA, L. N. et al. (org.). *Cadernos Posit(hiv)os: aids, literatura e cultura em perspectiva*. João Pessoa: Sal da Terra, 2022. p. 113-133.
- SOUSA, A. N. Da epidemia discursiva à era pós-coquetel: Notas sobre a memória da Aids no cinema e na literatura. In: II Seminário Internacional em Memória Social, 2016, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Unirio, 2016.
- TREICHLER, P. Aids, homophobia and biomedical discourse: an epidemic of signification. *Cultural Studies*, [s. l.], v. 1, n. 3, p. 263-305, 1987.

Análise semiolinguística dos Minimanuais de Jornalismo Humanizado: considerações sobre contrato de comunicação, sujeitos da linguagem e estratégias discursivas²²

Isac Oliveira GODINHO²³

Mariana Ramalho PROCÓPIO²⁴

Ana Carolina Gonçalves REIS²⁵

O jornalismo, como uma prática de comunicação, constitui-se de uma atividade essencialmente social que atua diretamente no processo de construção da realidade (Ijuim, 2012). Além de seu potencial informativo, a prática jornalística influencia a maneira como as pessoas percebem, significam e experienciam o mundo que as cerca. Nesse sentido, é interessante observar de que forma a mídia²⁶, mais especificamente, o jornalismo, traz as questões relacionadas aos direitos humanos e às minorias²⁷, visto que essas abordagens terão uma influência direta na maneira como a sociedade significa a questão dos direitos humanos e dos grupos minoritários.

Os discursos midiáticos podem atuar tanto para reforçar a importância dos direitos humanos e a necessidade de lutar pela manutenção e conquista desses direitos como para contribuir com a construção e a manutenção de estereótipos nocivos em relação ao

22 - Este capítulo é um recorte da dissertação de mestrado desenvolvida por Isac Oliveira Godinho no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV), em 2021, sob a orientação da professora Mariana Ramalho Procópio. A banca examinadora contou com a presença da professora Ana Carolina Gonçalves Reis, cujas contribuições foram fundamentais para a elaboração do recorte proposto neste capítulo (Godinho, 2021).

23 - Mestre em Letras pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). *E-mail*: isac.godinho@ufv.br

24 - Professora do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Docente colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutora e Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). *E-mail*: mariana.procopio@ufv.br

25 - Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Docente do Departamento de Letras, nos cursos de graduação em Secretariado Executivo Trilíngue e Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras (Linha de Pesquisa 3: Estudos Discursivos) na Universidade Federal de Viçosa – (UFV). *E-mail*: carolinareis@ufv.br

26 - “Mídia, palavra latina, já abrigada, significa ‘meios’ no plural. Meios de comunicação, meios através dos quais circulam informações, mensagens, imagens; instrumentos e dispositivos através dos quais estabelecemos relações uns com os outros, e com o mundo” (França, 2012, p. 11). Em geral, o termo é utilizado para representar a grande imprensa, os veículos e meios de comunicação, tendo começado a ser utilizado amplamente a partir das pesquisas sobre os meios de comunicação de massa nos Estados Unidos (Guazina, 2007). Roger Silverstone (2002) destaca a importância de se estudar a mídia em razão de ela ser fundamental na vida cotidiana das pessoas em dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas. A mídia auxilia as pessoas a compreender e significar o mundo que as cerca, entendida, pois, como um processo comunicacional socio-historicamente localizado.

27 - Quando falamos de minorias não nos referimos a uma questão especificamente quantitativa, mas sim tratamos de grupos e pessoas que não se enquadram na normatividade socialmente padronizada (Louro, 2008).

tema (Charaudeau, 2017). O reducionismo das notícias, quando relacionado aos grupos minoritários, pode representar uma forma de estigmatização dos pertencentes a esses grupos, como também de banalização e de desmerecimento das lutas que tais grupos desempenham historicamente. Portanto, é necessário que o jornalismo seja tolerante às diferenças e busque um diálogo efetivo com as diversidades.

Um dos caminhos possíveis para reparar esse problema está no aprofundamento das narrativas apresentadas nos discursos jornalísticos.

Construir narrativas deve envolver uma contextualização precisa e profunda, fruto de uma observação/percepção cuidadosa dos fenômenos sociais. Para as narrativas contextualizadas há que se contemplar os nexos, as significações desejadas à audiência, de modo que as pessoas percebam os sentidos das mensagens às suas vidas. Em suma, construir narrativas implica que o jornalista necessita absorver/compreender os fenômenos para poder narrá-los – visando justamente a requerida transformação (Ijuim; Sardinha, 2009, p. 157).

Assim, o trabalho jornalístico que pretende auxiliar seu público a compreender os fenômenos sociais precisa ter um compromisso com a contextualização da informação em nível histórico, social, econômico etc. O relato jornalístico deve ir além do simples relato e explicação dos acontecimentos: ao contrário, deve apresentar uma contextualização que proporcione reflexões acerca das causas que levaram aos fatos e dos desdobramentos dos fenômenos sociais. Nessa tarefa, cabe ao repórter ter uma atitude proativa para aprofundar as pautas e trabalhá-las de forma mais humana e menos estereotipada, valorizando a sua própria subjetividade, as suas vivências no processo de apuração e, principalmente, a subjetividade de suas fontes.

É nessa perspectiva que trazemos o grupo *Think Olga*²⁸, uma ONG brasileira cujo enfoque é a comunicação na esfera midiático-social. Esse grupo tem desenvolvido, ao longo dos últimos anos, variados trabalhos com um interesse principal na luta pelos direitos das mulheres, além de abordado, também, outras questões voltadas aos demais grupos sociais minoritários.

O *Think Olga* produz minimanuais, divididos em sete partes diferentes, a saber: Violência contra a mulher; Pessoas com deficiência; Racismo; Estereótipos nocivos; LGBT²⁹; Aborto; Jornalismo esportivo. De acordo com a ONG, os *Minimanuais de Jornalismo Humanizado* reúnem dicas para jornalistas e veículos que desejam *limpar* sua comunicação de preconceitos³⁰. Tais manuais são apresentados a partir de suas capas, que trazem uma cor predominante utilizada em toda a construção de cada edição. As capas dos minimanuais investigados estão representadas na figura a seguir.

28 - A *Think Olga* se autodenomina como uma organização não governamental (ONG), por essa razão, neste trabalho utilizaremos esse termo para nos referir ao grupo.

29 - Cabe ressaltar que a sigla possui outras versões, mais atuais, que buscam abranger diferentes grupos, como a sigla LGBTQIA+. Optamos por adotar aqui a mesma forma utilizada pela *Think Olga* para nomear o referido manual.

30 - A expressão aqui utilizada é a mesma que o coletivo adotou ao descrever os manuais.

Figura 1: Capas dos Minimanuais de Jornalismo Humanizado



Fonte: Think Olga (2016a, 2016b, 2016c, 2017a, 2017b, 2017c, 2018)

Em relação à organização interna dos minimanuais, convém mencionar que o número de páginas varia entre 23 (edição sobre racismo) e 41 (edição sobre estereótipos nocivos). A divisão em seções também é variada, indo de 7 (edição sobre pessoas com deficiência) a 14 (edição sobre estereótipos nocivos). Todos eles possuem uma seção introdutória que trata sobre o tema e apresenta dados relativos a essa pauta. As demais seções variam de acordo com cada manual e temática, havendo uma recorrência da seção de boas práticas, presente em quatro dos manuais, a qual traz exemplos identificados como adequados para a abordagem das temáticas pela grande mídia. Outra característica importante é a presença de especialistas nas questões tratadas na qualidade de fontes das informações ou coautores, presença esta identificada em cinco dos sete manuais.

Tendo em vista essas considerações, buscamos, no capítulo que ora se apresenta, compreender como o conjunto de *Minimanuais de Jornalismo Humanizado* produzido pelo coletivo *Think Olga* é discursivamente construído. Concentramos nossos esforços em entender quem são os sujeitos envolvidos na troca comunicativa desencadeada pelos *Minimanuais de Jornalismo Humanizado*, bem como em identificar o contrato de comunicação ali estabelecido. Analisamos, também, as estratégias discursivas adotadas nos minimanuais para atestar a legitimidade da instância de produção discursiva, construir credibilidade e captar o leitor. Como repertório teórico-metodológico, baseamo-nos na Análise do Discurso, especificamente na Teoria Semiolinguística, desenvolvida pelo linguista francês Patrick Charaudeau.

O contrato comunicacional nos Minimanuais

Para que uma troca comunicativa aconteça, é preciso que os envolvidos reconheçam a situação de comunicação em que estão inseridos e percebam as restrições que esta estabelece, criando-se, assim, uma espécie de acordo prévio entre os participantes, chamado de contrato de comunicação. Charaudeau (2008) enfatiza que o contrato é um ritual sociolinguageiro que estabelece restrições para o ato de linguagem, oriundas das condições de produção do discurso. O contrato de comunicação é

estruturado a partir de quatro características fundamentais advindas da situação de comunicação: a identidade dos participantes, a finalidade da troca, o propósito e o dispositivo que possibilita a sua ocorrência.

No tocante à identidade dos parceiros envolvidos em uma troca discursiva, podemos dizer que ela é representada por traços de natureza pessoal, como idade, sexo, etnia etc., traços que sinalizam o estatuto social e a relação preexistente entre esses parceiros. No objeto por nós analisado, temos como sujeito que produz os discursos o coletivo *Think Olga*, uma ONG de cunho feminista, que atua por meio da comunicação e, ainda, da educação com foco em gerar um impacto produtivo na vida das mulheres brasileiras. O grupo mantém atividades em diversas plataformas, produzindo conteúdo escrito, imagético e audiovisual, bem como campanhas que visam a extrapolar o espaço on-line.

Podemos constatar que o coletivo possui um número consideravelmente alto de seguidores³¹, o que pode gerar um grande alcance e engajamento³² em relação às propostas, fazendo com que a ONG se torne um dos grupos de referência nacional ao se tratar da temática feminista. O canal do grupo no YouTube possui 20,9 mil inscritos e mais de 826 mil visualizações. O perfil do *Think Olga* no Instagram, por sua vez, possui 107 mil seguidores e 986 postagens que incluem infográficos, fotos, textos, vídeos e entrevistas. Com relação à sua conta no X, antigo Twitter, notamos que ela era muito utilizada para compartilhar conteúdo dos outros canais de comunicação, assim como produções de veículos jornalísticos que possuíam temáticas afins às da ONG; ela não recebe atualizações desde dezembro de 2021, mas continua disponível, contando com 98 mil seguidores atualmente. Já na página no Facebook identificamos o total de 161 mil curtidas; essa rede também é utilizada para compartilhar conteúdos comuns com os das outras plataformas e atrair o público para o *site* da ONG.

Em relação à finalidade, é possível dizer que ela se relaciona com o objetivo da troca comunicativa, ocorrendo na forma de visadas³³ por parte da instância de produção, que lança uma proposição de sentido para a instância de recepção. Tal proposição, contudo, pode ou não ser percebida ou correspondida por esta. No caso dos Minimanuais, podemos classificar sua finalidade como instrutiva e educativa, uma vez que busca apresentar “regras básicas para evitar erros clássicos”, como podemos averiguar na apresentação dos manuais:

ONG Think Olga lança manual online, em formato pocket, com conjunto de regras básicas para evitar erros clássicos na abordagem de notícias relacionadas à grupos minorizados.

31 - Todas as mídias sociais do coletivo *Think Olga* citadas no texto foram consultadas no dia 25 de junho de 2024.

32 - Os termos “alcance” e “engajamento”, em um contexto das mídias sociais, são utilizados para representar as pessoas que tiveram acesso a um determinado conteúdo produzido e as pessoas que, de alguma maneira, interagiram com essas publicações, seja “curtindo”, comentando, compartilhando com outras etc.

33 - As visadas discursivas partem da expectativa que a instância de produção possui em relação ao ato de linguagem. Dessa forma, a intencionalidade discursiva é colocada em jogo a partir de uma projeção que tal instância de produção faz sobre o seu sujeito destinatário ideal (Charaudeau, 2004).

Dividido em cinco partes³⁴, o *Minimanual de Jornalismo Humanizado* traz exemplos práticos e diretos para jornalistas e veículos de comunicação que desejam limpar o conteúdo editorial que produzem de preconceitos e visões limitadas da sociedade (Think Olga, 2016b, p. 3).

Além disso, o próprio nome da publicação, manual, nos sinaliza um caráter instrutivo. Também podemos destacar uma finalidade de crítica aos modelos jornalísticos tradicionais. Ao se apresentar como um *Minimanual de Jornalismo Humanizado*, a ONG implica a existência de um outro tipo de jornalismo, o que não é humanizado. Ao longo da análise do *corpus*, vemos que as questões abordadas são tratadas a partir de exemplos extraídos de veículos jornalísticos convencionais, como G1, Veja, O Globo, Uol, R7, entre outros, que podem ser entendidos como praticantes desse jornalismo “não humanizado”, na visão dos produtores do material.

O propósito é a condição que define que todo ato de linguagem pertença a um domínio de saber, funcionando como um macrotema, que depois pode ser acrescido de outros temas ou subtemas. Percebemos que os direitos sociais e as lutas identitárias de grupos minoritários, especificamente das mulheres, da população negra, das pessoas com deficiência e da comunidade LGBT podem ser identificados como propósito do contrato comunicacional analisado. Ademais, podemos ainda destacar como um propósito dos manuais o jornalismo em si mesmo. Este é tratado a partir de uma visão dicotômica entre um jornalismo humanizado e um jornalismo de referência, entendido pelo coletivo como “não humanizado”, representado pelas práticas convencionais da mídia tradicional.

O jornalismo humanizado seria construído a partir das instruções, dicas e problematizações apresentadas nos manuais. Essa perspectiva dialoga com discussões teóricas que entendem o jornalismo humanizado como uma vertente que possui características fundamentais, tais como o foco nos seres humanos, o respeito aos direitos humanos, a construção de um espaço de reverberação de vozes silenciadas pela sociedade, além do respeito e diálogo com as diferenças (Ijuim, 2012; 2014). Já o jornalismo de referência pode ser entendido como aquele que possui certa tradição e reconhecimento, que lhe conferem legitimidade e credibilidade, tem foco em assuntos como política e economia, é de grande circulação, influencia outros veículos midiáticos e está marcado por um encargo de publicar assuntos de interesse público, mas também possui interesses comerciais (Zamin, 2014).

O dispositivo se associa às circunstâncias materiais em que a troca ocorre, relacionando-se com o ambiente ou o suporte, que permitem e definem a forma como a comunicação deve acontecer (Charaudeau, 2006). Em nossa análise, podemos destacar a mediação tecnológica, visto que os *minimanuais* foram veiculados *on-line*, em formato de PDF, no *site* da ONG. Essa funcionalidade possibilita a vinculação de *links* que

34 - Essa informação aparece em todos os manuais, com pequenas alterações. A apresentação retirada da segunda edição cita que os manuais são divididos em cinco partes, visto que essa era uma projeção inicial, mas foram produzidas sete edições. Na apresentação da sexta e da sétima edições está presente o primeiro parágrafo em comum com todas as outras e o segundo parágrafo já introduz o tema específico daquela edição, no caso, aborto e jornalismo esportivo.

redirecionam o leitor para outros conteúdos, como as fontes dos dados apresentados, as matérias jornalísticas analisadas e, em alguns casos, os materiais complementares de apoio. Além disso, vale ressaltar a facilidade de se encontrar o material na internet a partir de mecanismos de busca, que podem amplificar o acesso aos manuais e às temáticas neles abordadas.

O quadro dos sujeitos da linguagem

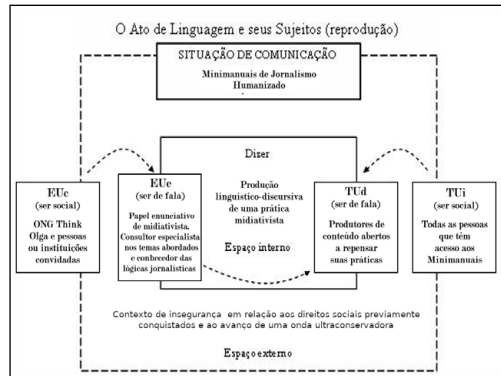
Na concepção da Teoria Semiolinguística, o ato de linguagem não se resume a um simples processo de transmissão de informação em que um emissor envia uma mensagem a um receptor. O ato de linguagem deve ser entendido como um processo dialético, resultado de um processo de produção e de um processo de interpretação, desenvolvidos por sujeitos ativos na dinâmica de coconstrução do sentido. A partir disso, podemos definir que “o ato de linguagem torna-se então um ato interenunciativo entre quatro sujeitos (e não dois), lugar de encontro imaginário de dois universos de discurso que não são idênticos” (Charaudeau, 2008, p. 45).

O ato de linguagem será, segundo Charaudeau (2008), composto por um circuito externo, relativo aos dados situacionais extralinguísticos, podendo ser entendido como um “mundo real”, e por um circuito interno, onde constam os dados propriamente discursivos do ato de linguagem, entendido como um “mundo da palavra”. No circuito externo estão os sujeitos empíricos, pessoas reais, que se envolvem na troca comunicativa, chamados de parceiros, sendo eles o sujeito comunicante (EUC) e o sujeito interpretante (TUI). Já no circuito interno estão os sujeitos linguísticos ou de fala, que só existem no âmbito de um ato de linguagem específico, chamados de protagonistas, sendo eles o sujeito enunciador (EUE) e o sujeito destinatário (TUD) (Charaudeau, 2008).

De acordo com o autor, o EUC é um sujeito agente, que inicia o processo de produção a partir das circunstâncias do discurso e do seu projeto de intencionalidade. Assim, o EUC delinea um EUE, um ser de fala, um papel assumido no contexto da enunciação, que carregará seu projeto de intencionalidade a partir de uma identidade discursiva que este tenta estabelecer com a esfera de interpretação. O EUE direciona a sua fala ao TUD, um receptor idealizado a partir das informações que a instância de produção possui da instância de interpretação. Esse destinatário idealizado pode ou não coincidir com o sujeito real, o TUI, que receberá e, ativamente, exercerá o processo de interpretação do discurso. O TUI é o responsável por esse processo, que foge do controle do EUC, visto que ele é também um ser real. O TUI se baseia em suas percepções e saberes para proceder à interpretação.

A partir dessas exposições, buscamos realizar uma adaptação do quadro desenvolvido por Charaudeau (2008) representando a situação de comunicação e os sujeitos da linguagem. Dessa forma, trazemos a seguinte representação da situação de comunicação que abarca os *Minimanuais de Jornalismo Humanizado* desenvolvidos pela ONG *Think Olga*.

Figura 2: Representação da Situação de Comunicação na qual emergem os Minimanuais



Fonte: Adaptação elaborada a partir do diagrama desenvolvido por Charaudeau (2008)

Ao abordar os sujeitos da linguagem presentes nessa troca comunicativa, partimos da instância de produção e podemos afirmar que o sujeito comunicante é a ONG *Think Olga*, uma instância compósita por si mesma. Essa identificação pode ser facilmente verificada ao observarmos diversos elementos, como a logomarca do coletivo, presente na capa e contracapa de todos os manuais; o *site* do grupo, que é o destino onde o material está hospedado; e a inscrição do *site* presente na primeira página de todas as edições. A identificação do sujeito empírico também é explicitada na página inicial de apresentação dos manuais, a partir do texto “ONG *Think Olga* lança manual online, em formato pocket, com conjunto de regras básicas para evitar erros clássicos na abordagem de notícias relacionadas à grupos minorizados”.

A identidade institucional da *Think Olga* constituída é a de um grupo ligado às pautas feministas, assim como a causas relacionadas às lutas identitárias de outros grupos minoritários. A ONG se torna uma das referências nas discussões sobre feminismo, visto o grande número de projetos voltados para essa temática, o crescimento desses projetos, a dedicação à causa durante alguns anos seguidos, além do alcance e reconhecimento do público, comprovado pelo número de seguidores do *Think Olga* nas redes sociais.

Cria-se, assim, um reconhecimento do lugar de fala³⁵ da instituição quanto às questões de direitos humanos, muito mais por um viés do engajamento contínuo na causa do que por questões institucionalizadas, como títulos, formação ou cargos ocupados pelos membros do coletivo. Essa construção discursiva também pode ser percebida na apresentação que o coletivo faz de si mesmo em seu *site* e em suas mídias sociais. Não são mobilizados argumentos sobre a formação das pessoas participantes ou sobre vinculações institucionais e cargos ocupados; ao contrário, é reforçada a atuação constante em relação à pauta dos direitos das mulheres e de outros direitos humanos.

35 - A expressão lugar de fala busca reconhecer experiências, vivências e realidades que são ignoradas ou se distanciam da normatividade social padronizada. Neste caso, estamos falando de experiências que são compartilhadas socio-historicamente por grupos, indo além das vivências individuais. Assim, busca-se considerar que o lugar social que determinados grupos ocupam é responsável por restringir oportunidades e gerar visões diversas que precisam ser consideradas (Ribeiro, 2017).

Por uma perspectiva Semiolinguística (Charaudeau, 2008), podemos destacar que há um sujeito comunicante (EUC), majoritariamente representado pela figura institucional *Think Olga* e, em algumas situações, apoiado por outras pessoas e instituições que se relacionam diretamente com as causas abordadas nos manuais, seja por um estatuto profissional, seja pelas ações de ativismo³⁶. Ao tomar a palavra, esse sujeito comunicante projeta um sujeito enunciativo (EUe) marcado por um papel enunciativo de sujeitos midiativistas, ocupando um papel enunciativo de consultor, de especialista nos assuntos tratados, de conhecedor das lógicas e dos procedimentos da prática jornalística e midiática. É possível reconhecer esse caráter de ativismo pelo fato de os manuais se interessarem em problematizar a construção de um jornalismo humanizado muito mais de um ponto de vista das lutas identitárias do que de questões técnicas do âmbito jornalístico. Algumas questões técnicas da área não são abordadas ou detalhadas, como a produção da pauta, o processo de apuração, o uso de imagens, as regras ou instruções para citações dos entrevistados ou mesmo as questões jurídicas e burocráticas. Ainda assim, traz-se uma complexificação de questões pertinentes à prática jornalística, como o enquadramento e contextualização das notícias, as escolhas lexicais, a escolha das fontes, entre outros.

No ponto de vista da instância de interpretação, temos um destinatário idealizado (TUd). Esse destinatário projetado corresponde às pessoas envolvidas com o setor do jornalismo e da produção de conteúdo que estejam conscientes da necessidade de se repensar as questões de direitos humanos na produção jornalística contemporânea. Podemos perceber esse posicionamento, por exemplo, na distribuição do conteúdo que é feita no próprio *site* da ONG. Assim, é possível inferir que as pessoas que buscam por esse tipo de material compartilham dos ideais da equipe da *Think Olga*. Desse modo, o material é destinado àqueles que estejam abertos a esse diálogo e propensos a alterar suas práticas profissionais com uma finalidade de combater o preconceito.

Podemos acrescentar que esse destinatário ideal (TUd) vai além dos profissionais de comunicação marcados pelo endereçamento explícito no objeto. Outras pessoas que se interessam por essas discussões, que possuem certa consciência social, também fazem parte do público-alvo dos manuais e podem utilizá-los como uma ferramenta para leitura e análise do conteúdo jornalístico, assim como para reivindicação de mudanças nas práticas desviantes cometidas por veículos tradicionais.

Como sujeito interpretante (TUi), ou seja, o leitor real de cada minimanual, temos todas as pessoas que de fato têm acesso ao conteúdo partilhado, seja por iniciativa própria ou de terceiros, compartilhando ou não dos ideais ativistas expressos.

36 - É preciso destacar que apenas em dois dos manuais a ONG se apresenta como único sujeito responsável pelo conteúdo, portanto, ocupando os papéis de sujeito comunicante e sujeito enunciativo. Em outros cinco manuais há presença de outras pessoas ou instituições assinando como corresponsáveis pelo material produzido.

As estratégias discursivas

Se o nível situacional estabelece as restrições que sobredeterminam a troca linguageira no que tange à finalidade, às identidades dos parceiros, ao propósito e ao dispositivo da comunicação, o sujeito encontra no nível discursivo a sua margem de manobra para construir seu projeto de fala. De acordo com Charaudeau (2005, 2006), no nível discursivo, dadas as coerções impostas, é que se sinalizam os dados internos à linguagem, os papéis a serem desempenhados pelos sujeitos, as formas verbais a serem utilizadas e a maneira de dizer e agir em certas circunstâncias de linguagem, estabelecendo características de locução, relação e tematização. O sujeito falante pode intervir nesse processo e inserir sua individualidade, visando a conquistar a instância de recepção por meio do uso de estratégias discursivas, a saber, legitimidade, credibilidade e captação.

Baseada nos estudos de Charaudeau, Procópio (2015) explica essas três estratégias discursivas. Segundo explana, a legitimidade está diretamente ligada ao locutor do ato de linguagem, de modo a estabelecer uma relação entre este, uma situação e a posição social que ocupa. Essa estratégia pode ser construída mediante informações prévias acerca da identidade de quem produz o ato de linguagem e pistas deixadas pelo enunciador que validem sua autoridade. Dessa forma, a legitimidade é o que garante o poder de fala em uma determinada situação de comunicação.

A estratégia de credibilidade, por sua vez, se relaciona com “a posição de verdade do sujeito” (Procópio, 2015, p. 42) que enuncia, mostrando sua aptidão para dizer a verdade em relação a determinado ato de linguagem e para saber lidar com as restrições impostas pela situação de comunicação, o que fará com que seu interlocutor o perceba como confiável. Os recursos utilizados para atestar essa credibilidade podem ser baseados na autenticidade, na verossimilhança ou na explicação. Assim: “Em síntese, podemos dizer que a estratégia de credibilidade procura atestar a veracidade das informações trazidas em um discurso e a comprovar o saber dizer de um sujeito comunicador” (Procópio, 2015, p. 44).

Cumpre-nos ressaltar que esse estatuto de verdade pode ser assegurado pelo uso de recursos discursivos que comprovem a veracidade das informações apresentadas, como falas de pessoas que experienciaram dada situação, documentos, fotografias ou material jornalístico, reconstruindo os prováveis acontecimentos ou apresentando as origens que expliquem os fatos, por exemplo.

Por fim, a estratégia de captação está ligada às emoções que podem ser despertadas no sujeito interpretante, de modo a influenciá-lo em direção ao projeto de intencionalidade da instância de produção. Para que isso se efetive, é necessário considerar as crenças do interlocutor, bem como suas expectativas em relação ao que é enunciado. Portanto, a estratégia de captação não é estabelecida apenas por procedimentos linguísticos explícitos, mas por toda a organização do discurso, pela escolha de gêneros e pelas condições da situação de comunicação (Procópio, 2015).

Em relação à legitimidade e à credibilidade, detectamos a mobilização dessas estratégias quando se apresentam os sujeitos comunicantes responsáveis pelos minimanuais. De uma maneira geral, em todas as edições há uma forte mobilização da identidade social do coletivo *Think Olga*, uma instituição que possui um histórico de engajamento em causas sociais, principalmente nas questões relacionadas aos direitos das mulheres. O uso do nome e da “marca” *Think Olga*, reforçando tal identidade social, serve para conferir credibilidade ao que é dito, visto que o coletivo pode ser considerado uma das referências nacionais ao se tratar dessas causas.

Além disso, em alguns casos, esse sujeito comunicante abarca outras pessoas ou instituições que assumem a coautoria de algumas edições do manual ao lado da ONG. No manual relacionado às pessoas com deficiência, por exemplo, a coautoria é assumida pela antropóloga Adriana Dias. Para conferir legitimidade e credibilidade a ela, são fornecidas informações do seu estatuto profissional, explicitando cargos que ela ocupa, bem como experiências significativas relacionadas à temática, como podemos observar pelo trecho a seguir:

Esta segunda parte é sobre Pessoas Com Deficiência e foi desenvolvida por Adriana Dias, coordenadora do Comitê ‘Deficiência e Acessibilidade’ da Associação Brasileira de Antropologia e coordenadora de pesquisa tanto no Instituto Baresi (que cria políticas públicas para pessoas com doenças raras), quanto na ONG ESSAS MULHERES (voltada à luta pelos direitos sexuais e reprodutivos e ao combate da violência que afeta mulheres com deficiência). É Membro da American Anthropological Association e foi membro da Associação Brasileira de Cibercultura e da Latin American Jewish Studies Association (Think Olga, 2016b, p. 5).

Podemos constatar que os procedimentos de nomeação e qualificação são utilizados para caracterizar Adriana e as instituições em que ela está envolvida; além disso, averiguamos que são ressaltadas características de um âmbito profissional, havendo também a valorização do ativismo, como o trabalho em uma ONG e a explicitação de que as pesquisas que ela desenvolve estão voltadas para a criação de políticas públicas e para a luta pela causa defendida, nesse caso, a das pessoas com deficiência, com enfoque nas mulheres com deficiência.

O minimanual sobre racismo, a seu turno, tem autoria atribuída à própria ONG *Think Olga*, em parceria com a Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Sindicato de Jornalistas do Estado de São Paulo (Cojira/SP) e com a equipe do Blogueiras Negras. Também são citadas no manual algumas fontes entrevistadas, como as jornalistas e mulheres negras Juliana Gonçalves e Patrícia Gonçalves, além da ativista negra Aline Ramos. A seguir, destacamos algumas de suas falas, seguidas das caracterizações dessas enunciativas.

‘O ideal de beleza construído dialoga com as características de uma pessoa branca. Mesmo uma pessoa negra é julgada bonita se ela se aproxima ou se afasta desses ideais brancos’ diz Juliana Gonçalves, jornalista, mulher negra e membro da Cojira/SP (Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial de São Paulo) (Think Olga, 2016c, p. 16).

‘Essas expressões reforçam que não somos ninguém, somos safados, nunca vamos ter protagonismo. Quando as pessoas brancas se sentem à vontade para nos colocar nesse lugar, mesmo que sejam amigas, nada vai mudar. Se a pessoa não liga, porque eu vou ligar? Por que me preocupar com a linguagem que eu uso?’, questiona a jornalista e mulher negra, Patrícia Gonçalves (Think Olga, 2016c, p. 11).

‘A cobertura da imprensa sobre temas relacionados à negritude é muito rasa, é como se estivéssemos até hoje respondendo à pergunta: existe racismo ou não? Temos negros aparecendo nas editorias de cultura, beleza e comportamento, acho isso fabuloso, mas por que as editorias de cidade, cotidiano, política, ciência não abordam essas questões?’, questiona a ativista negra Aline Ramos (Think Olga, 2016c, p. 14).

Com base nesses fragmentos, podemos depreender que o uso marcado da estratégia de credibilidade se dá pela explicitação do fato de as enunciantoras serem mulheres negras, evidenciando-se, pois, um lugar de fala sobre o assunto, sustentado pelos saberes e vivências pessoais. Além disso, é possível notar que Aline tem o seu papel como ativista demarcado, o que reforça o entendimento de que os manuais foram desenvolvidos por pessoas que se engajam nas causas abordadas e apresentam um saber de experiência em relação a essas temáticas.

Com relação ao manual relacionado às pessoas LGBT, identificamos a coautoria de uma jornalista, Nana Soares. Entretanto, nesse caso, não foram mobilizadas de modo expresso as estratégias de legitimidade e credibilidade. O minimanual explicita que Nana é uma jornalista; dessa forma, podemos entender que ela possui credibilidade para escrevê-lo, porém não foram sinalizados outros elementos, ou de seu estatuto profissional, ou em relação à temática abordada, como vimos nas outras edições.

Em outros dois manuais também são demarcadas coautorias entre a ONG e jornalistas. Nina Neves³⁷ assina o volume sobre aborto, o qual também não traz informações de seu estatuto profissional. No entanto, é atribuído um papel de consultoria de conteúdo à Anis – Instituto de Bioética³⁸. Além disso, mesmo sem haver citações específicas, na capa dessa edição podemos destacar a inscrição da logomarca da Global Health Strategies (GHS Brasil)³⁹, grupo internacional que atua na área de políticas públicas

37 - De acordo com informações de currículo, Nina Neves é uma jornalista e produtora de conteúdo *freelancer* que já trabalhou em parceria com a *Think Olga* em diversas ocasiões.

38 - Definida em seu *site* da seguinte maneira: “A Anis: Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero é a primeira organização não-governamental, sem fins lucrativos, voltada para a pesquisa, assessoramento e capacitação em Bioética na América Latina”. Fonte: ANIS. [Sem título]. [S. l.]. Disponível em: <http://www.bioetica.org.br/?siteAcao=BioeticaBrasilIntegra&id=26>. Acesso em: 31 jul. 2024.

39 - GLOBAL HEALTH STRATEGIES. *Quem somos*. [S. l.]: Global Health Strategies. Disponível em: <http://globalhealthstrategies.com/bp/about-us/>. Acesso em: 28 mar. 2021.

voltadas para a saúde e o bem-estar. Na edição sobre jornalismo esportivo, a coautoria é creditada à jornalista Olga Bagatini, sendo possível observar informações relevantes sobre o seu estatuto profissional, pois Olga é “jornalista focada na cobertura esportiva há 4 anos e jogadora de basquete” (Think Olga, 2018, p. 3). Além disso, pesquisando sobre ela, confirmamos que Olga é uma jornalista interessada em esportes, em direitos humanos e, principalmente, na presença da mulher no mundo esportivo, além de possuir experiência de trabalho em grandes veículos de comunicação na área esportiva.

Desse modo, nesses dois volumes podemos confirmar que o uso das estratégias de legitimidade e credibilidade reforça o poder de falar e o estatuto de verdade do que é dito, por estarem corroborados pelas pessoas e instituições que assumem a função de coautoria.

Outra estratégia de credibilidade utilizada é a presença dos excertos retirados de veículos de comunicação analisados pelos minimanuais, acompanhados dos *links*. Estes servem como uma prova de verdade, validando a existência de tais discursos na mídia tradicional, o que gera credibilidade para a ideia central de se repensar as práticas jornalísticas a partir das instruções fornecidas pelo *Think Olga*. Ainda nesse viés, detectamos a aplicação de uma estratégia de credibilidade ao serem apresentados dados e informações importantes para contextualização das temáticas abordadas. Quando tais dados são acompanhados de referências explícitas da fonte de informação de onde foram obtidos, além de trazerem credibilidade para o que é dito, também concorrem para uma validação baseada na legitimidade de outras instituições que realizaram as pesquisas, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Instituto de Segurança Pública (ISP) do Rio de Janeiro, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Organização Mundial de Saúde (OMS), por exemplo.

Entretanto, verificamos que, em alguns casos, as informações são repassadas sem um registro da fonte de origem. Como podemos comprovar nos trechos a seguir, há um caráter explicativo, no caso do primeiro trecho, com as informações e o crédito das fontes. O segundo e o terceiro, por sua vez, mostram exemplos de conteúdos apresentados sem o registro das fontes de informação responsáveis por tais considerações.

No Brasil, a expectativa de vida de travestis e transsexuais é de apenas 35 anos – para comparação, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) calcula que a expectativa de vida do brasileiro é, em média, de 75 anos. Segundo os dados da ONG Transrespect, nosso país, sozinho, registrou 38% dos assassinatos dessa população que ocorreram em todo mundo entre janeiro de 2008 e junho de 2016 (Think Olga, 2017b, p. 4).

O estupro é um dos crimes mais subnotificados, por várias razões (Think Olga, 2016a, p. 6).

Vale lembrar que Brasil foi o país que mais traficou pessoas escravizadas. Calcula-se que cerca de 20% de todas as pessoas traficadas do continente africano foram trazidas para o Brasil (cerca de 5 milhões de pessoas, quantidade muito superior ao número dos EUA, de 400 mil) (Think Olga, 2016c, p. 6).

Em nosso ponto de vista, essa ausência do registro explícito da fonte de informação pode acarretar, de certo modo, alguma falta de credibilidade do material e, em consequência, das demais informações nele contidas. Além disso, por se tratar de um material midiativista, inserido em um contexto de disputa e luta por direitos sociais, a construção da credibilidade é necessária para validar a importância da causa abordada, bem como da existência de produções como os *Minimanuais de Jornalismo Humanizado*, que visam a problematizar o jornalismo tradicional e propor mudanças.

Para finalizar esta seção, no que tange à estratégia de captação, voltada para os sentimentos e emoções provocadas no leitor, notamos que esta se faz presente a partir das temáticas abordadas, visto que tratam de pessoas e grupos sociais que são historicamente marginalizados e possuem seus direitos negados ou questionados pela sociedade. Dessa forma, os manuais objetivam destacar a responsabilidade do jornalismo acerca desses aspectos a partir de abordagens vistas como inadequadas. Esse tipo de discurso pode ser entendido como uma forma de sensibilizar os leitores para fazer com que eles se engajem em torno das causas e se posicionem como favoráveis às mudanças sugeridas pelos minimanuais.

Algumas palavras para concluir

No presente capítulo realizamos uma análise discursiva do conjunto de *Minimanuais de Jornalismo Humanizado* desenvolvidos pelo coletivo feminista *Think Olga*, que procura problematizar algumas abordagens do jornalismo convencional em relação a grupos minoritários – especificamente as mulheres, as pessoas com deficiência, a população negra e a comunidade LGBT –, oferecendo instruções quanto a maneiras vistas como adequadas e inadequadas de se tratar as temáticas que os abrange.

Nossas análises semiolinguísticas demonstram como o coletivo *Think Olga* faz escolhas linguístico-discursivas que buscam educar seu público visando ao engajamento para a causa central: a necessidade de modificações no jornalismo contemporâneo por meio de sua humanização. Nossa investigação evidencia, ainda, a luta desse coletivo por mudanças sociais, as quais (per)passam as mudanças discursivas.

A ONG, assim, toma como propósito tanto os direitos sociais e lutas identitárias dos grupos minoritários quanto o jornalismo em si. Nesse sentido, o sujeito enunciativo busca enfatizar as inconformidades recorrentes na prática jornalística tradicional, estabelecendo esta como a maneira inapropriada de se trabalhar em relação às minorias. Esse posicionamento serve para reforçar o argumento da necessidade de se repensar a maneira como o jornalismo é feito atualmente e propor mudanças, representadas pelas instruções oferecidas, as quais buscam construir um jornalismo humanizado, que seja respeitoso às diferenças, que se aprofunde em relação às temáticas complexas, que vá além de fontes oficiais e que, de fato, escute e dê visibilidade para as pessoas que vivenciam uma desvantagem em comparação com os membros de dado grupo social dominante.

É importante destacar que os minimanuais surgem em um contexto de disputas, contexto este marcado por diversas conquistas sociais, voltadas, principalmente, aos grupos minoritários, nos primeiros anos do século XXI, paralelamente ao avanço de uma onda reacionária ultraconservadora em diversos âmbitos da sociedade, que parece colocar em dúvida a estabilidade de tais conquistas. Esse conflito faz com que a maneira como a mídia aborda as questões de direitos humanos fique ainda mais em evidência, o que motiva o surgimento de ações midiativistas voltadas para essa questão, como o objeto por nós analisado.

Referências

- CHARAUDEAU, P. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Coordenação da equipe de tradução: Ângela M. S. Corrêa, Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.
- CHARAUDEAU, P. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Tradução: André Luiz Silva, Rafael Magalhães Angrisano. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017.
- CHARAUDEAU, P. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (org.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 11-27. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Uma-analise-semiolinguistica-do.html>. Acesso em: 26 mar. 2020.
- CHARAUDEAU, P. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. de (org.). *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004. p. 13-41.
- FRANÇA, V. O acontecimento e a mídia. *Galáxia (Online)*, São Paulo, n. 24, p. 10-21, dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/12939>. Acesso em: 11 mar. 2021.
- GODINHO, I. O. *Midiativismo e direitos humanos: análise discursiva de minimanuais de jornalismo humanizado*. 2021, 148 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2021.
- GUAZINA, L. O conceito de mídia na comunicação e na ciência política: desafios interdisciplinares. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 49-64, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/2469>. Acesso em: 8 fev. 2021.
- IJUIM, J. K. As diferenças e o diferente: o respeito ao outro como forma de humanizar o jornalismo. *Rastros*, [s. l.], n. 19, p. 9-22, out. 2014.
- IJUIM, J. K. Humanização e desumanização no jornalismo: algumas saídas. *Revista Comunicação Midiática*, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 117-137, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/290>. Acesso em: 28 jan. 2021.

- IJUIM, J. K.; SARDINHA, A. C. Algumas meias verdades sobre a narrativa jornalística... e a busca por um jornalismo humanizado. *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, v. 30, p. 155-176, 2009. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/858>. Acesso em: 17. set. 2020.
- LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, [s. l.], v. 19, n. 2, p. 17-23, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643470>. Acesso em: 7 dez. 2020.
- PROCÓPIO, M. R. A mobilização de estratégias na tessitura discursiva de biografias. *Intersecções*, [s. l.], ano 8, n. 1, ed. 15, p. 38-58, maio 2015. Disponível em: <http://www.portal.anchieta.br/revistas-e-livros/interseccoes/pdf/interseccoes-ano-8-numero-1.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2020.
- RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- SILVERSTONE, R. *Por que estudar a mídia?* Tradução: Milton Camargo Mota. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- THINK OLGA. *Minimanual do Jornalismo Humanizado*: Parte I: Violência contra a mulher. [S. l.: s. n.], 2016a. Disponível em: https://thinkolga.com/wp-content/uploads/2020/04/ThinkOlga_Minimanual_Parte_I_Violencia_Contra_Mulher.pdf. Acesso em: 14 out. 2020.
- THINK OLGA. *Minimanual do Jornalismo Humanizado*: Parte II: Pessoas com deficiência. [S. l.: s. n.], 2016b. Disponível em: https://thinkolga.com/wp-content/uploads/2020/04/ThinkOlga_Minimanual_Parte_II_Pessoas_com_Deficiencia.pdf. Acesso em: 14 out. 2020.
- THINK OLGA. *Minimanual do Jornalismo Humanizado*: Parte III: Racismo. [S. l.: s. n.], 2016c. Disponível em: https://thinkolga.com/wp-content/uploads/2020/04/Minimanual_Parte_III_Racismo.pdf. Acesso em: 14 out. 2020.
- THINK OLGA. *Minimanual do Jornalismo Humanizado*: Parte IV: Estereótipos nocivos. [S. l.: s. n.], 2017a. Disponível em: https://thinkolga.com/wp-content/uploads/2020/04/ThinkOlga_Minimanual_Parte_IV_Estereotipos_Nocivos.pdf. Acesso em: 14 out. 2020.
- THINK OLGA. *Minimanual do Jornalismo Humanizado*: Parte V: LGBT. [S. l.: s. n.], 2017b. Disponível em: https://thinkolga.com/wp-content/uploads/2020/04/ThinkOlga_Minimanual_Parte_V_LGBT.pdf. Acesso em: 14 out. 2020.
- THINK OLGA. *Minimanual do Jornalismo Humanizado*: Parte VI: Aborto. [S. l.: s. n.], 2017c. Disponível em: https://thinkolga.com/wp-content/uploads/2020/04/ThinkOlga_Minimanual_Parte_VI_Aborto.pdf. Acesso em: 14 out. 2020.
- THINK OLGA. *Minimanual do Jornalismo Humanizado*: Parte VII: Jornalismo esportivo. [S. l.: s. n.], 2018. Disponível em: https://thinkolga.com/wp-content/uploads/2020/04/ThinkOlga_Minimanual_Parte_VII_JornalismoEsportivo.pdf. Acesso em: 14 out. 2020.
- ZAMIN, A. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 918-942, set./dez. 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4955/495551017008.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2021.

Letramento e divulgação científica: o ensino de escrita na EJA

Leilane Morais OLIVEIRA⁴⁰

Cristiane CATALDI dos Santos Paes⁴¹

Introdução

O tema deste capítulo, para além de sua relevância social explícita, é condizente com uma epistemologia que pressupõe a transformação social e a problematização das desigualdades como condição *sine quibus non* do trabalho acadêmico (Pennycook, 2004; Rajagopalan, 2006). Sob uma perspectiva contemporânea que, dialogando com teorias pós-modernas e pós-coloniais, entende o trabalho do pesquisador da linguagem como *locus* científico “transgressivo” e “indisciplinar”, o desenvolvimento deste estudo comprometeu-se eticamente com a sociedade, propondo a pesquisa como uma forma de esperança (Moita Lopes, 2006).

O ano era 2012 e, na ocasião, havia duas mulheres trabalhando: uma orientadora dedicada e uma mestranda – pesquisadora principiante, jovem de 24 anos, cheia de objetivos profissionais, sonhando com a possibilidade de se tornar professora de magistério superior um dia. Esta, filha de um sindicalista com fundamental incompleto e neta de um analfabeto, passou a vislumbrar a possibilidade de realizar a sua pesquisa junto à Educação de Jovens e Adultos (EJA), quando – no Programa de Pós-Graduação do Departamento de Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV) – cursou algumas disciplinas de Linguística Aplicada.

Assim, o projeto de pesquisa que lhe permitiu entrar no programa foi totalmente alterado e, unindo a área de Análise do Discurso da Divulgação Científica ao Letramento em Português como Língua Materna, o foco tornou-se o desenvolvimento de um estudo de caso no Núcleo de Educação de Adultos (NEAD) da UFV com uma turma destinada às séries finais do Ensino Fundamental.

40 - Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa (UFV), atuando na área de Linguística da Língua Portuguesa junto ao curso de Pedagogia. Desenvolve pesquisas voltadas para Análise do Discurso Político, Políticas Linguísticas e Ensino de Língua Portuguesa. E-mail: leilane.oliveira@ufv.br

41 - Professora Titular do Departamento de Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Doutora em Linguística pela Universitat Pompeu Fabra – Barcelona/Espanha. Realizou Pós-Doutorado em Divulgação das Ciências na Universidade do Porto – Porto/Portugal. Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras do Departamento de Letras da UFV. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa e Linguística, atuando principalmente nas áreas de pesquisa: Análise do Discurso da Divulgação Científica; Gênero Discursivo, Mídia e Identidade. E-mail: cristiane.cataldi@ufv.br

Alvo de marginalização, por parte da sociedade letrada, o jovem/adulto em fase de escolarização tardia representa – na pós-modernidade marcada pela globalização, burocratização, expansão dos conhecimentos científicos e tecnológicos – uma mão de obra não qualificada e, portanto, pouco valorizada. Esse jovem/adulto, algumas vezes, apresenta uma trajetória escolar marcada por baixos índices de permanência no ambiente educacional ou mesmo por nenhum contato, o que escancara desigualdades sociais de diversas ordens, sobretudo quanto ao acesso ao domínio pleno da escrita e da leitura.

Segundo Oliveira (1995, p. 147), os grupos sociais aos quais pertence esse jovem/adulto “tendem a ser extremamente homogêneos do ponto de vista social: seus membros são migrantes de zonas rurais empobrecidas, trabalhadores em ocupações urbanas pouco qualificadas [...] e filhos de trabalhadores rurais analfabetos ou semi-analfabetos”. Vóvio (2012) diz que os estudantes da EJA formam grupos heterogêneos em relação aos ciclos de vida em que estão, às suas biografias e identidades, às suas disposições para aprender e às necessidades formativas, às suas representações sobre o ler e escrever e aos conhecimentos e às habilidades construídas em suas experiências de vida.

Esse cenário segue alarmante no Brasil, uma vez que o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – (2022) demonstrou que a população acima dos 15 anos de idade ainda possui um contingente de 11,4 milhões de pessoas analfabetas. Em 2012, o quadro era ainda pior, totalizando aproximadamente 16,9 milhões de brasileiros que não sabiam ler e escrever.

Diante dessa realidade, esta pesquisa – realizada entre 2012 e 2013 – investigou a escrita em língua materna de sujeitos participantes do NEAD da UFV, verificando se os alunos, após aplicação de uma Sequência Didática desenvolvida a partir do gênero “Carta ao Leitor”, utilizaram os procedimentos linguístico-discursivos de expansão, redução e variação – visando à divulgação de um conteúdo científico (Infecções Sexualmente Transmissíveis⁴²).

O capítulo foi então dividido da seguinte forma: após a introdução, apresenta-se o referencial teórico que norteou a pesquisa e, na sequência, os procedimentos metodológicos guiadores da coleta e da análise dos dados. Na sequência, chega-se ao momento da discussão dos dados. As produções textuais dos alunos – produzidas como “versão final” da Sequência Didática – são analisadas, a fim de verificar se foram utilizados os procedimentos linguístico-discursivos para organização dos textos. Por fim, são apresentadas algumas conclusões e as referências bibliográficas.

42 - O termo *Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)* é utilizado neste capítulo em função de o Ministério da Saúde ter atualizado a denominação em sua estrutura regimental. Por meio do Decreto nº 8.901/2016 – publicado no Diário Oficial da União em 11.11.2016, Seção I, páginas 03 a 17 –, *Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST)* deixou de ser empregado, cedendo espaço à utilização de IST. Note-se então que, dado o fato de este estudo ter ocorrido entre os anos de 2012 e 2013, os estudantes que participaram da pesquisa aplicaram, em seus textos, o termo anteriormente em voga.

Referencial teórico

Letramento

O presente estudo tem como base a discussão de autores (Cook-Gumperz, 2002; Kleiman, 1995, 2007, 2008; Rojo, 2008; Signorini, 2007; Soares, 2016, 2021; Street, 2003) que se filiam aos Novos Estudos do Letramento, entendendo-o como um complexo fenômeno de ordem social e discutindo como este se dá, em diferentes contextos culturais, como prática social e ideológica da leitura e da escrita.

À apropriação das habilidades de escrita e de leitura e à sua utilização no meio social dá-se, portanto, o nome de *letramento*. Diferentemente de *alfabetização*, que designa unicamente o reconhecimento e a compreensão do sistema de escrita alfabética, em processos de codificação na escrita e/ou decodificação na leitura, o *letramento* abrange as consequências sociais e cognitivas que a incorporação desses processos gera na vida em sociedade.

Magda Soares, ao abordar a questão dos métodos para a alfabetização – em obra de 2021 –, argumentou que a aprendizagem inicial da língua escrita se circunscreve no âmbito de três facetas: a linguística, a interativa e a sociocultural. De acordo com a pesquisadora, a faceta linguística – que ela compreende como sendo a alfabetização – é a base das outras duas – **correspondentes ao letramento** –, uma vez que, embora os aprendizes necessitem aprender a reconhecer e a produzir correta e fluentemente as relações fonema-grafema, é absolutamente imprescindível desenvolver habilidades proficientes de produção e compreensão do texto escrito, bem como um entendimento de como a língua escrita funciona em usos sociais.

Em estudo anterior, Soares (2016) já havia argumentado que é preciso reconhecer a necessidade de promover uma conciliação entre o letramento e a alfabetização, sem perder a especificidade de cada um desses processos. Embora distintos, alfabetização e letramento são interdependentes e indissociáveis: a alfabetização só tem sentido quando desenvolvida no contexto de práticas sociais de leitura e de escrita e por meio destas, ou seja, em um contexto de letramento e por meio de atividades de letramento. O letramento, por sua vez, igualmente só pode desenvolver-se na dependência da e por meio da aprendizagem do sistema de escrita.

A ideia é, então, a de que todas as práticas escolares devem focar simultaneamente em habilidades relacionadas ao desenvolvimento da alfabetização e do letramento. Este pressuposto baseia-se na concepção de que os sujeitos iniciam o seu contato com o sistema de escrita alfabética e, portanto, com práticas de leitura e de escrita muito antes de acessarem os contextos de escolarização formal, desenvolvendo assim o seu conceito de língua escrita, das funções de ler e escrever, seu conhecimento de letras e números, bem como sua compreensão acerca da diferenciação entre gêneros e suportes de gêneros textuais.

Assim, a alfabetização deve ser vista como instrumento para se envolver em práticas e usos da língua escrita, de modo que o letramento seja a base para interação e comunicação. Neste viés, o sujeito alfabetiza-se, isto é, constrói conhecimento sobre o sistema alfabético e ortográfico da língua escrita em situações de letramento (no contexto de e por meio de interação com material escrito real em práticas sociais que demandem a leitura e a escrita). Por outro lado, é por meio da aquisição do sistema alfabético e ortográfico que esse mesmo sujeito pode obter competências e habilidades para ser um usuário eficiente da escrita nas práticas sociais que a envolvem.

Assim, cabe considerar as múltiplas facetas que envolvem o processo de aprendizagem da língua escrita e da leitura, pois é necessário desenvolver competências relativas a cada uma, fundamentando-se em princípios e teorias concernentes. No entanto, isso deve ser feito de modo a desenvolver harmonicamente a aprendizagem do todo, considerando as práticas reais de uso social da escrita e da leitura, em que diferentes competências atuam em concomitância (Soares, 2021).

Tais práticas, compreendidas como letramento, referem-se à condição daqueles que se tornam capazes de usar socialmente a escrita e a leitura. Assim, ainda que um sujeito seja alfabetizado e saiba reconhecer o sistema de escrita alfabética, caso ele não faça uso desse sistema em práticas sociais que demandam a produção e a leitura de gêneros discursivos, pode-se dizer que não suplantou a condição de alfabetizado.

Para Magda Soares (2009, p. 23), pessoas que possuem baixo ou nenhum nível de letramento são aquelas que “evidenciam *não viver em estado ou condição de quem sabe ler e escrever*, isto é, pessoas que não incorporaram os usos da escrita, não se apropriaram plenamente das práticas sociais de leitura e de escrita”. Logo, embora leitura e escrita sejam processos heterogêneos, são complementares em relação ao fenômeno do letramento.

Em termos individuais e entendendo esses processos como práticas sociais a serem adquiridas pelos sujeitos, sabe-se que a leitura e a escrita englobam diversas habilidades – de ordem linguística e cognitiva. Na leitura, vão desde a “habilidade de decodificar palavras escritas até a capacidade de compreender textos escritos”, representando um “processo de relacionar símbolos escritos a unidades de som e[...] de construir uma interpretação de textos escritos”; já na escrita, “estendem-se da habilidade de registrar unidades de som até a capacidade de transmitir significado de forma ideal a um leitor potencial”, demarcando o “processo de relacionar unidades de som a símbolos escritos e [...] de expressar idéias e organizar o pensamento em língua escrita” (Soares, 2004, p. 68-70).

No entanto, ainda que estabelecidos exemplos referentes às habilidades que envolvem leitura e escrita, o letramento e o fato de um sujeito ser ou não letrado são fenômenos que não podem ser discutidos em termos absolutos, uma vez que são diversos os níveis de letramento que uma pessoa pode assumir ao longo de sua experiência em sociedade. Nesse sentido, o letramento, sendo individual, altera-se ao longo da vida dos sujeitos, visto ser fruto das práticas e experiências sociais.

Kleiman (2008, p. 15) argumentou que, no Brasil, muitos estudos relacionados ao letramento representam uma tentativa de unir interesses teóricos a interesses sociais, de modo a transformar a realidade de grupos marginalizados no que tange às práticas da escrita e da leitura. Scribner (1984, p. 8), ainda na década de 1980, usou a metáfora de “letramento como poder”, discutindo que a pobreza, alienação e/ou ausência de formação política quase sempre estão associadas a problemas decorrentes de dificuldades de acesso à escolarização e a baixos níveis de letramento.

Entendendo o letramento como a aquisição da capacidade de usar a linguagem, de forma eficiente, nas diferentes situações, vê-se que a prática social é que deve moldar o trabalho com os gêneros na escola, a fim de viabilizar não somente o ensino e a aprendizagem, mas a participação dos aprendizes em eventos de letramento de diversos contextos sociais, inclusive daqueles que abarcam práticas de maior prestígio social.

Signorini (2007, p. 323) destaca que:

[...] o letramento escolar se constitui de práticas letradas específicas, no caso do ensino de Língua Portuguesa, essas são práticas orientadas para a comunicação social em sentido amplo (não só a comunicação no âmbito institucional) e para objetivação de saberes sobre o funcionamento e os usos da língua nacional. São também práticas que estão em relação solidária e/ou de confronto com outras práticas sociais dentro e fora da instituição (Signorini, 2007, p. 323).

Sendo assim, compreende-se que tentar proporcionar, aos alunos da EJA, um contato maior com informações científicas, por exemplo, e/ou estudar gêneros discursivos relativos às práticas privilegiadas de escrita é uma maneira de adequar o ensino e a presente pesquisa às afirmações supracitadas.

Análise do Discurso da Divulgação Científica

A Análise do Discurso, tendo como base a linguagem em uso, permite relacionar os elementos linguísticos às condições em que os discursos são produzidos, de forma que os procedimentos discursivos, as formas de construção textual e os gêneros são contemplados a partir dos propósitos e dos protagonistas que participam da cena enunciativa (Calsamiglia; Cassany, 1999).

No contexto da divulgação científica, ocorre a aproximação entre dois universos discursivos distintos: o técnico e científico, por um lado, e o cotidiano, por outro. Assim, torna-se importante a aparição de um enunciador que seja capaz de destacar algumas particularidades do mundo científico enquanto as transmite a um público abrangente. O discurso de divulgação científica, então, representa uma espécie de deslocamento social da ciência, pois esta sai das comunidades discursivas onde é inicialmente produzida para entrar em contato com um público diferente do acadêmico.

Grillo (2005, p. 1) argumenta que, ao sair de seu campo de produção primeiro, os saberes científicos adquirem feições diversas em razão de três instâncias: as formas de organização social, as formas de interação verbal e os tipos de enunciado. Para essa autora, a divulgação da ciência pertence

[...] ao campo da informação midiática (entendida como o conjunto de suportes tecnológicos cujo papel social é difundir as informações relativas aos acontecimentos contemporâneos do espaço público, seja na imprensa, rádio, televisão ou internet); [é] uma forma de interação verbal na qual o produtor jornalista, cientista ou ambos em parceria promovem a circulação de saberes científicos e tecnológicos a um público amplo [...]; [e é] materializada em diferentes gêneros (reportagens, artigos, editoriais etc.) de diferentes meios nos quais ganha características próprias (Grillo, 2005, p. 4-5).

Assim, a tarefa de divulgar a ciência e a tecnologia apresenta-se como uma prática discursiva dinâmica, determinada por uma série de recursos e procedimentos discursivos. O fato de a divulgação ser a representação de um discurso acerca de outro revela a dinâmica cognitiva, intertextual e social que caracteriza essa prática: o saber é apresentado em discursos e estes são sucessivamente reformulados segundo as formações discursivas em que circulam.

Desse modo, o discurso de divulgação torna-se o responsável por transmitir as informações de um meio científico particular e, por meio de procedimentos de reformulação textual e discursiva, colocar as informações à disposição de um público que, muitas vezes, não é especializado nos assuntos veiculados.

Destacamos que a ciência só se estabelece, como produto discursivo, por meio do delinear de um sujeito-cientista e de uma instância discursiva que o reconheça como tal, firmando e promovendo sua pesquisa; a qual pode ter sido realizada no espaço de universidades, de laboratórios privados etc. (Grigoletto, 2005). Já a divulgação firma-se em espaços discursivos movidos pela interação entre ciência e senso comum, como é o caso dos meios de comunicação de massa e das instituições de ensino que, por sua vez, prestam-se à didatização dos conteúdos científicos.

Ressalta-se que a escola funciona, por vezes, como instância discursiva em que a divulgação da ciência é efetivada, pois representa um ambiente em que se versa sobre descobertas científicas já realizadas, a fim de que se tornem objetos de interações comunicativas que têm por finalidade o ensino dos conteúdos científicos.

Assim, a presente pesquisa parte de um conteúdo científico – a respeito de Infecções Sexualmente Transmissíveis – publicado em um livro didático, entendendo-o como discurso científico no âmbito escolar. Aos alunos, então, solicitou-se a atividade textual/discursiva de produzir exemplares do gênero Carta ao Leitor, objetivando que as informações contidas no referido texto científico fossem divulgadas por meio da atividade didática.

A popularização das informações de caráter científico é um processo que se apresenta a partir de uma variedade de estratégias comunicativas relacionadas à seleção, à organização e à reformulação discursiva das informações, o que permite observar o tratamento que é dado, pelos enunciadores, aos fatos científicos por eles divulgados. Esse processo, chamado de recontextualização do discurso científico, caracteriza-se por recriar esse tipo de conhecimento para cada público, quando os enunciadores, de modo

específico, buscam transmitir a ciência de uma forma que seja acessível ao público não especializado (Calsamiglia *et al.*, 2001; Van Dijk, 2011). Assim, considera-se que o divulgador tem acesso ao discurso científico e o transforma, por meio do processo supracitado, em um outro tipo de discurso: o de divulgação.

Desse modo, a tarefa divulgadora não somente exige a elaboração de uma forma discursiva adequada às novas circunstâncias (conhecimentos prévios dos destinatários idealizados, interesses, formação discursiva etc.), mas também a utilização de estratégias que permitam a recepção eficaz das informações científicas por um público diferente.

Tal processo de recontextualização se refere, portanto, à transformação do discurso científico *sui generis* no discurso de divulgação científica, o qual se materializa marcado por procedimentos discursivos específicos, entre os quais pode-se destacar os de *expansão*, *redução* e *variação* (Calsamiglia *et al.*, 2001; Cassany; López; Martí, 2000; Cataldi, 2003, 2007a, 2007b, 2008; Ciapuscio, 1997).

A **expansão** refere-se a um procedimento que consiste em incluir, no texto de divulgação científica, informações que não constam no texto científico-fonte, mas que são indispensáveis à compreensão do leitor ao qual o texto de divulgação se dirige. A **redução** caracteriza-se por dois movimentos: um de supressão de informações do texto científico que, por motivos diversos, não são relevantes, necessárias ou convenientes ao sujeito que irá divulgá-las; e outro de condensação/síntese dos conteúdos apresentados no texto científico. Já a **variação** diz respeito às múltiplas transformações (sinonímicas, descritivas, associativas etc.) pelas quais um texto científico pode passar até ser divulgado para o público-alvo; o que se dá em função desse público, visto que a linguagem científica, não raro, acaba sendo veiculada (ou didatizada) de uma forma mais acessível aos possíveis leitores.

Assim, entende-se que a divulgação científica é básica àqueles que fazem ciência e que a produção da ciência não ocorre fora do contexto social, de modo que “deve extrapolar os muros da comunidade científica; [pois] caso contrário, torna-se improdutiva, estéril e improficua” (Targino, 2006, p. 26). Sob esse prisma, a prática de identificar informações de caráter científico e o exercício de divulgá-las no âmbito da escola – por meio da sequência didática realizada neste estudo de caso – são modos de ampliar o acesso à ciência.

Ao longo desta seção, foram apresentados os principais suportes teóricos e conceitos que nortearam a realização deste estudo. A seguir, serão abordados o contexto social em que a pesquisa se deu, os perfis dos participantes estudados e os procedimentos metodológicos utilizados para coleta e análise dos dados.

Metodologia

O presente estudo foi realizado, de forma interventiva e com base etnográfica, no NEAD da UFV. Trata-se de uma pesquisa referente ao letramento – em língua materna – de sujeitos inseridos nessa realidade social, com foco na produção textual do gênero discursivo Carta ao Leitor.

Dessa forma, o percurso metodológico aqui proposto encontra-se em conformidade com as especificidades que caracterizam os Estudos de Letramento e a Análise do Discurso (mais especificamente a Análise do Discurso da Divulgação Científica) – como métodos de estudo qualitativos e linguísticos.

Contexto estudado

O NEAD funciona desde 1987 no *campus* da UFV. Sua origem deveu-se à iniciativa de criar um projeto de alfabetização voltado para um grande número de funcionários (aproximadamente 30%) que, na época, não sabiam ler e escrever – o que se deve à fundação do sindicato de servidores da universidade, ocorrida em 1984, uma vez que, a partir desse coletivo, os funcionários perceberam a necessidade de que os analfabetos precisavam estudar. Assim, o então reitor permitiu que eles fossem liberados de suas jornadas de trabalho, durante duas horas diárias, para frequentar as aulas oferecidas pelo núcleo.

Nesse início, o NEAD oferecia apenas a alfabetização, tendo como professores os alunos de Pedagogia e de licenciaturas da própria universidade. Porém, ao concluírem o ciclo da alfabetização, os funcionários solicitaram a continuidade de seus estudos, o que levou o núcleo a oferecer o primeiro ciclo da Educação Básica, isto é, as primeiras cinco séries do Ensino Fundamental. Posteriormente, entre 1995 e 2000, respectivamente, os alunos concluintes solicitaram que turmas do segundo ciclo do Ensino Fundamental e do Ensino Médio fossem abertas.

Mais recentemente, o núcleo deixou de oferecer aulas somente aos funcionários da universidade e passou também a atender a comunidade geral de Viçosa, MG, disponibilizando uma média de cem vagas anuais. Em 2012, ano em que a pesquisa foi realizada, o núcleo iniciou os seus trabalhos com noventa alunos e nove turmas, sendo três para Alfabetização, uma de Matemática, duas de Língua Portuguesa, uma de Língua Inglesa e duas de Informática. Ademais, uma vez por semana, esses alunos eram contemplados com uma hora de aula sobre saúde (alimentação saudável, risco de doenças etc.).

Como os ciclos educacionais são concluídos em um ano nesse núcleo, isto é, o primeiro ciclo do Ensino Fundamental, o segundo ciclo do Ensino Fundamental e todo o Ensino Médio são concluídos em um ano cada um, as turmas mesclam pessoas de diferentes faixas etárias e diferentes níveis de escolarização. Não é feito um nivelamento para selecionar as pessoas que irão compor uma turma. Ao fazer a matrícula, o aluno é quem escolhe em qual turma quer ficar e para qual está preparado.

Em 2012, as aulas ocorriam em dois horários diários, a saber: das 7h às 9h e das 15h às 17h. Anteriormente, também havia aulas no período das 18h às 20h, porém, como a maioria dos cursos de licenciatura da UFV são noturnos e como os professores do núcleo são alunos desses cursos, as turmas noturnas foram fechadas mediante a impossibilidade de os professores ministrarem as aulas. Ainda em relação às turmas e aos horários das aulas, observa-se que, durante um mesmo ano, o aluno só pode concluir duas matérias, pois as aulas de várias delas ocorrem simultaneamente.

Esses professores, quando não trabalham em regime voluntário, são selecionados por meio de concurso e, em 2012, recebiam uma bolsa – no valor de 360 reais – fornecida pela Pró-Reitoria de Ensino da UFV. O regime de trabalho dos professores era de doze horas semanais, sendo dez para ministrar as aulas e duas para reuniões pedagógicas com a professora que coordenava o núcleo à época: Rosa Porcaro, do Departamento de Educação. No ano em que a pesquisa foi realizada, todos os professores eram bolsistas, de modo que não havia voluntários atuando.

O núcleo não fornece certificados de conclusão dos ciclos educacionais, atuando apenas como um ambiente preparatório para as provas que são fornecidas pelas instituições habilitadas pela Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais. Sendo assim, os conteúdos ministrados são, atualmente, organizados em função do que o Centro Estadual de Educação Continuada (CESEC) de Viçosa, MG, cobra em suas provas. Dessa forma, os conteúdos são dados em oito módulos e não se diferenciam do que a escola pública fornece, de modo que o núcleo acaba funcionando apenas como um reforço para os conteúdos ministrados pelo CESEC. As avaliações dos alunos são unicamente para testar o avanço no processo de ensino e aprendizagem, pois não servem para conferir notas.

Ainda que o ciclo educacional de uma matéria ocorra em um ano, é necessário acrescentar que muitos alunos permanecem no núcleo por mais tempo do que isso. Alguns afirmam que não se sentem preparados para as provas dos centros supletivos e outros argumentam que ainda querem aprender mais, pois, como são alunos do núcleo, buscam apenas o aprendizado e não têm o interesse de adquirir certificados de conclusão.

O fato de o núcleo não fornecer certificados, além de permitir que ele atue em paralelo com as instituições de ensino supletivo, o leva, muitas vezes, a não ir além do que a escola pública faz (pois, como foi dito, segue seus módulos e parâmetros) e, por meio de um regime escolar diurno que, às vezes, coincide com as funções de trabalho e de outras atividades dos alunos, gera desinteresse e evasão escolar. Isso é demonstrado pela apuração sistemática e diária da frequência: na turma em que a pesquisa foi realizada, por exemplo, quinze alunos se matricularam, onze iniciaram o ano letivo, cinco voltaram após as férias do meio do ano e, em novembro, a turma fechou por falta de assiduidade discente.

Turma participante: sujeitos envolvidos

Esta pesquisa voltou-se para o estudo dos textos produzidos por cinco sujeitos: alunos da turma de Língua Portuguesa do NEAD. Todos frequentavam as aulas de Português em uma turma que funcionava no período vespertino (das 15h às 17h), voltada para os conteúdos do segundo ciclo do Ensino Fundamental, ou seja, do 6º ao 9º ano. Embora essa turma tenha iniciado o ano letivo com quinze alunos matriculados, somente cinco voltaram após as férias do meio do ano e, portanto, somente cinco participaram do período de coleta de dados desta pesquisa.

Sobre esses participantes, trata-se, de modo específico, de quatro mulheres e um homem, os quais foram categorizados como P1, P2, P3, P4 e P5. Por meio de um questionário, elaborado para identificar o perfil social e histórico desses participantes, pôde-se descobrir que a idade varia entre 20 e 61 anos, como apresentado na tabela a seguir.

Tabela 1: Idade dos participantes

Participante	Idade
P1	53 anos
P2	61 anos
P3	47 anos
P4	20 anos
P5	46 anos

Fonte: Elaborada pelas autoras

Além disso, o questionário mostrou que todos esses participantes frequentaram, durante algum tempo, a escola regular e que a maioria deles repetiu ao menos uma série da Educação Básica. Como é possível observar, na tabela a seguir, a maioria frequentou somente as aulas do Ensino Fundamental, de modo que apenas P5⁴³ chegou a fazer o Ensino Médio profissionalizante.

Tabela 2: Tempo na escola regular e número de séries repetidas

Participante	Tempo na escola regular e número de séries repetidas
P1	4 anos – repetiu duas vezes a 1ª e a 2ª série
P2	6 meses
P3	4 anos – não mencionou se houve repetições
P4	7 anos – repetiu duas vezes de série (não informou quais)
P5	14 anos – repetiu duas vezes a 5ª série e uma vez a 6ª série

Fonte: Elaborada pelas autoras

43 - Sobre P5, vale destacar que os anos passados na escola regular referem-se a toda a Educação Básica e a alguns anos no Ensino Técnico de Enfermagem. Esse dado é particularmente interessante visto que, embora tivesse esse nível de escolarização, P5 frequentava as aulas de Língua Portuguesa do núcleo por acreditar, como disse algumas vezes, que não sabia o idioma.

No momento da investigação, três dos pesquisados frequentavam o núcleo há mais de dois anos e dois encontravam-se matriculados desde o início de 2012. Sobre isso, ressalta-se que os participantes que estão no núcleo há mais tempo além de frequentarem as aulas de Língua Portuguesa, também se matricularam em outras matérias (como Informática e Matemática).

O questionário elucidou, ainda, as profissões dos sujeitos participantes, apresentadas na tabela a seguir:

Tabela 3: Profissões dos participantes

Participante	Tempo no núcleo	Profissão
P1	3,5 anos	Auxiliar de serviços gerais
P2	3,5 anos	Dona de casa
P3	5 meses	Não declarou
P4	2,5 anos	Servente de pedreiro
P5	5 meses	Babá

Fonte: Elaborada pelas autoras

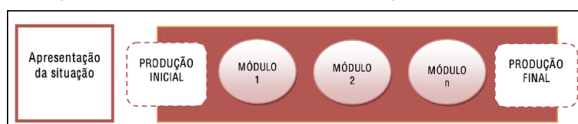
Em relação às profissões, ressalta-se que, durante o período da pesquisa, P1 foi demitido de seu emprego e P4 só trabalhou quando havia obras de construção civil na cidade (o que o levava – em muitos momentos – a não frequentar as aulas, pois trabalhava durante todo o dia).

Sequência didática – instrumentos de coleta de dados

Fundamento metodológico de ensino criado por pesquisadores suíços, a Sequência Didática (SD) refere-se a uma ferramenta modular para trabalhar didaticamente com gêneros discursivos orais e escritos. Sobre isso, os autores Dolz, Noverraz e Schneuwly (2007, p. 96) afirmam que “criar contextos de produção precisos, efetuar atividades ou exercícios múltiplos e variados” são os critérios determinantes para que os alunos apropriem-se dos gêneros e, portanto, “das noções, das técnicas e dos instrumentos necessários ao desenvolvimento de suas capacidades de expressão oral e escrita, em situações de comunicações diversas”.

A sequência didática é, pois, uma metodologia utilizada para o ensino-aprendizagem de um gênero discursivo específico, visando a um maior domínio, por parte dos alunos, em relação a ele. Conforme demonstra a figura abaixo, uma Sequência Didática estrutura-se da seguinte maneira:

Figura 1: Estruturação de uma Sequência Didática



Fonte: Dolz, Noverraz e Schneuwly (2007)

Com relação a essas etapas, Dolz, Noverraz e Schneuwly (2007) dizem que é durante a “apresentação da situação” que o pesquisador/professor esclarece o “projeto de comunicação”, além das atividades languageiras, relacionadas ao gênero em estudo, que os alunos deverão desenvolver até a etapa da produção final da SD. Segundo os autores, nessa fase, duas dimensões devem ser distinguidas: a primeira delas diz respeito ao esclarecimento quanto à importância dos conteúdos a serem estudados pelos alunos na SD, enquanto a segunda refere-se à apresentação do problema de comunicação a ser resolvido pelos mesmos, esclarecendo qual gênero será trabalhado, qual é o público e como se dará a sua produção.

A critério do pesquisador, há a possibilidade de ler ou pedir que os alunos leiam um exemplo (ou vários) do gênero em estudo. No caso da pesquisa em questão, a Sequência Didática se voltou para o gênero Carta ao Leitor e, mais especificamente, para o trabalho com uma carta que visava a divulgar uma temática científica aos leitores.

Sobre isso, vale destacar que a escolha desse gênero ocorreu em função da realidade pesquisada. De fato, durante a pesquisa de campo e a coleta de dados, os alunos do núcleo se mostraram pouco familiarizados com a língua escrita (tanto em termos de leitura quanto de escrita), apresentando dificuldades de ordens diversas. Inicialmente, a intenção era trabalhar com o gênero “notícia” – ideia que foi alterada diante da necessidade de adequar o projeto às necessidades dos alunos e aos conhecimentos prévios que eles traziam.

Percebeu-se, no momento da pesquisa de campo, que esses alunos tinham muito interesse por questões ligadas às discussões científicas (principalmente as que se relacionam à saúde e ao bem-estar). Vale dizer que as pesquisadoras construíram um longo diário de campo, com notas evidenciadoras de que os estudantes gostariam de aprender mais sobre o corpo humano e as doenças.

Não obstante, foi possível notar que, embora a maioria dos alunos tivesse algum contato com jornais televisivos e impressos de ampla circulação no município, a maioria dos gêneros jornalísticos não fazia parte de seu universo de leitura, o que poderia gerar dificuldades para o trabalho com a notícia. Desse modo, optou-se pela Carta ao Leitor, visto que esse gênero se aproxima do gênero Carta Pessoal, que já era bem conhecido pelos alunos, e potencializa a circulação e divulgação de informações no meio jornalístico.

No momento de apresentação da situação, os objetivos foram, portanto, levar os alunos a conhecer o gênero Carta ao Leitor, a partir da leitura e produção de exemplares, e a compreender a importância de perceber a argumentatividade que faz parte das situações comunicativas em que esse gênero circula. Desse modo, discutimos esse gênero (seus propósitos comunicativos, suas condições de produção e circulação, suas marcas estilísticas etc.) com os alunos e apresentamos alguns exemplares para leitura.

Assim, também escolhemos esse gênero para que, após a leitura de um texto do discurso didático (que divulga o conteúdo científico das IST) – de Eduardo Leite do

Canto⁴⁴ –, os alunos escrevessem uma carta para os leitores de um dos jornais da cidade. Sendo assim, chegou-se à etapa da “produção inicial” de uma versão do gênero, a qual foi entendida como o momento em que os alunos apresentariam a concepção que possuíam sobre ele. Nessa fase, eles já haviam lido o texto de Eduardo Leite do Canto e a atividade proposta foi, como dissemos, construir um texto que divulgasse e discutisse a temática das DST. Tratava-se de levá-los à prática da produção escrita, mas também à da leitura e interpretação, visto que esses dois processos são interdependentes.

Posteriormente, com base na avaliação das capacidades e dificuldades apresentadas nos textos, as pesquisadoras definiram e elaboraram atividades que, em sequência, permitiram uma intervenção modular. Essa etapa também foi extremamente importante para os alunos, pois, por meio dela, solidificaram as informações que receberam na apresentação da situação e trabalharam suas dificuldades (Dolz; Noverraz; Schneuwly, 2007, p. 100-101).

Desse modo, a partir dos problemas identificados na produção inicial, os módulos foram traçados individualmente, de maneira a atender a cada uma das dificuldades encontradas, buscando, a partir de atividades variadas, trabalhar questões de alfabetização e letramento, com o propósito de levar os estudantes a superarem suas dificuldades.

A Sequência Didática foi dividida em dez módulos, os quais foram executados em aproximadamente vinte e nove aulas de duas horas cada uma. Os primeiros módulos voltaram-se para questões sintáticas, pois as produções iniciais demonstraram que os alunos possuíam muita dificuldade nessa área (sobretudo em relação à concordância verbal e nominal).

Na parte final, a Sequência Didática voltou-se especificamente para questões textuais e discursivas. A noção de coesão foi apresentada e, a partir de várias atividades, buscou-se levar os alunos a compreender que as partes de um texto precisam estar interligadas e não escritas aleatoriamente. Além disso, discutiu-se a noção de coerência textual, a partir de exemplos de textos que faziam sentido e de outros que apresentavam problemas de coerência. Nesse momento, cada um deles recebeu uma cópia de sua produção inicial da Carta ao Leitor, a fim de que avaliassem se os seus textos poderiam ser considerados coesos e/ou coerentes. Posteriormente, chegou-se ao momento destinado à compreensão global do texto “Doenças Sexualmente Transmissíveis”, o que ocorreu por meio da sua leitura e da resolução de diversas atividades que o contemplavam. O objetivo desse trabalho foi trabalhar a compreensão, a coesão e a coerência, focando o texto em torno do qual a Sequência Didática se passava.

Isso foi necessário em virtude das dificuldades que os alunos apresentaram para compreender as informações presentes no texto. Na maior parte das vezes, eles desviavam seus comentários para o que o senso comum dizia sobre IST e/ou afirmavam não ter nenhum conhecimento sobre essas doenças.

44 - Eduardo Leite do Canto é licenciado em Química e doutor em Físico-Química Orgânica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É membro da Sociedade Brasileira de Química e autor de vários livros didáticos voltados para o ensino de Ciências. O foco de seus livros reside em tornar a ciência próxima do cotidiano e da realidade vivenciada pelos alunos.

Aos alunos também foram apresentados os procedimentos linguístico-discursivos de expansão, redução e variação. Tais procedimentos foram conceituados e devidamente exemplificados: o conceito de expansão foi caracterizado como o ato de apresentar informações, no texto de divulgação, que vão além daquelas que estão no texto-base sobre IST; a redução foi mostrada como o procedimento ligado ao ato de deixar de apresentar certas informações de caráter científico presentes no texto-base no texto de divulgação; e o procedimento de variação foi didaticamente apresentado como a alteração ou substituição, no texto divulgativo, de nomenclaturas e termos apresentados no texto-base. A tentativa aqui foi a de mostrar que esses procedimentos podem ser utilizados quando se quer compreender um texto, escrever sobre ele e repassar suas informações para outras pessoas.

Foi discutido que o procedimento de expansão permite que, ao produzir um texto que versa a respeito de um texto-base, o leitor possa acrescentar informações ao seu texto que expandam o texto inicial e contribuam para uma gradativa progressão textual. Da mesma forma, a redução permitiria resumir o texto-base destacando as informações relevantes (para o leitor ou para quem ele deseja transmitir-las), a partir dos objetivos e expectativas de leitura. Já a variação tornaria possível a reescrita por meio de palavras mais simples utilizadas pelo próprio leitor.

A partir dessa intervenção, portanto, chegou-se ao momento da produção final, que representa uma etapa de verificação ligada à execução da intervenção. Nesse momento, o intuito era verificar o impacto da SD em relação ao nível de letramento e, conseqüentemente, às habilidades dos alunos no que tange à prática da escrita.

A produção final, por sua vez, demandou a confecção de um novo texto por parte dos alunos que, para isso, puderam visitar os conteúdos trabalhados, pois tiveram que repensar o texto que apresentaram na produção inicial e os conteúdos que foram trabalhados até aquele momento a fim de produzirem outro exemplar do gênero Carta ao Leitor.

A partir da coleta de dados realizada, por meio da Sequência Didática, verificamos e problematizamos tanto as características que demarcam a realidade social estudada quanto a prática de escrita dos alunos antes e após a aplicação dos módulos. Por meio da produção final, então, chegamos aos dados que serão analisados na próxima seção, uma vez que nela são discutidos os procedimentos linguístico-discursivos utilizados, pelos alunos, para transmissão e divulgação das informações contidas no texto que baseou a SD (a saber, o artigo que versa sobre IST).

Resultados e discussões

Compreendendo a Análise do Discurso como uma abordagem teórico-metodológica que verifica a construção de significados na vida social (Azevedo, 1998, p. 109), voltamos para a análise dos procedimentos linguístico-discursivos utilizados, pelos participantes da pesquisa, no processo de construção de produções textuais que versaram sobre o texto-base utilizado na SD.

A Análise do Discurso torna-se aqui um importante referencial para o tratamento dos dados coletados sendo, também, um suporte didático, na medida em que algumas categorias, advindas dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso da Divulgação Científica (Ciapuscio, 1997; Calsamiglia *et al.*, 2001; Calsamiglia, 2003; Cataldi, 2003, 2007a, 2007b, 2008), foram utilizadas no trabalho realizado durante a SD.

Considerando os procedimentos linguístico-discursivos apresentados na seção teórica, analisamos o seu uso na “produção final” da Sequência Didática realizada, constatando que somente os procedimentos de expansão e variação se mostraram presentes nos textos redigidos pelos alunos participantes.

De acordo com Cataldi (2007a, p. 161), ao se comunicar por meio do discurso escrito, os falantes não usufruem de condições de interação recíproca imediata como ocorre no discurso falado e isso, segundo a autora, faz com que utilizem o procedimento de expansão como meio de prover, aos interlocutores, as necessárias condições para uma participação efetiva no processo de comunicação. Sendo assim, a expansão é um procedimento discursivo a partir do qual o autor “explicita alguns conhecimentos compartilhados pelos participantes e introduz informação nova [...], mantendo, assim, a continuidade e a progressão discursiva [...] fundamentais no processo de produção e difusão do conhecimento científico (Martinez *apud* Cataldi, 2007a, p. 161).

Sobre o uso desse procedimento discursivo na produção final de P1, constata-se que, logo no início do texto, a pesquisada vale-se de algumas ressalvas – que não constavam no texto-base – para apresentar, ao interlocutor, ponderações a respeito da periculosidade que as infecções sexualmente transmissíveis representam. Assim, ela estabelece algumas relações discursivas causais para expor justificativas ligadas a essa questão. Isso é o que acontece no seguinte trecho, no qual indica o sofrimento e a morte como razões para que a temática das IST obtenha atenção e seja apresentada ao público ao qual ela se dirige:

(1) Hoje quero falar sobre as doenças sexualmente transmissíveis, que no nosso país, tem muita gente sofrendo. Infelizmente algumas dessas doenças não tem mais cura pois já está em fase terminal.

Além disso, nota-se que P1 utiliza outro argumento – a rápida expansão – como justificativa para o alarme em relação às infecções sexualmente transmissíveis, embora não deixe claro se a expansão, à qual ela se refere, está relacionada à noção de epidemia ou à capacidade dos micro-organismos de causarem um mal espontâneo à pessoa que os contrai:

(2) [...] todas estas doenças, se expõem muito rápido [...]

Em um sentido de contextualização, P1 também se vale do procedimento discursivo de expansão ao mostrar que a falta de informação e o não uso de preservativos caracterizam-se como os responsáveis pela contaminação e disseminação das IST:

(3) Por falta de conhecimento sobre doenças sexualmente transmissíveis muito pessoas, tem relacionamentos sexual sem nenhuma prevenção e muito das vezes é contaminado por doenças [...].

A expansão discursiva realizada por P2 apresenta o referente “morte” como justificativa para a discussão relacionada à AIDS. Essa participante mescla informações do texto-base, referentes à deficiência imunológica causada pela doença, ao fato de as pessoas morrerem em virtude da contaminação pelo vírus HIV:

(4) Por falta de conhecimento sobre doenças sexualmente transmissíveis muito pessoas, tem relacionamentos sexual sem nenhuma prevenção e muito das vezes é contaminado por doenças [...].

A aluna P2 também utiliza o procedimento discursivo de expansão ao incluir os modos de contaminação, prevenção e diagnóstico da AIDS em sua produção final. Embora não mostre, por exemplo, o porquê de os ambientes que cita serem nocivos quanto à contaminação pelo vírus e/ou como o exame de sangue pode mostrar o diagnóstico da doença, P2 expande o seu texto em relação às informações contidas no texto do livro didático:

(5) O que cousa estas doenças e tomar cuidado Hospital, salão de beleza, laboratoio, mas para prevenir e preciso fazer sexo com camisinha. Para descobrir a doença é só fazer o exame de sangue.

Como ressaltamos em outro momento da discussão dos dados, P3 usa o argumento referente aos gastos do Governo – com medicamentos e campanhas de prevenção – como justificativa para o seu texto focar as IST, além do fato de estas gerarem sofrimento às pessoas. Essa expansão pode ser verificada no seguinte trecho:

(6) [...] veio por meio desta informar sobre as doenças transmissíveis que são muitas e que causam muito sofrimento as pessoas. Sem falar no gasto que o Governo tem com medicamento, campanha de prevenção.

Nessa mesma abordagem, P3 acrescenta ao seu texto a informação de que as IST são doenças que “podem ser transmitidas de uma pessoa para outra por meio da relação sexual” e que “a camisinha ainda é o método mais seguro de prevenção”. Além disso, passando a falar especificamente sobre a Sífilis, divide os sintomas da doença em três estágios e expande o texto-fonte tanto em termos dessa divisão quanto em termos dos próprios sintomas que passa a apresentar.

Sobre isso, é extremamente interessante ressaltar que os estágios e os sintomas apresentados por P3 estão corretos, pois, de fato, trata-se daquilo que a medicina expõe sobre o assunto. Como não aparece no texto-base e essas questões não foram discutidas

em sala de aula, essa informação de P3 demonstra que, além de introduzir informações novas, a doença em questão chamou a atenção do participante e o levou a estudar e conhecer mais sobre o assunto.

Quanto a P4, nota-se que, assim como P1 e P2, ele usa a referência à morte como traço expansivo em seu texto. No trecho inicial, verifica-se que ele expõe uma avaliação pessoal sobre a AIDS, considerando-a como um “assunto polêmico”. Nota-se que, apesar de o texto-base apresentar a diferença entre ser soropositivo e ter AIDS e P4 fazer referência a isso em sua produção final, o participante expande as explicações contidas no texto do livro didático, acrescentando que “isto não significa a morte porque a pessoa continua viver só que tomando remédio”. Embora não explicita, vê-se que P4 faz referência aos coquetéis usados para retardar o curso da AIDS no organismo.

Em seu texto, assim como outros participantes, P4 também utiliza o procedimento de expansão ao incluir ressalvas ligadas à prevenção e ao diagnóstico da AIDS:

(7) Ao suspeitar ter esta doença deve se atar ao médico e ele dará a informação e pedir o exame de sangue e será confirmado se você tem ou não a doença. É preciso que antes de qualquer coisa a pessoa vá até a farmácia que lá tem todos os preservativos e isto ajuda a prevenção da AIDS e outras doenças transmitidas pelo sexo.

Em relação a P5, notamos que a participante também apresenta, em sua produção textual final, algumas expansões comuns aos outros participantes: como P2, ela fala sobre alguns modos de contrair a AIDS que vão além do ato sexual e, como P3, refere-se aos gastos que o Governo tem com essas infecções:

(8) Esta além de contrair pelo ato sexual, também pode ser por Agulhas e seringas, Alicates de unha etc.

(9) O Governo gasta milhões por ano com estas doenças.

No entanto, diferentemente de todos os outros participantes, P5 vale-se da apresentação de uma voz que representa um argumento de autoridade e de um ditado popular para expandir seu texto. Observa-se que P5 apresenta um personagem – o ginecologista José Carlos – para, ao mesmo tempo em que expande e progride as informações textuais, apresentar um discurso de autoridade e confiabilidade ao leitor, visto que se trata de um especialista no assunto.

(10) Esta semana, convidamos o Dr.º José Carlos ginecologista para falar-nos sobre um assunto muito delicado. (DST) Doença sexualmente transmissível, ou doença venérea.

Como não deixa claro os pontos do texto em que é ela quem fala e nos quais é o médico, nota-se que a participante cria um distanciamento em relação às informações

que apresenta e expõe todas elas como provenientes do especialista no assunto. Além disso, P5 utiliza o ditado popular “é melhor prevenir do que remediar”, expandindo assim o seu texto em relação ao texto-base e criando uma aproximação com a comunidade à qual o texto ficcionalmente deveria se dirigir.

Sobre P5, ainda, nota-se que, ao se referir ao fato de a AIDS atacar o sistema de defesa do organismo, a participante também expande o seu texto em relação ao texto-fonte, apresentando uma enumeração de infecções oportunistas às quais o organismo humano passa a ficar exposto: “pneumonia, tuberculose, resfriado, herpes e outras”.

De modo geral, pode-se observar que as expansões realizadas denotam que a Sequência Didática serviu, a partir das atividades realizadas, para ampliar os conhecimentos dos alunos quanto às infecções sexualmente transmissíveis, visto que muito do que os textos apresentam foi discutido em sala de aula (como a preocupação governamental em relação a essas infecções, os métodos de prevenção etc.).

Não menos importante é, também, o fato de que o estudo da expansão comprova que o texto-base foi o principal mediador do processo interacional estabelecido por meio das atividades de produção escrita na SD realizada, pois os participantes utilizaram o procedimento de expansão para demonstrar que o assunto discutido era relevante e/ou para explicitar informações que, embora necessárias, se faziam ausentes no texto-base.

Quanto à redução, o outro procedimento discursivo verificado nas produções finais, entende-se que diz respeito às transformações pelas quais o texto-base passa, visto que alguns conceitos que este apresenta são imprescindíveis à sua divulgação e outros são menos significativos, passando a ter menor relevância comunicativa e podendo ser suprimidos do texto que é gerado a partir dessa fonte (Cassany; López; Martí, 2000).

Nas produções dos participantes, notamos que todos realizaram reduções ao selecionarem apenas uma doença para focar, deixando as outras que o texto-base apresenta fora de suas discussões. P1, por exemplo, fala sobre Gonorreia, Sífilis e AIDS, deixando as demais em segundo plano. P2, P4 e P5 falam somente sobre AIDS, e P3 apenas sobre Sífilis.

Além disso, faz-se necessário destacar que, ao falar sobre AIDS, P2 e P4 não expõem os sintomas da doença, desconsiderando o que o texto-fonte diz sobre isso. P1, por sua vez, apresenta de forma bastante resumida os sintomas das infecções às quais se refere, além de confundir os sintomas da Tricomoníase com os da Sífilis, como se pode perceber no quadro a seguir:

Quadro 1: Comparação entre texto-fonte e produção final de P1

Texto-fonte	Produção final de P1
<p>“A gonorréia (...) [c]ausa ardor ao urinar e corrimento purulento, ou seja, saída pela uretra e/ou pela abertura vaginal de líquido com aspecto de pus e que deixa manchas na cueca ou na calcinha.”</p> <p>“O sintoma inicial [da Sífilis] é o aparecimento de uma ferida avermelhada indolor na região genital, que tende a desaparecer mesmo que a pessoa não receba tratamento. O desaparecimento não indica que a pessoa foi curada. Semanas depois a doença volta a se manifestar com erupções róseas na pele, febre alta e dores nas articulações.”</p> <p>“Os sintomas [da Tricomoníase] podem incluir coceira na uretra, ardor ao urinar e corrimentos malcheirosos.”</p>	<p>“Gonorreia que e causa ardar ao urinar e muito corrimento etc. Sífilis, (...) os sintomas podem incluir coceira na uretra ardor ao urinar e correntos malcheirosos.”</p>

Fonte: Elaborado pelas autoras

Sobre P5, observa-se que ela enfoca a AIDS, como dissemos, mas, no parágrafo inicial de seu texto, apresenta todas as infecções que constam no texto-base e, ainda, faz um resumo referente aos sintomas de cada uma delas:

Se você sentir alguns sintomas alguns sintomas do tipo coceira genital, ardor ao urinar, corrimento purulento, vermelhidão ou algum tipo de caroço você pode estar com algum tipo dessas doenças. Gonorréia, Sífilis, Tricomoníase, Herpes genital, verrugas genitais.

Assim, para finalizar, constatamos que o procedimento de redução demonstrou ser, nas produções textuais finais, uma estratégia para que os participantes mantivessem o foco nas informações que priorizaram e, desse modo, descartassem as discussões e/ou os dados que entendiam como irrelevantes. Além disso, esse procedimento demonstrou ser uma forma de os participantes sintetizarem as informações contidas no texto-fonte à medida que estas foram retomadas nos textos que produziram.

Constata-se, portanto, que os participantes tiveram a capacidade de, conforme os objetivos que estabeleceram para o seu projeto de escrita nas produções finais, selecionar o que era relevante (por meio do procedimento discursivo de redução) e/ou de acrescentar o que julgaram ser importante (a partir do procedimento de expansão), o que é motivador e demonstra que, de alguma forma, esses participantes tornaram-se sujeitos e autores de seus próprios textos, sendo capazes de operar sobre eles.

Considerações finais

Este capítulo discutiu o letramento – em português como idioma materno – no contexto da Educação de Jovens e Adultos, a partir da prática social de escrita em língua padrão. A partir da ferramenta metodológica conhecida como Sequência Didática, construiu-se um projeto de letramento ligado à produção de um texto de divulgação científica.

De modo geral, foi possível observar que a Sequência Didática aplicada moveu esses sujeitos para um lugar diferente daquele em que se encontravam em relação ao uso da língua escrita, pois eles ampliaram suas capacidades textuais e foram capazes de utilizar procedimentos linguístico-discursivos (de expansão e redução) para estabelecer relações entre o texto-base e aquele que produziram.

Sob esse prisma, vale dizer que, ainda que muitos movimentos textuais e linguísticos tenham se distanciado do letramento tido como padrão, notou-se um aumento no número de palavras nas produções finais, bem como uma melhoria relativa às questões textuais (uso de elementos coesivos etc.) e discursivas (como a utilização dos procedimentos linguístico-discursivos de expansão e variação), demonstrando que a sequência gerou alterações benéficas na prática de escrita desses alunos.

Além disso, observou-se que os alunos pesquisados compreenderam a temática das IST (até então desconhecida por quatro dos cinco participantes), o que figura como uma democratização desse saber científico tão relevante para as suas próprias vidas em sociedade. Sendo assim, contrariando a distância entre o sujeito pesquisador e o seu objeto de pesquisa, este estudo entendeu que a participação deve ser ativa tanto por parte do pesquisador quanto dos pesquisados, de modo a negar uma ciência que existe por si mesma, demonstrando a necessidade de que esta se volte para as reais necessidades de grupos e pessoas.

Referências

- AZEVEDO, J. Metodologias qualitativas: Análise do Discurso. In: STEVES, A.; AZEVEDO, J. *Metodologias qualitativas para as ciências sociais*. Porto: Instituto de Sociologia, 1998. p. 107-114.
- CALSAMIGLIA, H.; CASSANY, D. Vocês y conceptos en la divulgación científica. *Revista Argentina de Lingüística*, [s. l.], v. 11-15, p. 173-208, 1999.
- CALSAMIGLIA, H. et al. Análisis discursivo de la divulgación científica. *Lengua, Discurso, Texto (I Simposio Internacional de Análisis del Discurso)*, Madrid, v. II, 2001, p. 2639-2646.
- CASSANY, D.; LÓPEZ, C.; MARTÍ, J. La transformación divulgativa de redes conceptuales científicas: Hipótesis, modelo y estrategias. *Revista Iberoamericana de Discurso y Sociedad*, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 73-103, jun. 2000.
- CATALDI, C. A definição utilizada como estratégia divulgativa sobre transgênico na mídia impressa. *Vertentes*, São João del-Rei, n. 32, p. 256-265, jul./dez. 2008.

CATALDI, C. A divulgação da ciência na mídia impressa: um enfoque discursivo. In: GOMES, M. C. A.; MELO, M. S. de S.; CATALDI, C. *Gênero discursivo, mídia e identidade*. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2007a. p. 155-164.

CATALDI, C. Análise discursiva da denominação utilizada na mídia impressa para representar e divulgar o conhecimento sobre planta transgênica. In: GOMES, M. C. A.; MELO, M. S. de S.; CATALDI, C. *Gênero discursivo, mídia e identidade*. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2007b. p. 193-209.

CATALDI, C. *Los transgénicos en la prensa española: una propuesta de análisis discursivo*. 2003. 409 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, 2003.

CIAPUSCIO, G. Lingüística y divulgación de ciencia. *Quark*, Barcelona, n. 7, p. 19-28, 1997.

COOK-GUMPERZ, J. *A construção social da alfabetização*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

DOLZ, J.; NOVERRAZ, M.; SCHNEUWLY, B. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2007. p. 95-128.

GRIGOLETTO, E. *O discurso de divulgação científica: um espaço discursivo intervalar*. 2005. 269 f. Tese (Doutorado em Teorias do Texto e do Discurso) – Curso de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GRILLO, S. V. C. A ciência na mídia e na escola. *Intercâmbio*, São Paulo, v. 14, 2010.

Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/intercambio/article/view/3935>. Acesso em: 26 jul. 2024.

KLEIMAN, A. B. Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna. *Signo*, Santa Cruz do Sul, v. 32, n. 53, p. 1-25, 2007. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/viewFile/242/196>. Acesso em: 7 jun. 2024.

KLEIMAN, A. B. Os estudos de letramento e a formação do professor de língua materna. *Linguagem em (Dis)curso*, [s. l.], v. 8, n. 3, p. 487-517, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0803/080304.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2024.

KLEIMAN, A. B. (org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

MOITA LOPES, L. P. da (org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

OLIVEIRA, M. K. Letramento, cultura e modalidades de pensamento. In: KLEIMAN, A. B. (org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado das Letras, 1995. p. 147-160.

PENNYCOOK, A. Critical applied linguistics. In: DAVIE, A.; ELDER, C. (org.). *The handbook of applied linguistics*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004. p. 784-807.

RAJAGOPALAN, K. Repensar o papel da Linguística Aplicada. In: MOITA LOPES, L. P. da (org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 149-168.

ROJO, R. O letramento escolar e os textos da divulgação científica a apropriação dos gêneros de discurso na escola. *Linguagem em (Dis)curso*, [s. l.], v. 8, n. 3, p. 581-612, 2008. Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0803/080308.pdf>.

Acesso em: 7 jun. 2024.

SCRIBNER, S. Literacy in three metaphors. *American Journal of Education*, Pennsylvania, v. 93, n. 1, p. 6-21, 1984.

SIGNORINI, I. Letramento escolar e formação do professor de língua portuguesa. In: KLEIMAN, A. B.; MATÊNCIO, M. L. M. (org.). *Linguística Aplicada: suas faces e interfaces*. Campinas: Mercado das Letras, 2007. p. 317-337.

SOARES, M. *Alfabetização: a questão dos métodos*. São Paulo: Contexto, 2021.

SOARES, M. *Alfabetização e letramento*. São Paulo: Contexto, 2016.

SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

STREET, B. V. What's "new" in New Literacy Studies? Critical approaches to literacy in theory and practice. *Current Issues in Comparative Education*, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 77-91, maio 2003. Disponível em: http://www.philbu.net/media-anthropology/street_newliteracy.pdf. Acesso em: 7 jun. 2024.

TARGINO, M. G. Divulgação científica e discurso. *Comparação & Inovação*, São Caetano do Sul, v. 8, n. 15, p. 19-28, jul./dez. 2007.

VAN DIJK, T. A. Por uma teoria da comunicação científica: discurso, conhecimento, contexto e compreensão da sociedade. In: GOMES, M. C. A.; CATALDI, C.; MELO, M. S. de S. (org.). *Estudos discursivos em foco: práticas de pesquisa sob múltiplos olhares*. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2011. p. 19-40.

Podcast(Ing) político: a entrevista de Lula a Mano Brown em uma perspectiva semiolinguística

Douglas Ribeiro de MOURA⁴⁵ |

Introdução

Há alguns anos, muito se discutia sobre como as tecnologias fariam parte da vida dos seres humanos. No momento atual, marcado por alterações resultantes de uma pandemia, a discussão se mantém, embora a dinâmica pareça ter acelerado e provocado mudanças em nossa relação com o digital. Forçados a uma adaptação a uma nova realidade em tempo recorde, o que se observa é uma inserção e uma dependência cada vez maiores das novas formas de comunicação, sobretudo aquelas trazidas pela internet, tanto para o lazer quanto para o trabalho.

Em um cenário de hipertecnologização (Martín-Barbero, 2001) que já vinha tomando corpo, formas e gêneros tradicionais passam por mudanças e se por um processo de midiaticização que altera suas dinâmicas e obriga seus integrantes a atuarem sempre a partir de uma lógica midiática (Braga, 2006; Hjarvard, 2014; Strömbäck; Esser, 2014).

Diante disso, tem-se o presente trabalho, que tem como objetivo analisar, a partir das bases teóricas da Teoria Semiolinguística do Discurso (Charaudeau, 2001, 2004, 2005, 2009, 2015), aliadas a discussões sobre a midiaticização do domínio político e sobre os *podcasts*, a situação de comunicação de uma entrevista concedida pelo então ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao *podcast* Mano a Mano, conduzido pelo *rapper* Mano Brown, e publicada em setembro de 2021, pouco mais de um ano antes de Lula ser novamente eleito para um novo mandato presidencial.

A realização da pesquisa justifica-se por ser uma oportunidade de analisar como se estrutura uma situação de comunicação particular em um *podcast* que segue seu formato original, algo ainda pouco explorado pelos estudos discursivos. Além disso, por ter duas figuras bastante conhecidas como entrevistador e entrevistado em uma conversa sobre o cenário histórico, social e político do Brasil atual.

45 - Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) e Mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: douglasmoura@gmail.com

Assim, o presente capítulo está estruturado da seguinte maneira: após esta introdução, localiza-se o referencial teórico, que aborda tanto a midiaticização e o espaço público quanto os *podcasts* e a situação de comunicação na Teoria Semiolinguística. Na sequência, está a metodologia e, em seguida, são apresentadas as análises e discussões. Por fim, são trazidas as considerações finais.

A midiaticização e o espaço político

Em uma sociedade caracterizada pela inovação tecnológica, é natural que novas formas de comunicação apareçam e venham complementar aquelas que foram durante muito tempo apontadas como as principais quando o assunto são as mídias. Charaudeau (2015), por exemplo, apresentava o rádio, a televisão e a mídia impressa como detentores desse *status*. Atualmente, porém, quando se observa a dinâmica comunicacional, não se pode deixar de refletir sobre as mudanças trazidas pelo advento e pela popularização da internet na vida cotidiana.

Martín-Barbero (2001) apontava que a pós-modernidade trazia consigo alguns fenômenos, entre os quais a hipertecnologia. Para o pesquisador, esse acontecimento alterou de forma significativa a relação existente entre os indivíduos, as práticas coletivas e as mídias. Essa problemática, que vem crescendo nas últimas décadas, tem sido fruto de importantes reflexões, como se verá adiante.

Braga (2006) define a midiaticização como um ajustamento de todos os processos sociais e interacionais, sejam institucionais ou cotidianos, à lógica midiática. Mas o que significa esse ajustamento? Trata-se da inserção dos meios de comunicação no centro da formação cultural e de sentido das sociedades. Nas palavras de Angrisano e David-Silva (2015, p. 410), “em uma sociedade em processo de midiaticização, todas as práticas culturais e sociais se transformam em uma relação direta com os *media*”. Logo, os meios de comunicação não são única e exclusivamente dispositivos que tentam reproduzir de forma verossímil a realidade social; na verdade, são eles próprios os responsáveis pela produção e pela circulação de sentidos, estando no centro da cultura e da linguagem.

Por se tratar de um processo que ainda não está concluído, mas em marcha, conforme aponta Verón (2001), o que se pode testemunhar são sucessivas etapas de influência. No presente capítulo, busca-se analisar a situação de comunicação de uma entrevista concedida pelo então ex-presidente Lula ao *podcast* *Mano a Mano*, conduzido pelo *rapper* Mano Brown, e publicada em setembro de 2021, pouco mais de um ano antes de Lula ser eleito para um terceiro mandato presidencial. Como se observa, há aqui algo novo em relação aos paradigmas anteriormente apontados. Os *podcasts*, sobre os quais se falará mais adiante, surgem em um contexto de novas formas de comunicação possibilitadas pela internet. Mas, além disso, trata-se de uma entrevista com um personagem político, o que leva às reflexões a seguir.

Autores como Hjarvard (2014) e Strömbäck e Esser (2014) apresentam importantes contribuições sobre a midiática e sobre a sua inserção especificamente no campo político. Hjarvard (2014, p. 21) concorda que vivemos um processo de midiática que “atravessa quase todas as instituições sociais e culturais” e decide trabalhar com uma visão institucional dessa influência. Em outras palavras, interessa-se por estudar como o fenômeno atravessa o trabalho, a família, a religião e até mesmo a política. Ao contrário de outros pesquisadores, Hjarvard (2014) não observa uma influência unidirecional das mídias em relação aos demais processos sociais; para ele, a midiática é caracterizada pela reciprocidade, pela interdependência entre mídia, cultura e sociedade, algo propiciado pelo fato de a mídia ter-se tornado “institucionalizada dentro de outros domínios sociais, ao mesmo tempo em que adquiriu o *status* de instituição social em si mesma” (Hjarvard, 2014, p. 26).

Para o pesquisador dinamarquês, os estudos sobre a midiática devem propor reflexões teóricas que lidem com as influências da mídia de forma localizada, ou seja, no interior de certos domínios em um contexto socio-histórico-cultural específico, e, por isso mesmo, sem pretensões de larga escala. No caso do domínio político, também se destacam as contribuições de Strömbäck e Esser (2014). Segundo esses autores, a política vem, como os demais campos de atuação social, passando por um processo de midiática, o que faz com que as atividades, as instituições e os atores políticos – toda a estrutura política, enfim – sejam determinados e passem a atender e a funcionar segundo a lógica das mídias, inclusive levando o universo político a se adaptar e a procurar seu espaço nos canais de comunicação midiáticos e não o contrário.

Portanto, ao tratar de uma entrevista, em um *podcast*, de um ex-presidente da República, que pouco mais de um ano depois seria novamente eleito para o principal cargo político do país, todas essas reflexões parecem fazer sentido.

Mas, afinal, o que são os *podcasts*?

Podcast(ing): do que se trata?

Para que se possa cumprir com o objetivo proposto, é necessário definir o que é um *podcast*. Será um gênero? Uma mídia? Ou mesmo um artefato comunicacional? Antes de aprofundar essa discussão, é preciso traçar um breve histórico e abordar as suas principais características.

Lenharo e Cristóvão (2016) afirmam que o veloz e crescente uso das tecnologias da informação na vida diária, causado pelo advento e pela popularização de ferramentas eletrônicas como os *smartphones*, fez com que novos gêneros e mídias digitais surgissem a partir dos anos 2000. Para esses autores, o *podcast* – uma dessas novas mídias – é “um arquivo de áudio disponibilizado na internet para *download* gratuito por qualquer usuário da rede” (Lenharo; Cristóvão, 2016, p. 311). Gotardelo (2019) e Villarta-Neder e Ferreira (2020) complementam a definição, indicando a necessidade de o arquivo de

áudio estar hospedado em uma página – um *feed* RSS⁴⁶ – de um ambiente digital que disponha de uma comunidade de seguidores (Elekaei; Tabrizi; Chalak, 2019), isto é, de um grupo de pessoas com interesses em comum.

De acordo com Lenharo e Cristóvão (2016) e Costales Pérez, Rojas Espinosa e Badia Valdés (2018), não há um consenso a respeito do surgimento do nome *podcast*, embora a maioria dos estudiosos concorde ser uma mescla de iPod (aparelho de áudio da Apple bastante popular no início dos anos 2000) e *broadcasting* (transmissão). Conforme acrescentam os autores, os *podcasts* surgiram por volta de 2004 e se popularizaram nos Estados Unidos, chegando a outros países e sendo produzidos em diversos idiomas de forma massiva a partir de 2010.

Berry (2006) já afirmava, antes desse movimento de expansão, que os *podcasts* seriam uma tecnologia disruptiva, que forçaria o meio radiofônico a reconsiderar algumas de suas práticas tradicionais e já consolidadas, especialmente em relação ao conteúdo publicado e às formas de alcançar a audiência. Para ele, o cenário – naquele momento, de popularização da internet e de proliferação dos aparelhos celulares – indicava o início de um novo momento na comunicação, com maior participação do público. De Beauvoir (2015) constata que esse público, agora consumidor dos *podcasts*, extrapola as ondas hertzianas e pode estar geograficamente em qualquer lugar do mundo, desde que o acesso seja permitido e que haja conexão à internet naquela localidade.

Após essa retomada histórica, é preciso destacar algumas das principais características dos *podcasts*. Ao que parece, a marca de diferenciação entre estes e o rádio tradicional é a possibilidade de os usuários elaborarem sua própria programação ou, em outras palavras, de escolherem o que, quando e onde vão escutar, deixando de lado o seu papel de receptores passivos (Gotardelo, 2019). Assim, o próprio ouvinte constrói a programação de acordo com seus gostos e necessidades, criando o que Costales Pérez, Rojas Espinosa e Badia Valdés (2018) chamam de “rádio pessoal”. A esse respeito, Paiva e Morais (2020) acrescentam que não se deve encarar os *podcasts* como concorrentes do rádio e de outras mídias tradicionais, como a televisão; pelo contrário, são cada vez mais entendidos pelas empresas como uma forma de produzir e de aprofundar conteúdos de sua grade de programação.

Já foi dito que, para serem considerados como *podcasts*, os arquivos devem estar hospedados em um *feed* RSS que agregue indivíduos com gostos em comum. Ainda de acordo com Paiva e Morais (2020), a época atual é a do consumo individualizado e dos conteúdos personalizados. Gotardelo (2019), nesse sentido, irá indicar que os *podcasts* se caracterizam como uma mídia de nicho, pessoal e personalizada, que gera a fidelização dos ouvintes. Outras características também podem ser apontadas: estando disponíveis nos *feeds*, os *podcasts* podem ser ouvidos a qualquer momento e em diferentes velocidades, caso as plataformas disponibilizem tal opção; não requerem concessão

46 - RSS advém de *Really Simple Syndication*. Essa tecnologia utiliza um *feed* (linha do tempo) para apresentar atualizações. Também é usada para permitir a inserção do conteúdo em outros sites e agregadores.

estatal, como as emissoras de rádio AM e FM; podem ser ouvidos enquanto os usuários realizam outras atividades; estão disponíveis para consumo nos *smartphones*, o que permite mobilidade aos ouvintes; e não seguem roteiros e possuem diálogos marcados pela improvisação, podendo dispor de uma linguagem mais informal. Ademais, como indicam Ow *et al.* (2021), os *podcasts* permitem que se pause o áudio para refletir – e, como neste capítulo, analisar – o que foi dito.

A partir da variedade de funções dos *podcasts*, é preciso então voltar à questão inicial: trata-se de um gênero, de uma mídia ou de um artefato comunicacional? É possível encontrar as três posições.

Villarta-Neder e Ferreira (2020) adotam a visão bakhtiniana de gêneros como processos sociais e culturais para defender que os *podcasts* são um gênero discursivo oral. Para Bakhtin (2006, 2016), cada campo de utilização da língua possui seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais são denominados gêneros do discurso⁴⁷. Ainda, um de seus traços essenciais é o direcionamento a um outro indivíduo, o que ocasiona a representação e a influência do destinatário nos enunciados. Segundo os autores, nos enunciados – que são realizados por um indivíduo e dirigidos a uma outra pessoa –, os sujeitos participam do ato de linguagem, constituindo-se e produzindo sentidos, sempre a partir de determinadas condições sociais, históricas e culturais. Logo, para analisar os enunciados presentes em um episódio de *podcast*, seria necessário levar em consideração todas essas características.

Acrescentam Villarta-Neder e Ferreira (2020) que a hospedagem dos *podcasts* em plataformas os insere em um contexto multissemiótico, já que outras semioses participam do diálogo em relação ao que os precede e os sucede, e que a principal riqueza e máxima expressão de sua complexidade é o diálogo com os acontecimentos da vida e, sobretudo, com outros gêneros, como as entrevistas.

Um segundo posicionamento é o de Lenharo e Cristóvão (2016). Para esses autores, os *podcasts* são uma mídia e não um gênero, já que “o *podcast* pode ser classificado como uma tecnologia cuja função é mediar a interação linguageira; o gênero, por sua vez, é a unidade linguageira em si; e o suporte, por fim, é o componente material da mídia” (Lenharo; Cristóvão, 2016, p. 311).

Enfim, Paisana e Martins (2021) diferenciam *podcasting* de *podcasts*. O primeiro é a prática de produzir os segundos, e estes são artefatos comunicacionais, já que igualmente não se caracterizam como um gênero em si, mas como uma forma de abarcar outros gêneros, além de servirem como “um formato que se constitui como um espaço único e particular para o desenvolvimento de um discurso e narrativa pública” (Paisana; Martins, 2021, p. 57), especialmente quando lidam com discursos políticos.

O presente trabalho não tem como objetivo se debruçar minuciosamente sobre as eventuais características genéricas de um *podcast*. Como visto, busca analisar

47 - Para Bakhtin (2006, 2016), os gêneros são divididos em dois grupos: primários (mobilizados em situações cotidianas, informais e espontâneas) e secundários (próprios a situações comunicativas mais complexas).

a situação de comunicação de uma entrevista concedida pelo ex-presidente Lula ao *podcast* *Mano a Mano*, conduzido pelo *rapper* Mano Brown. Por essa razão, entende-se que novos trabalhos poderão ser produzidos e voltados especificamente para essa questão no futuro. Com isto, adota-se aqui a posição de que os *podcasts* são mídias que abrangem outros gêneros, como a entrevista, sobre a qual se discutirá a seguir.

A entrevista (política) e o *podcast* Mano a Mano

Na Teoria Semiolinguística, afirma Charaudeau (2004), os gêneros determinam certos domínios da palavra a partir da ancoragem social do discurso, da sua natureza comunicacional, das atividades linguageiras e das características formais dos textos. Como indica Laurindo (2016, p. 134), o linguista francês entende que os gêneros devem ser vistos como “um tipo de texto que se configura com base nas coerções de um contrato comunicativo e em suas instruções discursivas e textuais”.

A respeito do gênero entrevista, Charaudeau (2015) afirma que é preciso haver um reconhecimento e uma legitimação entre os indivíduos que perguntam e os que respondem, sendo que os primeiros serão os responsáveis por controlar a alternância das falas. Também interessado nas entrevistas políticas, o supracitado autor postula que os entrevistados políticos representam a si próprios, mas também um grupo, um partido ou mesmo uma posição ideológica, sem, no entanto, terem a liberdade de dizer tudo aquilo que pensam ou acreditam. Já os entrevistadores, cientes dessa restrição, buscam extrair o máximo de informações possível, tentando dar luz a tudo aquilo que seu entrevistado possa considerar como restrito.

No presente capítulo, busca-se analisar a situação de comunicação de uma entrevista concedida pelo então ex-presidente Lula ao *podcast* *Mano a Mano*. O referido *podcast*, comandado por Mano Brown, nome artístico de Pedro Paulo Soares Pereira, estreou de forma exclusiva no Spotify – o serviço de subscrição de *streaming* de áudio mais popular do mundo, segundo Moschetta e Vieira (2018) – no dia 26 de agosto de 2021. Conforme descrição na plataforma, o objetivo do projeto é promover debates por meio da diversidade de ideias e de pensamentos, sempre prezando pelo respeito. Ainda segundo o artista e condutor, o ouvinte que se interessar pelo *podcast* deve estar preparado para “ouvir assuntos importantes, interessantes, relatos inéditos e controversos com convidados amados ou odiados - você decide” (Mano [...], 2021).

Trata-se, como dito, de um *podcast* exclusivo do Spotify, com episódios publicados às quintas-feiras. É preciso esclarecer que não há registros em vídeo das entrevistas e que somente os assinantes da plataforma – seja no plano gratuito ou no *Premium* – podem ter acesso às conversas. É importante ressaltar que a transmissão se dá exclusivamente por áudio, já que, no momento da escrita deste capítulo, alguns dos *podcasts* mais populares do Brasil são também transmitidos ao vivo pelo YouTube, o que não ocorre com *Mano a Mano* e que foge do formato original dos *podcasts*.

A escolha por Mano a Mano e pela entrevista com Lula se deu por dois motivos: em primeiro lugar, por ser uma oportunidade de analisar como se estrutura uma situação de comunicação em um *podcast* que segue seu formato original, algo ainda pouco explorado pelos estudos discursivos; e, em seguida, por ter duas figuras bastante conhecidas como entrevistador e entrevistado. O primeiro é, para muitos, o maior expoente do *rap* brasileiro e o segundo é um ex-presidente da República, eleito novamente para o cargo em 2022 e que tomou posse para um terceiro mandato – o único a alcançar tal feito – em janeiro de 2023.

A entrevista de Lula a Mano Brown foi publicada no *feed* do *podcast* Mano a Mano no dia 9 de setembro de 2021, com duração total de 2 horas e 3 minutos. Por se tratar de duas figuras populares, a conversa ganhou destaque na mídia nacional e recebeu o selo “muito compartilhado” do próprio Spotify. Na plataforma, o episódio é descrito como um “encontro improvável para alguns, inevitável para outros”, no qual “memórias, inquietações pessoais e coletivas dão o tom dessa conversa que olha para o passado para ressignificar o presente e projetar o futuro” (Mano [...], 2021).

A título de contextualização, essa descrição coaduna com a trajetória e com os posicionamentos de Mano Brown, visto como um representante da periferia, especialmente a da Grande São Paulo, e como alguém que já demonstrou publicamente seu apoio a Lula e a outros candidatos de (centro-)esquerda em eleições anteriores, não deixando de apresentar suas críticas quando necessário, como às vésperas da eleição presidencial de 2018⁴⁸.

Na conversa, vários assuntos foram tratados, desde a trajetória de Lula, passando por sua relação pessoal com Mano Brown, até uma eventual candidatura à Presidência da República em 2022. No entanto, este trabalho não trará nenhuma fala específica do político, limitando-se à descrição da situação de comunicação estabelecida, sobre a qual se falará na sequência. A análise de eventuais trechos da entrevista à luz de conceitos-chave da AD é uma sugestão para estudos futuros.

A Teoria Semi linguística e a situação de comunicação

Nas palavras do criador da Teoria Semi linguística do Discurso (doravante TSD), Patrick Charaudeau (2005, p. 11), “o que se pretende [com a TSD] é tratar do fenômeno da construção psico-socio-linguística do sentido, a qual se realiza através de um sujeito, sendo, ele próprio, psico-socio-linguístico”. Para o linguista, a matéria por meio da qual surge o sentido é a das línguas naturais, vindo daí a junção entre *semio* (de *semiosis*) e *linguística*.

48 - RANGEL, S.; VETTORAZZO, L. Em comício no Rio, Mano Brown critica PT e é defendido por Chico e Caetano. *Folha de São Paulo*, Rio de Janeiro, v. 23, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/em-comicio-no-rio-mano-brown-critica-pt-e-e-defendido-por-chico-e-caetano.shtml>. Acesso em: 29 maio 2024.

Para Charaudeau (2005), existe um processo de semiotização do mundo, no qual ocorre uma transformação (o sujeito falante transforma um mundo a significar em um mundo significado por meio das operações de identificação, qualificação, ação e causação) e uma transação (que faz desse mundo significado um objeto de troca com outro indivíduo, destinatário). No caso da transação, são quatro os princípios envolvidos.

O primeiro deles é o da alteridade. Aqui, o que se entende é que todo e qualquer ato de linguagem é um fenômeno de troca entre pelo menos dois parceiros que se veem como semelhantes e diferentes ao mesmo tempo. Semelhantes, pois devem compartilhar um mesmo universo de referências, saberes e finalidades; e diferentes, já que cada um irá desempenhar um papel específico: sujeito-comunicante, emissor do ato de linguagem; e sujeito-interpretante, receptor desse ato.

Em seguida, aparece o princípio da pertinência. Para que o ato de linguagem possa ocorrer com sucesso, os universos de referência que compõem a transação linguageira devem ser reconhecidos pelos parceiros, não sendo necessárias a adoção ou a concordância com tudo o que é apresentado, bastando seu conhecimento.

O terceiro princípio é o da influência. Para Charaudeau (2005), quem produz um ato de linguagem quer levar o parceiro a agir ou a adotar um certo posicionamento. No entanto, o sujeito que é receptor sabe que é alvo dessa influência e pode (re)agir, gerando restrições ao projeto do emissor.

O quarto princípio é o da regulação, no qual essas restrições são negociadas pelos parceiros para evitar rupturas de fala ou confrontos, dando margem a um espaço de estratégias.

Como visto, tem-se um duplo espaço na estrutura do ato de linguagem: um espaço de restrições e um espaço de estratégias. O primeiro se relaciona às condições necessárias para que o ato possa ocorrer, ao passo que o segundo se refere às escolhas colocadas à disposição dos sujeitos durante a realização da troca, uma “margem de manobra de que dispõe no interior do contrato, para jogar entre, e com, as restrições situacionais e as instruções de organização discursiva e formal” (Charaudeau, 2009, p. 314).

Ainda segundo Charaudeau (2001, 2005), o ato de linguagem é realizado em um duplo espaço de significação, um externo (das restrições) e um interno (das estratégias) à sua verbalização, o que irá determinar dois tipos de sujeitos de linguagem: os parceiros, seres sociais dotados de intencionalidades, pertencentes ao espaço externo, do fazer; e os protagonistas, seres de fala, responsáveis pelo ato de enunciação, pertencentes ao espaço interno, do dizer. Os parceiros são o sujeito-comunicante (EUC) e o sujeito-interpretante (TUi), ao passo que os protagonistas são o sujeito-enunciador (EUe) e o sujeito-destinatário (TUD).

Nas palavras de Charaudeau (2001, p. 24), “uma teoria do discurso não pode prescindir de uma definição dos sujeitos do ato de linguagem”. Conforme postula o estudioso, deve haver um reconhecimento mútuo e uma relação contratual entre os

parceiros, e esta relação só irá existir se ambos se reconhecerem com base nos estatutos por eles imaginados. Assim, Charaudeau (2005, 2009) estrutura o ato de linguagem em três níveis: situacional, comunicacional e discursivo.

O nível situacional abarca o espaço externo e se caracteriza por ser um nível de restrições. É nele que estão determinadas a finalidade do ato de linguagem, a identidade dos parceiros da troca linguageira, o domínio do saber e o dispositivo, que são as circunstâncias materiais da troca. No nível comunicacional encontram-se as maneiras de falar ou de escrever. É nele que o sujeito falante se questiona a respeito dos papéis linguageiros que deve assumir. Já o nível discursivo é o local de intervenção do sujeito falante, que deve atender às condições de legitimidade (alteridade), credibilidade (pertinência) e captação (influência e regulação) para realizar seus atos de discurso. É a partir desses níveis que se poderá buscar os sentidos do texto produzido, que são, segundo Charaudeau (2005, p. 14), “ao mesmo tempo, sobredeterminados pelas restrições da situação de troca, e singulares pela especificidade do projeto de fala”.

Em uma situação de troca, a identidade dos parceiros é fundamental para a realização do ato de linguagem. Charaudeau (2009) indica que a identidade está ligada a uma tomada de consciência de si mesmo que só é possível a partir da existência de um outro, diferente. Em sua teoria são apresentados dois tipos: a identidade social e a identidade discursiva.

A identidade social é a que dá direito à palavra (liga-se, portanto, à legitimidade), desde que reconhecida pelos demais. De acordo com Charaudeau (2009), essa legitimidade depende das normas que regem cada domínio da prática social. Logo, “a identidade social (a rigor, psicossocial, pois está impregnada de traços psicológicos) é, pois, algo atribuído-reconhecido, um pré-construído” (Charaudeau, 2009, p. 311). Essa identidade social é parcialmente determinada pela situação de comunicação, assim como pode ser reconstruída, mascarada ou deslocada.

A identidade discursiva é ativada no momento da fala e se liga às estratégias de credibilidade e de captação. A credibilidade, lembra Charaudeau (2009), refere-se à necessidade de os ditos de um sujeito serem percebidos como verdadeiros pelos demais, ao passo que a captação é necessária quando o falante não se encontra em posição de autoridade sobre seu interlocutor. Aqui, o objetivo do sujeito falante é “fazer crer” para que seu ouvinte adote uma posição de “dever crer”. A identidade discursiva, nesse sentido, é constituída pelos modos de tomada da palavra, pela organização enunciativa do discurso e pela manipulação dos imaginários sociodiscursivos⁴⁹. Ao contrário da pré-construção da identidade social, a identidade discursiva é, para Charaudeau (2009), algo sempre “a construir - em construção”.

De acordo com o criador da TSD, é nesse jogo entre as duas identidades que se realiza a influência discursiva. Não se deve esquecer que essa dinâmica não existe fora de uma situação de comunicação, já que é esta que define a identidade social dos parceiros, além de lhes oferecer instruções sobre como se comportar discursivamente.

49 - A respeito dos imaginários sociodiscursivos, ver Charaudeau (2017).

Por fim, ao lidar com as identidades, o linguista francês aponta que em seu modelo de análise do discurso estão presentes, além das três estratégias já trazidas (legitimação, credibilidade e captação), as seguintes competências: i) comunicacional, que determina a legitimidade e se liga à identidade social; ii) semântica, relacionada à capacidade de organizar os saberes e tematizá-los; iii) discursiva, ligada aos modos de organização do discurso; e, sobretudo, iv) semiolinguística, que permite aos sujeitos combinar as formas em função de tudo o que se discutiu até aqui, ou seja, das restrições da língua, do quadro situacional e dos dados da organização discursiva. Para Charaudeau (2009), essa é a corporificação da identidade discursiva.

Portanto, para cumprir com o objetivo de analisar a situação de comunicação de uma entrevista concedida por Lula ao *podcast* Mano a Mano, serão feitas análises tomando como base o conteúdo teórico trazido até o momento. Antes, serão apresentadas as características metodológicas do estudo.

Metodologia

O presente trabalho vincula-se a uma abordagem qualitativa. Conforme indica Paiva (2019), as pesquisas qualitativas buscam compreender e descrever fenômenos sociais a partir de suas diferentes formas e conteúdos, sejam eles documentos, experiências, interações etc. Gil (2019, p. 63) também destaca as interações como objeto de estudo qualitativo ao afirmar que essa abordagem “passou a ser reconhecida como importante para o estudo da experiência vivida e dos complexos processos de interação social”.

No que corresponde ao objetivo, trata-se de uma pesquisa descritiva, interessada em descrever o fenômeno estudado. No caso deste capítulo, em descrever uma situação de comunicação específica, já que, segundo Dias, David-Silva e Caeiro (2021, p. 164), “cada discurso possui [...] um contrato específico⁵⁰, ou seja, uma espécie de aliança simbólica que permite aos parceiros da comunicação coconstruírem o sentido e se legitimarem”.

A seleção do *corpus* deu-se na semana seguinte à publicação da entrevista do ex-presidente Lula ao *podcast* Mano a Mano no Spotify e teve como respaldo a repercussão alcançada na grande mídia e nas redes sociais. Após o levantamento do objeto de estudo, passou-se à pesquisa bibliográfica, necessária para sustentar as análises e as discussões que aparecerão adiante.

Análises e discussões

Ao trazer o processo de midiaticização para o debate, este trabalho apresentou a visão de Hjarvard (2014), para quem é necessário contextualizar o fenômeno a partir de perspectivas socio-histórico-culturais específicas. No caso do episódio do *podcast* Mano a Mano com o ex-presidente Lula, é indispensável localizar a situação de comunicação em relação a esses aspectos.

50 - Conforme Charaudeau (2005).

Nesse sentido, é preciso ressaltar que o Brasil vem vivendo uma série de crises políticas desde, pelo menos, os episódios que ficaram conhecidos como as Jornadas de Junho de 2013, passando pelo processo de *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016⁵¹, a chegada de Michel Temer ao poder na sequência, a prisão do próprio Lula em abril de 2018 e a eleição de Jair Bolsonaro na segunda metade desse ano. Mais recentemente, tem-se a controversa atuação de Bolsonaro durante a pandemia da covid-19, que, aliada a uma série de outras medidas, fortaleceu um sentimento de antibolsonarismo em parte considerável da população, ocasionando a eleição de Lula em 30 de outubro de 2022 como Presidente da República, com mandato iniciado em 1º de janeiro de 2023.

Outra perspectiva apresentada foi a da midiaticização do espaço político. A presença de Lula em um *podcast* pode ser entendida como uma estratégia política, ainda mais considerando o fato de uma personalidade popular e politicamente engajada, como Mano Brown, ser o anfitrião do programa. Para Strömback e Esser (2014), as estruturas do mundo político, assim como tantas outras, foram abaladas e tiveram que se adaptar à consolidação dos *media* em seu interior, fazendo com que seus membros passassem a precisar “jogar” a política a partir do reconhecimento da influência das mídias. Trata-se de um recorte do ajustamento dos diversos campos sociais à lógica midiática, como apontado por Braga (2006).

Não menos importante é lembrar da transformação de gêneros clássicos, como a autobiografia e as memórias, em novas formas de manifestação midiática, entre as quais as entrevistas. Esse processo, apresentado por Lessa (2018, p. 14), para quem “o núcleo clássico de gêneros (auto)biografia, memórias, cartas e diários assumiu outras formas de manifestação midiática, tais como blogs, entrevistas, *talk* e *reality shows*”, pôde ser testemunhado no objeto de estudo, uma vez que Lula trouxe em sua entrevista uma série de memórias e de relatos, tanto pessoais quanto profissionais.

Ao tratar dos *podcasts*, autores como Gotardelo (2019), Elekaei, Tabrizi e Chalak (2019) e Villarta-Neder e Ferreira (2020) apontam a necessidade de hospedagem em um *feed* RSS de um ambiente digital capaz de abarcar uma comunidade de seguidores com interesses em comum. Mano a Mano, o *podcast* aqui abordado, cumpre com esses requisitos. Em sua página no Spotify, é possível visualizar o título do programa, seguido pela frase “Spotify Studios” – uma maneira de indicar que se trata de um *podcast* exclusivo dessa plataforma –, um botão “seguir”, um alerta de notificações e a descrição geral do programa. Logo abaixo, estão os episódios já publicados, com seus respectivos títulos e descrições, além dos botões de “adicionar à *playlist*”, “fazer *download*”, “compartilhar” e “reproduzir”. De acordo com os próprios interesses, os ouvintes poderão escolher qual ou quais entrevistas escutar, seja no computador ou no *smartphone*, quando e em que momento de seu dia, criando uma espécie de “rádio pessoal”, conforme apontado por Costales Pérez, Rojas Espinosa e Badia Valdés (2018).

51 - Processo abordado por nós em Moura (2019).

O acesso ao conteúdo do *podcast* Mano a Mano é gratuito, isto é, é extensivo aos assinantes do plano mais simples oferecido pelo Spotify. Isso significa que qualquer pessoa que tenha uma conta na plataforma, que tenha possibilidade de se conectar à internet e que esteja em um local onde não haja restrições de acesso ao conteúdo – por razões políticas, por exemplo – poderá escutar não só o episódio com Lula, mas todos os demais. Assim, como indicado por De Beauvoir (2015), há um alcance geográfico praticamente ilimitado, ao contrário do rádio tradicional. Ademais, por reunir episódios conduzidos por uma personalidade e por receber convidados também importantes, o *podcast* pode fidelizar seus ouvintes, nos termos trazidos por Paiva e Morais (2020), e promover discursos e narrativas de interesse público, de acordo com os apontamentos de Paisana e Martins (2021).

Na visão de Bakhtin (2006, 2016), os gêneros são tipos relativamente estáveis de enunciados. Essa relativa estabilidade molda as práticas interacionais e as relações pessoais à medida que atuam como um horizonte de expectativas para os envolvidos. Cada gênero, portanto, traz particularidades referentes à situação de comunicação, ao horizonte temático, ao estilo e à composicionalidade. A presente pesquisa adota os pressupostos dessa visão bakhtiniana, na qual são consideradas as marcas formais do gênero e se estuda sua adequação à situação de comunicação. Assim, considerando as reflexões de Charaudeau (2004, 2015), percebe-se um reconhecimento e uma legitimação entre o entrevistador (Mano Brown) e o entrevistado (Lula). O (na ocasião) ex-presidente da República representa a si, mas também um partido (Partido dos Trabalhadores – PT –, do qual é um dos criadores e ao qual é filiado) e um posicionamento ideológico (de esquerda ou centro-esquerda). Ainda, considerando o cenário que era projetado para as eleições de 2022, pode-se dizer que Lula representou também aqueles que o apoiariam em uma eventual disputa direta contra Bolsonaro, mesmo não fazendo parte de sua base eleitoral consolidada. Mano Brown, por sua vez, tentou extrair ao máximo as informações de Lula, inclusive aquelas que este poderia considerar como restritas ou impróprias de se publicizar.

Passando para a situação de comunicação em si e tomando como base a TSD, é preciso indicar que tanto Mano Brown quanto Lula são considerados sujeitos psicosocio-linguageiros, cada qual possuindo identidades e estatutos sociais específicos. No processo de transação, posterior ao de transformação, tem-se quatro princípios, conforme Charaudeau (2005): alteridade, pertinência, influência e regulação.

No que concerne à alteridade, Mano Brown e Lula compartilham um mesmo universo de referências, saberes e finalidades e, portanto, conseguem estabelecer uma troca comunicacional. Embora Mano Brown seja o entrevistador e Lula o entrevistado, o gênero entrevista (política) se caracteriza por uma alternância dos turnos de fala, o que proporciona a ambos os papéis de sujeito-comunicante e de sujeito-interpretante, a depender do momento. Com isso, ambos se veem como iguais e diferentes.

Quando se trata da pertinência, os universos de referência abordados são reconhecidos tanto por Lula quanto por Mano Brown. Ambos são indivíduos com conhecimento a respeito do universo sociopolítico brasileiro, embora tenham ocupado posições distintas no que se refere a esses domínios, um como artista e outro como político.

Quanto ao princípio da influência, vê-se que Mano Brown e Lula intentam que seu parceiro aja ou adote um posicionamento. Mano Brown empenha-se para que Lula responda a questões sobre sua trajetória pessoal e política, tentando até mesmo fazer com que ele comente seu papel e sua participação em escândalos de corrupção que envolveram o PT e geraram um forte sentimento de antipetismo na sociedade, resultando, inclusive, na eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Lula, por sua vez, apresenta seus argumentos e sua versão dos fatos, desejando que Mano Brown entenda e aceite sua visão da realidade. Com o princípio da regulação, as restrições e a influência acima são negociadas, abrindo-se espaço para a utilização de estratégias, sobretudo por parte do entrevistado, aspecto que pode ser analisado em outros trabalhos.

Charaudeau (2001) fala da existência de dois espaços na situação de comunicação. Há um espaço externo, do fazer, em que estão presentes os parceiros, seres sociais, EUC e TUi. Como se viu, o gênero entrevista é marcado por uma alternância dos turnos de fala. Assim, os seres sociais Lula e Mano Brown assumem ambas as posições a depender do momento. Ao questionar, Mano Brown é um EUC e Lula um TUi, pertencentes ao circuito externo. Quando este responde, há uma inversão dos papéis e Lula se torna EUC e Mano Brown se converte em TUi.

O segundo espaço é o interno, do dizer, em que estão presentes os protagonistas, seres de fala, EUE e TUD. Em uma situação de comunicação dialógica, o EUC, parceiro que detém a iniciativa do processo de produção, constrói para si uma imagem de enunciador que representa seu traço de intencionalidade, o EUE. Logo, o EUE, no processo de produção, é uma representação linguageira parcial de EUC. Esse EUC, no mesmo processo de produção, idealiza seu destinatário ideal, cria para si uma imagem dele, o TUD, que poderá ou não coincidir com o sujeito-interpretante, o TUi. Há, também, um processo de interpretação, no qual o TUi constrói para si uma imagem – o EUE – de seu interlocutor como uma hipótese da intencionalidade do EUC realizada no ato de produção, isto é, como uma imagem de fala que oculta em maior ou menor grau o EUC, e que pode ou não ser aceita pelo TUi. Além disso, o conhecimento do TUi a respeito do EUC intervém no processo interpretativo. Logo, quando pergunta, o EUC, Mano Brown, coloca em cena um EUE, representante de seu traço de intencionalidade, além de idealizar um destinatário TUD, Lula, ser de fala. O ser social Lula, TUi, igualmente cria para si uma imagem do EUE, Mano Brown, que corresponde a uma hipótese da intencionalidade de Mano Brown, ser de fala, EUC. Quando responde, o ser social Lula assume um papel de EUC que coloca em cena seu EUE e idealiza o TUD, ser de fala, Mano Brown; este, como ser social TUi, remete-se a uma imagem de Lula EUE, que possui uma distância em maior ou menor grau em relação ao EUC Lula.

No entanto, sabe-se que, por se tratar de um *podcast*, há a presença do público na relação contratual, como se fosse um terceiro integrante. Logo, tanto o EUC Mano Brown quanto o EUC Lula idealizam, além do parceiro imediato, um outro TUD, que corresponde ao público que provavelmente ouvirá a entrevista. Ao falarem, assumem o papel de um EUE. O público que de fato ouve a entrevista é o TUI.

Charaudeau (2005, 2009), ademais, estrutura o ato de linguagem em três níveis: situacional, comunicacional e discursivo. No nível situacional, estão a finalidade do ato, as identidades dos envolvidos, o domínio do saber e o dispositivo. Entende-se que a finalidade do ato analisado é, do lado do entrevistador, Mano Brown, conseguir a maior quantidade de informações possível de seu entrevistado e, além disso, captar o público e gerar audiência – no caso do *podcast*, lograr a fidelização desta. Para o entrevistado, a finalidade é fazer com que o seu entrevistador e o público aceitem sua visão da realidade. No caso em tela, Lula apresentou sua versão dos acontecimentos de sua vida pública e privada, especialmente de suas recentes condenações e prisão, buscando ser visto como inocente e, conseqüentemente, digno da confiança da população e da possibilidade – naquele momento – de concorrer à presidência novamente, caso se confirmasse sua candidatura.

As identidades são, segundo Charaudeau (2009), de dois tipos: social e discursiva. Aquela se liga à legitimidade e dá direito à palavra, ao passo que esta é ativada na *mise-en-scène* discursiva e se liga às estratégias de credibilidade e de captação.

Mano Brown é conhecido e admirado por sua carreira e por seus posicionamentos, o que lhe garante uma identidade social capaz de lhe assegurar o direito à palavra e ao questionamento de seus convidados. Sua identidade discursiva, ativada no momento da fala, liga-se à sua credibilidade, já que seus ditos são percebidos como verdadeiros por seu entrevistado e pelo público graças à sua trajetória como *rapper* e por sua produção e inserção artísticas; e à captação, já que ele não está em posição de autoridade sobre seus interlocutores. Sua identidade discursiva, nesse sentido, é constituída pelos modos de tomada da palavra, pela organização enunciativa do discurso e pela manipulação dos imaginários sociodiscursivos.

Lula, por outro lado, também possui a legitimidade e o direito à fala, já que ocupou o principal cargo político do país por oito anos e, conseqüentemente, tem propriedade para discorrer sobre a política nacional. Sua identidade discursiva, porém, é atravessada pela necessidade de uma credibilidade, uma vez que seu histórico como político e como acusado de corrupção não lhe garante que suas falas sejam percebidas como verdadeiras por todos. Como Lula também não ocupava qualquer cargo político no momento da entrevista, não lhe era conferida autoridade sobre os interlocutores, sendo necessário que ele buscasse a captação daqueles por meio das estratégias.

O domínio do saber, como não poderia deixar de ser, é o político. O dispositivo, ou seja, as condições materiais de realização do contrato particular da entrevista abordada, é o *podcast* e suas respectivas tecnologias.

No nível comunicacional, encontram-se as maneiras de falar ou de escrever e é nele que o sujeito falante se questiona a respeito dos papéis languageiros que deve assumir. Como se trata de uma entrevista, entende-se que Mano Brown assume um papel languageiro que vai além daquele moldado por sua carreira como músico, tendo que tomar as ações próprias de um entrevistador que está diante de uma personalidade da qual busca respostas para seus questionamentos. Lula, por sua vez, mantém seu papel languageiro de personagem político, que se empenha em levar seus pontos de vista, seus relatos e suas versões ao conhecimento do entrevistador e também do público que o ouve.

Já o nível discursivo é o local de intervenção do sujeito falante, que deve atender às condições de legitimidade, de credibilidade e de captação para realizar seus atos de discurso. Como visto anteriormente, todas essas condições são impostas tanto a Mano Brown quanto a Lula, que as utilizam em maior ou menor escala.

Por fim, além das estratégias acima, verifica-se que os envolvidos no episódio atendem às competências: i) comunicacional, pois possuem legitimidade ligada à identidade social; ii) semântica, pois conseguiram organizar os saberes e tematizá-los visando ao estabelecimento de uma troca comunicacional; iii) discursiva, já que precisaram lidar com os diferentes modos de organização do discurso durante a entrevista; e iv) semiolinguística, uma vez que a troca foi exitosa a partir do reconhecimento mútuo das restrições da língua, do quadro situacional e da organização discursiva.

Considerações finais

O presente capítulo teve como objetivo analisar a situação de comunicação de uma entrevista concedida pelo então ex-presidente Lula ao *podcast* Mano a Mano. Para isso, debruçou-se sobre o processo de midiática da sociedade, com destaque para o domínio político, sobre as características dos *podcasts* e, evidentemente, sobre os componentes de uma situação de comunicação segundo a TSD.

Verificou-se que a entrevista de Lula a Mano Brown em um *podcast* é a sinalização de um processo corrente de midiática do domínio político, que passa a funcionar tendo como horizonte a lógica midiática. Ademais, foi possível constatar que houve um reconhecimento e uma legitimação entre o entrevistador e o entrevistado. Por se tratar de uma entrevista política, Lula representou não somente a si próprio, mas também um partido (PT), um posicionamento ideológico (de esquerda ou de centro-esquerda) e, ainda, a voz daqueles que consideravam dar a ele um voto útil nas eleições de 2022, da qual saiu vitorioso. Mano Brown, por sua vez, atuou como um entrevistador que buscou extrair o máximo de informações possível de seu convidado.

Pôde-se igualmente testemunhar a existência de uma semiotização do mundo e o cumprimento dos processos de alteridade, pertinência, influência e regulação. Em relação aos espaços do dizer e do fazer, viu-se que cada um dos indivíduos ocupou uma posição conforme os turnos de fala se alternavam. Por se tratar de um *podcast*, detentor de um público possivelmente fidelizado, constatou-se que este faz parte da relação contratual, sendo projetado tanto pelo entrevistador como pelo entrevistado.

Houve diferenças em relação às finalidades do ato e às identidades social e discursiva por parte de Mano Brown e de Lula, algo já esperado. Por outro lado, o que se viu foi uma situação de comunicação exitosa e que, portanto, demonstrou a capacidade de ambos os envolvidos atuarem por meio das competências comunicacional, semântica, discursiva e semiolinguística.

Como sugestões para estudos futuros, indica-se a tentativa de descrever quais seriam as características genéricas de um *podcast*, bem como a análise de trechos específicos da entrevista à luz de conceitos-chave da análise do discurso.

Referências

ANGRISANO, R. M.; DAVID-SILVA, G. Os conceitos de verdade, midiaticização e acontecimento para análise de narrativas telejornalísticas. *Calidoscópio*, [São Leopoldo], v. 13, n. 3, p. 406-415, 2015. Disponível em: <http://revistas.unisinus.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2015.133.11/5069>. Acesso em: 21 set. 2021.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução: Michel Lahud, Yara Frateschi. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

BERRY, R. Will the iPod Kill the Radio Star? Profiling Podcast as Radio. *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*, [s. l.], v. 12, n. 2, p. 143-162, 2006. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1354856506066522>. Acesso em: 17 set. 2021.

BRAGA, J. L. Mediaticização como processo interacional de referência. *Animus: revista interamericana de comunicação midiática*, Santa Maria, v. 5, n. 2, p. 9-35, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/index.php/animus/article/viewFile/6693/4050#page=9>. Acesso em: 18 set. 2021.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

CHARAUDEAU, P. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. In: PIETROLUONGO, M. (org.). *O trabalho da tradução*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009. p. 309-316. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Identidade-social-e-identidade.html>. Acesso em: 28 set. 2021.

CHARAUDEAU, P. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Tradução: André Luiz Silva, Rafael Magalhães Angrisano. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/viewFile/857/433>. Acesso em: 28 set. 2021.

CHARAUDEAU, P. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (org.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 11-27. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Uma-analise-semiolinguistica-do.html>. Acesso em: 26 set. 2021.

CHARAUDEAU, P. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H. et al. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2001. p. 23-37.

Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/padrao_cms/documentos/nucleos/nad/CHARAUDEAU%20-%20Uma%20Teoria%20dos%20sujeitos%20da%20Linguagem.pdf. Acesso em: 27 set. 2021.

CHARAUDEAU, P. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. de (org.). *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004. p. 13-41. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Visadas-discursivas-generos.html>. Acesso em: 27 set. 2021.

COSTALES PÉREZ, Z.; ROJAS ESPINOSA, A.; BADIA VALDES, A. T. ¿Podcasting en Cuba? Emergencias de un formato revolucionario. *ARCIC*, La Habana, v. 7, n. 1, p. 167-184, 2018. Disponível em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2411-99702018000400167&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 set. 2021.

DE BEAUVOIR, C. El documental radiofónico en la era digital: nuevas tendencias en los mundos anglófono y francófono. *Razón y Palabra*, [Monterrey], v. 19, n. 91, p. 1-27, 2015. Disponível em: http://www.razonypalabra.org.mx/N/N90/Varia/13_Beauvoir_V90.pdf. Acesso em: 17 set. 2021.

DIAS, F. P.; DAVID-SILVA, G.; CAEIRO, L. M. L. Encenação discursiva no *instagram*: análise do *ethos* político do prefeito de Belo Horizonte na pandemia. *Gláuks: Revista de Letras e Artes*, [Viçosa, MG], v. 21, n. 1, p. 156-180, 2021. Disponível em: <https://www.revistaglauks.ufv.br/Glauks/article/view/243/150>. Acesso em: 26 set. 2021.

ELEKAEI, A.; TABRIZI, H. H.; CHALAK, A. Distance education and vocabulary podcasting tasks: attitude in focus. *Turkish Online Journal of Distance Education*, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 105-120, 2019. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ1213102>. Acesso em: 16 set. 2021.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 230p.

GOTARDELO, A. J. *Sentidos sobre o corpo da mulher no mercado de trabalho: por uma análise discursiva do podcast Maria Vai Com as Outras*. 2019. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Jornalismo) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/27921/1/SentidosCorpoMulher.pdf>. Acesso em: 23 set. 2021.

HJARVARD, S. Mídiação: conceituando a mudança social e cultural. *Matrizes*, [São Paulo], v. 8, n. 1, p. 21-44, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/82929>. Acesso em: 21 set. 2021.

LAURINDO, H. A. Sobre a problemática dos gêneros por uma ótica semiolinguística. *Linguagem em foco*, Fortaleza, v. 8, n. 1, p. 131-143, 2016. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/1885>. Acesso em: 27 set. 2021.

LENHARO, R. I.; CRISTÓVÃO, V. L. L. *Podcast, participação social e desenvolvimento. Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 32, n. 1, p. 307-335, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/fqTjw5mQ9ZLYBVCjdLDsxSm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2021.

LESSA, C. H. Mídiação e dimensão argumentativa em narrativas de vida em um jornal eletrônico. In: MACHADO, I. L.; LARA, G. M. P.; EMEDIATO, W. (org.). *Análise do Discurso: situações de argumentação*. 1. ed. Coimbra: Grácio Editor, 2018. p. 11-36.

MANO a Mano: Mano Brown recebe Lula. Entrevistadores: Mano Brown, Semayat Oliveira. Entrevistado: Lula. [S. l.]: Spotify,

set. 2021. Podcast. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/0tIWqIF07REyWexalI6lz5?si=r9BPEO0MRkq3FoLle82OZA&dl_branch=1. Acesso em: 9 set. 2021.

MARTÍN-BARBERO, J. *Al sur de la modernidad: comunicación, globalización y multiculturalidad*. Pittsburgh: Nuevo Siglo, 2001. 303p.

MOSCHETTA, P. H.; VIEIRA, J. Música na era do streaming: curadoria e descoberta musical no Spotify. *Sociologias*, [s. l.], v. 20, n. 49, p. 258-292, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/81086>. Acesso em: 25 set. 2021.

MOURA, D. R. de. *Argumentação e política: uma análise das construções discursivas de Dilma Rousseff e de Michel Temer em entrevistas ao telejornal SBT Brasil durante o impeachment presidencial de 2016*. 2019. 159 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2019. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/25124>. Acesso em: 29 maio 2024.

OW, G.; SHIPLEY, L.; NEMATOLLAHI, S.; STETSON, G. Morning report for all: a qualitative study of disseminating case conferences via podcasting. *BMC Medical Education*, [s. l.], v. 21, n. 392, p. 1-10, 2021. Disponível em: <https://bmcmededuc.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12909-021-02799-1>. Acesso em: 19 set. 2021.

PAISANA, M.; MARTINS, R. Podcasting e pandemia: da portabilidade e mobilidade ao confinamento e universos pessoais interconectados. *Observatório (OBS*)*, [s. l.], p. 56-75, 2021. Edição especial. Disponível em: <http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/1932>. Acesso em: 19 set. 2021.

PAIVA, A. S.; MORAIS, R. A vingança do áudio: o despertar do som binaural na era dos podcasts e das narrativas radiofônicas. *Media & Jornalismo*, Lisboa, v. 20, n. 36, p. 129-151, 2020. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/download/2183-5462_36_7/6535/34090. Acesso em: 15 set. 2021.

PAIVA, V. L. M. O. *Manual de pesquisa em estudos linguísticos*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019. 160p.

STRÖMBÄCK, J.; ESSER, F. Mediatization of politics: transforming democracies and reshaping politics. In: LUNDBRY, K. (ed.). *Mediatization of Communication*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2014. p. 375-403. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/265335046_Stromback_J_Esser_F_2014_Mediatization_of_Politics_Transforming_Democracies_and_Reshaping_Politics_In_K_Lundby_Ed_Mediatization_of_Communication_Berlin_De_Gruyter_Mouton_375-403. Acesso em: 21 set. 2021.

VERÓN, E. *El cuerpo de las imágenes*. Buenos Aires: Norma, 2001. 118p.

VILLARTA-NEDER, M. A.; FERREIRA, H. M. O podcast como gênero discursivo: oralidade e multissêmico quem e além da sala de aula. *LETRAS*, Santa Maria, n. 1, p. 35-55, 2020. Edição especial. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/39579/pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.

O disfemismo como estratégia de aproximação entre a ciência e o leitor da *Superinteressante*⁵²

Carlos Alexandre Molina NOCCIOLI⁵³

Cristiane CATALDI dos Santos Paes⁵⁴

Preliminares

Na trilha de um trabalho que busque analisar o discurso de divulgação científica, é preciso observar as pegadas deixadas por outras incursões, cujos interesses apontam para direções afins. Ao se falar em lacunas deixadas pelas nossas pesquisas, é seguramente um lugar-comum a assertiva de que o trabalho acadêmico se constitui de modo inacabado. Lugar-comum e fonte de inquietude para que, junto da nossa curiosidade própria de pesquisadores, para frente constantemente sigamos (Noccioli, 2022). Dessa forma segui meu percurso na academia.

Em minha dissertação de mestrado (Noccioli, 2010), defendida no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa, sob orientação da professora Cristiane Cataldi, demonstrei patente vontade de saber sobre como se dá a divulgação científica em torno de temas tradicionalmente vistos como tabu – evidentemente recortados em um microcosmo. Na ocasião, pensei o tabu. Em especial, o conexo a questões sexuais, ao corpo que representa o homem e a mulher em nossa sociedade contemporânea. Minha escolha esteve voltada para uma revista de popularização da ciência, nomeadamente, a revista *Superinteressante*, cujo público jovem exige-lhe um comportamento linguístico e uma prática discursiva muitas vezes irreverentes em suas reportagens.

52 - A reportagem escolhida faz parte do *corpus* da dissertação de mestrado intitulada “Análise das estratégias linguístico-discursivas na divulgação de temas tabu na Revista *Superinteressante*” (2010), apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV). A análise exposta neste capítulo integra o trabalho defendido por mim, sob a orientação da professora Cristiane Cataldi dos Santos Paes, como uma das exigências para a obtenção do título de *Magister Scientiae* pela instituição.

53 - Professor do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS). Realizou Pós-doutorado em Ciência da Informação e Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Doutor em Desenvolvimento Humano e Tecnologias, na linha de pesquisa Tecnologias, Corpo e Cultura, pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), com Estágio de Pós-Graduação no âmbito do Programa Doutoral em História das Ciências e Educação Científica da Universidade de Aveiro/Portugal (UA). Membro do Laboratório Discursivo: sujeito, rede eletrônica e sentidos em movimento (E-I@dis/USP) e do Laboratório de Estudos Epistemológicos e de Discursividades Multimodais (LEEDIM/UFSCar). Docente do Curso de Pós-Graduação em Bioética do IFSULDEMINAS, atuando principalmente nas seguintes áreas de pesquisa: Mídia; Tabu; Divulgação Científica; e Análise do Discurso da Divulgação Científica. *E-mail*: carlos.noccioli@ifsuldeminas.edu.br

54 - Professora Titular do Departamento de Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Doutora em Linguística pela Universitat Pompeu Fabra – Barcelona/Espanha. Realizou Pós-Doutorado em Divulgação das Ciências na Universidade do Porto – Porto/Portugal. Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras do Departamento de Letras da UFV. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa e Linguística, atuando principalmente nas áreas de pesquisa: Análise do Discurso da Divulgação Científica; Gênero Discursivo, Mídia e Identidade. *E-mail*: cristiane.cataldi@ufv.br

O que se pôde discutir nesse trabalho esteve às voltas com as estratégias discursivas de aproximação entre informações do tipo técnico-científico e concepções cabidas às relações sociais habituais, prosaicas. Uma das minhas inferências foi a de que a revista em questão divulga e, ao mesmo tempo, fomenta a curiosidade em relação ao conhecimento científico, não se configurando tão somente como veículo de difusão de saberes, mas como uma fonte de ironias sobre temas de caráter científico, no rastro comercial de uma maior identificação com seu público leitor.

Nesse universo tão específico da mencionada pesquisa, o tabu aparece sob uma temática, até certo ponto pilhérica, relativa à sexualidade, haja vista a linguagem chistosa da *Superinteressante* que (in)forma sobre conhecimentos por meio de anedotas e jogos de linguagem jocosos.

Buscando-se uma análise em torno do tratamento linguístico-discursivo de informações sobre temas considerados tabu, referentes a questões sexuais que representam o homem e a mulher, em nossa sociedade contemporânea ocidental, para este texto aqui, recortado de minha dissertação de mestrado, discorreremos sobre parte da reportagem “Quando a máquina dá pau”, escrita pela jornalista Martha San Juan França e constante da seção *Saúde* da revista *Superinteressante*, a fim de verificarmos como o processo de recontextualização do discurso sobre ciência ocorre na mídia impressa brasileira.

Ao selecionarmos a reportagem em questão, tivemos como foco, à época, as publicações decorrentes do ano de 2008 na revista *Superinteressante* que abordassem uma temática considerada tabu acerca de aspectos relacionados à sexualidade. Identificamos e analisamos, a partir disso, as estratégias linguístico-discursivas que caracterizam o processo de recontextualização do discurso científico em discurso geral. Ou seja, a reflexão realizada neste trabalho gira em torno da transposição do discurso da esfera técnica para a esfera do público leigo.

Aqui, centramo-nos especificamente no recurso linguístico-discursivo de *variação*, utilizado pela jornalista no texto em análise. Esse procedimento caracteriza-se a partir de certas estratégias discursivas de ordem lexical, semântica ou mesmo de registro – entre termos e conceitos especializados e vocabulário corrente – utilizadas durante o processo de reformulação do texto científico para o texto de divulgação. Entre outros aspectos linguístico-discursivos, destacam-se a seleção lexical e a modalidade enunciativa.

No que se refere à sustentação conjectural de nossa discussão, o tópico de trabalho compreende o arcabouço teórico-metodológico da Análise do Discurso da Divulgação Científica associado à Teoria das Representações Sociais como forma de estudo das representações sobre temas considerados tabu na mídia impressa brasileira. A intenção seria oferecer uma contribuição à Linguística, especificamente à Análise do Discurso, no tocante ao processo da divulgação científica, realizado muitas vezes por mídias cuja missão é o recrutamento de certas estratégias para que as informações específicas do campo científico atinjam um interlocutor inscrito no quadro do “público geral”.

Por essa razão, faz-se interessante analisar o tratamento linguístico-discursivo das informações de caráter científico na mídia impressa acerca de tópicos temáticos referentes a aspectos sexuais humanos, tradicionalmente vistos como tabu, uma vez que suscitam discussões polêmicas e, conseqüentemente, estratégias de reelaboração, em termos não só de intercâmbio de registro, mas também de modalização e adaptação do discurso, a fim de que se pondere acerca dos impactos que poderiam causar uma informação de caráter interdito em determinadas convenções sociais.

Análise do Discurso da Divulgação Científica

Primeiramente, cabe-se ponderar sobre a Análise do Discurso como teoria complexa e dinâmica, não restrita à língua ou à gramática, e sim uma teoria disposta a tratar do discurso, da “palavra em movimento”, das práticas de linguagem. Nesses termos, Orlandi (2013) chama atenção para essa ferramenta teórica ao se pensar a língua e a sua relação com o mundo, com os sujeitos. Ou ainda, pensar “a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada sociedade” (Orlandi, 2013, p. 16). Em outras palavras, pensar a Análise do Discurso é um exercício reflexivo em torno da maneira como a linguagem se materializa na ideologia e como a ideologia, por sua vez, se faz patente na língua.

Ao considerar que a (inter)ação humana ocorre por meio dessa “palavra em movimento”, a Análise do Discurso oferece subsídios teóricos para o estudo de textos, quer sejam orais, quer sejam escritos, “como produto do uso linguístico em situações concretas, nas quais se objetiva uma interação entre os interlocutores a partir de uma intencionalidade” (Cataldi, 2009, p. 48).

Segundo Calsamiglia e Cassany (1999), a Análise do Discurso é um campo de estudo interdisciplinar, que tem sua base sustentada por outras teorias linguísticas calcadas na linguagem em uso. Dessa forma, é pertinente e relevante o uso de seu aporte teórico-metodológico para o estudo do discurso divulgativo. De acordo com Cataldi (2007):

Ainda que o discurso divulgativo utilize informações procedentes do discurso científico, o modo de elaboração deste novo discurso é específico, pois está determinado por concepções próprias de produção e de difusão (Cataldi, 2007, p. 158).

Tornar acessíveis ao público leigo conhecimentos de caráter técnico e científico é uma tarefa árdua em uma sociedade contemporânea cada vez mais bombardeada por informações. Desde a década de 1980, observa-se um maior interesse pela divulgação científica, tanto no cenário nacional quanto internacional (Cataldi, 2009). Esse contexto acarreta, segundo Cataldi (2007, p. 155), “a consideração da ciência como notícia”, ou seja, justamente por haver demanda pela (in)formação, a ciência passa a compor a pauta jornalística da mídia. Sendo os jornais e as revistas canais para o público em geral ter acesso às novidades do campo científico, Cataldi (2009, p. 44) considera esses veículos importantes fontes “de (in)formação sobre as implicações científicas e sociais do desenvolvimento tecnológico”.

O processo de recontextualização da informação sobre ciência

A difusão da ciência, em suas diversas modalidades, sejam elas escritas ou orais, envolve procedimentos de transformação ou, ainda, de reformulação das informações previamente produzidas por cientistas. Assim, diz-se que a divulgação científica é uma prática reformulativa geral em relação a elementos puramente referenciais e informativos procedentes do texto-fonte. Todavia, esse processo de reelaboração não se restringe a apenas esses aspectos, já que aciona também questões relativas à “emoção”.

Ciapuscio (1997) chama atenção para o fato de que algumas características retóricas e linguísticas são prototípicas do texto científico, tais como vocabulário unívoco⁵⁵ e preciso; referência escrita ao objeto e tentativa de não utilização de marcas subjetivas; ausência de elementos emocionais; sintaxe simples; entre outras.

Os textos jornalísticos de divulgação científica constituem, portanto, uma fonte de discurso público e se organizam a partir de fatores contextuais atrelados a sua produção. Conforme Cataldi (2007), mesmo que o discurso divulgativo tenha o discurso científico como fonte, o modo de elaboração desse novo discurso é específico, haja vista sua dependência às concepções próprias de sua produção e difusão.

Nessa linha de raciocínio, a autora ainda postula que o processo de recontextualização do conhecimento científico é caracterizado como uma “re-criação” desse tipo de conhecimento para cada público específico. Entretanto, Cataldi (2007) chama atenção para o fato de essa prática discursiva não ser simplesmente um resumo ou redução aleatória de dados científicos, mas sim uma habilidade em selecionar, reorganizar e reformular as informações de caráter técnico para leitores com interesses e objetivos diversos no processo de compreensão dos fatos científicos. É, portanto, o texto divulgativo um tipo de discurso primário, baseado em textos secundários⁵⁶ que vão se modificando dependendo da situação comunicativa. Isso gera a necessidade de “procedimentos, utilizados na mídia impressa a partir de um uso linguístico escrito”, variáveis “segundo certos parâmetros contextuais, como a situação comunicativa, os propósitos de quem a realiza e as características dos destinatários” (Cataldi, 2009, p. 49).

Em termos de estrutura cognitiva do discurso de caráter científico, fica a cargo do divulgador a decisão acerca de qual *estratégia divulgativa* utilizar, consoante o propósito comunicativo: “O produtor pode utilizar procedimentos *léxico-semânticos* (sinonímia, paráfrase, definição, descrição, denominação, generalização, etc.), *discursivos* (contextualização, modalização, etc.) e/ou *cognitivos* (analogias, metáforas, metonímias, etc.)” (Cataldi, 2009, p. 49). No que tange a esse último procedimento, o mais comum é que se usem, em discursos de divulgação científica, representações conceituais calcadas em analogias com o cotidiano.

55 - Utilizamos, consoante Ciapuscio (1997), o termo “unívoco” no sentido de uma terminologia que não abarque mais de um significado e, conseqüentemente, não gere ambigüidades.

56 - Usamos as terminologias “discurso primário” e “texto secundário” conforme Ciapuscio (1997), para quem “texto secundário” representa o intertexto subjacente a um discurso ao qual temos acesso, ou seja, o “discurso primário”.

Para tanto, a recontextualização das informações sobre ciência está diretamente relacionada com os procedimentos concretizados pelo uso linguístico-discursivo específico de *expansão*, *redução* e *variação* (Cataldi, 2003, 2007, 2009). Esses procedimentos discursivos, na observância do interesse e da necessidade de informar um público amplo, heterogêneo e leigo, são recorrentes na mídia impressa, por meio de seu uso linguístico escrito. São recursos que variam conforme os parâmetros contextuais, tais como a situação comunicativa, os propósitos de quem produz o texto e as características de seu interlocutor.

A recontextualização a partir do procedimento linguístico-discursivo de *variação*

A *variação* é um procedimento caracterizado a partir de certas estratégias discursivas de ordem lexical, semântica ou mesmo de registro – entre termos e conceitos especializados e vocabulário corrente – ocorridas durante o processo de reformulação do texto científico para o texto de divulgação. Entre outros aspectos linguístico-discursivos, destacam-se a seleção lexical e a modalidade enunciativa.

Na esteira do procedimento de *variação*, Cataldi (2003, 2007) chama atenção para a *variação denominativa*, utilizada como uma importante estratégia léxico-semântica. Essa estratégia está atrelada à utilização de um termo ou expressão alternativa para a informação técnica no momento de sua transposição para o texto divulgativo.

Esse procedimento contribui para revelar “diversas situações comunicativas referentes à divulgação da ciência ao grande público”, refletindo processos comunicativos que vão desde a seleção até a divulgação, caracterizada a partir do processo de recontextualização. Constata-se que esses procedimentos são inerentes aos textos de divulgação científica (Cataldi, 2007, p. 162-163).

Esse recurso linguístico-discursivo configura-se como uma importante ferramenta no processo de recontextualização no que tange à divulgação da ciência. Nesse sentido, a *variação* é um interessante pilar a ser esmiuçado em nossa análise, de modo a identificarmos sintomaticamente as estratégias que compõem o discurso divulgativo da revista *Superinteressante*.

Teoria das Representações Sociais

Embora seu germe tenha sido na Sociologia, com significativa presença na Antropologia e na história das mentalidades, o conceito de representação social tem uma dimensão interdisciplinar que ganha *status* de teoria na Psicologia Social, superando um ou outro domínio das áreas de humanas, servindo de proficiente ferramenta para campos diversos, inclusive no âmbito da linguagem.

Arruda (2003) apresenta um panorama da Teoria das Representações Sociais sob a perspectiva psicossocial, promovendo um elo entre essa abordagem e as teorias feministas de gênero. Sendo a psicologia social responsável pelo estudo acerca da relação entre indivíduo e sociedade, ao associar-se a isso uma preocupação cognitiva, poder-se-iam, com efeito, obter reflexões em torno (i) da construção do conhecimento pelo indivíduo, pelo grupo ou pelo ser social a partir de aspectos, sobretudo, sociais e culturais; e em torno (ii) da maneira por meio da qual a sociedade conhece e constrói esse conhecimento com os indivíduos. Assim, a Teoria das Representações Sociais apresenta-se como eficiente aporte teórico no que diz respeito à análise de tabus, sobretudo os que se referem a universos sexuais masculino e feminino.

Dessa abordagem teórica, depreendemos de Arruda (2003, p. 128) uma inquietação relacionada à seguinte questão: “como interagem sujeitos e sociedade para construir a realidade, como terminam por construí-la numa estreita parceria – que, sem dúvida, passa pela comunicação”?

Quando se fala em “Representações Sociais”, faz-se obrigatória a referência à obra de Moscovici (1961), em que se inauguram discussões relativas a essa teoria, à luz dos preceitos científicos – embora seu impacto não tenha sido de grande relevância à época. Segundo Arruda (2003), um desenvolvimento considerável seria observado somente na década de 1980 do século XX. Uma possível explicação para tamanha inatividade de quase duas décadas seria o fato de as metodologias utilizadas por Moscovici – tal como os fenômenos estarem sujeitos à interpretação do pesquisador – não terem exercido considerável interesse à psicologia da época, pautada em moldes científicos canônicos (Arruda, 2003).

A essa altura da constituição da teoria, Arruda (2003, p. 129) afirma que “a Teoria das Representações Sociais [...] operacionalizava um conceito para trabalhar como pensamento social em sua dinâmica e em sua diversidade”, respeitando, assim, o fato de diferentes formas de conhecimento e de comunicação contribuírem para gerar universos de concepções, na mesma proporção, diversificados. Isso traz à tona dois âmbitos (consensual e científico) que, quando encarados de forma antagônica, fazem com que se reproduzam discursos que reforçam a desautorização do pensamento “leigo”. Entretanto, a Teoria das Representações Sociais demonstra a eficácia de ambas as esferas para a vida humana. Definem-se essas duas esferas como, de um lado, o *universo reificado* e, de outro, o *universo consensual*⁵⁷. Nesse sentido, o *universo reificado*, ancorado na ciência, retrata a realidade como independente de nossa consciência, por meio de estilo e estrutura frios e abstratos. Já o *universo consensual* busca explicações para a “realidade” por meio das representações sociais, constituídas por meio do senso comum e da consciência coletiva. Logo, essas representações são variáveis e acessíveis às pessoas da esfera comum, da esfera não técnica.

57 - Tomamos emprestados os termos *universo consensual* e *universo reificado* que foram usados na interpretação de Arruda (2003) para esquematizar a sistematização proposta por Moscovici (1973) de ruptura da fronteira entre os dois âmbitos a fim de que se reabilitem as reflexões do senso comum como forma de conhecimento.

Sendo assim, Moscovici (1973) chamou atenção para a importância do saber popular e cotidiano. Dessa forma, em uma revista de cunho divulgativo, tal qual a *Superinteressante*, é comum o tratamento de temas científicos à luz de concepções mais próximas do senso comum, tanto no que tange às estratégias de reelaboração do discurso quanto à perspectiva temática, como, por exemplo, os temas considerados tabu.

A propósito da separação entre razão e emoção, comumente conhecida pela ciência psicológica, Arruda (2003, p. 131) afirma que foi justamente o questionamento da importância do senso comum na edificação teórica das representações sociais que acenderia “um desmonte entre razão e senso comum, razão e emoção, sujeito e objeto”, entendendo-se a realidade como socialmente constituída e o próprio saber como uma construção subjetiva.

Esse tipo de mudança de paradigma promoveu a ascensão de outras teorias até então desprivilegiadas no campo científico – como, por exemplo, as teorias “feministas”. Com tal alteração do quadro teórico, houve a necessidade de se reformularem dimensões que vão desde a ordem conceitual-metodológica até a epistemológica (Santos, 1989). Conforme Arruda (2003, p. 132-133), uma das consequências das reformulações conceituais, metodológicas e epistemológicas seria a alteração do método de análise em função justamente “das características do objeto e da teoria adotada”, buscando-se a união das esferas – científica e consensual – a fim de que se trabalhasse “com tais objetos/temas de forma não obrigatoriamente canônica, ousando metodologias criativas, nem sempre específicas daquela área disciplinar, e nem sempre consideradas legitimamente científicas na área”.

Para que efetivamente se “operacionalizasse” a proposta da Teoria das Representações Sociais⁵⁸, foi necessário que Moscovici recorresse a outros teóricos, como Piaget, Lévy-Bruhl e Freud. Entretanto, o autor não concentrou a teoria em uma faixa etária infantil ou em povos distantes – como fizeram os autores citados –, mas a trouxe para nossa sociedade e a aplicou à faixa adulta. Para tanto, Moscovici apresentou dois processos para tal sistematização: a objetivação – estruturação do conhecimento do objeto – e a ancoragem – sustentação do novo ao já dado, já conhecido, como forma de (re)conhecimento facilitado.

Nessa esteira, pode-se entender as representações sociais como um tipo de conhecimento que, ao mesmo tempo em que é elaborado, é também compartilhado por determinado grupo social. Essa elaboração e esse compartilhamento objetivam um conhecimento menos abstrato e mais prático, edificando a realidade desse mesmo grupo social (Jodelet, 2002).

Toda representação social tem como referente um objeto e um conteúdo formulado por um sujeito social inserido em determinado espaço e tempo dotados de condições específicas. Jodelet (2002) identifica as condições de produção das representações como sendo a cultura; a comunicação; e a inscrição social, econômica, institucional, educacional e ideológica.

58 - Arruda (2003) identifica um estágio incipiente da teoria como portadora de um “conceito pouco operacional”.

Destarte, dada sociedade, imbuída de preceitos culturais típicos de seu povo, reflete comportamentos em função de interpretações da realidade sobre o que convém e o que não convém ser feito, dito ou tocado, configurando, assim, representações sociais acerca do tabu que emergem na comunicação e na inscrição social e institucional do grupo.

E o tabu?

Como um tabu é designado a partir de uma temática – incluindo-se desde um determinado assunto até determinada conduta ou comportamento – interdita em certa sociedade, observa-se a relevância de aspectos sociais e culturais para sua interdição. Se essa ordem do “evitado” remete a razões que interferem, de algum modo, na sensibilidade das pessoas ou atentam contra a moral de dada sociedade, os temas considerados tabu estão atrelados a questões variáveis entre grupos sociais, inevitavelmente sujeitos a representações sociais de um determinado povo.

A partir disso, podemos compreender as representações sociais de um povo como um conjunto de “regras” que regem o comportamento de dada sociedade, inerente ao processo de sociabilidade de cada indivíduo.

Augras (1989, p. 33) explica a contribuição de Lévi-Strauss no que se refere à constituição dessas “regras sociais”. Segundo a autora, “em cada sociedade, as crianças aprendem, desde o nascimento, como sua cultura representa o mundo, e quais são as regras de comportamento dentro dele”, configurando-se o sentido do termo “socialização”. A socialização é, no âmbito das representações e valores, capaz de transformar “regras de conduta e representações do mundo em vivências individuais”.

Nesses termos, a realidade que o ser humano constrói dá-se em conjugação com a sociedade e “é no significado que cada grupo atribui aos elementos que compõem seu mundo que devemos buscar a compreensão” do tabu (Augras, 1989, p. 34).

Compreender o tabu de cada cultura implica, portanto, a observância dos comportamentos ideológicos geridos por cada sociedade. Vilaça (2009, p. 53) exemplifica essa observância por meio dos conceitos de “decente” e “indecente”, os quais “são socialmente aprendidos”. Além disso, segundo a autora, “não há cultura que não tenha seu conceito de decência”, já que os comportamentos são atributos do campo ideológico.

Nessa esteira, o corpo humano, ou mesmo o sistema biológico humano como um todo, está sujeito à representação da própria espécie, à luz de fatores sociais e culturais (Rodrigues, 1983). Portanto, é importante observar essas representações no campo da linguagem, dado que as “formas linguísticas estigmatizadas e de ‘baixo prestígio’, condenadas pelos padrões culturais” (Preti, 1984, p. 3) tendem a sofrer algum tipo de variação, associada ao contexto de produção a que estão veiculadas – em nosso foco de análise particular, a divulgação científica de temas considerados tabu atrelados às genitálias humanas.

Poderíamos, a partir disso, conceber que a representação social é uma ação simbólica que, além de nortear o mundo, facilita sua compreensão, já que “tem um caráter cognitivo e autônomo e configura a construção social da realidade” em via de mão dupla entre ação e comunicação (Arruda, 2003, p. 142). Em nosso trabalho, cujo interesse remete a uma análise de textos de divulgação científica, destaca-se a necessidade de um aporte teórico que possa subsidiar questões referentes a representações no plano da sexualidade, entendidas como tabu.

Levando em conta a Teoria das Representações Sociais, pode-se dizer que esse construto teórico é um valioso instrumento de conhecimento acerca de dada sociedade, não copiando ou refletindo fielmente a realidade, mas a interpretando a partir do olhar do observador. Sob esse viés, é natural que se identifiquem, nos discursos considerados tabu de uma revista, como a *Superinteressante*, não só as ideologias que partem da linha editorial da revista, como também a reprodução de ideologias procedentes de discursos do senso comum.

Procedimento de variação na reportagem “Quando a máquina dá pau”

Na reportagem intitulada “Quando a máquina dá pau”, constante da seção *Saúde* da revista *Superinteressante*, a jornalista Martha San Juan França discorre, a partir de explicações técnicas, sobre a impotência sexual masculina ao longo da história da humanidade.

O título propriamente dito faz menção à expressão coloquial *dar pau*, cujo sentido está relacionado a enguiçar, funcionar mal, parar de funcionar ou quebrar, usada mais especificamente para referir-se a máquinas. A escolha dessa expressão está associada à dupla interpretação gerada pela palavra “pau”, que em nossa cultura é comumente usada para representar a genitália masculina e, quando atrelada à temática do texto – impotência sexual –, permite a dupla interpretação. Daí a palavra “máquina” em a “máquina dá pau” representar metaforicamente o órgão genital masculino em sua conotação mais viril. Afinal, a máquina tem um funcionamento, em princípio, sobre-humano e, por isso mesmo, a representação de pessoas como máquinas, para o campo semântico sexual, é muito recorrente em uma cultura da virilidade. Assim, a impotência sexual é representada no texto como algo inerente às máquinas: “Coisa de máquina – e como todo maquinário, sujeito a falhas”.

Coerente com a proposta do texto, no subtítulo “a história da impotência desde que o homem é homem”, o fragmento “desde que o homem é homem” remete a duas interpretações possíveis: (i) remonta à história da humanidade, já que a expressão é corriqueiramente usada para esse sentido, equivalendo a desde que o homem existe; ou ainda (ii) desde que o homem teve de afirmar sua condição como ser viril – equivalendo a desde que o homem representou o símbolo da força, da potência. E, conseqüentemente, o contrário foi representado como “impotência”.

Em relação ao enfoque histórico da problemática referente à disfunção sexual e suas representações sociais, o *lead* da notícia revela a configuração estrutural do texto: “Era para ser apenas um problema no mecanismo de acúmulo e retenção de sangue no pênis. Mas a história da humanidade transformou a impotência em um enorme problema social”. Nesse sentido, a jornalista indica que partirá de explicações fisiológicas e, no decorrer do texto, discorrerá sobre os contextos e as respectivas representações sociais ao longo da história sobre a ereção. Alguns períodos de função temporal marcam os referidos contextos de representação social da impotência de cada época:

- 1) Se pudéssemos voltar aos primórdios da civilização [...].
- 2) Um pulo à Antiguidade Clássica [...].
- 3) Novo salto no tempo [...]. No medievalismo cristão [...].
- 4) [...] concepções artísticas e filosóficas do romantismo [...] na Europa do século 19 [...].
- 5) Veio o século 20 [...].

E, para o século XXI, destaca-se no texto uma informação relativa ao período de vigência exclusiva do *Viagra* e não exclusiva do pós-*Viagra*:

- 6) Ele reinou sozinho até 2001, quando foi lançado o Uprima, seguido pelo Cialis e pelo Levitra.

Ainda na sequência proposta no *lead* “Viaje pelo lado mais mole da natureza masculina e confira por que o futuro promete ser bem menos broxante”, ao final do texto e do resumo histórico algumas soluções são apontadas, graças ao avanço da medicina nos séculos XX e XXI, e, em linguagem coloquial e ambígua⁵⁹, afirma-se que é possível um “futuro [...] bem menos broxante” para o problema.

Destaca-se que inerente ao discurso da jornalista está a representação social atual da impotência: “lado mais mole da natureza masculina”, que relaciona o “lado mais mole” com a impotência masculina, evidenciando a fraqueza de um ser (o homem) do qual se espera a devida virilidade. A ambiguidade gerada pela metáfora “mole” é patente, haja vista a temática acerca da rigidez peniana. “Mole” passaria a designar não somente a falta de rigidez, como também a falta de virilidade. Essa postura diante da questão da representação social da impotência é ratificada mais vezes no texto, como em: “episódios de disfunção erétil costumam ser associados a noções culturais. Impotência. Fracasso. Falta de masculinidade”.

Tendo em mente a necessidade de adequação da linguagem da revista de divulgação de curiosidades ao seu público geral e jovem, observa-se na *Superinteressante* a utilização de diversas formas de *variação* a fim de que se promova uma maior

59 - -Ambígua, já que a expressão “broxante” pode tanto referir-se metaforicamente a um problema desagradável em geral quanto literalmente à disfunção erétil, embora o próprio verbo “broxar” não seja tão literal assim, já que, na verdade, é uma extensão metafórica do substantivo “broxa”. Conforme Marcio Bueno (2003, p. 51), “como os pelos deste tipo de pincel são moles, pendendo pra baixo especialmente quando já estão impregnados de tinta, o termo ‘broxa’ passou a significar popularmente, e por associação, indivíduo sem potência sexual”.

aproximação com o leitor-alvo da revista. Embora a temática enfocada seja relativa ao tabu, a maior parte das *variações* não se dá em vista da modalização eufêmica da linguagem. Ao contrário, ocorrem mais provocações de disfemismos para gerar humor por meio de trocadilhos, ambiguidades e paródias. Dado interessante.

Em (7), a informação destacada, que caracteriza uma estratégia de *expansão* em forma de pergunta retórica, contém *variações* para as expressões “disfunção erétil” e “pênis”, representadas respectivamente em “sono em berço esplêndido” e “impávido colosso”:

- 7) Pronto: a falha fisiológica virou um problema social, devastador não apenas para o gênero masculino – quantas vezes não são as mulheres que se culpam pelo *sono em berço esplêndido do impávido colosso?* (grifo nosso).

Evidencia-se em (7) uma paródia ao hino nacional. Há que se destacar que é típica da faixa etária pueril a brincadeira, por meio de recursos sonoros (como rimas e trocadilhos) e metáforas, a partir de textos consagrados, representantes de dada tradição formal. Sobretudo, essas paródias comumente estão calcadas em jogos sonoros que induzem, pela ambiguidade, a interpretações maliciosas.

No texto original do hino, a ideia que gira em torno das condições naturais e geográficas privilegiadas para o desenvolvimento do Brasil passa a representar, em forma de piada, outras questões. A representação gerada por “colosso”⁶⁰, que remete a uma estátua de proporções grandes e, por extensão metafórica, a qualquer pessoa ou objeto grande, quando do texto original, “deitado”, estilizado na paródia em “sono”, mesmo que “impávido”, demonstra fraqueza, frouxidão, remetendo a um pênis não ereto pelo contexto em que se encontra inserido. Dessa forma, o texto divulgado torna-se cômico, facilitando a compreensão do público jovem, pois, mesmo que essa faixa etária desconheça completamente os significados das palavras que compõem o hino nacional, esse público é capaz de reconhecer pela sonoridade o jogo de significados artificiosos associados à letra da canção.

Ainda nessa linha, a jornalista faz referência ao poeta romano Catulo, que definia seu pênis como “pardal morto”. Para gerar humor, a jornalista acrescenta mais duas *variações* sob o mesmo campo semântico (“pinto” e “peru”), justificando as denominações por ambas também pertencerem ao reino animal. Fica patente o chiste relacionado aos nomes dados, em nossa cultura, à genitália masculina. Nesse sentido, o berço da cultura ocidental, a Antiguidade Clássica, serve de fonte para que se demonstre a representação social que já existia em torno da genitália masculina, representada por um animal, reforçando essas representações. A escolha lexical, de um termo mais coloquial e informal, desassocia-se de contextos mais sérios ou profissionais, para os quais se esperaria um vocabulário unívoco, não metafórico.

60 - -Quando citamos “trocadilhos”, abarco ainda expressões relativas a “jogos sonoros”. Quando se desconhece o significado de uma palavra, numa espécie de ilusão em torno da motivação do signo, uma das primeiras estratégias do leitor é associá-la sonoramente a uma que lhe pareça familiar. A título de exemplificação, “colosso” torna-se ainda mais cômico na paródia, à medida que a palavra tem semelhança sonora com “grosso”, “caroço” etc.

Entretanto, essas não foram as únicas variações encontradas no texto para a genitália masculina. Podemos, de maneira geral, organizar as *variações* encontradas no texto, tanto para a genitália masculina quanto para as questões relativas ao tabu sexual de forma mais ampla, do seguinte modo:

Quadro 1: Variações encontradas no texto SUPER 252-02 para “genitália masculina”

Genitália masculina
órgão
<i>viga de sustentação</i>
<i>espada</i>
<i>falo</i>
<i>bichão</i>

Fonte: Elaborado pelos autores

Observa-se, então, que outras *variações* que ocorrem no texto para designar a genitália masculina são: “órgão” em “o órgão hoje apelidado de pinto ou peru” e “O antidoto era mandar diretamente para a fogueira a feitiçeira que havia amaldiçoado o órgão”; “viga de sustentação” em “o pênis era a *viga de sustentação da transa*”; “espada” em “só importava que ele fosse ativo, com a *espada* pronta para lutar o bom combate”; “falo” em “E assim, se na cultura antiga o *falo* ereto era um sinal de poder”; e “bichão” em “Quando o *bichão* se recusava a dar sinal de vida”⁶¹.

É importante ressaltar que, conforme o contexto discursivo, a representação feita pela jornalista acerca do pênis ganha conformações diversas. Um exemplo é a relação entre a arquitetura clássica e a representação social da genitália masculina. As colunas de sustentação – que seguem critérios harmoniosos de modo a valorizar a proporcionalidade – são típicas da arquitetura clássica. A estrutura arquitetônica do templo dórico, por exemplo, chama atenção pelo contraste entre as formas verticais das colunas e os planos horizontais da base. Nesse sentido, a expressão “viga” aparece no texto como uma referência contextual ao universo da Antiguidade Clássica, já que as colunas fazem parte da representação que fazemos da cultura clássica. A jornalista lança mão dessa simbologia, dessa visão do senso comum, para eleger o pênis como “a viga de sustentação” de uma cultura que, além de ser lembrada pela famosa arquitetura, poderia ser rotulada como uma sociedade em que “o pênis estava associado ao poder”.

A representação fálica é historicamente associada ao poder masculino e à manutenção de uma cultura patriarcal. Essa simbologia remontada numa metáfora do falo, tal qual utilizada pela jornalista, é encontrada em diversas culturas ao redor do mundo. Em forma de gracejo, a reportagem traz à tona, por meio da “viga,” tipicamente associada à cultura clássica, a ideia de poder, virilidade e dominação masculina.

61 - -Grifos nossos.

Nas sociedades patriarcais, nas quais os homens detêm o poder político, econômico e social, o símbolo fálico é frequentemente utilizado para reforçar e sustentar essa estrutura de poder. A escolha da palavra, não aleatória, reproduz o mesmo símbolo de autoridade e domínio masculino referenciado na reportagem desde a Antiguidade Clássica.

Além dessas referências intertextuais para a elaboração do texto, a jornalista recruta estratégias que geram humor por meio de chistes jocosos que fazem alusão ao campo semântico sobre o qual se discorre no texto. É o caso de “espada pronta para lutar o bom combate”, associada aos “guerreiros da Antiguidade”. Em “o bichão [que] se recusava a dar sinal de vida”, fica notório o caráter satirizado com que a impotência é representada em nossa cultura, ao denominar “pênis” de “bichão”. Nesse caso, o termo “bichão” foi utilizado como um hiperônimo de outras denominações associadas ao reino animal, tais como “pinto”, “peru” etc. Vale a pena ressaltar que o aumentativo na palavra evoca aspectos ligados à representação de virilidade do homem, tal qual o gigante “colosso”.

Quadro 2: Variações encontradas no texto SUPER 252-02 para “desejo sexual, potência e ereção”

Desejo sexual, potência e ereção
<i>espada pronta</i>
<i>bom combate</i>
<i>apetite sexual</i>
<i>falo ereto</i>
<i>desejo sexual</i>
<i>erguer o pênis na faca</i>

Fonte: Elaborado pelos autores

Para o desejo, a potência e a ereção propriamente dita foram identificadas as denominações: “espada pronta” e “bom combate”, contextualizadas na condição guerreira da sociedade romana, conforme explícito no próprio texto: “As metáforas da época deixam claro que o pênis estava associado ao poder”. Ainda para a representação de desejo sexual, registramos as expressões “apetite sexual”; “falo ereto”; e a própria expressão “desejo sexual”. A construção “erguer o pênis na faca” remete às cirurgias que objetivam a cura da disfunção, conforme a linguagem coloquial do texto.

Quadro 3: variações encontradas no texto SUPER 252-02 para “impotência sexual masculina”

Impotência sexual masculina
<i>sono em berço esplêndido do impávido colosso</i>
<i>flacidez do pênis</i>
<i>o monstro</i>
<i>disfunção erétil</i>
<i>o problema</i>
<i>o inimigo</i>
<i>navegar sem remo</i>
<i>pardal morto</i>
<i>problema na cama</i>
<i>fraquezas</i>
<i>Quando o bichão se recusava a dar sinal de vida</i>
<i>esfriar o desejo sexual</i>
<i>Impotência</i>
<i>ôrgão combalido</i>
<i>pênis eternamente flácido</i>
<i>falha masculina</i>

Fonte: Elaborado pelos autores

Para impotência, portanto, registram-se as seguintes *variações*: “flacidez do pênis”; “o monstro”; “disfunção erétil”, marcada por uma *variação denominativa* em “disfunção erétil, como os médicos chamam o problema”; “o problema”; “o inimigo”; “navegasse sem remo”, em “Os gregos, liberais quando o assunto era sexo [...], costumavam rir de quem ‘navegasse sem remo’”; “pardal morto”; “problema na cama”; “fraquezas”; “Quando o bichão se recusava a dar sinal de vida”; “esfriar o desejo sexual”; “impotência”; “ôrgão combalido”; “pênis eternamente flácido”; e “falha masculina”.

Ao visualizarmos os exemplos de *variação* para “impotência sexual masculina”, fica demonstrada a representação da nossa cultura sobre o homem: símbolo de força e potência. Portanto, a “impotência” não caberia a um homem de nossa sociedade e, caso assim o seja, é com nuança jocosa que sua representação é marcada. Nesse sentido, ao se referir à “impotência sexual masculina”, a jornalista recruta substantivos qualificadores, tais como “fraquezas” e “falhas”. E, para lidar com a questão, a “impotência” é representada, na maior parte das vezes, como algo nefasto: “o monstro”, “o problema”, “o inimigo”. Essas qualificações maniqueístas ratificam a disfunção erétil como um tabu em nossa sociedade, ou seja, algo que devemos evitar ou, até mesmo, temer, por ser um problema pelo qual as pessoas não desejam passar.

Quadro 4: Variações encontradas no texto SUPER 252-02 para “ato sexual”

Ato sexual
<i>transa</i>
<i>hora H</i>
<i>lutar</i>
<i>combate</i>

Fonte: Elaborado pelos autores

O ato sexual em si aparece como “transa”. E, em duas ocorrências, como “hora H”. Ambas as expressões são muito corriqueiras, corroborando a hipótese da tentativa de aproximação com o público jovem. Referências como “lutar” e “combate” aparecem no contexto das sociedades grega e romana, denominadas no texto como formadas por “povos guerreiros” – o que chama a atenção nessas construções é a jornalista ter se utilizado de termos bélicos para satirizar o ato sexual da Antiguidade Clássica, ratificando, assim, um caráter tabu acerca do sexo: nem sempre ser algo bom para ambos os lados. Com relação à masturbação, destaca-se a expressão “sexo solitário”, carregada de ironia, representando a visão que se tem de tal ato sob o viés do burlesco, quase sempre associado à adolescência e como alvo de escárnio em nossa sociedade.

Vale a pena ressaltar que, no que tange à figura feminina, a referência mais próxima à genitália da mulher é com relação aos “pelos púbicos”, em vez de qualquer substantivação que se referisse diretamente ao órgão. Isso corrobora a abordagem selecionada pela jornalista já no subtítulo “desde que o homem é homem”, evidenciando que a discussão envolve questões que, para a concepção da revista, não são do universo feminino⁶². A representação fálica também pode estar presente de forma mais sutil em diversos aspectos da cultura, como na linguagem, na arte, na publicidade e na arquitetura. A título de ilustração, na linguagem cotidiana, frequentemente utilizam-se metáforas fálicas para descrever concepções relacionadas a poder e competência, tal como a expressão “ter culhões” para o sentido de “ser corajoso”, por exemplo. Ou, ainda, pensando-se mais diacronicamente, temos a concepção de “virtude”, cuja origem se dá a partir da palavra latina, “vir”, que significa homem ou varão, portanto, “virtus” relaciona-se ao conceito de poder, potência ou à capacidade de realizar uma ação. A virilidade está intrinsecamente ligada à ideia de força e poder.

A análise linguístico-discursiva lançada sobre as expressões utilizadas na revista de divulgação de curiosidades *Superinteressante* revela uma estratégia consciente de adaptação do conteúdo científico ao seu público geral e jovem. São formas de *variação* para se promover uma maior aproximação com o leitor. A temática abordada, embora relacionada ao tabu, não é tratada com eufemismos, mas sim com disfemismos, gerando humor por meio de trocadilhos, ambiguidades e paródias.

62 - Destacamos o equívoco dessa reprodução do senso comum, já que, evidentemente, a questão não se restringe a uma problemática biológica, tampouco unilateralmente masculina. Esse tipo de comportamento da revista ratifica o aspecto tabu do tema discutido. Evitam-se maiores confrontações de caráter esclarecedor em prol do enfoque em torno da rigidez peniana como símbolo da virilidade. A problemática afeta ambos os gêneros e pode ser causada por diversos motivos.

A escolha e o uso discursivo de palavras e expressões no tratamento do tema, muitas vezes ancoradas em referências culturais e históricas, refletem uma visão simbólica do poder masculino que permeia a sociedade. Essa representação não se limita ao texto, estendendo-se à linguagem cotidiana e a outros aspectos da cultura. Assim, a análise da linguagem na *Superinteressante* não apenas revela estratégias de aproximação com o público, mas também evidencia como a representação fálca sustenta e reforça uma cultura patriarcal.

Síntese da análise

Podemos, portanto, destacar do texto o caráter explicativo, e principalmente, impregnado de recursos divulgativos que remetem a um universo jovem, tematizando questões curiosas que, ao mesmo tempo, suscitam uma série de chistes contextualizados.

O número abundante de *variações* faz com que o texto esteja permeado de estratégias de acessibilidade, superando os inevitáveis termos técnicos por meio de correlatos mais familiares ao público não especialista. Entretanto, o que se observa não é somente a utilização da *variação* como uma estratégia de inteligibilidade, mas a sua inserção a partir de termos jocosos, paródias, trocadilhos e metáforas, que aumentam o interesse de um leitor leigo e, mais especificamente, jovem. Para tanto, vale a pena destacar o tipo de registro utilizado, dotado de uma linguagem peculiar aos jovens. A representação social dessas *variações* está atrelada à visão de mundo do público leitor em relação ao tema: os jovens e a abordagem sobre questões sexuais. Nesse sentido, o que se observa é a utilização de uma linguagem além daquela tipicamente empregada em textos de divulgação científica, dotada de termos usuais e voltada para um público geral. A linguagem da *Superinteressante* vale-se de um léxico atrelado a jocosidades, sarcasmos e ironias.

Em linhas gerais, pode-se dizer que o texto escrito por Martha San Juan França atinge relativa adequação à situação comunicativa a que se propõe a revista *Superinteressante*: divulgar o conhecimento mediante a aproximação entre a revista e o leitor, despertando a curiosidade deste, por meio de chistes e construções burlescas.

A análise do texto revela, então, não apenas uma estratégia eficaz de tornar o conteúdo acessível e interessante para um público jovem, mas também uma habilidade artilosa em explorar o humor, a ironia e a irreverência como ferramentas de comunicação e, sobretudo, de (inter)ação discursiva. A linguagem peculiar aos jovens, aliada ao uso criativo de *variações*, paródias e trocadilhos, contribui para a construção de uma abordagem envolvente e cativante. Assim, o texto ultrapassa sua função de divulgar informações, já que também instiga a curiosidade e o interesse do público, reforçando estereótipos e ideologias na reprodução do senso comum, no seu papel precípuo de mediador entre ciência e sociedade.

Considerações finais

A análise da reportagem “Quando a máquina dá pau” ilustra a utilização do recurso linguístico-discursivo de *variação* em um tema sensível e complexo de forma provocativa e envolvente para um público jovem. A jornalista Martha San Juan França emprega uma série de variações léxico-discursivas que não apenas facilitam a compreensão do leitor leigo, mas, mais que isso, infundem o texto com humor, ironia e paródias, elementos esses que encontram ressonância com a audiência da revista *Superinteressante*.

O uso de expressões coloquiais e trocadilhos auxiliam na exploração da ambiguidade e da conotação cultural das palavras para gerar um impacto comunicativo. Essas escolhas não se constituem apenas como uma estratégia de simplificação, mas são também uma maneira de tornar a leitura mais atrativa e menos técnica, promovendo uma maior aproximação com o leitor jovem.

Nossa análise pôde demonstrar a maneira como as variações linguísticas são utilizadas para tratar linguisticamente diferentes aspectos da virilidade e da impotência masculina, enquanto trocadilhos e expressões irônicas adicionam uma camada de humor, compondo, por fim, uma crítica despojada.

Outro ponto relevante é a forma como a reportagem se posiciona diante do tabu da impotência sexual. Em vez de recorrer a eufemismos, a autora opta por uma abordagem que usa disfemismos e humor para, aparentemente, desmistificar o tema, transformando-o em um objeto de riso. Essa escolha reflete uma estratégia consciente de adaptação ao público-alvo da revista, a partir de uma linguagem mais direta e desinibida.

Em suma, o texto em questão, ao se valer de uma linguagem peculiar e de uma abordagem humorística, situa-se num plano que está para além do informar: a autora entretém e envolve seu público leitor, ainda que o custo disso seja mais reproduzir o senso comum do que propriamente construir um conhecimento. Pode-se dizer, mesmo assim, que a reportagem atinge seu objetivo de tornar um tema complexo e potencialmente desconfortável em algo acessível e instigante, demonstrando uma comunicação que alia ambiguidades, humor e exploração de elementos culturais. A partir dessa análise, fica patente que a *Superinteressante*, ao tratar de temas tabu com irreverência, exerce um tipo de mediação entre ciência e sociedade, promovendo uma reflexão descontraída sobre questões do universo sexual que representam o homem e a mulher e que permeiam a vida cotidiana.

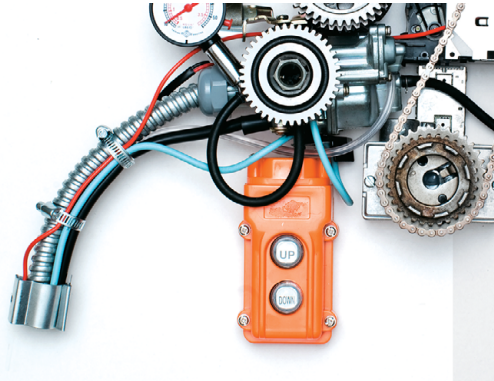
Referências

- ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, [s. l.], v. 117, p. 127-147, 2003.
- AUGRAS, M. *O que é tabu*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BUENO, M. *A origem curiosa das palavras*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.
- CALSAMIGLIA, H.; CASSANY, D. Voces y conceptos en la divulgación científica. *Revista Argentina de Lingüística*, [s. l.], v. 11-15, p. 173-208, 1999.
- CATALDI, C. A ciência na mídia impressa: a divulgação debate sobre transgênico. In: GOMES, M. C. A.; MELO, M. S. de S.; CATALDI, C. (org.). *Práticas discursivas: construindo identidades na diversidade*. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2009. p. 43-63.
- CATALDI, C. A divulgação da ciência na mídia: um enfoque discursivo. In: GOMES, M. C. A.; MELO, M. S. de S.; CATALDI, C. (org.). *Gênero discursivo, mídia e identidade*. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2007. p. 155-164.
- CATALDI, C. *Los transgénicos en la prensa española: una propuesta de análisis discursivo*. 2003. 409 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, 2003.
- CIAPUSCIO, G. Lingüística y divulgación de ciencia. *Quark*, Barcelona, n. 7, p. 19-28, 1997.
- FRANÇA, M. S. J. Quando a máquina dá pau: A história da impotência desde que o homem é homem. *Superinteressante*, [s. l.], 30 abr. 2008.
- JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (org.). *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002. p. 17-44.
- MOSCOVICI, S. *La psychanalyse, son image, son public*. Paris: PUF, 1961.
- MOSCOVICI, S. Le grand schisme. *Revue Internationale de Sciences Sociales*, Paris, v. 25, n. 4, p. 479-490, 1973.
- NOCCIOLI, C. A. M. *Análise das estratégias linguístico-discursivas na divulgação de temas tabu na Revista Superinteressante*. 2010. 145 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2010.
- NOCCIOLI, C. A. M. *Surto e epidemia: discursos de autoridades na mídia brasileira*. Campinas: Pontes, 2022.
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 11. ed. Campinas: Pontes, 2013.
- PRETI, D. *A linguagem proibida: um estudo sobre a linguagem erótica*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.
- RODRIGUES, J. C. *Tabu do corpo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.
- SANTOS, B. S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- VILAÇA, M. G. C. *Tabus linguísticos na publicidade brasileira*. 2009. 133 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

ANEXO A

Quando a máquina dá pau A história da impotência desde que o homem é homem.

Por Martha San Juan França



(Ilustração Carlo Giovanni/Superinteressante)

Era para ser apenas um problema no mecanismo de acúmulo e retenção de sangue no pênis. Mas a história da humanidade transformou a impotência em um enorme problema social. Viaje pelo lado mais mole da natureza masculina e confira por que o futuro promete ser bem menos broxante.

O mecanismo é simples. A lógica é linear. Tudo nasce com um estímulo – visual, tátil, olfativo, escolha o seu. Os neurônios do cérebro interpretam a mensagem e disparam uma resposta. Neurotransmissores pulam de sinapse em sinapse com a missão de contar ao pênis a boa-nova, às vezes nem tão boa, às vezes nem tão nova. Os cilindros esponjosos responsáveis pelo espetáculo do crescimento entendem o recado. Relaxam a musculatura e dilatam suas artérias. O sangue inunda as estruturas porosas, as veias ao redor são pressionadas, o líquido é retido no local. É a ereção.

Princípios de hidráulica e bioquímica explicam o, como diz o Aurélio, “levantamento do pênis em consequência de acúmulo de sangue em seu tecido erétil”. Coisa de máquina – e como todo maquinário, sujeito a falhas. Algumas físicas (endurecimento das artérias, problemas cardíacos ou colesterol elevado), outras psicológicas (como no dia em que a ansiedade bateu de frente e abreviou a festinha). Com uma big diferença: nenhum homem reage a uma broxada como se fosse uma falha mecânica. Bem longe disso: episódios de disfunção erétil costumam ser associados a noções culturais. Impotência. Fracasso. Falta de masculinidade. Pronto: a falha fisiológica virou um problema social, devastador não apenas para o gênero masculino – quantas vezes não são as mulheres que se culpam pelo sono em berço esplêndido do impávido colosso?

A broxada é pop. A indesejada flacidez do pênis na hora H foi debatida por todos os povos em todas as épocas. Mas nem sempre a falha foi considerada um estigma de incapacidade. No livro *Impotence: A Cultural History* (“Impotência: Uma História Cultural”, ainda sem tradução para o português), o canadense Angus McLaren, professor de história e especialista em sexualidade e medicina da Universidade de Victoria, afirma que a definição de impotência é mais complexa do que se pensa. Trata-se de um conceito histórico – depende das circunstâncias, da cultura da época e dos padrões de desempenho masculino. Falar de broxada, portanto, é caminhar pela história humana.

O falo fala

Se pudéssemos voltar aos primórdios da civilização, desembarcaríamos em uma época em que a mortalidade infantil era alta e a expectativa de vida trombava nos 20 anos, quando muito. Ter uma penca de filhos era uma estratégia de sobrevivência familiar – representava uma chance maior de algum descendente alcançar a vida adulta e dar continuidade à família. O maior terror do homem não era broxar uma ou outra vez, mas ser estéril. Se um “velhinho” de 30 anos fosse incapaz de ter ereção depois de ter vários filhos, beleza, não tinha importância.

Um pulo à Antiguidade clássica revela uma situação bem diferente. Para os gregos, o casamento era apenas um contrato, e os filhos poderiam ser adotados se houvesse problema na reprodução. Quando a necessidade de uma descendência numerosa deixou de ser obrigação, o monstro mudou de cara. Foi provavelmente a partir do século 6 a.C. que o medo da disfunção erétil, como os médicos chamam o problema, virou o inimigo a ser combatido. Os gregos, liberais quando o assunto era sexo (eram comuns o adultério e a promiscuidade), costumavam rir de quem “navegasse sem remo”. Na Roma antiga, o poeta Catulo (84 - 54 a.C.) referia-se com carinho a seu “pardal morto”, o órgão hoje apelidado de pinto ou peru, para ficar no reino animal.

As metáforas da época deixam claro que o pênis estava associado ao poder. Para os povos guerreiros da Antiguidade, sexo significava penetração – no homem ou na mulher. Em sociedades como a grega e a romana, em que os membros da elite podiam usufruir de quem quisessem, o pênis era a viga de sustentação da transa. Não havia problema na cama desde que o homem dominasse seus parceiros. A mulher assumia um papel coadjuvante. O homem freqüentemente era bissexual – só importava que ele fosse ativo, com a espada pronta para lutar o bom combate.

Quem sentisse “fraquezas” podia se valer de afrodisíacos, palavra que remete à deusa grega do amor, Afrodite. O historiador romano Plínio (23-79 d.C.) chegou a enumerar as receitas mais populares para restaurar o apetite sexual: folhas de mandrágora, alho triturado com coentro fresco ou água da fervura do aspargo. Se esses remédios falhassem, o jeito era apelar para pratos mais pesados: genitália de bodes e galos ou focinho e patas de lagarto com vinho branco, sementes de rúcula e satirião, uma orquídea. Hoje, sabe-se que os efeitos desse banquete são muito mais psicológicos do que físicos. O máximo que esse coquetel de estimulantes faz é acelerar a circulação, aumentando a intensidade de percepção das sensações físicas.

Culpa na cama

Novo salto no tempo, novas mudanças. No medievalismo cristão, o homem de verdade voltou a ser aquele que tinha muitos filhos. Sexo só era admitido para procriação e o autocontrole – algo inimaginável para os antigos gregos e romanos – era incentivado como uma qualidade do bom cristão. E assim, se na cultura antiga o falo ereto era um sinal de poder, no início da Idade Média virou um símbolo do pecado original. Quando o bichão se recusava a dar sinal de vida, a culpa era do Diabo. Acreditava-se que feiticeiras com pacto com o demônio tinham o poder de lançar maldições sobre a vítima: aparecer como uma amante fantasma, esfriar o desejo sexual, tornar a parceira repugnante e tampar o duto seminal para impedir a ejaculação. O antidoto era mandar diretamente para a fogueira a feiticeira que havia amaldiçoado o órgão. Também ajudava consumir iguarias que provocassem flatulência – acreditava-se que a ereção era impulsionada pelo gás abdominal.

Tudo isso vigorou até o século 18, quando se começou a falar de impotência como doença curável com o uso de tônicos e bálsamos. Outra possibilidade de cura era a aplicação de eletricidade (ai!) no órgão combalido. Era o começo, ainda incipiente, do que viria a ser o tratamento médico do problema. O front psicológico, porém, experimentava poucos avanços. Embora a Igreja não controlasse mais tanto a vida das pessoas, homens eram levados a acreditar que um pênis eternamente flácido era resultado de abusos na juventude. Era a época de um sucesso de vendas, o livro *Onania*, publicado em 1712 pelo cirurgião John Marten. O subtítulo da obra é tão vantajado quanto esclarecedor: *O Horrendo Pecado da Autopoluição e Todas as Assustadoras Conseqüências em Ambos os Sexos, com Aconselhamento Espiritual e Físico para Aqueles Que Já Se Machucaram por Causa Dessa Prática Abominável*. A bola da vez passava a ser a masturbação, responsabilizada por toda a desgraça física e moral da humanidade, do câncer à esquizofrenia, da fadiga crônica à, é claro, impotência.

A coisa ficou mais dura (ok, mais mole) quando as concepções artísticas e filosóficas do romantismo ganharam espaço na Europa do século 19, associando a culpa pelo sexo solitário ao culto à santidade da mulher e à idealização do casamento. Provavelmente o exemplo mais pitoresco é o do escritor inglês John Ruskin (1819-1900), que teria proposto à esposa que esperassem 5 anos antes de ter relações. Ela acabou não aceitando, alegando que o marido ficou chocado porque o corpo feminino era diferente do que ele havia imaginado. Crítico de arte acostumado a admirar a beleza das estátuas gregas, Ruskin teria se escandalizado com o fato de a mulher real ter pêlos púbicos e aí... isso mesmo, broxava. O ideal romântico e a vida real se confundiam também na cabeça de um paciente impotente descrito por um médico americano. Segundo seu depoimento, “a esposa era muito boa, muito delicada para um mero animal como ele... era impossível dessacralizar seu lindo corpo com um ato tão vil”.

Freud excita

Veio o século 20 e com ele os estudos de Sigmund Freud (1856-1939), defendendo que a impotência resultava da inabilidade individual de conciliar os ímpetus primitivos (os desejos sexuais) com as convenções sociais e a realidade. Outros sexólogos deixaram como herança a certeza de que problemas como ansiedade e repressão eram as causas tanto da falha masculina quanto da frigidez feminina. Nem todos, entretanto, se renderam à “cura pela palavra” proposta pela psicanálise. O século 20 foi também palco de experiências que prometiam erguer o pênis na faca. O ícone dessa vertente foi o médico russo Serge Voronoff (1866-1951), para quem a baixa concentração de testosterona (o principal hormônio sexual masculino, produzido pelos testículos) poderia causar impotência ao diminuir a libido. Como solução, Serge propunha inserir uma fatia do testículo de um “doador” (um prisioneiro ou até mesmo um macaco) no escroto do receptor, com a esperança de que ocorreria uma fusão com o tecido preexistente.

Depois de centenas de operações frustradas, foi ficando claro que o tratamento não funcionava. Ao contrário: foram constatadas infecções, choques circulatórios e muitas complicações resultantes de rejeição imunológica. O ataque cirúrgico à impotência, porém, sobrevive até hoje na forma das próteses. Os modelos mais usados nada mais são do que hastes infláveis de silicone implantadas nos corpos cavernosos do pênis. Na hora H, elas são preenchidas ou por um líquido, que vem de um reservatório no interior do abdome, ou pelo ar, por meio de uma bomba dentro do saco escrotal, que permite ao proprietário controlar a ereção.

Felizmente, a frente medicinal menos invasiva também avançou. Em 1998, o mundo recebeu com alívio o Viagra, a primeira pílula contra a impotência masculina. Ele reinou sozinho até 2001, quando foi lançado o Uprima, seguido pelo Cialis e pelo Levitra. Todos atuam potencializando o mecanismo que provoca o relaxamento da musculatura dos corpos cavernosos do pênis, aumentando o influxo de sangue e mantendo a ereção firme e prolongada. E pau na máquina!

Agora que estamos nos finalmentes, vale a pena lembrar uma frase do início do texto: “tudo nasce com um estímulo”. Só depois do incentivo erótico é que o cérebro envia para o pênis, por meio dos nervos da espinha dorsal, as mensagens químicas que possibilitam a ereção. Sobre o tal estímulo não há remédio que atue: ele vem da nossa relação com as pessoas que vivem no mundo. Isso quer dizer que a ereção pode até ser uma máquina – mas nós não somos. Mais complicado? Sem dúvida. Mas, se não fosse assim, provavelmente a vida seria, digamos, meio broxante.

Para saber mais

Impotence: A Cultural History

Angus McLaren, University of Chicago Press, 2007.

O sujeito intencional na *mise en scène* do discurso criminalizável: estratégias linguístico-discursivas como marcas de intencionalidade

Welton Pereira e SILVA⁶³ |

Introdução

A Teoria Semiolinguística do Discurso postula que todo discurso é colocado em funcionamento a partir da atuação de um sujeito intencional dotado de um *querer fazer*, uma visada discursiva. Nessa perspectiva teórica, portanto, o sujeito é mais ou menos consciente de suas ações no mundo e das ações produzidas por meio da língua como discurso, em um ponto de vista que aproxima a Semiolinguística das correntes de orientação pragmática.

Se acessar a verdadeira intenção, componente psicológico, é tarefa virtualmente impossível, é provável que, por meio do texto, consigamos vislumbrar o que aparenta ser a intencionalidade do sujeito comunicante. De fato, se não formos capazes de entender o que nosso interlocutor deseja dizer ou fazer por meio da língua, grande parte da comunicação e intercompreensão estaria fadada ao fracasso. Assim, a busca por inferir as finalidades de um sujeito que enuncia é parte de nossa competência comunicativa.

No âmbito forense, a intenção é também objeto de discussão. Por vezes, é preciso aferir a intenção de alguém em cometer certa ação considerada crime, justamente para saber se houve dolo – sendo a ação criminosa proposital – ou culpa – quando o dano é causado por imprudência ou imperícia, não sendo proposital. Na base do que é tido como dolo está, em algumas concepções teóricas, a noção de intenção.

63 - Professor Adjunto no Instituto de Letras, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, da Universidade Federal Fluminense. Coordenador de Monitoria do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Doutor em Letras Vernáculas: Língua Portuguesa (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – CAPES). Mestre em Letras: Estudos Linguísticos (Universidade Federal de Viçosa – UFV – CAPES). Licenciado em Letras: Português e Literatura (UFV). Licenciado em Português (Universidade de Coimbra, Portugal – PLI-CAPES). Pós-doutorado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio – FAPERJ). É membro do Grupo de Pesquisa em Semiolinguística – Leitura, Fruição e Ensino – LEIFEN – (Universidade Federal Fluminense – UFF – CNPq), do Círculo Interdisciplinar de Análise do Discurso – CIAD-Rio – (UFRJ/CNPq) e líder do Núcleo de Estudos em Linguística Forense – LINFOR – (UFF/CNPq). Atua como tutor a distância da disciplina Português VII (História da Língua) no curso de Letras do consórcio “Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro” (Cederj – UFF), tendo atuado como tutor presencial de Oficina de Textos no curso de Tecnologia em Segurança Pública e de Português Instrumental no curso de Pedagogia, ambos do Cederj. Realizou trabalhos técnicos como auxiliar da justiça – individualmente e em parcerias – nas áreas de atribuição de autoria, detecção de plágio e determinação de significados em Linguística Forense. Seus principais interesses de pesquisa incidem sobre Linguística Forense, Teoria Semiolinguística do Discurso e Ensino de Língua Portuguesa. ORCID: 0000-0002-4693-3151. E-mail: weltonpereira@id.uff.br

Neste capítulo, a partir da Semiologia, da Pragmática e da Linguística de Texto, procuramos relacionar o estudo linguístico-discursivo da intencionalidade à averiguação de dolo em discursos criminalizáveis, *i.e.*, textos passíveis de criminalização pela esfera jurídica (Silva, 2020). Por meio da análise de uma transcrição de gravação do chamado golpe do falso sequestro e de uma carta de ameaça, intentamos evidenciar estratégias linguístico-discursivas bem elaboradas que visam não apenas à completa comunicação entre os parceiros do ato de linguagem, mas se prestam a produzir dano no sujeito interpretante. Partimos da hipótese de que, se o sujeito comunicante lançou mão de variadas e complexas estratégias de organização textual e discursiva, é mais provável que ele tenha tido a intenção de produzir dano, o que comprovaria o dolo do possível crime de linguagem.

Pela natureza desta investigação, consideramo-la uma contribuição à Linguística Forense.

A intencionalidade em perspectiva linguístico-discursiva

Nesta seção, teceremos breves considerações acerca das noções de *intenção* e *intencionalidade*, partindo do Direito e chegando às ciências da linguagem. Trataremos de contribuições que perpassam a Filosofia da Linguagem, a Pragmática, a Linguística de Texto e a Semiologia.

No âmbito jurídico, nomeadamente no Direito Penal, a “intenção” costuma ser relacionada ao “dolo”, sendo este entendido como o crime perpetrado com intenção por parte do autor, constituindo a *culpabilidade* – um dos critérios para se considerar uma ação como crime, ao lado da *antijuridicidade* e da *tipicidade*. Assim, em uma das definições de crime, este é entendido como ação antijurídica – contrária o ordenamento jurídico –, típica – pode ser enquadrada em um tipo penal – e culpável – sendo o autor passível de pena (Bitencourt, 2010).

Os juristas Zaffaroni e Pierangeli (2020, p. 427) explicam em seu *Manual de Direito Penal Brasileiro* que “o dolo é o querer do resultado típico”. O artigo 18 do Código Penal, por sua vez, esclarece que “doloso” é “quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo”, enquanto o “culposo” consiste em “quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia” (Brasil, 1940, parte geral, título II, art. 18). Interessa-nos, portanto, os crimes dolosos, levados a cabo por um “querer” que parte de um sujeito intencional.

O “dolo” e a “intenção” são noções frequentemente relacionadas no âmbito jurídico. O Dicionário Jurídico Brasileiro (Santos, 2001, p. 127, destaque nosso), por exemplo, apresenta a seguinte definição para o verbete “intenção”: “vontade ou propósito deliberado; *dolo*, desígnio, desejo secreto de praticar o ato”. Nelson Ferreira da Luz, ainda em 1954, apresenta uma consideração interessante acerca das relações entre “intenção” e “dolo” – que surgem como sinônimos no verbete anteriormente apresentado:

Etimologicamente a intenção, sob o ponto de vista penal, é a direção da vontade para a ação criminosa. Daí, o agente tem a consciência da imoralidade da ação ou de suas consequências e mesmo assim age, tem intenção criminosa, ou dolo. Tal identificação da intenção com o dolo vem do direito romano (Da Luz, 1954, p. 304).

O autor salienta, contudo, que essa relação não é aceita de maneira pacífica entre os doutrinadores do Direito. Para este capítulo, não iremos nos ocupar das discussões jurídicas em torno da relação entre “intenção” e “dolo”, mas partiremos da necessidade de identificar uma possível intenção, um “querer”, em determinados discursos passíveis de criminalização, sendo mais um motivo para que o discurso seja, de fato, criminalizado pela esfera judicial.

É importante salientar que temos noção da virtual impossibilidade de se atestar inequivocadamente a intenção de alguém, mesmo sob confissão. O que defendemos é que, por meio do emprego de diferentes estratégias, lançando mão de esforço cognitivo para desencadear a ação discursiva, é possível perceber que o sujeito manifestou o “querer”, a “intenção” de provocar certo dano, o que configuraria o caráter doloso do discurso.

Acerca da possibilidade de um discurso ser considerado crime, como bem explica Lenhardt (2022), não há palavras que sejam criminosas por si só. Assim, há certos discursos que passam pelo que a autora chama de criminalização discursiva, levando em conta, justamente, o reconhecimento da ação discursiva como ato típico, antijurídico e culpável. As palavras em si não são criminosas, mas a situação de comunicação pode ser. Com isso, em nossos estudos, temos considerado a existência de *discursos criminalizáveis* (Silva, 2020), aqueles que apresentam a possibilidade de um “vir a ser crime”, estando sua natureza criminosa em suspeição. O sujeito comunicante desses discursos pode responder a processos jurídicos por suas ações linguístico-discursivas, podendo ou não ser criminalizado, culpabilizado e punido. Após a devida investigação por parte das forças policiais e terminadas todas as formas de defesa, havendo a condenação transitada em julgado, o discurso pode, de fato, ser considerado como um *discurso criminoso*, nas formas como apresentamos em nossa dissertação de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV) (Silva, 2016).

Como vimos, um dos critérios que podem contribuir para a aferição de um texto como discurso criminoso, por meio do qual se realiza uma ação tipificada no Código Penal, é, justamente, o caráter de intenção, o querer – há intenção de cometer e cumprir uma ameaça? Há intenção de cometer plágio? Há intenção de ofender, injuriar e caluniar?

A noção de “intenção” também figura nos estudos da linguagem. Searle, filósofo da linguagem, compreende que a intencionalidade faz parte da constituição biológica da mente, assim como a consciência. Nas palavras do filósofo: “poderíamos dizer, a título de formulação preliminar, que a Intencionalidade é aquela propriedade de muitos

estados e eventos mentais pela qual estes são dirigidos para, ou acerca de, objetos e estados de coisas no mundo” (Searle, 2002, p. 1). Observa-se o pragmatismo inerente à definição de Searle, pois, “se tiver uma intenção, deve ser uma intenção de fazer alguma coisa [...]. Sigo uma antiga tradição filosófica ao chamar ‘Intencionalidade’ essa característica de direcionalidade ou aproximação” (Searle, 2002, p. 1). Searle entende que “Intencionalidade é direcionalidade; ter a intenção de fazer algo é apenas uma forma de Intencionalidade entre outras” (Searle, 2002, p. 2), dado que, para ele, crenças, temores, esperanças e desejos são, em certa medida, formas de Intencionalidade.

Assim como Searle (2002), falaremos em *intencionalidade* e não em *intenção* neste texto, justamente por entendermos que a intenção manifestada pelo sujeito é virtualmente impossível de ser atestada. Ou seja, não estamos nos ocupando da contraparte psicológica, mas do que parece ter sido pretendido pelo sujeito comunicante, o que, defendemos, é passível de ser percebido e analisado sob uma perspectiva linguístico-discursiva.

A noção de *intencionalidade*, não mais com letra maiúscula, visto se tratar de uma definição ligeiramente diferente, foi retomada posteriormente e apresentada nos estudos linguísticos por Beaugrand e Dressler, quando os autores explicitaram os critérios de textualidade. Entre eles, situa-se a intencionalidade, correspondendo à organização textual que visa a determinado objetivo:

A intencionalidade refere-se aos diversos modos como os sujeitos usam textos para perseguir e realizar suas *intenções comunicativas*, mobilizando, para tanto, os recursos adequados à concretização dos *objetivos visados*; em sentido restrito, refere-se à *intenção* do locutor de produzir uma manifestação linguística coesa e coerente, ainda que esta intenção nem sempre se realize integralmente. E existem, ainda, casos em que o produtor do texto afrouxa deliberadamente a coerência, com o fim de obter efeitos específicos (parecer embriagado, desmemoriado etc.) (Koch, 2013, p. 42, grifos nossos).

Koch (2013), retomando a noção de Beaugrand e Dressler, salienta que a intencionalidade consiste na forma como o sujeito organiza seu texto, visando a fazer com que seu interlocutor o compreenda, consistindo na intencionalidade de se fazer ser compreendido.

Beaugrand e Dressler, de acordo com Carmelino e Ramos (2019), partiram de conceitos anteriormente apresentados na filosofia da linguagem, nomeadamente, o ato de fala (Austin, 1990) e o princípio de cooperação (Grice, 1991). A Teoria dos Atos de Fala compreende que tomamos a língua em funcionamento para realizar determinadas ações, como perguntar, ofender, ameaçar, prometer, sendo que o ato de fala se apresenta como locutivo (o próprio ato de dizer ou escrever), ilocutivo (a ação em si, como perguntar, avisar, responder) e perlocutivo (o efeito pragmático causado no interlocutor, como o despertar de emoções, suscitar respostas e ações etc.). Por seu turno, Grice (1991) compreende que os sujeitos que participam de uma interação lançam mão do *princípio*

de *cooperação*, que preconiza que os falantes precisam se fazer ser compreendidos, obedecendo às máximas conversacionais: a *máxima da qualidade* entende que se deve dizer a verdade ou o que se pensa ser verdade; a *máxima do modo* recomenda que não se deve ser obscuro nem ambíguo; a *máxima da relevância* estipula que o dito deve ser relevante à conversa; e a *máxima da quantidade* recomenda que não se diga nem mais nem menos do que foi solicitado.

Se há a transgressão de alguma dessas máximas, o que pode também ser intencional, há a possibilidade de o texto não ser compreendido, devendo o interpretante lançar mão de implícitos que buscam restaurar o equilíbrio da interação. Assim, se um namorado diz a sua namorada “te amo”, e ela responde “que dia quente!”, houve a quebra da *máxima da relevância* e há a necessidade de buscar o sentido implícito que restaura o equilíbrio da interação: ela não o ama ou não está preparada para dizer o mesmo.

Como visto, por meio da análise linguístico-discursiva, podemos apenas apreender o que aparenta ser a intencionalidade do sujeito e não o que de fato ele intenta fazer. Essa perspectiva abre espaço para nossa interpretação de que um texto bem organizado, que lança mão de diferentes estratégias, inclusive sentidos implícitos, deixa entrever a intencionalidade do autor em atingir estrategicamente sua finalidade comunicativa – no caso, uma finalidade possivelmente criminosa. Assim, diferentes e variadas estratégias discursivas permitem entrever um esforço cognitivo por parte do autor, possibilitando perceber que houve um “querer cometer”, uma “intenção” por trás da produção do texto.

Feita essa breve retomada histórica, contudo, é preciso reiterar que não temos meios teóricos e metodológicos de aferir a verdadeira *intenção* por trás de um texto (fator psicológico); o que podemos fazer é tentar vislumbrar a *intencionalidade* (fator pragmático-discursivo), o que poderá ter alguma aplicabilidade no âmbito da Linguística Forense. Falaremos mais detidamente sobre essa área no tópico a seguir, procurando aproximá-la da Semiologia, teoria que guiará nossas reflexões e análises a partir de agora, visto que, para Charaudeau, “a *finalidade intencional* de todo ato de linguagem se acha pois inscrita no dispositivo sócio-linguístico” (2007, p. 16).

A Linguística Forense, a Semiologia e o discurso criminalizável

A Linguística Forense consiste em uma área de estudos aplicados que se encontra em constante crescimento nas universidades brasileiras. Para Coulthard e Johnson (2007), podemos entender a linguística forense de forma ampla, abarcando pesquisas que focam a relação entre linguagem e Direito, e de maneira mais restrita, cujos estudos evidenciam a aplicação de diferentes teorias e metodologias linguísticas à análise de evidências linguísticas, debruçando-se sobre cartas de ameaça, bilhetes de resgate, mensagens suicidas, discurso de ódio, plágio, textos forjados, entre outras possibilidades.

Em Linguística Forense, embora “não seja função do linguista determinar o grau de intenção do suspeito nem avaliar a sua culpabilidade” (Sousa-Silva, 2020, p. 133), a análise da intencionalidade pode figurar como ferramenta essencial para a aferição do cometimento de algum crime de linguagem, sendo este compreendido como o crime cometido principalmente ou unicamente por meio da língua (Shuy, 2005). Afinal, por vezes, alguém pode cometer uma ameaça ou produzir um discurso passível de ser tido como injurioso, mas afirmar que não teve tal intenção, não compreendendo os danos de sua ação. Assim, a análise das estratégias linguístico-discursivas pode ajudar a revelar parte dessa intencionalidade. Sousa-Silva (2020, p. 133), por exemplo, adverte que o emprego de diferentes estratégias na produção de cópias pode ser fator indicativo da intenção de cometer plágio: “Neste sentido, quanto maior for o esforço de alteração do texto, numa tentativa de o afastar do original, sem atribuir a(s) ideia(s) ao(s) seu(s) autor(es), maior será a intenção de plagiar”. Ainda para o autor:

Como refere Turell (2013), é função da linguística forense tratar, não só de casos que sejam do interesse do fórum, no sentido restrito do domínio legal, mas também do fórum no seu sentido lato, enquanto sociedade. A análise linguística forense encontra-se idealmente posicionada para desempenhar esta função, na medida em que permite obter pistas linguísticas que indiciam falhas de produção independente de determinado texto, e, por conseguinte, revelam tratar-se de plágio, como também averiguar a direcionalidade (isto é, que texto copiou qual), determinar quais as estratégias utilizadas para plagiar, provar por que motivo não se pode considerar determinado texto como sendo original e auxiliar na *determinação do grau de intencionalidade do autor* (Sousa-Silva, 2020, p. 130, grifo nosso).

Como vimos, averiguar a *intencionalidade* pode ser empreitada necessária também na atestação da natureza criminosa de algumas ações linguístico-discursivas. Partindo da noção de crime de linguagem apresentada por Shuy (2005), em Silva (2020), postulamos a existência dos discursos criminalizáveis, concebidos como discursos que poderiam ser considerados crimes pela instância jurídica. Essa perspectiva que evidencia a possibilidade do “vir a ser crime” estaria mais próxima do paradigma jurídico por não entender que os atos de linguagem são crimes de antemão, mas são ações que, após o julgamento adequado, podem ser consideradas efetivamente como um discurso criminoso (Silva, 2016).

Guillén-Neto e Stein, ainda no âmbito da Linguística Forense, elencam a indagação acerca da intenção/intencionalidade como uma preocupação de investigação pragmática na área:

‘O ato foi intencional?’ ‘O enunciado tem a intenção de ferir e ofender?’ ‘Qual era de fato o significado pretendido de um enunciado?’ Essas questões podem ser relevantes na comunicação cotidiana, mas em um contexto legal elas devem ser explicitadas, assim como o tipo de raciocínio por trás do uso e da análise explícita, já que ‘culpado’ ou ‘inocente’ depende disso⁶⁴ (Guillén-Neto; Stein, 2022, p. 20, tradução nossa).

Encontrar meios de evidenciar a intencionalidade pragmático-discursiva se trata de uma forma de contribuição à Linguística Forense, que se ocupa da análise da evidência linguística, visto que, como mencionado pelos autores, em tarefas forenses, é preciso explicar como determinada conclusão foi atingida; afinal, o linguista forense tem de fornecer meios de prova que podem ajudar a inocentar ou culpar um indivíduo.

Neste texto, partimos, portanto, do princípio de que, se o sujeito comunicante elenca diferentes e elaboradas estratégias linguístico-discursivas, essas podem corresponder à intencionalidade de atingir os objetivos criminosos de seu discurso; afinal, os sujeitos que participam da *mise en scène* correspondem a “seres sociais que têm intenções” (Charaudeau, 2007, p. 18). Na Semiologia, a *mise en scène* consiste em colocar a língua em funcionamento em uma situação de comunicação da qual participam diferentes sujeitos: o *sujeito comunicante*, ser empírico, se projeta no discurso como *sujeito enunciativo*, ser discursivo, tendo como alvo um *sujeito destinatário*, ser discursivo; este, por sua vez, pode ou não corresponder ao *sujeito interpretante*, ser empírico que efetivamente entra em contato com o discurso.

Com isso, entendendo que a Teoria Semiológica do Discurso apresenta um ponto de vista epistemológico que considera a existência de um sujeito intencional, acreditamos que essa vertente de análise do discurso é bastante indicada para a análise que aqui propomos. Na concepção semiológica, o discurso é entendido como o funcionamento da língua a partir de um ato intencional. De acordo com o idealizador da teoria:

Eis porque a posição que tomamos na análise do discurso pode ser chamada de *semiologia*. *Semio-*, de “semiosis”, evocando o fato de que a construção do **sentido** e sua configuração se fazem através de uma relação forma-sentido (em diferentes sistemas semiológicos), sob a responsabilidade de um sujeito intencional, com um projeto de influência social, num determinado quadro de ação; *linguística* para destacar que a matéria principal da **forma** em questão - a das **línguas naturais**. Estas, por sua dupla articulação, pela particularidade combinatória de suas unidades (sintagmático-paradigmática em vários níveis: palavra, frase, texto), impõem um procedimento de semiologização do mundo diferente das outras linguagens (Charaudeau, 2007, p. 13, *italico e negrito* no original, *sublinhado* nosso).

64 - 'Was the act intentional?' 'Is the function of the discourse to consciously mislead the partner?' 'Is the utterance meant to hurt and offend?' 'What in fact was the intended meaning of an utterance?' These issues may be relevant in everyday communication, but in a legal context they must be made explicit, as well as the type of reasoning behind both use and explicit analysis, as 'guilty' or 'not guilty' depend on it.

Assim, o *postulado de intencionalidade* (Charaudeau, 2007) prevê que a intencionalidade comunicativa é constituinte de um ponto de vista semiolinguístico de compreensão da linguagem que se manifesta em práticas sociodiscursivas. Na *mise en scène*, o sujeito deve obedecer a alguns princípios no processo de semiotização do mundo, sendo um deles o *princípio de influência*, que estabelece que “todo sujeito que produz um ato de linguagem visa atingir seu parceiro, seja para fazê-lo agir, seja para afetá-lo emocionalmente, seja para orientar seu pensamento” (Charaudeau, 2007, p. 15). Ainda de acordo com Charaudeau:

A descrição do duplo processo de semiotização que acabamos de propor, com suas operações e seus princípios, corresponde ao que denominamos, em trabalhos anteriores, e seguindo J. R. Searle, de *postulado de intencionalidade*. Para nós, este postulado é o fundamento do ato de linguagem.

Um ato de linguagem, como acabamos de ver, pressupõe uma *intencionalidade* – a dos sujeitos falantes, parceiros de uma troca. Em decorrência, esse ato depende da *identidade* dos parceiros, *visa uma influência* e é portador de *uma proposição sobre o mundo*. Além disso, realiza-se num tempo e num espaço determinados, o que é comumente chamado de *situação* (Charaudeau, 2007, p. 17).

Observamos, no excerto acima, que Charaudeau se baseou nos postulados de Searle, já brevemente discutidos neste texto. Na Semiolinguística, portanto, seguindo uma tradição pragmática na contramão de outras correntes discursivas, o sujeito se apresenta como um ser dotado de intencionalidade, estando mais ou menos ciente de suas ações discursivas. Partindo de seu projeto intencional, o sujeito comunicante se valerá de diferentes estratégias discursivas, procurando atingir seus objetivos.

De acordo com Charaudeau, no Dicionário de Análise de Discurso:

O termo **estratégia** vem da arte de conduzir as operações de um exército sobre um campo de ação (ele se opõe, então, à tática), e, por isso, passou a designar uma parte da ciência militar ou o objeto de um ensino (*Os cursos de estratégia da Escola de Guerra*). Mas essa noção acabou tomando um sentido mais geral, designando toda ação realizada de maneira coordenada para atingir um certo objetivo (Charaudeau, 2014, p. 218).

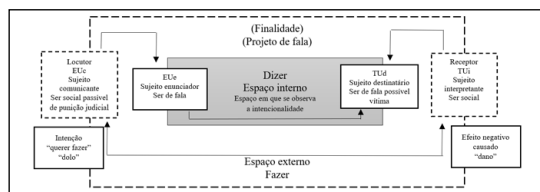
Por meio dessa noção, é entendido que o sujeito comunicante efetivamente realiza um esforço, visando a obter sucesso em sua empreitada comunicativa. Para Charaudeau (2008), falar em um espaço de estratégia só faz sentido se levarmos em conta um espaço de restrições elencado por um contrato de comunicação. O contrato de comunicação apresenta as regras que devem ser seguidas pelos sujeitos que participam da interação, como o tópico a ser tratado (proposto), o objetivo da interação, as identidades dos sujeitos, a forma de materialização do discurso etc. Podemos entender que intencionalidade e estratégia se relacionam, visto que o emprego de estratégias discursivas está a trabalho do cumprimento de um objetivo, logo, de uma intencionalidade pragmática.

Como mencionado, Charaudeau (2007) assevera que a Semiologia observa o discurso empregado por um sujeito intencional, sendo esse discurso materializado por meio de uma língua natural. Essa vertente de análise do discurso parte sempre da língua, como material semiológico, empregada em discurso, e essa materialidade linguística é a base de uma análise forense, uma vez que se procura por evidências, provas empíricas de natureza linguística. Além disso, em análises que se baseiam na Semiologia, devemos observar o contrato de comunicação e a situação de comunicação, bem como os elementos que deles fazem parte. O contrato adequar-se-á a diferentes práticas discursivas, como uma ameaça, um golpe via internet, uma pregação religiosa, uma aula expositiva. Os sujeitos que participam da situação de comunicação precisam levar em conta as instruções fornecidas pela situação e as restrições do contrato de comunicação. Além do espaço de restrições, em que temos de seguir certas regras, há um espaço de manobra, no qual podemos lançar mão de determinadas estratégias, visando a atingir nosso objetivo comunicativo – entra em cena, novamente, a *intencionalidade*.

Pensemos no seguinte exemplo: o contrato de uma aula expositiva prevê que haverá alguém na identidade de professor e minimamente alguém na identidade de aluno. O objetivo é transmitir um determinado conteúdo acadêmico, e certas formas de dizer são respeitadas. Não se espera, por exemplo, assuntos não pertencentes à aula ou à disciplina, emprego de palavras chulas, excesso de gírias etc. Contudo, se a turma estiver muito dispersa, o professor pode fazer uma piada, visando a captar novamente a atenção dos alunos, de modo a conseguir passar o conteúdo e cumprir a finalidade da aula expositiva. Essa piada consistiu, no contexto delineado, em uma estratégia de captação. Charaudeau (2007) explica que essas estratégias são relacionadas à *legitimidade* do sujeito (quem sou eu para dizer isso?), à *credibilidade* de seu discurso (como fazer para ser credível?) e à *captação* do destinatário (como fazer para tocar o outro?).

A situação de comunicação é expressa por um quadro já clássico, apresentado por Charaudeau (2008). Aqui o retomamos, fazendo alguns ajustes necessários à *mise en scène* do discurso criminalizável:

Figura 1: A situação de comunicação do discurso criminalizável



Fonte: Elaboração própria com base em Charaudeau (2008)

O esquema apresenta a seguinte concepção: quatro sujeitos fazem parte da situação de comunicação; o sujeito comunicante (EUC), ser empírico, toma a palavra, sendo detentor de uma intenção, visto ser sujeito intencional. Ao fazê-lo, projeta uma imagem de si mesmo por meio do sujeito enunciativo (EU). O sujeito enunciativo se dirige,

no plano discursivo, a um sujeito destinatário (TUd), que consiste na imagem idealizada do sujeito interpretante. Aqui, no espaço interno do dizer, o sujeito emprega diferentes estratégias discursivas, visando a cumprir seu projeto intencional – falamos, portanto, da *intencionalidade*, do que podemos perceber textualmente e discursivamente acerca da intenção psicológica. O sujeito interpretante (TUi), por seu turno, é o ser empírico que pode ou não condizer com a imagem projetada pelo sujeito destinatário. Esse sujeito interpretante também construirá uma imagem do sujeito comunicante, o que é representado pela seta dupla inferior.

No que concerne ao discurso criminalizável, temos um sujeito intencional empírico que lança mão do discurso para cumprir um “querer dizer” e um “querer fazer”. Trata-se de visadas com finalidades pragmáticas de “fazer crer”, “fazer fazer” e “fazer sentir”. Assim, o sujeito comunicante, dotado de determinada intenção que não podemos alcançar, visto ser psicológica, lança mão do discurso para influenciar o sujeito destinatário, que consiste na possível vítima. Para cumprir seu projeto discursivo, o sujeito comunicante se valerá de diferentes e elaboradas estratégias que figuram como “provas”, “evidências” da intencionalidade – esta sim passível de análise linguístico-discursiva. Quanto mais elaborado for o conjunto de estratégias discursivas, maior será a intencionalidade de levar o interpretante a entender o que se deseja transmitir. Em uma ameaça, EUC deseja que o interpretante se sinta amedrontado e faça o que é exigido (Cf. Silva, 2020), assim como na extorsão (Cf. Silva, 2016). Em um discurso de ódio injurioso, EUC deseja que o interpretante se sinta inferiorizado, desrespeitado, menos humano (Cf. Silva, 2023). Em um estelionato, as estratégias elencadas por EUC precisam levar o interpretante a “crer” que está agindo para seu próprio bem (Cf. Silva, 2016).

No âmbito da análise semiolinguística, não é possível ultrapassar o nível interno do discurso, pois apenas temos acesso aos seres discursivos: o sujeito enunciador e o sujeito destinatário. Para haver aplicabilidade à Linguística Forense, contudo, é preciso que ultrapassemos esse nível e cheguemos ao sujeito comunicante, visto ser esse o ser passível de punição e responsabilização penal. Esse ponto consiste em uma espécie de ruptura epistemológica; entretanto, tal aceção é possível pelo fato de que, por meio das estratégias empregadas pelo sujeito enunciador, podemos perceber, em certa medida, as intencionalidades que conduziram ao vislumbre da possível intenção apresentada pelo sujeito comunicante. Assim, a análise semiolinguística possibilitaria a apresentação de evidências que poderiam ser aproveitadas no âmbito de uma tarefa forense.

Na próxima seção, por meio das análises dos exemplos elencados, nosso posicionamento ficará mais evidenciado.

Estratégias linguístico-discursivas e intencionalidade possivelmente criminosas

Nesta seção, revisitaremos dois textos analisados em nossos trabalhos realizados no âmbito do mestrado em Letras na Universidade Federal de Viçosa e do doutorado em Letras Vernáculas na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Na dissertação, debruçamo-nos sobre golpes cometidos via telefone, e aqui trazemos uma transcrição de gravação do chamado golpe do falso sequestro. Na tese, nos focamos em cartas de ameaça, sendo trazida para este texto uma carta de ameaça xenofóbica.

Golpe do falso sequestro: estratégias que visam à extorsão

Em Silva e Melo (2015), mostramos que, em golpes do falso sequestro, predominam as visadas de *fazer crer* para *fazer fazer*. Isso significa que os sujeitos comunicantes que tentam aplicar esse golpe têm a intencionalidade de levar o sujeito interpretante a acreditar em suas ameaças e promessas para fazer o que lhe é solicitado; assim, ele ameaça a vida do familiar supostamente sequestrado, mas promete libertá-lo se uma quantia monetária for depositada. Temos, então, o predomínio da *visada de prescrição*, que é definida por Charaudeau (2004) como “eu quer ‘mandar fazer’ (*faire faire*), e ele tem autoridade de poder sancionar; tu se encontra, então, em posição de ‘dever fazer’” (Charaudeau, 2004, p. 23). De acordo com Silva (2016, p. 54-55):

À medida que a finalidade [do golpe do falso sequestro] é a extorsão, o propósito comunicativo [tema] gira em torno do sequestro e da negociação acerca da liberação, ou não, da vítima supostamente sequestrada. Assim, as identidades discursivas predominantes são as de sequestrador, na instância de produção, e de vítima/familiar na instância de recepção (Silva, 2016, p. 54-55).

Em nossa dissertação, realizamos a descrição e análise dos argumentos de base lógica e de base patêmica encontrados nos golpes do falso sequestro. Neste texto, não temos o objetivo de analisar detidamente as características argumentativas presentes nos golpes; assim, recomendamos a leitura da dissertação. Na análise que segue, mostraremos diferentes estratégias linguístico-discursivas mais sobressalentes que podem servir como indicio da intencionalidade do sujeito comunicante, do querer cometer o crime.

É importante salientar que o golpe do falso sequestro se fundamenta sobre a extorsão, sendo este crime tipificado no artigo 158 do Código Penal Brasileiro como o ato de “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar fazer alguma coisa: Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa” (Brasil, 1940, parte especial, título II, cap. II, art. 158).

O texto escolhido para análise faz parte do *corpus* de Silva (2016), obtido de uma matéria da Revista Veja que divulgou gravações reais de golpes do falso sequestro que haviam sido interceptados pela Polícia Civil do Rio de Janeiro. A gravação com duração de dois minutos e dois segundos foi transcrita por nós, sendo considerada uma tentativa de aplicação do golpe do falso sequestro – visto que a gravação não foi disponibilizada

na íntegra, não há como aferir se houve a consumação da extorsão. Logo no início da interação, após uma mensagem de ligação a cobrar (comuns à época dos telefones fixos), o sujeito comunicante tenta se passar por um tenente da Polícia Militar, projetando essa primeira imagem de sujeito enunciador. Assim, temos a identidade social em conflito com a identidade discursiva:

a) Boa noite, senhora, aqui é o tenente Douglas, da Polícia Militar. Ocorreu um acidente com uma pessoa na qual disse ser seu familiar, senhora. Com quem eu falo, por favor?

O sujeito comunicante projeta a imagem de um sujeito enunciador que se apresenta pelo primeiro nome – prática não muito comum no âmbito policial, principalmente por se tratar de uma ligação profissional. Em seguida, por meio do Modo de Organização Narrativo do discurso, ele informa acerca de um acidente que envolve um familiar da pessoa que atendeu ao telefonema. O emprego da palavra “familiar”, de sentido amplo e vago, já denota a intencionalidade de levar o sujeito interpretante a acreditar nas palavras do sujeito comunicante, visto que poderia ser qualquer parente vitimado pelo acidente. Em seguida, o EUE pergunta com quem fala. Ao não obter resposta, ele insiste:

b) Ocorreu um acidente que tá envolvendo um ônibus, cinco carros e uma moto. E uma das pessoas fortemente acidentadas, após passar o seu número, acabou desmaiando dizendo que era seu familiar, senhora. A senhora tem filho, esposo, alguém aqui na cidade, filho?

Continuando a narrativa, EUE passa a descrever melhor as características do acidente que envolveu um ônibus, cinco carros e uma moto. A imagem descrita é altamente patêmica, isto é, capaz de despertar emoções no sujeito interpretante, visto ser pintada a cena de um acidente grande, digno de nota e capaz de provocar muitos danos, inclusive a morte de várias pessoas. Em seguida, EUE retoma o “familiar”, mas por meio do sintagma “uma das pessoas fortemente acidentadas”. Notamos que houve não apenas a retomada anafórica do “familiar”, mas uma recategorização (Cavalcante, 2018), que amplia a intensidade da participação do familiar no acidente, orientando a argumentação organizada pelo sujeito enunciador. Agora, o “familiar” é uma das pessoas “fortemente acidentadas”. Entendemos que o emprego da recategorização deixa entrever a intencionalidade do sujeito comunicante, visto que ele deseja despertar sentimentos negativos na possível vítima, levando-a ao desespero. Sob forte emoção, ela acabaria acreditando nas palavras do suposto tenente, entrando em cena imaginários sociodiscursivos acerca do fazer policial, do heroísmo presente no lema “servir e proteger” da Polícia Militar. Durante a noite, uma ligação supostamente feita por um tenente da PM não levantaria muitas dúvidas, a não ser pelo fato de a ligação ter sido feita a cobrar.

Dando prosseguimento à interação, a senhora ludibriada passou a informação necessária à continuidade da tentativa de golpe: o nome da filha era Lidia. De posse dessa informação, o suposto sequestrador muda de tática. Quando a senhora diz que

chamaria seu marido, EUc se desfaz da identidade forjada de policial militar e se reveste da identidade, também forjada, de sequestrador – lembremo-nos de que se trata de um golpe do falso sequestro em que não há sequestrado nem sequestrador. EUE, agora na figura de sequestrador, continua:

c) Olha só, senhora. Olha só. Sem chamar seu marido pra senhora não perder a vida da sua filha, tá entendendo? A sua filha, na verdade, ela não foi acidentada, ela tá com a gente. A sua filha foi vítima de um sequestro. Tá me entendendo? Se a senhora tentar chamar o seu marido, ou desligar o telefone, a gente vai tacar fogo na sua filha viva! É isso que a senhora quer?

Em Silva (2016), chamamos essa parte da interação de revelação do sequestro. Após obter o nome da suposta sequestrada, EUE lança mão de ameaças com alta capacidade patêmica. Observamos, ainda, a organização condicional pela construção *se x, y*, bastante produtiva em ameaças, conforme salientamos em Silva e Gouvêa (2018). Essa construção é empregada frequentemente, pois os sujeitos que ameaçam desejam obter algo que julgam positivo para que não cumpram a sanção, que deve ser considerada negativa pela vítima. Assim, “se a senhora tentar chamar o seu marido ou desligar o telefone” – oração condicionante por meio da qual é expressa a condição que deve ser seguida (não chame seu marido) –, “a gente vai tacar fogo na sua filha viva” – oração condicionada que revela a sanção negativa, o mal injusto e grave.

É possível observar que EUE objetiva transferir a responsabilidade da morte da filha para a vítima, isentando-se da responsabilidade criminosa do fato de assassinar alguém “tacando fogo”. Em primeiro lugar, essa intencionalidade é percebida por meio do eufemismo “perder a vida da sua filha”. Ou seja, a filha não seria assassinada pelos supostos sequestradores, mas seria a mãe que, não obedecendo às instruções, perderia a vida da filha. Essa transferência de responsabilidade é evidenciada pela sintaxe, visto que a mãe (senhora) é o sujeito da ação de perder a vida, embora sejam os sequestradores os possíveis alvos. Outra transferência de responsabilidade é evidenciada na construção condicional já analisada, já que é a ação obediente da mãe que fará com que os sequestradores não atentem contra a vida da filha. Observamos, assim, a intencionalidade de se furtar da responsabilidade sobre a suposta morte, visto que os sujeitos não querem para si o rótulo de assassinos.

Já ao final da gravação, após a mãe perguntar sobre o paradeiro da filha, o sujeito continua:

d) Ela tá dentro de um cativado, amarrada e amordaçada e chorando muito. Ela deu o seu número e disse que a senhora taria disposta a ajudar. TÁ ME ENTENDENDO? Se a senhora tentar chamar seu marido, ou tentar desligar o telefone, a gente vai tacar gasolina nela e tacar fogo nela viva. TÁ ME ENTENDENDO?

A caixa alta representa um tom de voz mais elevado, o que favorece a atmosfera de terror evocada para manter a vítima ao telefone. O modo de organização descritivo do discurso foi empregado para pintar a cena da vítima no cativo: amarrada, amordaçada e chorando muito. Essas imagens evocadas na mente da vítima a levariam a experimentar emoções negativas que desencadeariam um sentimento de pânico e pavor, fazendo com que a mãe estivesse, na visão dos falsos sequestradores, mais disposta a negociar pela vida da filha. É importante observar que o emprego de orações condicionais perpassa toda a interação, sempre conduzindo a vítima a tomar determinadas ações em vez de outras.

As estratégias que salientam, portanto, a intencionalidade em praticar o crime de extorsão giram em torno da (i) descrição altamente patêmica do estado da vítima, tanto no acidente quanto no cativo; (ii) recategorização de “familiar” em “uma das pessoas fortemente acidentadas”; (iii) vagueza semântica no emprego de “familiar” e “pessoa”; (iv) ameaça condicional que transfere a responsabilidade da morte da filha à mãe; e (v) o tom elevado da fala. Some-se a isso as escolhas lexicais do campo semântico relativo à violência urbana, evocando imaginários sociodiscursivos relacionados à periculosidade e à criminalidade, como “cativo”, “amordaçada”, “taca fogo nela viva” e “sequestro”, e temos um projeto argumentativo que intenta colocar a mãe em uma situação de fragilidade e desespero, levando-a a não envolver o marido ou a polícia na situação de comunicação, o que a tornaria um alvo da possível extorsão.

A intencionalidade criminosa que evidencia o dolo estaria comprovada por meio das diferentes e contundentes estratégias linguístico-discursivas empregadas pelo sujeito comunicante que se projeta como um suposto sequestrador. Não temos notícia da consumação da extorsão, uma vez que a gravação não foi divulgada na íntegra. Contudo, a tentativa de crime é também passível de tipificação e responsabilização penal.

Carta de ameaça: estratégias que visam à ameaça e xenofobia

O crime de ameaça é tipificado no artigo 147 do Código Penal como: “Art. 147 - Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave. Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa” (Brasil, 1940, parte especial, título I, cap. VI, art. 147). É interessante salientar que, de acordo com Bitencourt, para que se comprove o dolo do crime de ameaça, basta notar-se a intenção de provocar algum dano à vítima. Assim, “Não é necessário que o dolo se estenda à decisão de causar efetivamente o mal ameaçado, até porque, para caracterizar-se o crime de ameaça, não é necessário que o agente tenha a intenção de concretizá-la, sendo suficiente a finalidade de infundir medo” (Bitencourt, 2017, p. 446 *apud* Moraes, 2020). Portanto, mesmo que a ameaça não seja efetivada, o crime de ameaça terá sido realizado por meio do material textual, seja verbal, seja imagético ou mesmo gestual.

A carta reproduzida abaixo teve sua foto divulgada em jornais digitais, tratando-se de uma carta de ameaça anônima que circulou em redes sociais da cidade de Brusque, no Vale do Itajaí, estado de Santa Catarina, Região Sul do Brasil. Na carta, supostos moradores fazem ameaças a migrantes de outros estados, nomeadamente, os migrantes baianos, que seriam responsáveis por diversas infrações na cidade:

AVISO PARA OS BAIANOS

Nossa Brusque deixou de ser uma cidade boa para viver, nos últimos 5 anos foi invadida por imigrantes de outros estados, principalmente da Bahia das cidades de Itabuna, Ilhéus Buerarema etc.

Sabemos que todos tem o direito de ir em busca de uma vida melhor, mas sabemos também que quem chega numa nova cidade, deve respeitar os costumes e estilo de vida do povo local. Os mais sensatos respeitam e são bem sucedidos em tudo, podem estudar, fazer curso técnico no SENAI e conseguem empregos bons, agindo assim, conquistam amizades, afinal, TODOS PRECISAM DE AMIGOS.

Infelizmente junto com os bons vem também os ruins (não civilizados, ignorantes mesmo), que são a maioria e estão incomodando a vida dos moradores locais fazendo um INFERNO como: Ouvir música em alto volume, tanto nos carros como em casa mesmo e em qualquer hora, falam muito alto e os vizinhos são obrigados a suportarem isso, se alguém reclama eles ficam bravos, se alguém chama a polícia, ao verem a viatura da PM baixam o som e se comportam como gente civilizada, mas quando a PM vai embora, voltam a fazer bagunça.

Brusque é uma cidade de povo ordeiro, trabalhador e honesto e NÃO MERECEMOS ISSO. Em muitos casos que foram registrados BO (boletim de ocorrência) não deu em nada, então vamos fazer justiça com nossas mãos, ESTAMOS CANSADOS E REVOLTADOS.

Desde o mês de março deste ano formamos um grupo com 28 pessoas, somos cidadãos trabalhadores, honestos e honrados, estamos bem preparados, resolvemos dar um BASTA nessa situação nosso grupo é discreto e bem estruturado. Estamos publicando este AVISO para depois não reclamarem do pior que vai acontecer, estamos dando uma chance de mudarem de comportamento.

Moro em Águas Claras há 26 anos, tenho filhos que moram em outros bairros, e também estão sofrendo. Não vamos nos mudar por causa desses desordeiros.

Fizemos um levantamento nos bairros: Águas claras, Azambuja, Sta. Terezinha. Nova Brasília, 1º de maio, Bateias e Steffen, constatamos que é absurdo, inaceitável o que acontece nos bairros, além do barulho, até trafegam na contramão com carros e motos em alta velocidade e alguns com a descarga aberta (sem o silencioso), na Bateia por exemplo teve várias discussões por PERTUBAÇÃO DO SOSSEGO ALHEIO entre vizinho local e baiano e os baianos se juntaram para agredir o que estava certo. No Azambuja uma senhora de 62 anos tem que tomar remédio para dormir e calmante durante o dia.

No Steffen teve também discussão por PERTUBAÇÃO DO SOSSEGO ALHEIO e os baianos armados com faca quiseram ter razão, e disseram o seguinte: “Essa rua é nossa é nós que manda aqui e pronto, os incomodados que vão embora, pagamos aluguel e podemos fazer o que quiser a qualquer hora”.

Durante esses 8 meses de levantamento, já temos as placas dos carros que são 34, e motos são 22, temos também a foto desses desordeiros. Fiquei feliz ao comentar com 2 policiais sobre essa carta (antes de ser publicada) para saber a opinião deles e os 2 disseram assim: “Finalmente acordaram, é bom mesmo que alguém faça alguma coisa para acabar com esses alienígenas” porque 90% dos casos envolvem baianos. “Não diga à ninguém nosso nome” – eu disse tudo bem.

BAIANOS, vocês conseguiram deixar o povo revoltado, TOMEM CUIDADO e tratem de mudar de comportamento URGENTE. VAMOS ELIMINAR VOCÊS, ISSO MESMO, VAMOS MATAR OS RUINS e acabar com essas pragas.

Nosso grupo, composto por 28 cidadãos, onde 11 estão ansiosos para começar a matança, nem queríamos publicar esse aviso, porém, a maioria decidiu avisar antes.

Nossa Brusque será de novo uma cidade boa para viver, CUSTE O QUE CUSTAR.⁶⁵

65 - A carta completa foi divulgada pelo portal de notícias G1 e pode ser acessada no endereço eletrônico: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2013/11/policia-civil-investiga-carta-que-ameaca-baianos-no-vale-do-itajai.html>

A carta, datada de 2013, é pautada em uma motivação de caráter, sobretudo, xenofóbico em relação a alguns migrantes baianos que se mudaram para a cidade. Observamos que a carta é construída predominantemente a partir dos recursos do modo de organização argumentativo do discurso, sendo apresentadas passagens narrativas e descritivas que favorecem a argumentação. Salientamos algumas estratégias linguístico-discursivas que podem ser percebidas como pistas para aferir a intencionalidade de ser cometida a ameaça por motivação xenofóbica.

De acordo com o sujeito enunciador da carta, a cidade, que era “boa para viver”, foi “invadida” por migrantes de outros estados nos últimos cinco anos. O caráter xenofóbico é encontrado principalmente na nomeação explícita dos migrantes como “baianos”, presente já no título, mas também na descrição de seu suposto comportamento. Inclusive, há, por parte do sujeito enunciador, uma avaliação depreciativa em relação ao comportamento linguístico dos migrantes, visto que a carta se apresenta predominantemente escrita na norma culta, mas, ao relatar a fala de um migrante, são reproduzidas marcas socioletais: “é nós que manda aqui e pronto”. A escolha por representar na escrita a ditongação em “nóis” e a falta de concordância de número em “nóis... manda” revela preconceito linguístico ao lado da xenofobia. Além disso, a perífrase verbal “foi invadida” permite entrever um *fazer crer* que se relaciona ao caráter negativo da chegada dos migrantes – eles não chegam, mas invadem.

A construção do *ethos de virtude* (Charaudeau, 2015) é também uma estratégia a ser notada. Na carta, há o esforço da parte do sujeito enunciador de se apresentar como alguém virtuoso ao lado de seus pares. Assim, se ameaçam, é porque já sofreram muito:

e) Brusque é uma cidade de povo ordeiro, trabalhador e honesto e NÃO MERECEMOS ISSO.

Por meio do *ethos de virtude*, de acordo com Charaudeau (2015), o sujeito enunciador se mostra como alguém dotado de virtudes consideradas positivas em determinada comunidade. No excerto, vemos a menção ao povo “ordeiro, trabalhador e honesto”, categorias que retomam imaginários sociodiscursivos capitalistas e cristãos que relacionam o trabalho à honestidade. No caso, o sujeito enunciador se apresenta como parte desse grupo por meio da oração em caixa alta “NÃO MERECEMOS ISSO”, em que EUe se insere no “nós”. Essa estratégia é bastante comum no discurso de ódio (Silva, 2023), em que se instaura uma polarização entre nós e eles. No caso, a tese que fundamenta o texto pode ser entendida como “nós, o povo ordeiro, trabalhador e honesto não merecemos o que eles, os migrantes baianos, estão fazendo na cidade”.

É possível observar também a construção do *ethos de competência* (Charaudeau, 2015), por meio do qual o sujeito enunciador se mostra como alguém que detém um saber fazer.

f) estamos bem preparados, resolvemos dar um BASTA nessa situação nosso grupo é discreto e bem estruturado.

Por meio dessa estratégia, o sujeito enunciator se apresenta como integrando um grupo “discreto” e “bem estruturado”, composto por diversas pessoas preparadas e dotadas de conhecimento bélico. Observa-se a intencionalidade de se apresentar como um grupo, ou seja, o sujeito que ameaça não está sozinho, o que confere maior periculosidade às ameaças. Além disso, EUe procura aderir credibilidade a suas ameaças, descrevendo o grupo como detentor de um *saber fazer*: indivíduos que ameaçam e sabem cumprir a ameaça, inclusive, tendo contato com policiais que, supostamente, legitimariam as ameaças.

Outra estratégia encontrada é a representação negativa do “imigrante”, o adversário, ao contrário da representação positiva dos “cidadãos trabalhadores, honestos e honrados”. Essa representação negativa dos destinatários da carta é formulada por meio da constante reconstrução do objeto de discurso “baiano”, recategorizando-o em uma visada argumentativa que se relaciona ao processo de referência (Cavalcante, 2018). Trata-se de escolhas lexicais estratégicas que não são efetivadas simplesmente por uma seleção paradigmática, mas veiculam pontos de vista, julgamentos de valor e intencionalidade – a intencionalidade de ofender, injuriar e se justificar pela ameaça.

Descreveremos, a seguir, a cadeia referencial do objeto de discurso “baianos”, apresentado no título “aviso para os baianos”, procurando mostrar que as seleções lexicais favorecem a argumentação. Em um primeiro momento, o objeto de discurso “baianos” é retomado pelo sintagma “imigrantes de outros estados”.

g) Nossa Brusque deixou de ser uma cidade boa para viver, nos últimos 5 anos foi invadida por imigrantes de outros estados

O objeto de discurso, segundo Mondada e Dubois (2016), não se confunde com o referente, este sendo pertencente ao mundo real. Após o processo de semiotização do mundo (Charaudeau, 2007), entretanto, esse mundo a significar passa a ser um mundo significado, sofrendo as influências do ponto de vista e dos julgamentos de valor de base axiológica por parte do sujeito enunciator. Fala-se, portanto, em “objeto de discurso”, o referente que passou pelo crivo da subjetividade. Assim, no processo de semiotização do mundo levado a cabo nessa carta, o referente (ser do mundo real) é nomeado e qualificado de determinada maneira (processo de transformação – criação e elaboração de objetos de discurso), visando a influenciar o destinatário negativamente (processo de transação).

Em seguida, é possível notar que, quando retomado, o objeto de discurso “imigrantes de outros estados” foi referenciado de forma anafórica direta como “baianos”, sendo qualificado, posteriormente, como “baianos armados com faca”.

h) os baianos se juntaram para agredir o que estava certo

i) os baianos armados com faca quiseram ter razão

Nos dois excertos acima, há uma evidente tomada de posição argumentativa contrária aos baianos, que agrediram “o que estava certo” – logo, os baianos estavam errados – e “quiseram ter razão” – logo, não tinham razão.

Ao final do texto, quando novamente referenciados, esses sujeitos foram descritos como “alienígenas” e, por fim, como “pragas”.

j) “[...] é bom mesmo que alguém faça alguma coisa para acabar com esses alienígenas” porque 90% dos casos envolvem baianos.

k) VAMOS ELIMINAR VOCÊS, ISSO MESMO, VAMOS MATAR OS RUIINS e acabar com essas pragas.

É interessante observar que as escolhas lexicais não foram aleatórias, já que remetem ao campo semântico daquilo que é externo. “Migrante” é o indivíduo que chega de outra região; “alienígena”, no imaginário popular, são seres de outros planetas; e “praga” é um termo que, na agricultura, pode se referir a animais ou plantas não autóctones implantados em um lugar diferente, provocando danos à lavoura.

A partir dessas referências, instaura-se um processo de recategorização, que diz respeito ao fenômeno cognitivo-discursivo relacionado às transformações sofridas pelo referente no interior de um texto. De acordo com Cavalcante e Matos (2016), a recategorização apresenta importância crucial no projeto argumentativo do texto:

[...] os objetos de discurso vão mudando ao longo do texto por meio de acréscimos de atributos ou predicados a eles conferidos pelo locutor, por meio de diversas marcas textuais estratégicas, as quais são capazes de remodelar a imagem do referente construída pelo interlocutor, mediante a negociação de sentidos em prol das mais diversas intenções comunicativas, dentre as quais a de imputar juízos de valor, demonstrando o posicionamento do produtor do texto, seja por meios implícitos, seja explícitos, de modo a demonstrar claramente seu propósito argumentativo, ou a ocultá-lo (Cavalcante; Matos, 2016, p. 95).

Desse modo, ao retomar o objeto de discurso “baianos” como “imigrantes de outros estados”, “baianos armados com faca”, “alienígenas” e “pragas”, o enunciador recategoriza o referente, valendo-se da qualificação como importante recurso argumentativo. Observamos, portanto, que as diferentes categorizações acompanharam o projeto argumentativo do texto, constituindo a seguinte cadeia referencial:

baianos

imigrantes de outros estados

baianos

baianos armados com faca

alienígenas

pragas

Em uma escala argumentativa que vai do termo mais neutro ao termo mais marcado subjetivamente, o objeto de discurso foi sendo recategorizado a cada nova referência, aderindo-se a ele novas qualificações que explicitam cada vez mais sua periculosidade. Com isso, a partir dessas recategorizações, podemos notar que o sujeito enunciador orienta seu projeto argumentativo para a conclusão de que, a exemplo de um organismo alienígena ou de uma praga, ambos não pertencentes ao local no qual se encontram, os imigrantes devem ser também combatidos.

Atesta-se, portanto, a intencionalidade criminosa apresentada pelo projeto textual e discursivo do sujeito enunciador. As diferentes estratégias encontradas que evidenciam a intencionalidade de provocar mal, levando os migrantes a se sentirem injuriados, ofendidos e perseguidos foram: (i) a nomeação explícita dos migrantes como “baianos”; (ii) a representação pejorativa do comportamento linguístico dos migrantes; (iii) a construção do *ethos de virtude* do sujeito enunciador; (iv) a construção do *ethos de competência* do sujeito enunciador; (v) a referência e recategorização do objeto de discurso “baianos” em “imigrantes de outros estados”, “baianos armados com faca”, “alienígenas” e “pragas”.

Feitas as análises, passaremos às considerações finais.

Considerações finais

Como vimos no decorrer deste trabalho, atestar o dolo como a intenção, o querer fazer, é parte do trabalho jurídico. No âmbito da Linguística Forense, entretanto, podemos lançar mão de análises de orientação linguístico-discursiva para contribuir na percepção da intencionalidade de provocar danos por meio de crimes de linguagem. Neste texto, defendemos que uma forma de aferir a possível intenção por parte do sujeito comunicante é justamente observando a construção textual dos discursos criminalizáveis, por meio da análise e descrição das diferentes estratégias que contribuem para as ações de ameaçar, enganar, injuriar e amedrontar o sujeito destinatário.

No golpe do falso sequestro analisado, as estratégias que, a nosso ver, evidenciam a intencionalidade de praticar os crimes de extorsão e ameaça podem ser listadas como: (i) a descrição altamente patêmica do estado da vítima, tanto no acidente quanto no cativo; (ii) a recategorização de “familiar” em “uma das pessoas fortemente acidentadas”; (iii) a vagueza semântica no emprego de “familiar” e “pessoa”; (iv) a ameaça condicional que transfere a responsabilidade da morte da filha à mãe; e (v) o tom elevado da fala.

Por seu turno, na carta de ameaça xenofóbica, também foi possível descrever estratégias linguístico-discursivas que nos levam a compreender que o sujeito comunicante teve a intenção de provocar mal, fazendo com que os migrantes se sintam injuriados, ofendidos, ameaçados e perseguidos, como: (i) a nomeação explícita dos migrantes como “baianos”; (ii) a representação pejorativa do comportamento linguístico dos migrantes; (iii) a construção do *ethos de virtude* do sujeito enunciador; (iv) a construção do *ethos de competência* do sujeito enunciador; e (v) a referência e recategorização do objeto de discurso “baianos” em “imigrantes de outros estados”, “baianos armados com faca”, “alienígenas” e “pragas”.

O objetivo deste texto foi o de apresentar a possibilidade de averiguação da intencionalidade por meio do emprego de diferentes e elaboradas estratégias linguístico-discursivas, o que poderia ser um vislumbre da intenção do sujeito comunicante em provocar dano, sendo sua ação linguística, portanto, entendida como um discurso criminoso. Algumas estratégias podem ter nos escapado, mesmo sendo o *corpus* diminuto; portanto, é preciso mais investigação em um número maior de textos provindos de outros crimes de linguagem para que possamos entender de modo mais amplo e profundo essa possibilidade. Este texto, no entanto, aponta para um importante caminho de pesquisa.

Referências

- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*: palavras e ação. Tradução: Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BITENCOURT, C. R. *Tratado de Direito Penal*: Parte Geral 1. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- BRASIL. *Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940*. Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm. Acesso em: 22 jul. 2024.
- CARMELINO, A. C.; RAMOS, P. Revisitando o conceito de intencionalidade. *Revista (Con) textos Linguísticos*, [Vitória], v. 13, n. 25, p. 60-78, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/26353>. Acesso em: 27 jun. 2024.
- CAVALCANTE, M. M. *Os sentidos do texto*. 1. ed. 5. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

- CAVALCANTE, M. M.; MATOS, J. G. Discutindo as marcas avaliativo-argumentativas das recategorizações. *Intersecções*, [s. l.], ano 9, n. 1, ed. 18, p. 93-111, 2016. Disponível em: <https://revistas.anchieta.br/index.php/RevistaInterseccoes/article/view/1256/1139>. Acesso em: 27 jun. 2024.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2015 [2005].
- CHARAUDEAU, P. Estratégia de discurso. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2014., p. 218-219.
- CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.
- CHARAUDEAU, P. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (org.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucena, 2007., p. 11-29.
- CHARAUDEAU, P. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. de (org.). *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004. p. 13-41.
- COULTHARD, M.; JOHNSON, A. *An Introduction to Forensic Linguistics: Language in Evidence*. New York: Routledge, 2007.
- DA LUZ, N. F. da. Considerações sobre o dolo. *Revista da Faculdade de Direito UFPR*, [s. l.], p. 303-313, dez. 1954. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/6185>. Acesso em: 27 jun. 2024.
- GRICE, H. P. Logic and Conversation. In: DAVIS, S. *Pragmatics: a reader*. New York: Oxford University Press, 1991 [1968], p. 41-58.
- GUILLÉN-NIETO; V.; STEIN, D. Introduction: Theory and Practice in Forensic Linguistics. In: GUILLÉN-NIETO; V.; STEIN, D. (ed.). *Language as Evidence: Doing Forensic Linguistics*. Cham: Palgrave Macmillan, 2022, p. 1-33.
- KOCH, I. G. V. *Introdução à lingüística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- LENHARDT, J. *Quando o crime está no uso da língua*. Campinas: Pontes, 2022.
- MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULIA, A. (org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2016., p. 17-52.
- MORAIS, A. S. *Ameaça espiritual: aplicação e limites jurídicos*. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Centro Universitário Fametro, Fortaleza, 2020.
- SANTOS, W. dos. *Dicionário Jurídico Brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.
- SEARLE, J. R. *Intencionalidade*. Tradução: Julio Fischer, Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- SHUY, R. W. *Creating Language Crimes: how law enforcement uses (and misuses) language*. New York: Oxford University Press, 2005.

SILVA, W. P. e. *A argumentação em crimes via telefone sob a perspectiva da Teoria Semiolinguística*. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2016.

SILVA, W. P. e. *Argumentação e patemização em cartas de ameaça: uma análise semiolinguística como contribuição à Linguística Forense*. 2020. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

SILVA, W. P. e. Manipulação pela construção do *ethos* no discurso de ódio. *Gláuks*, [Viçosa, MG], v. 23. n. 1, p. 41-62, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://www.revistaglauks.ufv.br/Glauks/article/view/363/247>. Acesso em: 27 jun. 2024.

SILVA, W. P. e; GOUVEA, L. H. M. Argumentação patêmica por meio de períodos hipotéticos em cartas de ameaça de morte. In: GOUVÊA, L. H. M.; PAULIUKONIS, M. A. L. (org.). *Estudos do Discurso: 25 anos do CIAD-Rio*. 1. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018. v. 1, p. 438-465.

SILVA, W. P. e; MELO, M. S. de S. A análise de gêneros discursivos na Linguística Forense: um estudo sobre os golpes do falso sequestro. *Revista Gragoatá*, Niterói, v. 20, n. 38, p. 73-90, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33301>. Acesso em: 27 jun. 2024.

SOUSA-SILVA, R. Análise e detecção de plágio em contextos forenses. In: ALMEIDA, D. C. de; COULTHARD, M.; SOUSA-SILVA, R. (org.). *Perspectivas em linguística forense*. Campinas: Unicamp/Publicações IEL, 2020. p. 125-147.

ZAFFARONI, E. R.; PIERANGELI, J. H. *Manual de Direito Penal Brasileiro: Parte Geral*. 14. ed. rev. e atual. São Paulo: Thomson Reuters, 2020.

A Mulher na História Politicamente Incorreta da República Brasileira

Layla Tonon REIS⁶⁶

Rony Petterson Gomes do VALE⁶⁷

Introdução

O período Clássico, responsável pela consolidação de conceitos políticos e filosóficos retomados até os dias atuais, foi marcado por diversas ocasiões que constituíram determinadas formas de governo. De acordo com Gallo (2013), alguns dos principais modelos foram a Monarquia, governo único e hereditário; a Aristocracia, governo de poucos em prol do bem comum; a Tirania, usurpação do poder pelo monarca; a Oligarquia, concentrada em interesses pessoais, degeneração da Aristocracia; e, como foco deste trabalho, a República.

Em linhas gerais, o termo “república” (*res pública*)⁶⁸ pode ser definido como uma forma de governo adotada por um grupo politicamente organizado que compartilha de interesses governamentais em prol do bem comum dos cidadãos de um território delimitado (Lafer, 1989). Atualmente, ao contrário dos outros modelos apresentados, a República possui a característica da participação ativa do povo na escolha de seus representantes. Além disso, é possível identificar Repúblicas presidencialistas⁶⁹ (presidente e congresso eleitos por voto popular); semipresidencialistas (presidente eleito por voto popular, mas há mediação de primeiro-ministro); e parlamentaristas (as decisões são mediadas por um “primeiro-ministro” eleito ou indicado, enquanto o presidente é eleito pelo parlamento. O parlamentarismo também é típico da monarquia contemporânea)⁷⁰. Nesse sentido, de modo a compreendermos o papel da mulher na República, apresentaremos os dois primeiros modelos antigos e os dois principais modelos modernos de República que influenciaram as formações republicanas recentes.

66 - Mestre em Letras pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e doutoranda em Estudos de Linguagens pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Desenvolve pesquisas em Análise do Discurso, mais especificamente sobre o Discurso Político nos âmbitos da história e da política brasileira. *E-mail*: laylatonon12@gmail.com

67 - Pós-doutor e PhD em Linguística do Texto e do Discurso pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor Adjunto do Departamento de Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Desenvolve pesquisas sobre o Discurso Humorístico em suas relações interdiscursivas, com ênfase nas formas da linguagem do riso no que diz respeito a outros tipos de discurso, como o científico, político e religioso. *E-mail*: ronyvale@ufv.br

68 - “Coisa pública, bem público”. Lafer (1989) expõe que Cícero foi responsável, classicamente, por distinguir o público do privado ao diferenciar a *res pública* de outros conceitos como a *privata*, a *domestica* e a *familiaris*.

69 - Alguns exemplos de Estados presidencialistas: Brasil, Estados Unidos, Gana etc.; semipresidencialistas: República do Congo, Guiné-Bissau etc.; Parlamentaristas: Inglaterra (monárquico), Alemanha, Austrália etc.

70 - Nogueira, (2022).

Sant'Anna (2015) expõe que, em Roma, a República foi instaurada em 509 a.C., após a deposição do monarca Tarquínio. O autor ainda explica que se tratava de uma República aristocrática governada por dois magistrados (cônsules) eleitos todos os anos. O funcionamento desse regime foi, inicialmente, voltado ao governo do exército e contava com os cônsules (eleitos), ditadores (nomeados em situações de ameaças territoriais) e senadores (responsáveis por aconselhamento e escolha dos governantes). No entanto, as funções ficaram mais complexas ao longo dos anos, cônsules passaram a possuir funções religiosas e senadores participavam ativamente nas decisões de governo. Essa forte atuação do senado se fortaleceu no período da Primeira Guerra Púnica (264 a.C. – 241 a.C.), quando também houve mudança na forma como eram escolhidos seus membros. Nesse sentido, a *Lex Ovinia* (Direito Romano) instaurava que censores escolhessem os senadores e que cidadãos deveriam ser considerados para o cargo, a depender de suas posses e sua reputação. Além disso, havia assembleias abertas à participação de todos os cidadãos romanos interessados (Sant'Anna, 2015). No que diz respeito a quem seriam esses cidadãos romanos, Funari (2010) explica que esse conceito era atribuído, inicialmente, apenas a proprietários rurais (patricios). Ao longo dos anos, no entanto, plebeus (o povo) ganharam espaço na sociedade romana e a cidadania romana ligava-se mais à expansão militar. Além disso, Funari (2010) ainda expõe que, ao contrário do que ocorria na Grécia, havia grande participação das mulheres na sociedade romana (compareciam a banquetes, assistiam a espetáculos e jogos, por exemplo), mas não de forma política.

Já na Grécia Antiga, o regime político estabelecido no século V a.C. foi a democracia, a ser exercida na *Pólis*⁷¹. Conforme Reis (2018), o termo democracia é autoexplicativo, pois advém de *demokratia*, em que “dêmos” traduz-se como “povo”, referindo “democracia”, então, a um governo exercido pelo povo e consolidando a participação política ativa e direta dos cidadãos (homens de classes mais altas ou camponeses, artesãos e comerciantes). Ainda segundo a autora, os principais líderes democratas foram Clístenes (eleito no final do século VI a.C.) e Péricles (entre 461 e 429 a.C.). Nesse período, a democracia grega, ou ateniense, compunha valores de igualdade de direitos entre cidadãos, como o direito ao exercício da cidadania e da expressão pela fala. No entanto, é preciso considerar que a cidadania era aplicada a um grupo limitado de homens, maiores de dezoito anos, nascidos em Atenas, filhos de pai ateniense e mãe cujo pai fosse ateniense (Baptista, 2014). Ou seja, a origem determinante da cidadania era sempre a do homem mais próximo, o que contribuía para dividir essa sociedade entre os grupos dos cidadãos, estrangeiros, escravos, mulheres, crianças e velhos (Theml, 1998). Isto é, a cidadania era negada à mulher. Isso não significa dizer, no entanto, que não havia participação feminina na *Pólis* grega. Blok (2017) explica que a participação feminina nessa sociedade, diferente da masculina, era associada a assuntos religiosos e

71 - Reis (2018) explica que *Pólis* era o termo utilizado para referir-se às Cidades-Estado gregas. Nessa perspectiva, Gallo (2013, p. 91) afirma que *Politeia* seria o termo utilizado para um “governo da maioria, orientado para o bem comum”. Esse mesmo termo se associa ao título original da obra de Platão (2014), o qual é traduzido como “República”. No entanto, não deve ser confundido com o termo *Res publica* utilizado por Cícero (2012).

familiares. Além disso, a Lei de Cidadania de Péricles (século V a.C.) contribuiu para incluir a naturalidade ateniense da mãe para designar os indivíduos da *Pólis* na categoria de cidadão⁷² (Blok, 2017).

Com efeito, considerando que seja “praticamente impossível, para essas épocas antigas, alcançar o olhar das mulheres” (Perrot, 2007, p. 24), compreendemos, por meio dos estudos dos principais filósofos da Antiguidade Clássica, a visão a respeito das funções e os lugares sociais a serem ocupados por elas. Nessa perspectiva, em Platão (2014), a figura da mulher apresenta-se apenas como esposa, vista como “moeda de troca” pelo casamento, associando-a à reprodução. Já Aristóteles (2019) compreende a origem do Estado pela formação da Cidade, baseada em hierarquias em grande (Governo) ou pequena (núcleo familiar) escala; em ambas as situações, o poder maior era naturalmente associado ao homem e, para o Filósofo, a mulher viveria conforme as regras do marido. No contexto romano, Cícero (2012), em contrapartida, questiona a falta de direitos específicos das mulheres, mas as discussões ainda as retratam de forma submissa, destinadas à reprodução e ao lar.

Ainda nos termos da cidadania, levando em conta que a democracia é interrompida após a Antiguidade e retomada no ocidente somente no século XVIII, os períodos das Revoluções Americana (1776) e Francesa (1789) foram determinantes para a conquista e reivindicação de direitos cidadãos (Marques-Pereira, 2009). Todavia, apesar de recuperarem tanto a República quanto a Democracia e garantirem a cidadania feminina na Constituição e no *Bill of Rights* (Declaração dos Direitos)⁷³, no caso da Revolução Americana, e na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão⁷⁴, na Francesa, as mudanças e conquistas continuaram favorecendo, majoritariamente, os cidadãos homens. Isso porque era negado, às mulheres, o direito ao voto e a participações ativas na política. De toda forma, essa situação foi um dos vários fatores que contribuíram para o fortalecimento de manifestações feministas, que procuravam refletir a respeito tanto dos direitos dos homens (e da falta dos direitos das mulheres) quanto sobre a opressão do sexo feminino na sociedade – como ocorre na *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*⁷⁵, de Olympe de Gouges, em 1791, e na *Reivindicação dos direitos da mulher*⁷⁶, de Mary Wollstonecraft, em 1792.

Tendo isso em mente, no Brasil, contexto de análise considerado nesta pesquisa, o período republicano iniciou-se em 1889. Del Priore (2020) e Scott (2012) expõem que a sociedade republicana do Brasil se transformou pela influência das mudanças na política e

72 - “Comumente, o costume é dar o nome de cidadão apenas àquele que nasceu de pais cidadãos. De nada serviria que o pai o fosse, se a mãe não for” (Aristóteles, 2019, p. 37).

73 - NATIONAL ARCHIVES. *America's founding documents: The Bill of Rights: A Transcription*. [S. l.]: The U.S. National Archives and Records Administration, 2023. Disponível em: <https://www.archives.gov/founding-docs/bill-of-rights-transcript>. Acesso em: 28 jun. 2024.

74 - DECLARAÇÃO dos Direitos do Homem e do Cidadão (26 de agosto de 1789). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: http://www.fafich.ufmg.br/hist_discip_grad/DeclaraDireitos.pdf. Acesso em: 1 set. 2022.

75 - DE GOUGES, O. *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã e outros textos*. Brasília, DF: Edições Câmara, 2021. (Coleção Vozes Femininas).

76 - Wollstonecraft, 2016.

pela urbanização acelerada. Com isso, observou-se, nacionalmente, participação ativa das mulheres na política, mas de maneira limitada à filantropia e à caridade, até que, em 1891, motivadas por uma brecha no documento da Constituição, as sufragistas fortaleceram suas manifestações e reivindicações. O direito ao voto obrigatório de ambos os sexos no país, contudo, ocorreu apenas em fevereiro de 1932, em meados do Estado Getulista (Fausto, 2018). Nessa perspectiva, apesar da institucionalização da igualdade entre homens e mulheres perante a lei⁷⁷ e da determinação de que 5% dos recursos do fundo partidário deveriam ser investidos na participação das mulheres na política⁷⁸, a primeira Presidente da República do Brasil, Dilma Rousseff, foi eleita apenas em 2011⁷⁹.

À luz do breve panorama histórico apresentado, é possível perceber que, em diversas esferas da sociedade, como na história, na literatura e, principalmente, na política, sempre houve uma separação e hierarquização entre os papéis associados à mulher e ao homem. A justificativa dada ao monopólio dos homens no espaço público e, conseqüentemente, às restrições atribuídas às mulheres, baseou-se, por muito tempo, na inferioridade da mulher pelo ponto de vista biológico (Wollstonecraft, 2016; Beauvoir, 1970). Melo e Thomé (2018), entretanto, explicam que o conceito de gênero é construído socialmente, corroborando a confirmação de que “ser” homem e “ser” mulher são, também, construções sociais. Nesse sentido, com a conquista gradual de direitos, é possível observar, ao longo dos anos, mulheres ocupando locais e posições de poder econômico e político, como é o caso de mulheres em cargos de vereadoras, deputadas, presidentes e primeiras-ministras.

Levando isso em conta, e pensando em termos da História recente da sociedade brasileira, há certos discursos que propõem expor a vida pessoal de personagens políticas como, por exemplo, o *Guia politicamente incorreto dos presidentes da República* (doravante *Guia*), de Paulo Schmidt⁸⁰. O livro de Schmidt compõe uma série de *Guias politicamente incorretos...* iniciada em 2009 por Leandro Narloch, os quais abordam diversos campos do saber, como a Filosofia (Pondé, 2012), a História e a Economia do Brasil (Narloch, 2011). Nessa perspectiva, o presente trabalho tem foco na forma como o *Guia*, de Paulo Schmidt, representa a figura da mulher, que pode ser encontrada nos papéis secundários de mães, filhas, esposas, amantes etc. e no papel de Presidente da

77 - Informação encontrada no artigo 5º do capítulo I da Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988).

78 - Informação encontrada no parágrafo 7 do artigo 17 do capítulo V (Dos partidos políticos) da Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988).

79 - Na América Latina, outras mulheres já haviam ocupado o cargo da presidência, como Violeta Barrios de Chamorro, presidenta da Nicarágua entre 1990 e 1997; Mireya Moscoso, presidenta do Panamá entre 1999 e 2004; Michelle Bachelet, presidenta do Chile entre 2006 e 2010 e posteriormente entre 2014 e 2018; e Cristina Kirchner, presidenta entre 2007 e 2015 e vice-presidenta entre 2019 e 2023.

80 - De acordo com a Segunda Orelha do *Guia* (Schmidt, 2016), Paulo Schmidt “nasceu em São Paulo e estudou Art & Design em Nova York. É escritor, tradutor e ilustrador. Como editor, publicou livros de Victor Hugo, Alexandre Dumas e H. P. Lovecraft. Entre suas obras destaca-se o primeiro estudo em língua portuguesa sobre o famigerado assassino Jack, o Estripador”. Com informações atualizadas, um *blog* em memória do autor expõe que “[...] em 2018 lançou, pela HarperCollins Brasil, o livro *Cogumelo Jesus e outras teorias bizarras sobre Cristo*, que discute as muitas visões alternativas sobre a identidade do Filho de Deus. Nesse mesmo ano, recebeu o Prêmio Cepe de Melhor Romance pela obra *Anjo Negro*, o qual, no ano seguinte, ficou entre os finalistas do Prêmio São Paulo de Literatura de 2019. A 04 de junho de 2021 o escritor morreu vítima da doença Covid-19”. Disponível em: <https://autorpauloschmidt.com/autor/>. Acesso em: 5 jan. 2024.

República, como é o caso de Dilma Rousseff, primeira e única (até o momento) mulher a exercer a presidência no Brasil. Por esse ângulo, urge que compreendamos como ocorre a construção da mulher na história politicamente incorreta da República e que, além disso, perguntemo-nos se o *Guia* traz representações que corroboram (ou não) as representações presentes na História da República no Ocidente a respeito da mulher.

O Politicamente incorreto no *Guia*

O “politicamente correto” (doravante PC) surge em meados dos anos 1970 nos Estados Unidos e chega ao Brasil no final dos anos 1990 como um “resultado da organização das minorias” (Possenti, 1995, p. 124) associado à esquerda. Segundo Ribeiro (2000), o PC tem a proposta de promover inclusão, igualdade e respeito, além de contribuir para evitar a disseminação de preconceitos, mediante escolhas linguísticas e normativas sobre a forma como se deve referir a determinadas minorias em contextos étnicos, religiosos, físicos e psicológicos. Todavia, para Pondé (2012, p. 33), autor do *Guia politicamente incorreto da filosofia*, o PC seria uma forma de controle, visto que “é muito amplo como fenômeno, mas sempre é autoritário na sua essência, porque supõe estar salvando o mundo”.

O PC torna-se, então, um conceito utilizado pelos defensores do Politicamente Incorreto (doravante PI) como uma crítica ao excesso de cuidado na fala. Essa crítica pode ocorrer: 1) por questões que envolvem seleção vocabular, por meio do argumento de que a linguagem politicamente correta é considerada artificial; e 2) por questões político-ideológicas, as quais geram debates em torno do limite entre liberdade de expressão e o respeito pela integridade do outro. Dito isso, é relevante ressaltar que a escolha de termos ou conceitos, seja do PC ou do PI, também determina um posicionamento social envolvendo o âmbito da ética que, no escopo desta pesquisa, é política. Nessa perspectiva, o PI pode ser visto como o oposto do PC, mas não apenas como uma negação do termo, e sim como uma forma de posicionar-se coletivamente.

No *Guia*, Paulo Schmidt explica que sua proposta de recontar a história dos presidentes consiste em inverter os papéis das personagens (“heróis” viram “vilões” e vice-versa) e expor suas vidas pessoais via anedotários, diálogos, páginas de diários pessoais e falas/pronunciamentos de outras personagens, algo que não é comum à historiografia tradicional, mas interessante a um leitor curioso. Isso faz com que identifiquemos que o PI funciona, no *Guia*, mais pelo viés ideológico do que por marcas linguísticas.

Nesse sentido, considerando o interesse de Schmidt em cativar o leitor curioso, baseando-nos em pesquisa anterior⁸¹, notamos que o *Guia* se enquadra no que ficou conhecido como *Discurso da História mais vendido* (Mattoso, 1997 *apud* Vale, 2018), cujos objetivos se traduzem não na conformidade com a Historiografia Tradicional, mas sim com a disseminação de informações em massa, o que contribuiu para a “publicação

81 - Pesquisa de Iniciação Científica (IC) realizada de agosto de 2019 até julho de 2020, fomentada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

de obras superficiais e mistificatórias para alimentar a curiosidade de um público sempre ávido de conhecer o passado, mas incapaz de criar só por si o espírito crítico” (Mattoso, 1997 *apud* Vale, 2018, p. 246). Entretanto, apesar de Schmidt defender a obra como material de divulgação (nos moldes do *Public History*82), não é identificável uma preocupação com a procedência das informações, visto que possui um nível elevado de ficcionalidade. Dessa forma, o *Guia* traz personagens históricas, mas não é possível afirmar que as cenas retratadas condizem com a realidade.

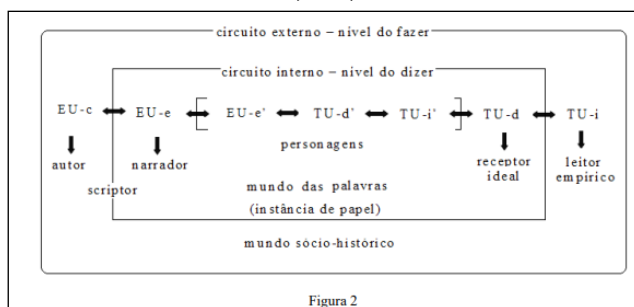
Noções básicas da Teoria Semi linguística aplicadas ao *Guia*

Para Charaudeau (2016), o ato de linguagem é duplo e determina um jogo entre o explícito e o implícito. Logo, a situação de comunicação (*mise en scène*) compreende um espaço externo (do fazer) e um espaço interno (do dizer). Além disso, o ato de linguagem é realizado por meio dos sujeitos responsáveis pela interação linguageira que, no circuito externo, referem-se ao EUC (comunicante), responsável pela locução, e ao TUI (interpretante), qualquer sujeito que venha a ter contato com o enunciado produzido. No *Guia*, de maneira geral, EUC concerne ao autor-escritor Paulo Schmidt e TUI a todos os leitores. Esses seriam os sujeitos considerados *parceiros* do ato de comunicação. Já no circuito interno, tem-se os sujeitos *protagonistas* identificados pelo EUE (enunciador), responsável pela enunciação, e TUD (destinatário), sujeito idealizado pelo EUC. No *Guia*, EUE seria o narrador predominantemente em terceira pessoa, com algumas ocorrências em primeira pessoa, e TUD, público idealizado por Schmidt, seria a população leitora curiosa em busca do pitoresco (dentro de sua matriz ideológica), que está além do viés técnico da política. Ou seja, o *cidadão médio* do Brasil, que dispõe, tipicamente, de ideais de direita.

Considerando os trechos depreendidos para análise, é possível observar semelhanças a cenas de teatro, pois são excertos que reproduzem diálogos e interações entre personagens, as quais se coincidem com figuras públicas da política brasileira. Dessa forma, podemos considerar o conceito de *cenas internas ficcionais*, sobre o qual Mello (2004, p. 94) afirma que “existe, no mínimo, uma dupla enunciação no texto dramático” em que “temos personagens [...] que imitam, que representam e ‘fingem’ estar no mundo real, com seus interlocutores comunicantes e interpretantes”. Nessa perspectiva, há uma duplicação do quadro proposto por Charaudeau (2016), e as cenas a que nos referimos são identificadas no circuito interno do quadro abaixo, em que EUE’, TUD’ e TUI’ constituem personagens ficcionais interpretadas pelos outros sujeitos do quadro:

82 - A História Pública envolve a disseminação de conteúdo histórico fora do contexto acadêmico e deve ser feita por historiadores academicamente formados em História (Malerba, 2014).

Figura 1: Quadro comunicacional das cenas internas ficcionais de acordo com Mello (2004)



Fonte: Vale (2009, p. 41)

Nesse sentido, EUe mantém-se como o narrador que se dirige a um TUD ideal, o qual pode coincidir com o leitor empírico do livro, enquanto, nas cenas internas, a nova identidade EUe' reporta-se a alguma personagem ideal TUD', a qual pode corresponder com o receptor real. Ou seja, o processo reproduzido é o mesmo, porém de forma interna e ficcional. Não obstante, apesar de não o considerarmos em nossa análise, o circuito externo, nesse caso, se mantém, mas há o surgimento do conceito de *scriptor* que, conforme Vale (2009, p. 42), é a “instância responsável por colocar a ficção em movimento”.

No *Guia*, narrador e autor encontram-se em um “entre-lugar”. Ou seja, reconhecemos a confluência da imagem de ambos ao longo do texto, porém com a diferença de que o primeiro está em uma posição intradiegética (interna à obra) e o segundo, extradiegética (externa à obra). Entretanto, ao assumirmos o *Guia* como ficcional, consideramos, para análise, as situações discursivas intradiegéticas, indicando que o sujeito-narrador se situa no universo da ficção. Desse modo, as *cenas internas ficcionais* possuem diferentes sujeitos, que se coincidem em alguns momentos, e, por isso, depreendemos um quadro de comunicação para cada uma dessas cenas. Como exemplo, consideremos a seguinte grade:

Grade 1: Exemplo de quadro de comunicação de cena interna ficcional

PAPÉIS ASSUMIDOS PELAS PERSONAGENS			
Texto	EUe'	TUD'	TUI'
“Anita não poupou sequer o todo-poderoso Pinheiro Machado, depois que ele e Nilo haviam rompido. Após cumprimentá-la, o Fazedor de Reis disse a alguém: — Esta menina não gosta de mim e eu, entretanto, gosto muito dela. A ‘menina’ respondeu prontamente: — A mim interessaria bem mais que o senhor gostasse do meu marido” (Schmidt, 2016, p. 103).	Anita	Sujeito idealizado por Anita	Pinheiro Machado

Fonte: Elaborada pelos autores

O texto da Grade 1 refere-se internamente a um possível diálogo entre Anita, esposa de Nilo Peçanha, e Pinheiro Machado. Nesse caso, o TUI⁸³ passa a ser Pinheiro Machado, pois as personagens fingem estar no mundo real e agem como tal. No entanto, há cenas em que os diálogos são entre outras personagens e as relações de força também mudam.

Com efeito, o quadro de Mello (2004) permite que identifiquemos os sujeitos do ato interno ficcional, que segue, de todo modo, os mesmos parâmetros que o ato de comunicação apresentado por Charaudeau (2016). Desse modo, é importante considerar que a situação de comunicação institui restrições (Charaudeau, 2004) relacionadas a um jogo comunicacional que resultam na necessidade da descrição de um contrato de comunicação (Charaudeau, 2006).

O contrato de comunicação “é a condição para os parceiros de um ato de linguagem [EU-c e TU-i] se compreenderem minimamente e poderem interagir, *co-construindo o sentido*, que é a meta essencial de qualquer ato de comunicação” (Charaudeau, 2008a, p. 130). Para descrever esse contrato, deve-se considerar características discursivas e da situação de troca. Ou seja, *dados externos*, referentes à circunstância material na qual ocorre o ato, e *dados internos*, referentes às *identidades dos parceiros*, à *finalidade* (visada predominante) e ao *propósito* (tema) (Charaudeau, 2006). A partir cena geral do *Guia*, depreendemos o seguinte contrato de comunicação:

Grade 2: Contrato de comunicação da cena geral do *Guia*

CONTRATO				
TEXTO	IDENTIDADES	FINALIDADE	PROPÓSITO (TEMA)	CIRCUNSTÂNCIA
Guia Politicamente Incorreto dos Presidentes da República	EUc: Autor-narrador Paulo Schmidt: escritor, editor, ilustrador e tradutor; TUI: Público atingido pelo <i>Guia</i>	Informar; entreter; divertir; denunciar; ficcionalizar ⁸³	Os Presidentes da República brasileira	Monologal: Livro/ Biografias

Fonte: Elaborada pelos autores

Além disso, também se mostrou necessário depreender o contrato de comunicação de cada *cena interna ficcional*, individualmente, ilustrado pela seguinte grade:

Grade 3: Exemplo de contrato de comunicação de cena interna ficcional

CONTRATO				
TEXTO	IDENTIDADES DAS PERSONAGENS	FINALIDADE	PROPÓSITO (TEMA)	CIRCUNSTÂNCIAS
Schmidt (2016, p. 103) ⁸⁴	Anita/Pinheiro Machado	Impor-se	Relações sociais e políticas	Dialogal <i>in praesentia</i> : Conversa ordinária

Fonte: Elaborada pelos autores

83 - A depender do TUI ativado pelo sujeito-leitor por meio do contato com o *Guia*.

84 - Cf. Grade 1

Nessa perspectiva, essas informações possibilitam que compreendamos os objetivos do texto e os públicos que ele atinge, justificando, também, suas escolhas discursivas e representativas. Logo, são as visadas (restrições situacionais), inseridas na finalidade, que “correspondem a uma intencionalidade psico-sócio-discursiva que determina a expectativa (*enjeu*) do ato de linguagem do sujeito falante e, por conseguinte, da própria troca linguageira” (Charaudeau, 2004, p. 5). Isto é, são elas que definem o teor da interação, podendo ser de informação, prescrição, incitação, solicitação, instrução, demonstração (Charaudeau, 2004), a depender dos outros componentes do contrato, que ajudam a indicar, também, as restrições discursivas, as quais são expressas pelos Modos de Organização do Discurso. Charaudeau (2016) propõe a existência de quatro modos: enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo. Como os textos analisados se referem às falas das personagens do *Guia*, utilizamos os Atos de Enunciação, do Modo Enunciativo, para descrevê-las. São eles:

- Ato alocutivo: locutor/enunciador insere-se explicitamente no ato de comunicação, existindo a possibilidade de exercer uma relação de força ou de pedido sobre o interlocutor, a depender da hierarquia estabelecida entre os sujeitos;
- Ato elocutivo: apresentação do ponto de vista do enunciador, sem que se estabeleça relação direta com o interlocutor;
- Ato delocutivo: apagamento de marcas linguísticas que se relacionam ao locutor e ao interlocutor – diz respeito à constatação de (possíveis) fatos.

No *corpus*, depreendido a partir do *Guia* e constituído por 78 textos que se referiam às *cenar internas ficcionais*, destacamos que houve predominância do modo elocutivo, com 42 ocorrências identificadas, seguidas de 32 ocorrências do delocutivo e 31 do alocutivo. Apesar do caráter qualitativo de nossa pesquisa, consideramos pertinente enumerar as ocorrências, pois isso nos permitiu interpretar as relações de poder estabelecidas entre os sujeitos da enunciação, os momentos de inserção e isenção dos locutores e interlocutores, em que foi possível identificar estratégias de proteção de face, diminuição de responsabilidade e, até mesmo, reforço de credibilidade pela citação de autoridades. Isso contribuiu, também, para compreendermos a forma como as vozes femininas são expostas no *Guia*, quando ocorrem. Ademais, pudemos identificar a forma como gêneros discursivos orais e escritos são reproduzidos, de maneira secundária, e, até mesmo, reconhecê-los de acordo com suas características relativamente estáveis (Bakhtin, 2016).

Gêneros conversacionais e situacionais nas cenas internas

De acordo com Maingueneau (2004, p. 59), “todo texto pertence a uma categoria do discurso, a um *gênero de discurso*”. No que diz respeito ao *Guia*, o gênero em que o conteúdo se insere deveria ser autoexplicativo. Todavia, constatamos, por meio do

contraste entre definições de verbete e marcas linguístico-discursivas, que a obra de Schmidt, na verdade, trata-se de um compilado de biografias politicamente incorretas⁸⁵. De toda maneira, como estamos focando nas *cenar internas ficcionais*, é relevante notar que cada uma dessas cenas é reproduzida, de forma escrita, por meio de outros gêneros. Desse modo, é importante considerar que o *Guia*, mesmo com a problemática explicitada, funciona como um suporte para a reprodução das cenas internas, que ocorrem em contextos do cotidiano. Isso pode ser explicado a partir do fato de que, para Bakhtin (2016), a apreensão de gêneros ocorre de forma dicotômica, na qual gêneros primários são reformulados pelos secundários, possibilitando a identificação da estabilidade relativa por parte dos sujeitos em comunicação.

Sob essa ótica, percebemos que os excertos gerados a partir das cenas internas se assemelham a certos gêneros do cotidiano, como conversas, fofocas, diálogos entre marido e mulher, entrevistas e pronunciamentos. Para Maingueneau (1997, 2006), por mais que a Análise do Discurso (doravante AD) se preocupe com o estudo geral de gêneros discursivos, dá-se preferência aos gêneros instituídos, visto que os “conversacionais” são instáveis e não podem ser bem definidos. Todavia, isso não significa dizer que não devem ser analisados, mas que há maior dificuldade em fazê-lo.

Nesse ínterim, Charaudeau (2004) afirma que os gêneros, na verdade, são situacionais, ou seja, dependem da situação de comunicação, que “determina, através das características de seus componentes, as condições de produção e de reconhecimento dos atos de comunicação, condições de enunciação sob seu aspecto externo” (Charaudeau, 2004, p. 26). Para o autor, devido à ancoragem social do discurso, a produção do ato de linguagem ocorre por meio dos gêneros discursivos e é dotada de restrições, que podem ser situacionais (ligadas à *finalidade* do contrato de comunicação), discursivas e formais, relacionadas aos Modos de Organização do Discurso (Charaudeau, 2016).

Levando isso em conta, no contexto do *Guia*, consideramos que os excertos analisados são recortes que, como *cenar internas ficcionais* (Mello, 2004), possibilitam o reconhecimento de características pertencentes a gêneros escritos (*carta pessoal, bilhete, diário*) ou orais (*conversa cotidiana, pronunciamentos, entrevistas, debates, relatos*), identificados pelo contexto ou pela indicação do próprio narrador⁸⁶. É importante ressaltar, no entanto, que esses diálogos constituem conversas cotidianas entre as personagens. Como exposto, há dificuldades em analisar, discursivamente, situações de comunicação que ocorrem em gêneros conversacionais. Todavia, o *Guia*, ao ser utilizado como suporte das cenas, faz com que a “conversa” passe do nível primário ao secundário (Bakhtin, 2016) e isso propicia a identificação do gênero e limita o enunciado ao espaço escrito, gerando uma espécie de institucionalização que torna a análise possível.

85 - Pesquisa de Iniciação Científica (IC) realizada de agosto de 2019 até julho de 2020, fomentada pelo CNPq.

86 - “Ele, que nunca se afastara da família antes, escreveu, “a bordo do paquete Maranhão, alto-mar, na altura da terra do Ceará, em 14 de junho de 1906, às nove horas e meia da noite [...]” (Schmidt, 2016, p. 87-88, grifo nosso).

As formas de representação da mulher no *Guia*

Imaginários sociodiscursivos e papéis sociais

Vale (2022) determina que a representação pode ocorrer, discursivamente, de duas formas: a) por meio da descrição e/ou narração dos fatos (pelos modos de organização descritivo/narrativo); ou b) pelo discurso direto, a partir do modo enunciativo. Considerando que as *cenar internas ficcionais* se referem à enunciação das personagens, depreendemos as formas de representação da mulher no *Guia* a partir do discurso direto e, conseqüentemente, das categorias de *imaginário sociodiscursivo* (Charaudeau, 2007), *papel social* (Goffman, 1985) e *ethos* (Charaudeau, 2008b). Isso porque, para analisar as marcas linguísticas dos textos, é preciso, também, compreender o contexto de produção e a posição que as personagens ocupam, visto que, como afirmamos, as mulheres se encontram majoritariamente em posições secundárias no *Guia*.

Desse modo, Charaudeau (2007) afirma que os *imaginários sociodiscursivos* são formas de perceber o mundo coletivamente, ao contrário do estereótipo⁸⁷, que, ainda segundo o autor, é munido de preconceitos e juízo de valor. Apesar de, como percebemos ao longo das análises, o autor do *Guia* contribuir para a reprodução de estereótipos, é preciso, neste trabalho, pensar a figura da “mulher” como um grupo único de mulheres apresentadas no contexto político da República do Brasil, representadas por esposas e familiares de presidentes da República e, portanto, geralmente associadas a uma classe econômica mais alta, consideradas “moças de prestígio”. É urgente, no entanto, que reconheçamos a existência de grupos diversos de mulheres que são englobadas por outros imaginários, os quais dependem de fatores não apenas de gênero, mas também raciais e econômicos.

Nesse interim, ao utilizarmos os termos “esposa” e “familiar”, é necessário que observemos o conceito de *papel social* desenvolvido por Goffman (1985), pois também se mostra importante na compreensão das representações, já que os locais sociais ocupados na coletividade são influenciados pela forma como essa coletividade vê determinados grupos. Desse modo, para Goffman (1985, p. 25), “quando um indivíduo desempenha um papel, implicitamente solicita de seus observadores que levem a sério a impressão sustentada perante eles”. Essa impressão, entretanto, apenas possui adesão caso o indivíduo se encontre em uma coletividade adequada a si; ou então que se crie uma imagem de si capaz de “iludir” a plateia (*ethos*). Antes de adentrarmos nas questões do *ethos*, no entanto, é preciso que compreendamos alguns *papéis sociais* associados ao gênero feminino.

Considerando que a noção do gênero feminino/masculino seja um construto social (Melo; Thomé, 2018), pode-se afirmar que existem, e sempre existiram, certos comportamentos mais aceitáveis (ou não) em relação à figura da mulher na sociedade

87 - Compreendemos “estereótipo” no âmbito da reprodução preconceituosa de ideias preconcebidas e cristalizadas a respeito de um grupo. Discursivamente, Charaudeau (2007) expõe sua relutância em definir “estereótipo” como um conceito, devido ao fato de que se trata de uma ideia de natureza sugestiva que aciona falsas verdades, preconceitos e lugares-comuns.

em geral. Geralmente, os *papéis sociais* mais associados à imagem das mulheres são os de *mães, filhas, esposas* e qualquer outro relacionado ao lar. Todavia, atualmente se tornou comum que mulheres assumam papéis não tão convencionais, mas, de toda forma, ainda há um estranhamento (social) em relação à ocupação de espaços públicos e políticos por mulheres.

Sobre isso, Perrot (2007, p. 105) afirma que “as mulheres sempre trabalharam”, contudo, tratava-se, até pouco tempo, de um trabalho “doméstico, da reprodução, não valorizado, não remunerado”. Nessa perspectiva, sabe-se, então, que as mulheres sempre ocuparam muitos espaços na sociedade, porém, foram reduzidas a “ajudantes”. Especificamente na política, Perrot (2007, p. 140) explicita que “tudo se complica quando ousam agir como homens. A fronteira do político se revela particularmente resistente. [...] A política, por muito tempo, foi uma fortaleza proibida”. Ou seja, o mundo político era, e ainda é, um mundo de ação distante da passividade feminina e dominado por homens. O que não significa dizer que a mulher não conquistou alguns direitos com o passar dos anos.

Sob esse olhar, considerando o contexto do *Guia*, não apenas podemos identificar a mulher em exercício de *papéis sociais* cujas características se compreendem nos moldes dos que foram apresentados por Perrot (2007), reforçando sua posição nos bastidores da sociedade, mas também encontramos adições, como a mulher em posição de poder político. Desse modo, levando em conta os papéis mais tradicionais, o conteúdo do Quadro 1⁸⁸, referente à sogra de Washington Luís, permite identificar os papéis de *mãe e filha*:

Quadro 1: Cena interna ficcional concernente à sogra de Washington Luís

Estou certa na felicidade de Sofia, que o destino lhe concedeu um homem de qualidades e caráter elevado, e que sabe compreender ou antes apreciar as qualidades que Sofia possui, pondo de parte a modéstia, e não é por ser mãe, reconheço que Sofia é uma menina muito boazinha e saberá compreender todos os deveres de uma boa esposa.

Fonte: Schmidt, 2016, p. 159

Nessa situação, é possível perceber que a mãe se mostra preocupada com a vida da filha, uma mulher descrita como a típica “boa-moça”, e de seu marido, o futuro presidente. A mãe se atenta às questões matrimoniais, sobre as quais, inclusive, reproduz implicitamente o imaginário do que poderia ser uma “boa esposa”, outro *papel social* identificável ao longo dos textos.

À vista disso, o *Guia* apresenta dois tipos de esposa: 1) a mulher apoiadora do marido em âmbito público e privado; e 2) a mulher controladora. Considerando o primeiro tipo, temos a esposa de Nilo Peçanha, Anita, como exemplo:

88 - Selecionamos situações prototípicas para ilustrar nossas constatações a respeito da mulher no *Guia*.

Quadro 2: Cena interna ficcional concernente a Anita Peçanha e a um ministro do STF

Gente graúda não escapava às bordoadas da primeira-dama. Um ministro do STF, evitado por ela em uma recepção no Itamarati, veio lhe dizer cordialmente:

- Não é possível que uma filha do Joãozinho não me conheça!
- Deixou de conhecê-lo — foi a réplica — desde o dia em que o senhor passou a decidir tudo contra o genro do Joãozinho.

Fonte: Schmidt, 2016, p. 102-103

Nesse caso, Anita contraria as normas da boa convivência e da etiqueta de uma “boa-moça” da época e acaba passando uma imagem ríspida e bruta, com o intuito de demonstrar apoio ao marido. A interpretação dessa situação, todavia, é diretamente influenciada pela narração, por meio do termo “bordoadas” e do contraste entre a réplica de Anita e a abordagem “cordial” do ministro. De toda maneira, a resposta indica sua lealdade ao marido e então presidente.

Em outra situação, em que não há enunciação da mulher, tem-se a presença física de Eloá em apoio ao marido e candidato político, Jânio Quadros:

Quadro 3: Cena interna ficcional concernente a Jânio Quadros e Eloá

No entanto, a doença da sua companheira inseparável era bem real. Com a sensibilidade que sempre o caracterizou, ele a apresentava no palanque dizendo: ‘Aqui está minha mulher, Eloá, segurando o microfone, CAN-CE-RO-SA!’.

Fonte: Schmidt, 2016, p. 258

Nesse trecho, Jânio apresenta sua esposa ao público e utiliza a doença de Eloá como uma estratégia de comoção do público, visto que se trata, pelo contexto, de um comício ou pronunciamento político. Por meio da ironia em “com a sensibilidade que sempre o caracterizou”, o narrador indica esse interesse de utilizar tanto a presença quanto a doença da mulher como estratégia de convencimento para ganhar votos. Em contraste com a brutalidade de Anita, a lealdade de Eloá é provada por seu apoio a Jânio, apesar das adversidades.

No caso das esposas controladoras, temos como exemplo Sara, esposa de Juscelino Kubitschek:

Quadro 4: Cena interna ficcional concernente a JK e a Sara

Durante o exílio, JK queixava-se a um amigo:

- Minha vida é um inferno... aqui são os militares, em Portugal é a Sara!

Fonte: Schmidt, 2016, p. 237-238

Ao inserir Sara em uma comparação aos militares, JK a associa a uma força bélica, de controle e censura, reproduzindo o imaginário da mulher controladora. Além disso, há uma inversão da proposição de Aristóteles (2019) a respeito do funcionamento da

instituição familiar (homens governam a casa como Chefes governam o Estado). Logo, essa associação faz com que se acione a força e tomada de controle de Sara e, em contrapartida, a fraqueza de JK, que perde, de acordo com o trecho, controle político e sobre a própria vida.

Há também um contraste entre os *papéis sociais de primeira-dama* (esposa oficial, possuidora de responsabilidades relacionadas ao governo, à caridade e à filantropia, além de compromissos oficiais e aparições públicas em eventos e pronunciamentos) e de *amante*. No excerto contido no Quadro 5, referente ao presidente João Goulart, fica evidente essa diferenciação:

Quadro 5: Cena interna ficcional concernente a Jango e a sua noiva

Quanto às infidelidades de Jango, nem ele mesmo se dava ao trabalho de negá-las.

— Você vai ser a primeira em tudo, vai ser sempre a primeira mulher — disse à noiva, com seu carregado sotaque gaúcho —, mas não vai me proibir de sair à noite.

Fonte: Schmidt, 2016, p. 268

Ou seja, a esposa (então noiva), que não possui uma réplica no texto apresentado, apenas aceita a situação em que se encontra, pois a ela são atribuídas as obrigações perante a sociedade e o lar, enquanto às amantes atribui-se o divertimento noturno (dos homens). No entanto, há trechos do *Guia* nos quais a *amante* se apresenta de forma impositiva, além de ter sua réplica reproduzida, como observamos no Quadro 6, em que Myrian Abicair (amante) e o presidente João Figueiredo (adúltero) discutem a respeito da relação dos dois:

Quadro 6: Cena interna ficcional concernente a Jango e à amante

O presidente dizia-lhe:

— Não quero você perto do poder. O poder é perigoso. Se souberem que você tem um caso com o presidente da República, os políticos e meus próprios amigos vão começar a te bajular para que você, na cama, consiga de mim as coisas que eles não conseguem no meu gabinete nem nas minhas churrascadas. O romance durou três anos e meio, até que João disse a ela:

— Meu paizinho, lá do céu, não deve estar gostando nada de eu ter essa vida adúltera. Eu te prometi casamento, mas não posso, como militar, me separar da minha mulher para casar com outra. Podemos continuar namorando, mas nada de casamento.

A resposta de Myrian foi: 'Fique aí com seu paizinho'. E caiu fora. Nunca mais se viram.

Fonte: Schmidt, 2016, p. 296

Já em posição de protagonismo, temos o *papel social de presidente da república*, exercido por Dilma Rousseff. Por ser a única mulher presidente do Brasil até o momento, Dilma Rousseff também é a única que conta com um capítulo dedicado à sua “biografia” politicamente incorreta. Nesse sentido, percebemos que a mulher em posição de poder encontra-se retratada de duas formas: pela força ou pela histeria feminina. No *Guia*, chegamos à interpretação de que as escolhas dos excertos dedicados

a Dilma levam à representação de uma presidente histérica, ininteligente, rude e tola por meio de uma visão masculina que reproduz estereótipos e narrativas carregadas de ironia e juízo de valor.

Logo nas primeiras linhas, acontece uma apreciação desfavorável em relação à presidente, algo que é frequente ao longo de toda seção dedicada a ela e que influencia na recorrência, também, da reprodução de uma imagem negativa:

Quadro 7: Cena sobre Dilma Rousseff, concernente ao narrador

Dilma Vana Rousseff foi a primeira mulher a se tornar presidente do Brasil, **mas isso não constitui motivo de orgulho para o sexo feminino**, muito pelo contrário, porque **ela também tem sido a pior presidente que o país já tolerou**, somatório do que o presidencialismo brasileiro produziu de mais degradante em quase 130 anos.

Fonte: Schmidt, 2016, p. 380, grifos nossos

A única informação confiável presente no Quadro 7 refere-se ao fato de que Dilma realmente foi a primeira presidente da República eleita no Brasil. O restante, com destaque aos trechos em negrito, consiste em opiniões expressas pela narração. Além de continuar reproduzindo ataques semelhantes ao anterior, é utilizado um artifício mais comum ainda no que diz respeito ao modo como uma mulher consegue chegar ao poder. De forma completamente sexista, preconceituosa e enviesada, o Quadro 8 indica um exemplo dessa alegação:

Quadro 8: Cena interna ficcional concernente a Augusto Nunes sobre Dilma Rousseff

A família era de classe média alta e Dilma Vana fez os primeiros estudos em bons colégios. Enquanto cursava ciências econômicas na UFMG, casou-se, em 1967, com Galeno Linhares, que a introduziu na militância de esquerda e na luta armada. Nesse momento tem início o mito da 'superguerrilheira energética, voluntariosa, onisciente, nascida para comandar e conduzir, que distribuía ordens e pitos entre marmanjos de alta periculosidade empenhados em derrubar a ditadura militar a bala', nas palavras irônicas de Augusto Nunes. A realidade não confirma essa imagem de autossuficiência: **Dilma conseguiu tudo na vida graças aos dois maridos e ao presidente Lula.**

Fonte: Schmidt, 2016, p. 380-381, grifo nosso

No caso apresentado, além de reforçar a ironia da citação de Augusto Nunes, pelo modo delocutivo, e por meio de uma citação de autoridade, a narração também possui uma carga irônica, além de, como já dito, preconceituosa. Isso ocorre por meio da reprodução do estereótipo de que uma mulher só consegue chegar a uma alta posição profissional na sociedade devido à ajuda de algum homem. Esse tipo de alegação aciona uma ideia de falta de autossuficiência feminina. No *Guia*, muitas vezes, isso também é identificado no que diz respeito às mulheres que ocupam papéis de esposas e amantes (vide Quadro 6).

Ademais, o *Guia* também tenta atribuir comportamentos rudes, mal-educados e arrogantes à mulher no poder. No Quadro 9, por exemplo, tem-se a fala de um ex-assessor a respeito da ex-presidenta, em que afirma:

Quadro 9: Cena interna ficcional concernente a um ex-assessor de Dilma

Dilma maltrata qualquer pessoa em situação de inferioridade, não tem um comportamento civilizado. São situações constrangedoras que se repetem com motorista, secretária, telefonistas, assessores e ministros. Rasga papel em mil pedaços e joga para cima como confete; atira coisas no chão; grita colericamente. Reage muito mal a qualquer notícia que não seja boa.

Fonte: Schmidt, 2016, p. 386

Evidentemente, espera-se que, independentemente do gênero, uma figura pública política não destrata seus pares, funcionários ou qualquer pessoa. No entanto, ao se tratar de uma mulher, as expectativas a respeito do comportamento moderado são diferentes, geralmente bastante altas. Socialmente, o tipo de comportamento exposto no Quadro 9 é esperado de homens, considerados fortes e imponentes, mas não de mulheres, que são vistas como arrogantes e recebem, até mesmo, ataques pessoais e sexuais.

Desse modo, tanto por meio do olhar do *outro* quanto pela enunciação própria da mulher, podemos identificar os lugares (físicos e sociais)⁸⁹ ocupados por elas na República apresentada pelo *Guia*, seja em posições secundárias ou de protagonismo. Considerando, ainda, que nossa pesquisa depreende a representação pela enunciação, é preciso atentar-nos à enunciação das próprias mulheres e às imagens de si formadas a partir disso.

As imagens de si: o *ethos* feminino no *Guia*

Para Charaudeau (2009), a noção de identidade, no geral, mostra-se importante para a ideia de representação, visto que permite a identificação dos sujeitos no mundo, pois a percepção do *outro* como diferente é a chave para a percepção de si como diferente do outro em um princípio de alteridade. É importante ressaltar, no entanto, que esse conceito de identidade se desdobra em dois: 1) a *identidade social*, que reforça a legitimidade da fala de um sujeito e, portanto, é responsável por dar esse direito à fala (de acordo com o papel que exerce na sociedade). Ela pode ser apresentada, também, como psicossocial, por conter marcas psicológicas do sujeito a que se refere e pela legitimidade prévia. E 2) a *identidade discursiva*, a qual é construída pelo próprio sujeito falante. É nesse ponto que se encontra o limite do *ethos*, e esse sujeito deve demonstrar credibilidade (de si mesmo) e capacidade de captura (do outro) para que essa identidade seja aceita pelo seu público.

Para além da mera representação de si e da interpretação do interlocutor, Charaudeau (2008b) explica que a palavra está relacionada ao poder, assim como também está relacionada à ação. Desse modo, as identidades *social* e *discursiva* fazem parte de situações de comunicação como, por exemplo, a política e a publicitária (Charaudeau, 2009). Tendo isso em mente, é possível afirmar que existem estratégias do discurso político que podem ser utilizadas para que o enunciador alcance seus objetivos na

89 - No *Guia*, a esposa está presente no âmbito do lar ou de compromissos oficiais, nos quais discutem sobre questões matrimoniais e políticas. Em cenários puramente políticos (comícios ou entrevistas), as *primeiras-damas* acompanham os maridos, que são responsáveis pela enunciação. Já as *amantes* se encontram em lugares extraoficiais, no âmbito da vida privada. A maior exceção seria a mulher *presidente*, pois os espaços públicos e de destaque são atribuídos a ela de maneira oficial.

sociedade, já que “todo ato de linguagem está ligado à ação mediante as relações de força que os sujeitos mantêm entre si, relações de força que constroem simultaneamente o vínculo social” (Charaudeau, 2008b, p. 17). Assim, é possível interpretar que é a partir das palavras que as pessoas políticas buscam alcançar seus objetivos, utilizando artifícios como gestos e tom de voz, diretamente relacionados à *finalidade*, principalmente, e aos outros componentes do contrato de comunicação descrito por Charaudeau (2016). Nessa perspectiva, Charaudeau (2008b) desenvolveu uma tipologia que se divide entre os *ethé* de credibilidade e os de identificação, nos quais pode-se identificar o *ethos* de sério, virtuoso, inteligente, humano, chefe, solidário, competente e de potência. Considerando que essa tipologia não seja rígida e que ela não se esgota na proposta de Charaudeau (2008b), pode-se adicionar novas categorias ou modificar a essência de outras existentes conforme a *finalidade* identificada.

Levando em consideração que traçamos um perfil da mulher exposta no *Guia*, para além das identidades individuais das personagens, reconhecemos a pertinência de admitir as categorias de *ethos* aos *papéis sociais* assumidos por essas mulheres. Nesse sentido, as *esposas* apoiadoras podem assumir o *ethos* de virtude que, no âmbito político, segundo Charaudeau (2008b), refere-se aos termos de honestidade pessoal e lealdade, aderindo, também, ao *ethos* de caráter, que exprime coragem e controle de si.

Além disso, em outros momentos, a *esposa* expressa os *ethé* de competência e inteligência, como é o caso de Anita, que faz de tudo para demonstrar apoio ao marido/presidente, como é possível observar, por exemplo, no Quadro 10:

Quadro 10: Cena interna ficcional concernente a Anita Peçanha e Pinheiro Machado

Anita não poupou sequer o todo-poderoso Pinheiro Machado, depois que ele e Nilo haviam rompido. Após cumprimentá-la, o Fazedor de Reis disse a alguém: — Esta menina não gosta de mim e eu, entretanto, gosto muito dela. A ‘menina’ respondeu prontamente: — A mim interessaria bem mais que o senhor gostasse do meu marido.

Fonte: Schmidt, 2016, p. 103

A expressão desses *ethé* reforça, então, os protocolos sociais, pois essas mulheres agem em defesa dos maridos/presidentes de acordo com o imaginário do que se espera socialmente de uma *esposa*. No entanto, também é possível perceber a *esposa* associada à imagem de histérica em situações nas quais se mostra contrária ou questionadora do marido, como ocorre no texto presente no Quadro 11, referente à segunda esposa de Fernando Collor:

Quadro 11: Cena interna ficcional concernente a Rosane e Fernando Collor

Enojada com tamanha vulgaridade, sua esposa depois o recriminou: — Está querendo dar uma de nordestino macho, Quinho? Mas você é carioca!

Fonte: Schmidt, 2016, p. 318

Isso não significa dizer, no entanto, que ocorre uma subversão da imagem da mulher, porque o que o *Guia* faz é reforçar alguns estereótipos já estabelecidos por grupos que provavelmente compõem o público para o qual esse conteúdo é destinado. Assim, o que se tem é, de um lado, a imagem da mulher “do lar”, que deve apoiar o homem na política, e, de outro, quando não há esse apoio, a imagem da mulher histérica, que contraria ou confronta esses homens. Além disso, como o foco principal do *Guia* é reverter a imagem dos presidentes – expondo as vilanidades das vítimas e as virtudes dos vilões, além da covardia dos fortes –, as cenas dedicadas à histeria dessas mulheres são utilizadas como uma estratégia para ferir a imagem desses homens ou provocar desconfortos.

Há também a recorrência dos *ethé* de solidariedade e humildade, em que as figuras femininas enunciam com a finalidade de *fazer-sentir* pena ou compaixão, mas a construção de *ethos* feminino que mais chama a atenção, entretanto, é o de potência. Por mais que, para Charaudeau (2008b), a potência se defina a partir da força masculina e da virilidade (uma visão sexista e estereotipada), essa categoria perpassa por diversas figuras femininas do *Guia*.

Retomando a cena interna ficcional apresentada no Quadro 6 (vide p. 17), a amante de Figueiredo, por exemplo, utiliza a réplica direta nas discussões acerca de seu relacionamento. Nesse caso, há uma diferenciação entre a mulher que apoia o marido (a esposa legítima) e a mulher “interesseira”. Ao perceber que não teria um retorno favorável de Figueiredo, Myrian retira-se de cena. Além disso, a forma como o presidente justifica suas escolhas é uma tentativa de sensibilizar a amante, utilizando a figura do pai, já falecido, e referindo-se a ele no diminutivo. Myrian, entretanto, ironiza essa tentativa de comoção em sua resposta (“fique aí com seu paizinho”), e o diminutivo, que antes tinha o objetivo de emocionar por meio de uma associação afetiva na fala de Figueiredo, acaba recebendo um tom de deboche.

Nos papéis de *esposa*, Rosane e Anita, esposas, respectivamente, de Collor e de Peçanha, mostram-se incisivas. A maior diferença, todavia, refere-se aos efeitos de sentido. Anita (Quadros 02 e 10) é apresentada pelo *Guia* como uma força da natureza e apoiadora do marido. Uma mulher que não “baixa a guarda”, mas que, ainda assim, reproduz o imaginário de fazer o que seja do agrado do marido. Enquanto isso, o trecho de Rosane (Quadro 11) retrata uma mulher histérica que, ao contrário de Anita, ataca a imagem de Collor.

Já o *ethos* da mulher no *papel social* de *presidente*, novamente, é um caso à parte. Isso porque o *Guia* enfatiza a imagem de Dilma, trazendo enunciações da própria presidente e utilizando estratégias narrativas que contribuem para a interpretação e associação da imagem da mulher que exerce política à tolice e à falta de inteligência, de virtudes e de capacidade de governança, como em:

Quadro 12: Cena interna ficcional concernente a Dilma Rousseff na Conferência do Clima

Quando ministra, **já demonstrava sua defasagem intelectual** em algumas declarações, como a que soltou em dezembro de 2009, na Conferência do Clima, em Copenhagen: ‘O meio ambiente é, sem dúvida nenhuma, uma ameaça ao desenvolvimento sustentável, e isso significa que é uma ameaça ao futuro do nosso planeta e do nosso país’.

Fonte: Schmidt, 2016, p. 390, grifo nosso

O texto do Quadro 12 é o primeiro de um compilado de anedotas a respeito da presidente, e a afirmação do autor-narrador de que Dilma “já demonstrava sua defasagem intelectual” indica, explicitamente, que as enunciações reproduzidas em seguida contribuem para a construção e interpretação dessa imagem de ininteligência. O mesmo ocorre a partir de outras anedotas, das páginas 390 a 398 do *Guia*, em que identificamos a construção do *ethos* de tolice. As narrações, novamente, também contribuem para essa interpretação, pois ironia e sarcasmo⁹⁰ são utilizados, diversas vezes, para introduzir as enunciações de Dilma, como no Quadro 13:

Quadro 13: Cena interna ficcional concernente a Dilma Rousseff na Cúpula das Américas

Na Cúpula das Américas, quando lhe perguntaram se os Estados Unidos estavam preparados para uma mulher na presidência, **esbanjou seu conhecimento de filosofia oriental**:

— Eu sempre acho que mulher é muito importante ser ponderada. Então, a minha resposta é genérica. Eu acredito que as mulheres elas crescentemente vão... bom, se nós somos parte do céu como dizem os chineses, agora deu, nós queremos ser metade do céu, segundo os chineses. Deu para eles, nós queremos ser é metade do mundo mesmo e, aí, isso se expressa também em presidentes ou presidentas, tá? E não sejam preconceituosos contra as mulheres.

Fonte: Schmidt, 2016, p. 39, grifo nosso

Nesse caso, há a exposição de uma fala da presidente na Cúpula das Américas, introduzida pela afirmação “esbanjou seu conhecimento de filosofia oriental”. Novamente, a inteligência da presidente é ironizada, porque o que se tem em seguida se trata, na verdade, de um conjunto de afirmações confusas a respeito da possibilidade da eleição de uma mulher nos Estados Unidos da América. Além disso, há ainda a utilização de verbos como “soltou” (vide Quadro 12) na posição de um verbo “de dizer”⁹¹, como se se tratasse de uma situação informal e/ou de informações “soltas”/aleatórias. Isso faz com que entendamos que, apesar de ocupar um espaço de destaque, os conteúdos das falas da então presidente do Brasil mostram-se irrelevantes e tolos, já que, segundo o *Guia*, há a dificuldade da construção de um raciocínio por parte dessa figura. Desse modo, percebemos que os *ethé* acionados pela presidente carregam, majoritariamente, uma carga negativa (tolice, ininteligência e confusão), assim como os *ethé* de histeria e

90 - Em Reis e Vale (2022) é feita uma discussão sobre a adequação do uso da Linguagem do Riso pelos presidentes, o que contribui para compreender as formas de representação propostas pelo *Guia* a respeito do “príncipe” e o modo como o PI colabora com essas representações.

91 - Disse, afirmou, esbravejou, contou etc.

controle acionados pelas mulheres que não se encontram na posição de apoio aos outros presidentes. Em contrapartida, é possível identificar a construção de *ethé* de carga positiva pelas esposas apoiadoras, principalmente em contextos de compromissos oficiais.

Considerações finais

A partir das análises realizadas, afirmamos que o *corpus* produz representações da figura feminina conforme a proposta do *Guia*, que cria, de forma ficcional, sua própria história da República por meio de personagens reais. De toda forma, o *Guia* reforça estereótipos a respeito da mulher. Nesse sentido, apesar de tratar sobre a mulher, o *Guia* o faz por meio de juízo de valor, reproduzindo posicionamentos problemáticos no âmbito social, para além do politicamente incorreto. Podemos afirmar que o que ocorre, na verdade, é a construção de uma representação da figura feminina pela ótica do autor-narrador e das outras personagens masculinas, pois, muitas vezes, a imagem das mulheres é utilizada como estratégia para “enfraquecer” uma figura masculina ou para reforçar o estereótipo de histeria com sua ascensão ao poder.

No que diz respeito ao tipo de fazer histórico do *Guia*, são preocupantes os perigos da reprodução em massa dessas informações e de obras semelhantes, ainda mais tendo conhecimento de que o público idealizado por EUC existe socialmente em um número considerável e forma grupos que compartilham dos mesmos ideais. Além disso, também nos preocupamos com a possibilidade de reprodução do conteúdo nas salas de aula ou em plataformas institucionalizadas, visto que o *Guia* se reafirma frequentemente como uma fonte de pesquisa confiável e não-ficcional; para além de problemas com as fontes bibliográficas e das origens dos anedotários, que são, em sua maioria, suposições sem provas ou carregadas de juízo de valor do autor-narrador, está o problema da reprodução dos estereótipos sociais, pois se trata de um texto de caráter sexista que utiliza do grotesco para veicular opiniões mascaradas como informação.

Logo, as mulheres do *Guia* ocupam dois espaços como *esposas, mães, filhas e amantes*: os bastidores da vida pública dos presidentes e a vida privada junto desses homens, que, além de presidentes, encontram-se em papéis equivalentes de *maridos, filhos, pais e adúlteros*. Ainda considerando os bastidores, as análises mostram situações representativas da mulher na condição de apoiadora (ou não) do marido e, também, controladora. O apoio faz com que *ethé* de compaixão, lealdade, potência e sensibilidade sejam acionados, enquanto o controle e o questionamento ativam o *ethos* de histeria. Já em uma posição de protagonismo, temos o exemplo da mulher *presidente*, que é, por muitas vezes, ridicularizada e apresentada como uma figura incapaz de fazer um bom governo. Em questões de *ethos*, aciona *ethé* de tolice, ininteligência e confusão. Essas apreensões ocorreram, em sua maior parte, a partir de um anedotário recortado do *Guia* e, para ilustrar as percepções, foram utilizados exemplos prototípicos de cada situação acionada.

Retomando, foi possível identificar representações acerca da imagem da mulher na *Guia* que corroboraram alguns imaginários tradicionais, mas também contribuíram para a reprodução de estereótipos. No entanto, isso não significa dizer que as representações do *Guia* geram representatividade, visto que se trata, justamente, de um conteúdo que utiliza personagens reais, porém em condições ficcionais.

Referências

- ARISTÓTELES. *Política*. 1. ed. [S. l.]: LeBooks, 2019. E-book Kindle.
- BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BAPTISTA, C. L. A democracia ateniense clássica. *Revista Filosofia Capital*, [s. l.], v. 9, n. 16, p. 6-18, 2014. Disponível em: <https://filosofiacapital.org/index.php/filosofiacapital/article/view/247>. Acesso em: 27 jul. 2024.
- BEAUVOIR, S. de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BLOK, J. Rethinking athenian citizenship. In: BLOK, J. *Citizenship in classical athens*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 1-46.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 jan. 2023.
- CHARAUDEAU, P. Contrato de comunicação. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008a. p. 130-133.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2008b.
- CHARAUDEAU, P. Identité sociale et identité discursive: Un jeu de miroir fondateur de l'activité langagière. In: CHARAUDEAU, P. *Identités sociales et discursives du sujet parlant*. Paris: L'Harmattan, 2009. Disponível em: <https://www.patrick-charaudeau.com/Identite-sociale-et-identite,217.html>. Acesso em: 20 set. 2023.
- CHARAUDEAU, P. Les stéréotypes, c'est bien, les imaginaires, c'est mieux. In: BOYER, H. *Stéréotypage, stéréotypes: fonctionnements ordinaires et mises en scène: Langue(s), discours*. Paris: Harmattan, 2007. v. 4, p. 49-63.
- CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- CHARAUDEAU, P. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R de. (org.). *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004. p. 13-41.
- CÍCERO, M. T. *Da República*. 2012. Domínio Público. E-book Kindle.
- DEL PRIORE, M. *Sobreviventes e guerreiras: uma breve história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Planeta, 2020.

- FAUSTO, B. *História concisa do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.
- FUNARI, P. P. A cidadania entre os romanos. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (org.). *História da cidadania*. 5. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010. p. 49-80. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/2223>. Acesso em: 23 jun. 2024.
- GALLO, R. F. A teoria das formas de governo na Antiguidade. *Rónai: revista de estudos clássicos e tradutórios*, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 79-93, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/ronai/article/view/23075>. Acesso em: 29 jun. 2024.
- GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985.
- LAFER, C. O significado de República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 214-224, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2286/1425>. Acesso em: 22 jun. 2024.
- MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- MAINGUENEAU, D. *Discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 1997.
- MALERBA, J. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a história? Uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre *Public History*. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 15, p. 27-50, ago. 2014. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/692/466>. Acesso em: 17 ago. 2023.
- MARQUES-PEREIRA, B. Cidadania. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; DOARÉ, H.; SENOTIER, D. (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2009. p. 35-39.
- MELLO, R. de. Teatro, Gênero e Análise do Discurso. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. de (org.). *Gêneros: reflexões em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004. p. 87-106.
- MELO, H. P.; THOMÉ, D. *Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.
- NARLOCH, L. *Guia politicamente incorreto da economia brasileira*. São Paulo: Leya, 2015.
- NARLOCH, L. *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*. São Paulo: Leya, 2011.
- NOGUEIRA, C. Câmara discute a adoção do semipresidencialismo. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 7 jul. 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/camara-discute-a-adocao-do-semipresidencialismo/index.html>. Acesso em: 29 jun. 2024.
- PERROT, M. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.
- PLATÃO. *A República*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014. E-book Kindle.

- PONDÉ, L. F. *Guia politicamente incorreto da filosofia*. São Paulo: Leya, 2012.
- POSSENTI, S. A linguagem politicamente correta e a análise do discurso. *Revista Estudos Linguísticos*, Belo Horizonte, ano 4, v. 2, p. 125-142, jul./dez. 1995.
- REIS, L. T.; VALE, R. P. G. do. O riso dos presidentes: um componente especial do “príncipe” nos guias politicamente incorretos. *Revista Rhêtorikê*, [s. l.], v. 8, p. 1-20, 2022.
- REIS, M. D. Democracia grega: a antiga Atenas (Séc. V a. C.). *Sapere aude*, Belo Horizonte, v. 9, n. 17, p. 45-66, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/17648>. Acesso em: 22 jun. 2024.
- RIBEIRO, R. J. Grandeza e miséria do “politicamente correto”. In: RIBEIRO, R. J. *A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 26-44.
- SANT’ANNA, H. M. *História da República romana*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- SCHMIDT, P. *Guia politicamente incorreto dos presidentes da República*. São Paulo: Leya, 2016.
- SCOTT, A. S. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (org.). *Nova história das mulheres*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 15-42.
- THEML, N. *Público e privado na Grécia do VIII° ao IV° séc. a.C.: O modelo Ateniense*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.
- VALE, R. P. G. do. *A mulher nas piadas de almanaque: estratégias discursivas e representações sociais*. 2009. 135 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- VALE, R. P. G. do. O riso na pandemia: a hipertrofia do humor nas redes sociais e a construção da imagem do brasileiro no enfrentamento da covid-19. In: BRAIGHI, A. A.; LESSA, C. H.; AZEREDO, L. A. S. (org.). *Vozes na pandemia*. [Belo Horizonte]: LED, 2022. p. 391-410. Disponível em: https://www.led.cefetmg.br/wp-content/uploads/sites/275/2022/12/Vozes_final_dez.pdf. Acesso em: 15 fev. 2023.
- VALE, R. P. G. do. Suetônios maquiavélicos made in Brazil: construindo biografias politicamente incorretas. In: LOPES, M. L.; BATISTA JÚNIOR, J. R. L.; MOURA, J. B. de (org.). *Linguagem, discurso e produção de sentido*. 1. ed. São Paulo: Pá de Palavra, 2018. p. 245-259.
- WOLLSTONECRAFT, M. *Reivindicação do direito das mulheres*. 1. ed. São Paulo: Boitempo/Iskra, 2016.

A temática da Morte e suas representações em memes durante a pandemia

Bruna Kelly de Oliveira SOUZA⁹²

Rony Petterson Gomes do VALE⁹³

Ana Carolina Gonçalves REIS⁹⁴

Introdução

A pandemia da covid-19, iniciada no final de 2019, impulsionou o uso das redes sociais no Brasil como plataforma de compartilhamento de informações sobre o novo vírus. Um estudo da Fundação Getúlio Vargas, em 2020, revelou que o Brasil foi um dos países mais ativos no Twitter nesse debate, com destaque para o compartilhamento de memes a respeito do coronavírus, que representavam 34% das interações, superando significativamente a divulgação de notícias (17%)⁹⁵.

Essa prevalência dos memes sugere o uso do humor como ferramenta relevante para lidar com a pandemia e expressar angústias, medos e reflexões sobre o momento, também em razão do alto índice de mortes⁹⁶. Motivados pela busca de compreensão acerca do uso do humor no contexto de apreensão gerado pela pandemia da covid-19, este estudo⁹⁷ busca desvendar as representações da morte nos memes que circularam no Brasil entre março e maio de 2020 sobre a pandemia.

Para construção deste artigo, iniciamos percorrendo brevemente sobre a percepção de morte na perspectiva cultural do ocidente. Além disso, procedemos a uma pequena retrospectiva do momento pandêmico e apresentamos algumas definições

92 - Mestre em Letras pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: bruna.k.souza@ufv.br.

93 - Pós-doutor e PhD em Linguística do Texto e do Discurso pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor Adjunto do Departamento de Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Desenvolve pesquisas sobre o Discurso Humorístico em suas relações interdiscursivas, com ênfase nas formas da linguagem do riso no que diz respeito a outros tipos de discurso, como o científico, político e religioso. E-mail: ronyvale@ufv.br

94 - Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora na Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: carolinareis@ufv.br.

95 - Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/coronavirus-brasileiros-postam-mais-memes-do-que-mensagens-de-medo-na-web-24278278>. Acesso em: 28 jun. 2024.

96 - O Brasil vivenciou um início avassalador da pandemia da covid-19, com o registro do primeiro óbito em 17 de março de 2020, segundo o Instituto Brasileiro de Segurança do Paciente (IBSP). Em apenas sete dias, o vírus se espalhou por todo o país, com casos confirmados em todos os estados. O pico da crise foi em 22 de maio, quando 1.169 vidas foram perdidas em um único dia, um marco trágico para a história do país. Disponível em: <https://sanarmed.com/linha=-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil/#:~:text=O%20pa%C3%ADs%20registrou%20130%20mortes,pandemia%2C%20em%20mar%C3%A7o%20de%202020>. Acesso em: 23 jun. 2024.

97 - O artigo que ora se apresenta constitui um recorte de nossa dissertação de Mestrado (cf. SOUZA, B. K. O. *Brincando de morrer, morrendo de brincar*: estratégias discursivas e representações da morte em memes na pandemia. 2024. 105f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, UFV, Viçosa).

do conceito de meme. Em seguida, trazemos conceitos da Semiologia, que a teoria que fundamenta a realização da nossa pesquisa. Após, descrevemos o *corpus* da investigação: 30 memes publicados no período anteriormente citado. Analisamos tais memes com base nos seguintes critérios: (a) observação da situação de comunicação real entre os leitores e o próprio meme, utilizando os conceitos de Charaudeau (2019); (b) análise da situação de comunicação ficcional entre as personagens, a partir de Mello (2004); (c) análise da *mise en scène* humorística, considerando o jogo semântico, o jogo enunciativo e o jogo imagético, apoiando-nos, entre outros recursos, nas contribuições de Charaudeau (2006a). Por fim, apresentamos algumas considerações finais.

Breves discussões sobre o fim da vida, o período pandêmico e os memes na internet

A temática da morte desperta muito interesse na cultura ocidental, que busca compreender a maneira como as sociedades lidam com questões relacionadas ao encerramento da vida (e à ideia de que haveria uma vida após a morte). Baseando-nos nas raízes filosóficas na antiga Grécia e nas narrativas simbólicas da mitologia grega, é possível entender como a visão ocidental sobre a morte foi construída no decorrer do tempo. A interferência da religião cristã, além disso, corrobora com o levantamento de pontos de vista sobre o tema, tornando-o interessante, a nosso ver, para investigação.

Segundo Vasconcellos (1998), nos mitos gregos, a morte estava associada às Moiras, três entidades que controlavam o destino humano. Cloto fiava o cordão da vida, Láquesis mediava sua extensão e Átropos determinava o instante da morte, cortando-o. Essas figuras simbolizavam o início, o presente e a morte, respectivamente. Os helênicos consideravam que, após o final da existência terrena, as almas eram conduzidas por uma entidade chamada Caronte, através do rio Estige, até o mundo dos mortos, administrado por Hades (Vasconcellos, 1998). Lá, os espíritos eram julgados por três juizes do submundo (Éaco, Radamanto e Minos), determinando seu destino: Tártaro para crimes graves, Campos Elisios para os virtuosos e Campos de Asfódelos para aqueles que não eram considerados nem “bons”, nem “ruins”.

No Mundo dos Mortos, Hades aparece em companhia de Tãtatos, a encarnação da morte, que equivale a Mors ou Letum nos mitos romanos. Inicialmente, Tãtatos não era visto como um executor da morte, mas sim como um possibilitador da passagem da vida para o reino espiritual, conforme descrito por Brandão (2014). Ele não atuava diretamente na organização do Reino de Hades, pois sua imagem é mais simbólica, envolvendo a retratação do encerramento da vida de forma inevitável. Na iconografia, Tãtatos é representado como um véu negro ou uma nuvem escura sobre um moribundo. No entanto, a partir da obra de Hesíodo, a morte é personificada como um ser com características físicas, responsável por guiar as almas ao reino dos mortos, como ilustrado na tragédia *Alceste* de Eurípides.

A morte, desde a antiguidade clássica, assume um papel central na filosofia e na mitologia grega, permeada por reflexões sobre sua natureza, significado e implicações para a alma e o corpo humano. Na obra “*Fédon*”, Sócrates, próximo de sua execução,

argumenta que o corpo humano, por suas limitações físicas, impede o alcance da verdade absoluta. A alma, aprisionada nesse corpo mortal, é corrompida pelas sensações e desejos mundanos, distanciando-se da verdadeira sabedoria. A morte, segundo ele, liberta a alma dessa prisão, permitindo-lhe ascender a um plano superior de conhecimento e perfeição. O verdadeiro filósofo, portanto, não deve temer a morte, mas sim encará-la como um passo necessário para a conquista da verdade plena (Araújo, 2009). Aristóteles, por sua vez, constrói uma perspectiva mais objetiva da morte, definindo-a como o encerramento da vida biológica, um processo natural e inevitável que marca o limite da existência terrena. O filósofo compara o processo de envelhecimento e de morte a uma transformação natural, como um limite que interrompe a atualização das potencialidades inerentes ao corpo biológico, dificultando a reprodução e sobrevivência das espécies (Puente, 2002).

Em contraste com as visões filosóficas tradicionais, o Cristianismo apresenta um olhar distinto da morte: uma consequência do pecado original cometido por Adão no Jardim do Éden. Essa perspectiva, amparada por Paulo em sua carta aos Romanos (5:12-14), reconhece a morte como reinante até Moisés, mas ressalta a vitória de Jesus sobre ela. Através da fé em Jesus e da obediência à sua palavra, os cristãos acreditam alcançar a vida eterna, transcendendo a morte física e alcançando a redenção. Nesse contexto, o Cristianismo apresenta uma visão singular da morte, distinguindo-a em duas esferas: a morte física e a morte espiritual. A morte física, vista como consequência da morte espiritual ocasionada pelo pecado original, é superada por Jesus Cristo, que oferece a redenção e a promessa da vida eterna aos que creem em sua palavra. Essa crença na vida eterna, fundamentada na fé em Jesus e na ressurreição dos mortos, conduz os cristãos à esperança de um julgamento final, no qual Deus determinará o destino de cada alma. Além disso, a visão tradicional do Cristianismo contempla a existência do céu como morada eterna para os salvos e do inferno para os condenados. Diante da perda e do sofrimento, a morte física se configura como uma passagem para a vida eterna, oferecendo conforto e esperança aos crentes em sua jornada terrena.

A ideia de morte na cultura e na formação do povo brasileiro recebeu influência significativa do Cristianismo no Brasil, em razão, especialmente, da colonização portuguesa, que trouxe consigo a religião católica. Influenciada pelo Cristianismo, a morte é interpretada como uma transição de um mundo para outro, uma metáfora que envolve ascensão ou descida, refletindo uma verticalização, ao contrário do conceito mais horizontal presente na sociedade americana (Damatta, 1987).

Apesar dos desafios em lidar com o término da vida, a sociedade brasileira passou por uma experiência de luto coletivo em 2020 por ocasião da pandemia da covid-19, que resultou na perda de inúmeros entes queridos. É interessante relembrar que, em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recebeu um alerta sobre um número significativo de casos de uma pneumonia desconhecida na cidade chinesa de Wuhan, em Hubei. Em 7 de janeiro de 2020, pesquisadores chineses confirmaram um novo tipo de coronavírus como o agente causador da infecção, posteriormente

nomeado SARS-CoV-2. Rapidamente, o vírus se espalhou pelo mundo, desencadeando uma das maiores crises sanitárias e humanitárias do século XXI. A gravidade da situação levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarar Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional em janeiro de 2020 e, em março do mesmo ano, a caracterizar o surto como pandemia. A partir de então, o mundo se viu envolvido em uma luta global contra a covid-19, um desafio sem precedentes que exigiu medidas drásticas e adaptação social em larga escala.

Em 26 de fevereiro de 2020, o primeiro caso da doença foi registrado no Brasil. Pouco mais de duas semanas depois, em 17 de março, a primeira morte por covid-19 foi confirmada, evidenciando a gravidade da situação e acendendo um alerta para a necessidade de medidas urgentes de contenção da doença. Para conter o avanço da covid-19 e proteger a população, diversas medidas de distanciamento social foram implementadas. Entre elas, o cancelamento de eventos em massa, o fechamento de escolas e locais de trabalho não essenciais, a restrição de viagens internacionais e a recomendação para que as pessoas permanecessem em suas casas. Além disso, o uso de máscaras e de álcool em gel para higienização das mãos foi fortemente recomendado. Tais medidas tiveram impactos significativos na vida cotidiana dos brasileiros, tornando-se um tema recorrente nas comunicações *online*, sobretudo nas redes sociais.

Desde março de 2020, observou-se um crescimento significativo no uso dessas redes no Brasil. As plataformas foram utilizadas tanto para difundir informações sobre a covid-19 quanto para espalhar memes relacionados ao assunto. Uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas sobre a atividade dos brasileiros nas redes sociais durante a pandemia revelou que o Brasil foi um dos países que mais discutiram a doença no Twitter em 2020. Segundo Pessanha *et al.* (2020), o volume de *tweets* sobre o tema crescia conforme os casos confirmados de coronavírus no país aumentavam. Aproximadamente 34% dessas menções tinham um tom irônico, frequentemente expressado por meio de memes, superando a quantidade de notícias compartilhadas, que representavam 17% das postagens.

O termo “meme” foi cunhado em 1976 por Richard Dawkins, que introduziu o conceito para representar estruturas biológicas análogas aos genes, encarregadas pela propagação e replicação de informações culturais. Contudo, a palavra também começou a ser empregada no ambiente digital, descrevendo conteúdos midiáticos que utilizam elementos da cultura popular para incentivar práticas de consumo. Desde a década de 1990, na internet, o conceito de meme passou a ser ligado a piadas e conteúdos virais que se destacavam em fóruns e grupos de discussão online (Chagas, 2020).

De acordo com Knobel e Lankshear (2007), os internautas utilizam a palavra meme para se referir à propagação veloz de uma ideia, seja por meio de textos, imagens ou outros tipos de conteúdo cultural. Dynel (2021) enfatiza que os memes têm a capacidade de comunicar opiniões sobre temas sociais e políticos, promovendo discussões mais aprofundadas, nas quais a escolha de palavras ou imagens revela significados culturais

e sociais interligados. Al-Rawi (2021) sublinha o papel político dos memes, que podem moldar a percepção pública de eventos e a imagem de figuras políticas, além de funcionarem como ferramentas para a disseminação de ideologias em grupos sociais específicos. Laurent, Veanu e Literat (2021) observam os memes como narrativas políticas carregadas de críticas, influenciando a opinião pública e contribuindo para a polarização social. Esses memes são constantemente recriados, modificados e reinterpretados nas plataformas de mídia digital, sendo o humor e a ironia fundamentais na sua criação, circulação e transformação (Vásquez; Aslan, 2021).

No campo da Comunicação, Milner (2016) destaca que os memes são elementos integrados nas redes de participação cultural, caracterizando-se por serem abertos, colaborativos e adaptáveis, além de possuírem a capacidade de transmitir significados que ultrapassam aspectos ligados ao humor. Shifman (2014), em seus estudos, descreve os memes da internet como grupos de itens digitais que compartilham semelhanças em termos de conteúdo, forma e/ou atitudes, criados com uma consciência compartilhada e disseminados, imitados ou transformados por diversos usuários *online*. Paralelamente, em estudos realizados no Brasil, Cani (2019) pontua que os memes apresentam uma estrutura relativamente constante, marcada pela combinação de uma imagem socialmente familiar com uma parte verbal de um contexto diferente, o que gera novos significados. Esses memes podem ser constituídos por linguagem verbal (texto), não verbal (imagem), mista (texto e imagens) e até mesmo por recursos audiovisuais (vídeos).

Em síntese, os memes são expressões culturais digitais que refletem a forma como nos comunicamos na internet, destacando-se por sua rapidez de disseminação e habilidade de se adaptar a variados contextos. As particularidades estruturais e linguísticas dos memes são fatores que impulsionam seu sucesso na cultura digital contemporânea. Frequentemente, eles utilizam um formato familiar, que pode englobar uma imagem específica, um estilo particular de texto ou uma estrutura padronizada. Ademais, os memes muitas vezes aludem a eventos culturais, fenômenos *online*, personagens conhecidos ou aspectos da cultura contemporânea.

Reconhecemos que, para entender as representações da morte em memes relacionados à pandemia de covid-19, é importante lançar mão de uma base teórica que guiará o embasamento conceitual e metodológica da investigação. Neste trabalho, optamos por nos valer dos fundamentos prescritos pela Teoria Semi linguística, que serão explicados a seguir.

Teoria Semi linguística: aspectos fundamentais

A Teoria Semi linguística, fundada por Patrick Charaudeau a partir de suas pesquisas, é uma vertente da Análise do Discurso que centra-se no estudo do discurso e da linguagem. Segundo o autor, o ato de linguagem é um processo complexo que envolve a intencionalidade dos locutores, presentes em uma comunicação que é determinada por: um espaço de restrições, que abrange as condições essenciais de validade do ato, e um espaço de estratégias, que se refere às escolhas individuais dos sujeitos durante a realização do ato de linguagem (Charaudeau, 2005).

Um dos aspectos centrais dessa teoria é a identificação de quatro participantes presentes de uma troca linguageira: o Sujeito Comunicante (EUC), o Sujeito Enunciador (EUE), o Sujeito Destinatário (TUD) e o Sujeito Interpretante (TUI). O Sujeito Comunicante (EUC) constrói seu discurso utilizando elementos comunicativos, psicossociais e intencionais, orientando-se pela sua compreensão do ritual linguageiro (Charaudeau, 2001). Já o Sujeito Interpretante (TUI) exerce uma função ativa no processo de interpretação, participando efetivamente no ato de linguagem. Conforme Charaudeau (2019), a interpretação é moldada pelas pressuposições que o TUI tem a respeito do Sujeito Comunicante. O Sujeito Enunciador (EUE) é uma figura de encenação do discurso: durante a fase de produção, representa a imagem do enunciador criada pelo produtor da fala (EUC) e, na fase de interpretação, ele se transforma na imagem do enunciador construída pelo TUI como uma suposição sobre as intenções de EUC refletidas na produção do discurso. O Sujeito Destinatário (TUD) é o receptor ideal configurado por EUC. Como parte do ato comunicativo gerado pelo EUC, o TUD se encontra sob a influência deste, que o coloca de maneira a acreditar que sua intenção comunicativa será plenamente entendida por TUD.

A *Situação de Comunicação* refere-se ao cenário no qual os envolvidos no ato de linguagem se encontram, ou seja, abarca os seres sociais que estão além do contexto linguístico propriamente dito (EUC e TUI). Nesse ambiente de interação, é possível delinear tanto a identidade psicológica quanto a social dos participantes, ligando-os por meio de um contrato de comunicação. A relação contratual não é definida pelos papéis sociais externos ao ato comunicativo, mas é formada a partir do desafio que surge durante e através do próprio ato de linguagem. Esse desafio envolve uma antecipação: será que o ato de linguagem terá êxito ou não? A relação contratual é, ainda, influenciada por três tipos de elementos: comunicacional, psicossocial e intencional, que são importantes em razão das expectativas que o ato de comunicação gera.

O semiolinguista adota também o conceito de *Modos de Organização do Discurso*, procedimentos que se visam reunir, sistematizar e estruturar as categorias linguísticas utilizadas para manifestar as diversas intenções expressas da comunicação. Apesar disso, essas características linguísticas isoladamente não são suficientes para definir um modo específico de discurso; elas funcionam como pistas que podem ajudar a identificar o tipo de discurso em questão.

Os modos são quatro: Enunciativo, Descritivo, Narrativo e Argumentativo. É relevante salientar que esses modos não são meras estruturas textuais, mas sim “condições para a construção do discurso que o falante pode utilizar para organizar sua intenção comunicativa” (Charaudeau, 2004, p. 17). Com efeito, o Modo Enunciativo, por exemplo, tem um papel crucial na formação dos outros três modos. Sua função é revelar a atitude do falante em relação a três aspectos: (a) sua capacidade de influenciar o ouvinte; (b) sua mobilização de visão de mundo; e (c) sua reação ao que foi dito por outros. Cada uma dessas funções está associada a um comportamento enunciativo particular, chamado de Alocutivo, Elocutivo e Delocutivo, respectivamente.

Outro conceito relevante para nosso trabalho de que trata o linguista francês é o de *Imaginários Sociodiscursivos*. Charaudeau (2017) nos explica que as *Representações Sociais* desempenham um papel fundamental na construção da realidade, pois moldam “os universos de pensamento, que são locais onde instituições de verdades são estabelecidas, [...] oferecendo uma descrição e explicação dos fenômenos do mundo e dos comportamentos humanos” (Charaudeau, 2017, p. 579). Assim, as representações sociais são entendidas como a forma pela qual o conhecimento sobre o mundo é compartilhado socialmente, abrangendo tanto assuntos cotidianos quanto conceitos mais abstratos. Tais representações engendram o que ele demonina de *Imaginários Sociodiscursivos*, que dizem respeito às representações mentais coletivas compartilhadas por um grupo social sobre determinados temas, conceitos ou situações. Esses imaginários são frutos da construção social e influenciam a maneira como os membros desse grupo percebem e interpretam a realidade, sendo caracterizados como sociodiscursivos por se constituírem no exercício das práticas languageiras. No que tange a este trabalho, podemos dizer que vários são os *Imaginários Sociodiscursivos* mobilizados em nossa cultura em torno da morte, os quais pretendemos desvelar.

No contexto da definição de memes em estudos de Semiologia, Vale (2020) aponta que esses memes são frequentemente vinculados a termos relacionados ao humor, como “conteúdo cômico”, “algo engraçado”, “risos”, “comédia”, entre outros. Ao abordar a questão da natureza dos memes, o critério utilizado por Vale (2020) concerne a habilidade do sujeito de identificar intuitivamente um gênero, como demonstrado pela diferenciação entre “notícias” e “memes” em reportagens jornalísticas na época da pandemia. Ainda, o autor enfatiza a dificuldade de se definirem os memes de maneira categórica, dada a grande variação em sua forma e conteúdo (Vale, 2020). Diante disso, entende que os memes sejam vistos como gêneros intermediários, posicionados em um espaço de transição entre gêneros primários e secundários (conforme Bakhtin, 2010).

Os gêneros primários, caracterizados por sua simplicidade, são desprovidos de limitações situacionais ou formais e estão intrinsecamente conectados às atividades diárias das pessoas, como diálogos casuais, notas e cartas. Por outro lado, os gêneros secundários apresentam maior complexidade e emergem em contextos formais, nos quais a comunicação cultural alcança estágios desenvolvidos, como nos campos artístico, religioso, científico e jornalístico, incluindo editoriais, reportagens, entre outros (cf. Bakhtin, 2010). A categorização dos memes como um gênero intermediário resulta de suas características: frequentemente, eles são criações pessoais que refletem o dia a dia do usuário, lembrando os gêneros primários (Vale, 2020). Contudo, ao tratar de temas mais sofisticados, tais como política, economia e cultura, eles se aproximam dos gêneros secundários. A partir disso,

acreditamos ser mais viável estabelecer um espaço de transição entre os gêneros primários e os secundários, no qual se fixariam os gêneros intermediários, isto é, gêneros que, embora possam ser reconhecidos intuitivamente pela forma (mesmo que esta se apresente com grandes

variações semiológicas), ainda, assim, mantém um vínculo imediato com a vida cotidiana do sujeito, mesmo que a esse sujeito, do mesmo modo que o indivíduo criador da piada, não possa ser aferido um identificador ou um localizador espaço-temporal (Vale, 2020, p. 401).

Ao comparar os memes com outras formas de expressões humorísticas, Vale (2020) propõe que é possível investigar os elementos que fazem parte da comunicação humorística, considerando particularidades desse gênero, como o caso da incerteza sobre quem criou aquele discurso, por exemplo. Ademais, o autor salienta que os memes são capazes de gerar diferentes cenografias, criando uma comunicação real entre com os leitores/interpretantes, bem como uma comunicação fictícia entre os personagens. Conforme pontua Mello (2004), os sujeitos interactantes dos memes fingem estar em um ambiente autêntico, não apenas interagindo, mas também assumindo papéis no discurso. Assim, eles imitam e representam, mostrando que a comunicação vai além da simples troca de informações e inclui uma manifestação, consciente ou não, de identidades e objetivos almejados. Por isso, optamos pela adaptação de Mello (2004), que, embora tenha sido criada inicialmente para tratar das especificidades do texto dramático, demonstra-se adequada para a investigação dos memes, dado que auxiliam a entender as interações discursivas estabelecidas na situação fictícia interna.

A respeito do humor, Charaudeau (2006a) destaca que ele é visto como um ato de comunicação presente em contextos específicos de interação, ainda que não seja o único componente dessas situações. Ressalta que o humor pode manifestar-se em vários cenários, como em campanhas publicitárias, debates políticos e diálogos diários, cada um com suas próprias regras de comunicação. Em um ato humorístico, Charaudeau (2006a) identifica três elementos fundamentais: o locutor, o destinatário e o alvo. O locutor pode ser qualquer indivíduo participante da comunicação que realiza o ato humorístico dentro de um certo contexto. O destinatário pode ser cúmplice ou alvo do humor, variando conforme o direcionamento do ato. O alvo do humor pode ser alguém, uma situação inusitada, um conceito ou uma crença, e é através desse foco que o humor questiona as percepções tradicionais, expondo incoerências e oferecendo novas visões de mundo (Charaudeau, 2006a).

Com o objetivo de examinar o ato humorístico, podemos nos valer da Semiologia, já que oferece categorias que abrangem o jogo semântico e o jogo enunciativo. De acordo com Charaudeau (2006a, p. 32), o jogo semântico consiste na investigação das várias significações que uma palavra pode ter, possibilitando a criação de diferentes camadas de entendimento à medida que a frase se desenvolve (*isotopias*), especialmente em torno de termos com significados duplos ou triplos. Em contrapartida, o jogo enunciativo, conforme Charaudeau (2006a, p. 27), “o jogo enunciativo consiste em o locutor colocar o destinatário numa posição em que este deve calcular a relação entre o que é dito explicitamente e a intenção oculta que essa explicitação cobre”⁹⁸. Nesse

98 - Nossa tradução de: Le jeu énonciatif consiste pour le locuteur à mettre le destinataire dans une position où il doit calculer le rapport entre ce qui est dit explicitement et l'intention cachée que recouvre cet explicite (CHARAUDEAU, 2006a, p. 27).

cenário, destacam-se duas categorias: a ironia e o sarcasmo. Essa metodologia facilita a identificação de elementos textuais que contribuem para a análise das estratégias utilizadas na criação do humor.

Convém, por fim, assinalarmos que, para tratar do tema dos elementos imagéticos nos memes, utilizamos a obra de Joly (2007), que apresenta uma perspectiva semiótica para examinar as imagens, com ênfase na significação em lugar da emoção suscitada ou da apreciação estética. Joly (2007) categoriza as mensagens presentes nas imagens em três tipos: linguística, icônica codificada e icônica não codificada. Para nosso estudo, interessa-nos a primeira. Ao tratar da mensagem linguística, Joly (2007) baseia-se na teoria de Barthes, que explorou como esse aspecto se relaciona com a imagem e influencia sua interpretação. Nessa abordagem, Barthes identificou dois tipos principais de função: a ancoragem e o revezamento. A ancoragem serve para interromper a variação natural dos significados da imagem, destacando o que é relevante entre as várias possíveis interpretações. Já o revezamento ocorre quando a mensagem linguística é usada para preencher as lacunas da expressividade da imagem, agindo como sua substituta.

Análise das representações da morte em memes na pandemia

Com base no que investigamos para o estudo desse gênero, podemos dizer que os memes possuem características específicas, como a sua predominância no ambiente digital, a presença de elementos visuais, o uso do humor e a quantidade limitada de texto. Essas particularidades exigem uma abordagem analítica estruturada em etapas definidas, que auxiliarão no alcance do nosso objetivo: identificar as representações da morte nos memes relacionados à pandemia da covid-19. Para coletar dados, utilizamos a plataforma de mídia social Facebook, que permite a pesquisa filtrada por data. Selecionamos 30 memes publicados entre 17 de março de 2020 e 22 de maio de 2020, contudo por ser um recorte da nossa dissertação (cf. SOUZA, 2024), optamos por apresentar a análise de apenas 12 deles. Vale ainda destacar que a numeração dos memes apresentados neste trabalho segue a listagem original da dissertação.

Iniciamos a análise com a identificação das instâncias enunciativas presentes nos memes, utilizando como referência o quadro comunicacional formulado por Charaudeau (2019). Posteriormente, para a compreensão da interação entre os personagens nos memes, utilizamos o quadro comunicacional de Mello (2004), que expande a teoria para uma situação de comunicação específica: a fictícia. Na análise da situação fictícia, levamos em conta os elementos: as identidades dos personagens, a finalidade predominante da troca, o propósito do ato de linguagem e as circunstâncias da interação, além dos modos de organização do discurso, classificando os atos locutivos e suas modalidades.

Considerando as particularidades dos memes, iniciamos com a observação dos elementos que constituem a *mise en scène* humorística, conforme Charaudeau (2006a), haja vista a relevância do quesito humor nesse contexto. Analisamos, assim, como o humor se revela nos memes relacionados à morte durante a pandemia, enfatizando aspectos do jogo semântico, do jogo enunciativo e do jogo imagético. Para compreender

os mecanismos linguísticos que possibilitam o humor, utilizamos os tipos de incoerência descritos por Charaudeau (2006a). Na análise do jogo enunciativo, exploramos as categorias que formam o ato humorístico, como locutor, destinatário e alvo, buscando identificar se o destinatário era cúmplice ou alvo e se predominava a ironia ou o sarcasmo.

Convém ressaltar que, ao analisar a interação entre as imagens e o texto na construção dos efeitos de sentido, investigamos como o material linguístico se relaciona com o conteúdo visual, seguindo os pressupostos de Joly (2007). O objetivo fora identificar se há ancoragem ou revezamento, lembrando que a ancoragem ocorre quando o texto complementa a interpretação das imagens, enquanto o revezamento sugere uma repetição entre o texto e os elementos visuais.

Conforme mencionado anteriormente, é preciso compreender os sujeitos envolvidos na criação e recepção de um ato de linguagem para entender o funcionamento do discurso. De acordo com o modelo comunicacional de Mello (2004), a análise das instâncias enunciativas na cena fictícia, entre os personagens dos memes, concentrou-se na identificação do EUE', do TUD' e do TUI'. No entanto, é válido lembrar que os memes foram publicados em páginas do Facebook, sendo que o próprio Facebook faz parte da instância compósita Euc. Vamos iniciar com a análise do meme 22 (veja a figura 01), que apresenta uma troca de mensagens de celular entre duas personagens. No começo da cena, o EUE' (uma personagem feminina) comunica ao TUI' (uma personagem masculina) seu receio de contrair o coronavírus:

Figura 01: meme 22



Fonte: https://www.facebook.com/715158665585108/photos/a.715160145584960/912090519225254/?_rdc=i&_rdr. Acesso em: 04 ago. 2023

Nesse meme, a resposta surpreendente do rapaz, sugerindo que o coronavírus é que deveria temer a moça pelo fato de ela ter se envolvido com os maridos alheios e ainda estar viva, indica uma falta de plena identificação entre o TUD e o TUI, evidenciando a independência deste em relação àquele. Vale lembrar que isso acontece porque,

segundo Charaudeau (2019), O TUi possui a tarefa de reconstruir a imagem do TUD (o sujeito destinatário) que é apresentada pelo Euc, mas tem autonomia para decidir se aceita ou recusa essa imagem. Dando prosseguimento, em razão da natureza dialogal da cena ficcional, ocorre uma inversão dos papéis das entidades enunciativas: a moça assume o papel de destinatário, enquanto o rapaz se torna o sujeito comunicante ao responder.

No que diz respeito aos papéis linguísticos dos personagens na cena fictícia, é importante observar que a morte foi retratada como EUE' em apenas um dos memes examinados em nossa investigação. No meme 01 (ver figura 02, a seguir), a imagem de uma figura esquelética vestida com um manto preto possibilita, com base no conhecimento cultural ocidental, reconhecê-la como a morte, que está desempenhando o papel de comunicadora na cena fictícia. No meme 01, a morte é mostrada como EUE' falando com um pedestre na rua. No entanto, a maioria dos memes analisados neste estudo (29 memes) não retrata a morte nem como EUE' nem como TUi' na comunicação ficcional. A morte como uma entidade concreta é uma representação rara nos memes sobre a pandemia, aparecendo em apenas um caso. Predomina a ideia da morte como uma ação (o ato de morrer), em vez de uma entidade mitológica responsável pelo falecimento das pessoas.

Figura 02: meme 01



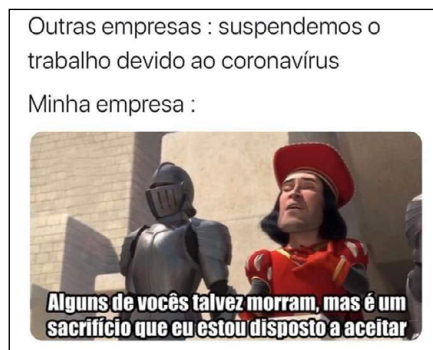
Fonte: <https://www.facebook.com/memeioporemgraduadoOFICIAL/photos/a.100557734938326/121343732859726/>. Acesso em: 04 ago. 2023.

Com base em Charaudeau (2004), a principal visada presente no meme 01 é de *solicitação*, uma vez que o “eu” busca “saber” algo e o “tu” está na situação de “ter que responder” à solicitação (CHARAUDEAU, 2004, p. 23). No caso específico apresentado, a Morte quer saber se o transeunte prefere ir para casa (seguindo a recomendação de isolamento social pelo Ministério da Saúde) ou segui-la “para adiantar” (sugerindo que o cidadão que não cumpre o isolamento pode morrer). Pode deprender que o transeunte

deve responder à pergunta da Morte, pois ela tem a legitimidade para fazer esse tipo de questionamento, o que implica o reconhecimento de sua identidade como a entidade que pode tirar a vida.

Ainda abordando as visadas, identificamos em nossa pesquisa que a maior parte dos memes que constituíram o *corpus* exibiu a visada de *informação*. Segundo Charaudeau (2004, p. 23), nessa visada, o “eu” pretende “informar” algo, assumindo a posição de alguém que possui o conhecimento. O “tu”, por sua vez, é colocado na posição de quem “precisa saber” sobre a existência dos fatos, motivos ou modos. Para exemplificar como tal visada se reflete nos memes analisados, trazemos o meme 17 (ver figura 03):

Figura 03: meme 17



Fonte: <https://www.facebook.com/ajudaDP/photos/a.478994919540183/446251686147840/?type=3>. Acesso em: 04 ago. 2023.

No meme 17, há uma imagem do filme *Shrek*, da DreamWorks (lançado em 2001), em que aparece o personagem Lord Farquaad. O nome *Farquaad* soa similar à expressão em inglês “fuckwad”, sendo uma forma de satirizar tanto figuras tradicionais de contos de fadas na qualidade de líderes autoritários. No contexto da análise da visada da informação, os espectadores da cena (representados pelo povo que ouve o discurso) estão na posição de “precisar saber”, enquanto Lord Farquaad assume o papel de “informar”.

O orador do meme 17 expressa que está disposto a tolerar a perda de alguns cidadãos de seu reino, enquanto os ouvintes precisam reconhecer sua autoridade e captar a mensagem transmitida. No meme analisado, o personagem adota um tom sarcástico e utiliza eufemismos, tratando a morte de forma trivial e aceitável. Ele sugere que a morte pode ocorrer entre os habitantes, mas sem declarar isso explicitamente, o que exige que o destinatário do seu projeto de fala faça uma inferência para compreender o significado da mensagem.

Continuando com a análise dos aspectos do contrato comunicativo, como descrito por Charaudeau (2006b, p. 187), o *propósito* é definido como “aquilo de que se fala, o projeto em mente ao tomar a palavra; o que é, afinal, proposto”. Em essência, refere-se ao tema central do ato comunicativo. O meme 28 (figura 04, adiante), por exemplo, ilustra o tema das “mortes por coronavírus”.

Figura 04: meme 28



Fonte: <https://www.facebook.com/PiadasDoTedOficial/photos/a.512559295433574/3062968667059278/>. Acesso em: 04 ago. 2023.

No meme 28, é mencionado que um rato morreu em um supermercado, aparentemente em razão de um ataque cardíaco causado pelo preço do queijo. No entanto, a Rede Globo teria atribuído a causa da morte ao coronavírus. Como uma das principais emissoras de televisão do Brasil, a Rede Globo dedicou grande parte de sua programação jornalística à cobertura da pandemia, apresentando atualizações, entrevistas com especialistas, análises e reportagens sobre os vários aspectos da crise sanitária. Embora o foco aqui não seja o humor presente no meme, fica claro que ele faz uma crítica à intensa cobertura do tema “pandemia” na época.

Outro tema comum observado nos memes analisados foi o isolamento social, como mostrado no meme 09 (figura 05):

Figura 5: meme 09



Fonte: <https://www.facebook.com/Memesdasouthamericamemes/photos/a.1124909314341378/1623207771178194/> Acesso em: 04 ago. 2023.

Durante a pandemia da covid-19, o isolamento social dos idosos configurou uma estratégia essencial para proteger esse grupo, mais vulnerável a complicações severas do vírus, especialmente aqueles com doenças preexistentes. O meme 09 (figura 5) trata dessa questão mostrando um idoso que pensa em sair de casa, mas muda de ideia ao ver “homens estranhos” olhando-o pela janela. Esses homens ficaram famosos na internet por causa de um vídeo no qual agentes funerários dançam enquanto carregam um caixão. A prática, que é comum em Gana, gerou estranhamento na internet, pela sua singularidade cultural em comparação ao Brasil⁹⁹, dando origem a várias publicações que ficaram conhecidas como “Memes do Caixão”. Nesse sentido, a figura 5 indica que o idoso opta por não sair de casa pelo medo implícito de morrer, embora isso não seja dito diretamente. A ideia de morte é apresentada de forma humorística e irônica ao incluir os carregadores de caixão ganeses, mobilizando o humor dos memes.

Prosseguindo, constatamos que a maior parte dos memes do *corpus* exhibe situações de diálogo (53,3%), nas quais os personagens participam de conversas diárias, como observado no meme 19 (veja figura 6).

Figura 6: meme 19



Fonte: https://www.facebook.com/715158665585108/photos/a.715160145584960/958779881222984/?_rdc=1&_rdr Acesso em: 04 ago. 2023.

Nesse exemplo, há uma imagem que retrata um diálogo entre um menino e uma mulher. O menino aparenta demonstrar desconfiança ou questionamento em relação ao que foi mencionado, evidenciado por sua expressão cética. O texto abaixo da imagem destaca uma aparente contradição, indagando o motivo da ausência de uma vacina à época, dado que era tão necessária. Essa configuração cria um contrato de troca na interação, caracterizando-a como uma “situação dialogal”, pois a fala do garoto sugere que a mulher responda.

99 - Disponível em: <https://museudememes.com.br/collection/meme-do-caixao>. Acesso em: 12 fev. 2024

No que tange à análise das formas de organização do discurso, concentramos nossa atenção principalmente no modo enunciativo, tendo em vista o número reduzido de elementos linguísticos encontrados nos memes. A título de ilustração, podemos citar o meme 12:

Figura 7: meme 12



Fonte: <https://www.facebook.com/laelebrasil/photos/a.2027155267522538/2493213394250054/>. Acesso em: 04 ago. 2023.

No meme 12, vê-se uma senhora idosa tentando afastar um cachorro. O cachorro está preocupado com a segurança dela e sugere que ela deve permanecer em casa para evitar o risco de contágio pelo coronavírus. O comportamento alocutivo é se dá por meio de uma ordem (“Fica em casa / Amarra ela”) e uma pergunta (“Quer morrer?”). No primeiro caso, de acordo com as conceituações de Charaudeau (2019), há uma relação de poder na qual o emissor está numa posição de superioridade, conseguindo impor uma ação ou ponto de vista ao interlocutor utilizando a injunção. Na segunda situação, por ser uma pergunta, o locutor admite estar em uma posição de desvantagem nessa interação e aguarda uma resposta. Já em “Deixa eu sair” temos o comportamento elocutivo, considerando que, no momento em que a senhora enuncia, ela passa a ser o emissor e se implica no dizer.

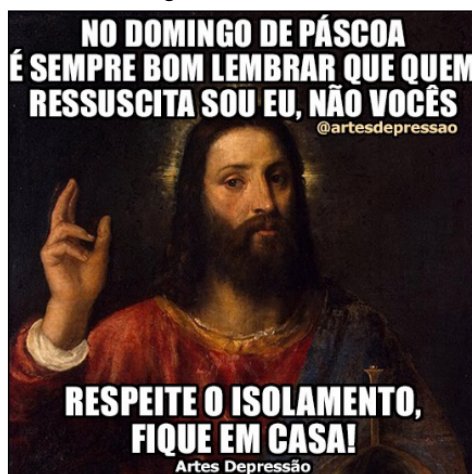
Com o objetivo de refletir sobre o jogo semântico e abordar os diferentes tipos de incoerência, conforme discutido por Charaudeau (2006a), julgamos pertinente trazer o que Freud (2017) denomina de técnicas do riso. Sua abordagem sinaliza indicadores dos atos comunicativos humorísticos ao especificar pistas linguísticas no texto que estão associadas ao humor.

O meme 01 (ver figura 02) demonstra um uso particular da técnica conhecida como “alusão sem duplo sentido”. Esse tipo de alusão ocorre quando há uma semelhança sonora entre expressões completas. No caso do meme, percebe-se uma semelhança sonora entre as frases “você quer ir para casa” ou “já quer ir comigo para adiantar”. No entanto, a Morte não declara diretamente “você irá morrer se for comigo”. A ideia subentendida é que “ir adiantando com a Morte” tem o significado implícito de “morrer”, com base na ideia de que em toda alusão existe algo não dito diretamente, vinculando os pensamentos que levaram à alusão. O entendimento do meme é baseado na inferência de que não seguir as recomendações de isolamento social pode levar à morte. Isso é deduzido pelos interlocutores, que utilizam seu conhecimento sobre o contexto: durante a pandemia da covid-19, como muitas mortes ocorreram, incentivou-se a adoção do isolamento social como uma medida para conter a disseminação do vírus. Portanto, no contexto do meme 01, “ir para casa” é interpretado como uma atitude que preserva a vida, enquanto “ir com a Morte” é associado com o fim da existência.

Ainda sobre o meme 01 (ver figura 02), observamos uma incoerência insólita, pois ele combina dois universos distintos, mas não totalmente desconexos. O universo 1 é o do isolamento social e o universo 2 é o da morte. Essas isotopias não são inteiramente estranhas uma à outra, uma vez que, durante a pandemia do coronavírus, a prática do isolamento social foi recomendada como uma medida para evitar possíveis mortes. Portanto, percebemos que a ligação entre esses universos se torna clara pelo fato de a narrativa ou situação os levarem a interagir, solidificando, assim, a conexão.

No meme 02 (vide figura 8), ocorre também uma incoerência insólita, pois as isotopias presentes (isotopia 1 – ressurreição; isotopia 2 – morte) não são mutuamente excludentes, dado que a ressurreição pressupõe a ocorrência da morte.

Figura 8: meme 02



Fonte: <https://www.facebook.com/ArtesDepressao/photos/a.196281473834625/2732358296893584/>. Acesso em: 04 ago. 2023.

No meme 02 (figura 8), a técnica do humor utilizada é a alusão, uma vez que omite os detalhes sobre a ressurreição de Jesus, indicando apenas “porque eu sou um deus e vocês são mortais”. O efeito de sentido mobilizado é de que somente Jesus pode ressuscitar, então, qualquer indivíduo que desrespeite o isolamento social poderá enfrentar a morte. O meme evoca o conhecimento prévio de que, de acordo com o Cristianismo, Jesus é o Filho de Deus que faleceu na cruz para salvar a humanidade e ressuscitou ao terceiro dia, representando uma vitória sobre a morte.

No meme 06 (figura 9 a seguir), a técnica do riso utilizada foi a condensação, criando uma palavra composta na junção de termos, palavra essa, algumas vezes, incompreensível. O texto do meme 06 apresenta o termo “Corongavírus”, uma combinação entre “Coringa” e “coronavírus”, em referência ao famoso vilão da DC Comics. O Coringa é um dos principais inimigos do super-herói Batman, conhecido por seu comportamento caótico e imprevisível, além de sua aparência marcante, com cabelos verdes, pele branca e um sorriso grotesco. Na figura 9, também é notável a presença de uma incoerência paradoxal, já que são apresentadas ideias opostas dentro do mesmo contexto (1- mortes causadas pelo coronavírus; 2- diversão em meio ao caos). Sobre a morte, ela é simbolizada neste meme pela referência ao filme Titanic, de James Cameron:

Figura 9: meme 06



Fonte: <https://www.facebook.com/SAM.MEMES.TV/photos/a.477851389251253/1057896797913373/>. Acesso em: 04 ago. 2023.

Na cena retratada no filme, o navio está afundando e não há esperança de salvamento para todos. Em meio ao pânico e ao medo da morte que se aproxima, alguns músicos começam a tocar seus instrumentos. O meme 06 recria essa situação, fazendo uma analogia com a pandemia. O leitor pode inferir que o coronavírus está causando um elevado número de mortes, de maneira similar ao desastre do Titanic, mas, alguns brasileiros aparentemente escolheram enfrentar a pandemia da mesma maneira que os músicos no filme. Ademais, observa-se que a palavra “corongavírus” foi inserida sobre

a imagem do mar, sugerindo que o vírus está afundando, destruindo a humanidade, tal como com o navio que foi arrasado pelo oceano. Mesmo sem a palavra “morte” explicitamente mencionada no meme, a combinação de imagens e palavras faz com que o leitor compreenda que o contexto é o fim da vida humana.

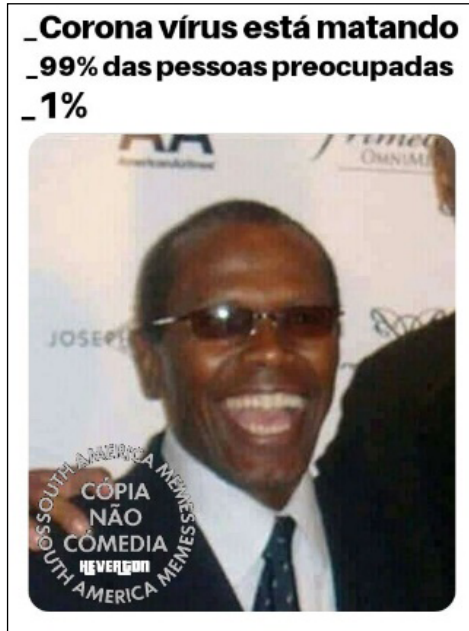
Atentemo-nos agora aos componentes do ato humorístico (locutor, destinatário e alvo) e à categoria predominante, a ironia ou o sarcasmo, conforme sugerido por Charaudeau (2006a). Começaremos discutindo os elementos do meme 22 (figura 01), que faz uma sátira à preocupação de uma jovem com o coronavírus. No primeiro quadro, a jovem manifesta seu medo em relação à doença. No segundo quadro, abaixo do primeiro, um rapaz responde de maneira irônica, sugerindo que, dado o seu histórico de se envolver com maridos de outras pessoas, o vírus é que deveria, na verdade, ser cauteloso em relação a ela. O rapaz desempenha o papel de locutor, pois é ele quem cria e expressa o humor por meio de sua resposta. O destinatário é a pessoa envolvida na situação humorística, neste caso, a jovem. O alvo do humor é o comportamento dela, já que o rapaz insinua que, em razão do seu histórico, até o vírus teria receio de infectá-la. Assim, o destinatário aqui é visto como vítima, sendo induzido a rir de si mesmo ou a fingir que não entende a piada. A categoria principal nesse meme é o sarcasmo, visto que o locutor insinua diretamente que o destinatário tem o hábito de traição. O rapaz expressa algo que geralmente não se deveria dizer, sem distinção entre o pensamento e a expressão, colocando o interlocutor, possivelmente, em uma posição desconfortável ao ouvir a observação.

Já no meme 01 (figura 02), a parte superior do texto estabelece o contexto com a frase “Para aqueles que ficam na rua sem motivo”, indicando que a pessoa está circulando sem fora de casa sem necessidade. A imagem ilustra a Morte em interação com o indivíduo na rua. Na parte inferior do meme, os dizeres acentuam a ironia ao apresentar duas opções: “Você quer ir para casa ou já quer ir comigo para adiantar?”. Há uma discrepância entre o que é afirmado e o que é implícito, pois a Morte não declara diretamente “se você ficar na rua, irá morrer”. A compreensão do ato de linguagem requer que o destinatário reconheça que o falante tem domínio sobre a vida, conforme a cultura ocidental, para captar o verdadeiro sentido da mensagem. Portanto, a ironia é a característica mais evidente no meme 01, com a Morte agindo como narradora, e o transeunte, como interlocutor dela. A pessoa deambulando sem propósito se torna o alvo do humor na cena fictícia, sendo retratada como a vítima da morte.

Tomando os pressupostos de Joly (2007), analisaremos agora como o material linguístico e as imagens se relacionam, verificando se há uma conexão de ancoragem ou de alternância. Iniciaremos com o meme 04 (ver figura 10), que demonstra outro impacto das mortes pela covid-19, insinuando que certos segmentos da sociedade, como os agentes funerários, podem ter tirado proveito da situação. Para compreender o sentido do meme, é necessário que o interlocutor analise tanto o aspecto visual quanto o texto incluído. Sem a parte textual, temos apenas a imagem de um homem sorrindo, satisfeito.

Sem a parte visual, o efeito de sentido não é completo. A junção desses dois elementos é fundamental para a interpretação, mas é necessário que a pessoa saiba quem é o personagem exibido na imagem.

Figura 10: meme 04



Fonte: <https://www.facebook.com/SouthAmericaMemesXXX/photos/a.277519073030950/634237600692427/>. Acesso em: 04 ago. 2023.

A imagem do meme 04 (figura 10) apresenta o personagem Senhor Omar (interpretado por Ernest Lee Thomas), que trabalha como agente funerário na série Todo Mundo Odeia o Chris. Nessa série, o personagem celebra as mortes que acontecem no bairro onde a história se desenrola. Frequentemente, o Senhor Omar reage de maneira positiva diante das mortes. Dessa forma, o meme 04 sugere que a morte deixa de ser apenas uma causa de sofrimento e se transforma em uma oportunidade de lucro para a indústria funerária. A conexão entre o texto e a imagem é de ancoragem, pois o texto complementa a imagem na mobilização dos sentidos. Verificamos que entender o meme é condicionado ao reconhecimento do personagem presente na imagem. No meme, a mortalidade é atribuída ao coronavírus, como indicado pela frase (“Corona vírus está matando”).

Outro meme que retrata a morte por meio de elementos não verbais é o meme 01 (figura 02). Nele, a morte é personificada como uma figura concreta, com uma estrutura física e vestimentas específicas. É importante destacar sobre esse meme que, apenas ao observar a imagem, podemos identificar que o personagem é a Morte. As características visuais do meme são responsáveis por transmitir seu significado, pois, sem entender

que a figura esquelética de capa preta representa a Morte, o sentido do meme seria outro. Isso ocorre porque o leitor reconhece a personificação da Morte em razão do conhecimento prévio da/na cultura ocidental. Um leitor de outra cultura, por exemplo, poderia não interpretar que uma figura esquelética com capa preta simboliza a morte. Mas, diferentemente do meme 04, o meme 01 apresenta uma redundância entre o conteúdo linguístico e os elementos visuais, estabelecendo uma relação de revezamento. O texto na parte superior do meme já indica que a cena ocorre na rua (“Para aqueles que ficam na rua sem motivo”), e a imagem reafirma esse ambiente urbano.

No meme 21 (ver figura 11), o conceito de morte é sugerido pela imagem de uma cova destinada a um caixão. Apesar de o texto não conter a palavra “morte”, o interpretante infere que, se há um enterro, é provável que alguém tenha falecido. O humor do meme se manifesta ao abordar a experiência de quarentena. O texto na parte superior menciona que é o oitavo dia de quarentena, insinuando um período extenso de isolamento.

Figura 11: meme 21



Fonte: https://www.facebook.com/715158665585108/photos/a.715160145584960/921106324990340/?_rdc=i&_rdr. Acesso em: 04 ago. 2023.

A respeito do meme 21, a imagem de uma cova ao lado do texto pode inicialmente parecer sinistra, mas o conteúdo textual revela um toque de humor. A narrativa descreve uma pessoa que acorda mais cedo durante a quarentena e observa a esposa preparando um novo jardim no quintal, o que leva a uma pergunta cômica sobre o que ela está planejando plantar. A sugestão de morte nesse meme é implicada pela imagem da cova, insinuando de forma irônica que a esposa do narrador poderia estar considerando o sepultamento de alguém (o dele). A conexão entre o texto e a imagem é de ancoragem, na qual a visualização da cova auxilia na compreensão do enunciado.

Já no caso do meme 26 (figura 12 abaixo), a presença de um urubu é utilizada como outra forma de representação da morte, conforme mostrado a seguir.

Figura 12: meme 26



Fonte: <https://www.facebook.com/memeioporemgraduadoOFICIAL/photos/a.100557734938326/102276961433070/>. Acesso em: 04 ago. 2023.

Na figura 12, a imagem de um urubu pousado em um telhado sugere uma associação com a morte, pois essa ave é frequentemente vista perto de carniças. Em contrapartida, o texto na parte inferior adiciona um toque de humor ao vincular uma simples tosse com a ideia de morte. Esse fato se relaciona ao contexto em que o meme se popularizou: durante a pandemia da covid-19. Dessa maneira, a tosse é interpretada como um sintoma do coronavírus, e considerando o alto número de óbitos, o narrador já é visto como uma possível vítima fatal. Portanto, a presença do urubu no meme permite que a ideia de morte seja transmitida através do conhecimento pré-existente do leitor sobre essa ave, que se alimenta de carcaças.

Considerações finais

Nos memes analisados, evidenciou-se que a morte é abordada de maneira indireta e com o uso de eufemismos. O tema não é tratado de forma explícita: os memes recorrem a técnicas como *alusão* e *ironia* para transmitir a mensagem. Por exemplo, em vez de afirmar diretamente “alguém faleceu”, um meme pode fazer uma piada ou uma referência sutil que insinua a morte sem mencioná-la declaradamente. Essa estratégia pode ser vista como uma maneira de tornar o tema da morte mais aceitável ou menos desconfortável para os leitores. É possível dizer que os brasileiros preferem adotar uma abordagem mais leve e humorística que tratar a morte de maneira séria e pesadosa. Tal ação reflete uma tendência cultural, na qual as pessoas preferem evitar confrontar assuntos complexos diretamente, utilizando o humor como uma forma de enfrentá-los.

Ao examinar os memes, também constatamos que eles evocam determinados imaginários sociodiscursivos sobre a morte. Esses imaginários são produtos mentais coletivos sobre certos temas, conceitos ou situações, influenciados pela cultura, pela história e pelo contexto social de um grupo. Em relação aos memes estudados, eles ajudam a formar uma imagem do povo brasileiro como aquele que usa o humor e a criatividade para tratar de questões delicadas. Em resumo, os memes investigados utilizam uma abordagem indireta e eufêmica da morte, empregando técnicas que ajudam na construção de imaginários sociodiscursivos sobre a morte.

Referências

- AL-RAWI, A. *Political Memes and Fake News Discourses on Instagram*. Media and Communication, 2021.
- ARAÚJO, H. F. *A dualidade corpo/alma, no Fédon, de Platão*. 2009. 96 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - UFPB, João Pessoa, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5614?locale=pt_BR. Acesso em: 26 jan. 2024.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000 p. 279-326.
- BÍBLIA. *Sagrada Bíblia Católica: Antigo e Novo Testamentos*. Tradução: José Simão. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008.
- BRANDÃO, J. S. *Dicionário Mítico-Etimológico*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- CANI, J. B. Multimodalidade e efeitos de sentido no gênero meme. *Revista Periferia*, v. 11, n. 2, p. 242- 267, maio/ago. 2019. ISSN: 1984-9540. DOI: 10.12957/periferia.2019.36955. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/36955>. Acesso em: 08 mar. 2022.
- CHAGAS, V. *A cultura dos memes: aspectos sociológicos e dimensões políticas de um fenômeno do mundo digital* [online]. Salvador: EDUFBA, 2020. ISBN: 978-65-5630-178-5.
- CHARAUDEAU, P. *Des catégories pour l'humour*. Questions de communication: humor et média. Définitions, genres et cultures. Nancy: Presses Universitaires de Nancy, n. 10, p. 19-41, 2006a. Disponível em: <https://journals.openedition.org/questionsdecommunication/7685>. Acesso em: 28 nov. 2023.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006b.
- CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. 2. ed. 4 reimpr. São Paulo: Contexto, 2019.
- CHARAUDEAU, P. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Traduzido por André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 7, p.571-591, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/857/0> Acesso em: 21 jul. 2023.
- CHARAUDEAU, P. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L. e GAVAZZI, S. (Orgs.) *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de

Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27, 2005. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Uma-analise-semiolinguistica-do.html>. Acesso em: 28 nov. 2023.

CHARAUDEAU, P.. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H. et. al. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE/UFMG, 2001. p. 23-37.

CHARAUDEAU, P.. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. (org.). *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, p. 13-41, 2004. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Visadas-discursivas-generos.html> Acesso em: 02 ago. 2023.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. 3 ed., 4 reimpr. São Paulo: Contexto, 2020.

DAMATTA, R. *A casa e a rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

DAWKINS, R. *The selfish gene*. Oxford e Nova York: OUP, 1976.

DYNEL, M. COVID-19 memes going viral: On the multiple multimodal voices behind face masks. *Discourse & Society*, v. 32, n. 2, p. 175-195, 2020. DOI:10.1177/0957926520970385. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0957926520970385>. Acesso em: 08 mar. 2022.

JOLY, M. *Introdução à análise da imagem*. Lisboa, 2007.

KNOBEL, M.; LANKSHEAR, C. *A new literacies sampler*. London: Routledge, 2007.

LAURENT, C. S.; VEANU, V. P.; LITERAT, I. *Internet Memes as Partial Stories: Identifying Political Narratives in Coronavirus Memes*. Social Media, 2021.

MELLO, R. Teatro, Gênero e Análise do Discurso. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. (org.). *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, p. 13-41, 2004. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Visadas-discursivas-generos.html> Acesso em: 02 ago. 2023.

MILNER, R. M. *The world made meme*. The MIT Press: Cambridge, MA, 2016.

PESSANHA, G. R. G. et al. #FIQUEEMCASA: Análise dos sentimentos dos usuários do Twitter em relação ao COVID-19. *Revista Holos*, n. 36, v.5, e11147, 2020. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11147>. Acesso em: 24 jun. 2022.

PUENTE, F. R. A morte como término, mas não como finalidade da vida em Aristóteles. *Síntese – Revista de Filosofia*, n. 93. v. 29, 2002. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/539>. Acesso em: 24 jan. 2024.

SANAR. Linha do tempo do Coronavírus no Brasil. *Sanar*, 2020. Disponível em: <https://sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil/#:~:text=O%20pa%C3%ADs%20registrou%20130%20mortes,pandemia%2C%20em%20mar%C3%A7o%20de%202020>. Acesso em: 22 jun. 2024.

- SHIFMAN, L. *Memes in digital culture*. London, England: Massachusetts Institute of Technology - MIT press essential knowledge, 2014.
- SOUZA, B. K. O. *Brincando de morrer, morrendo de brincar: estratégias discursivas e representações da morte em memes na pandemia*. 2024. 105f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, UFV, Viçosa.
- VALE, R. P. O riso na pandemia: a hipertrofia do humor nas redes sociais e a construção da imagem do brasileiro no enfrentamento da Covid-19. In: BRAIGHI, A. A.; LESSA, C. H.; AZEREDO, L. A. S. (org). *Vozes na pandemia*. Editora-laboratório do curso de Letras (LED), CEFET-MG, 2022. Disponível em: https://www.led.cefetmg.br/wp-content/uploads/sites/275/2022/12/Vozes_final_dez.pdf. Acesso em 29 jan. 2024.
- VALE, R. P. G. *A mulher nas piadas de almanaque: estratégias discursivas e representações sociais*. 2009. 135f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Letras, POSLIN, UFMG, Belo Horizonte. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/LETR-8T2NVY>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- VASCONCELLOS, P. S. *Mitos gregos*. São Paulo: Editora Objetivo, 1998.
- VÁSQUEZ, C.; ASLAN, E. “Cats be outside, how about meow”: Multimodal humor and creativity in an internet meme. *Journal of Pragmatics*, v. 171, 2021.

Sobre os autores

Ana Carolina Gonçalves Reis: Doutora (2020) e Mestre (2012) pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (linha de pesquisa: Análise do Discurso). Graduada em Secretariado Executivo Trilíngue pela Universidade Federal de Viçosa (2004), é Professora Associado 1 dessa instituição, atuando nas áreas de Análise do Discurso, Teoria Semiolinguística do Discurso, Retórica, Argumentação, Redação Empresarial, Redação Oficial, Secretariado Executivo, dentre outras. Atualmente também atua como docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras/UFV.

Bruna Kelly de Oliveira Souza: Graduada em Letras pela Universidade Federal Fluminense (UFF), através do Consórcio Cederj, tendo finalizado o curso em 2020. Concluiu o mestrado em Letras pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) em 2024. Atua na rede pública de educação do Espírito Santo, lecionando para alunos do ensino médio. Possui interesse em pesquisas no campo da Semiolinguística, mais especificamente nas análises dos discursos veiculados pelo gênero “meme”.

Carlos Alexandre Molina Noccioli: Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS). Realizou Pós-doutorado em Ciência da Informação e Comunicação pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP). Doutor em Desenvolvimento Humano e Tecnologias, na linha de pesquisa Tecnologias, Corpo e Cultura, pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), com Estágio de Pós-Graduação no âmbito do Programa Doutoral em História das Ciências e Educação Científica da Universidade de Aveiro (UA), em parceria com a Universidade de Coimbra (UC), ambas, em Portugal. Mestre em Letras, na linha de pesquisa Estudos Discursivos, pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Graduado em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, pela mesma instituição. Membro do E-l@dis, Laboratório Discursivo: sujeito, rede eletrônica e sentidos em movimento (USP) e do LEEDiM, Laboratório de Estudos Epistemológicos e de Discursividades Multimodais (UFSCar). Atua principalmente nas seguintes áreas de pesquisa: Mídia; Tabu; Divulgação Científica; e Análise do Discurso da Divulgação Científica.

Cristiane Cataldi dos Santos Paes: Professora Titular do Departamento de Letras da Universidade Federal de Viçosa. Doutora em Linguística pela Universitat Pompeu Fabra (Barcelona/Espanha). Realizou Pós-doutorado em Divulgação das Ciências na Universidade do Porto (Porto/Portugal). Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras do Departamento de Letras da UFV. Membro do Núcleo de Estudos Discursivos (NED), vinculado à linha de pesquisa Estudos Discursivos do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLET) da UFV. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa e Linguística, atuando principalmente nas áreas de pesquisa: Análise do Discurso da Divulgação Científica; Gênero Discursivo, Mídia e Identidade.

Denise de Souza Assis: Doutoranda em Estudos de Linguagens - Discurso, Mídia e Tecnologia pelo CEFET - MG. Mestre em Letras - Estudos discursivos pela Universidade Federal de Viçosa - MG. Licenciada em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Viçosa - MG. Atuou em 2017 como Professora de Magistério Substituto na Universidade Federal de Viçosa, ministrando as disciplinas de LET 104 - Leitura e Produção de Gêneros Acadêmicos e LET 191- Linguística III. Atuou em 2019 como professora na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Unidade Carangola), lecionando as disciplinas de Português Instrumental, Alfabetização e Letramento e Estágio Supervisionado. Atuou em 2020 como professora de Língua Portuguesa, Redação e Literatura no IFMG - Campus Sabará, onde também lecionou no ensino superior. É membro do grupo Narrar-se/CEFET-MG. Possui interesse de pesquisa na Análise do discurso, principalmente em relação à Teoria Semiolinguística , à Interseccionalidade e às relações entre Discurso político, Mulher e Mídia.

Douglas Ribeiro de Moura: Doutorando em Estudos de Linguagens no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). É mestre em Letras e bacharel em Secretariado Executivo Trilíngue pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Seus interesses de pesquisa estão ligados à Teoria Semiolinguística do Discurso, Retórica e Argumentação e Relações Étnico-Raciais, além dos Estudos Secretariais. Contato: douglasmoura@gmail.com.

Isac Oliveira Godinho: Jornalista e mestre em Letras pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e especialista em Comunicação e Diversidade nas Organizações pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Puc Minas). Pesquisa temas ligados à análise do discurso, jornalismo, direitos humanos e diversidade. Atualmente é repórter e redator da homepage da Folha de S.Paulo, onde também já atuou como correspondente em Minas Gerais e repórter da editoria de Seminários, Especiais e Treinamento.

Layla Tonon Reis: Graduada em Letras Português/Inglês pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) onde também se tornou Mestre em Estudos do Texto e do Discurso, e atuou como professora substituta de Linguística e Língua Portuguesa entre 2022 e 2023. Atualmente, realiza pesquisa em nível de Doutorado no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), em Belo Horizonte. Suas pesquisas são desenvolvidas na Análise do Discurso, mais especificamente por meio dos aparatos teóricos metodológicos da Teoria Semiolinguística, com foco nos Discursos Político e Midiático nos âmbitos da história e da política brasileira.

Leilane Morais Oliveira: Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Letras pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Graduada em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, pela mesma instituição. Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa (UFV), atuando na área de Linguística da Língua Portuguesa junto ao curso de Pedagogia. Desenvolve pesquisas voltadas para Análise do Discurso Político, Políticas Linguísticas e Ensino de Língua Portuguesa.

Leonardo Coelho Corrêa-Rosado: Doutor em linguística do texto e do discurso pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professor substituto de língua inglesa do IFMG - campus Ouro Preto. Seus interesses acadêmicos giram em torno da Teoria Semiolinguística, discurso telenovelistico, imagem cinética e gêneros do audiovisual. Graduou-se em Letras (Português/Inglês) pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), onde também obteve seu Mestrado em Estudos Linguísticos.

Mariana Ramalho Procópio: Professora do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Atua como docente colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutora em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (POSLIN) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com estágio doutoral realizado na Université Paris-Est Créteil, na França. Mestre também em Estudos Linguísticos pelo POSLIN/UFMG e graduada em Comunicação Social-Jornalismo pela UFV. Realizou Pós-Doutorado em Mídia e Estudos de Gênero na Lancaster University, na Inglaterra. É líder do DIZ - Grupo de Pesquisa em Discursos e Estéticas da Diferença e desenvolve pesquisa nos seguintes temas: narrativa de vida, análise do discurso, narrativas midiáticas, estudos de gênero.

Mônica Santos de Souza Melo: Possui Licenciatura Em Letras pela Universidade Federal de Viçosa (1987), Mestrado (1991) e Doutorado (2003) em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais e Pós-Doutorado em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (2011). É Professora Titular aposentada da Universidade Federal de Viçosa. Tem experiência na área de Linguística e desenvolve pesquisas em Análise do Discurso, principalmente relacionadas aos seguintes temas: discurso (religioso, político e midiático), argumentação, semiolinguística e mídia. Atuou, de 2013 a 2015, como Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa. Foi Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq no período de 2011 a 2024.

Robson Evangelista dos Santos Filho: Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e jornalista pela mesma instituição. Atualmente é doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), com bolsa financiada pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro (Faperj). Desenvolve pesquisa com interesse nos seguintes temas: discursos midiáticos e biográficos, identidades e representações e HIV/aids.

Rony Petterson Gomes do Vale: Phd em Linguística do Texto e do Discurso pela Universidade Federal de Minas Gerais e professor adjunto de Linguística e Português da Universidade Federal de Viçosa. Tem pós-doutorado pela Universidade Federal de Minas Gerais. É líder do Núcleo de Estudos Discursivos da UFV (NED), no CNPQ, e coordenada o Programa Padawan (Programa de Formação de Jovens Pesquisadores em Análise do Discurso) no Departamento de Letras da UFV. É membro permanente do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa, onde desenvolve pesquisas em Análise do Discurso, com ênfase na problemática das relações interdiscursivas agonísticas.

Welton Pereira e Silva: Professor adjunto de Língua Portuguesa na Universidade Federal Fluminense. É doutor em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre em Letras: Estudos Linguísticos e licenciado em Letras: português e literaturas de língua portuguesa pela Universidade Federal de Viçosa. Desenvolve pesquisas sobre enunciação e argumentação, guiando-se pela Semiolinguística e pela Linguística Forense.

...não nos surpreende o fato de que uma disciplina da Linguística como a Análise do Discurso se apresente, ao mesmo tempo, assim como Janus, com uma das suas faces voltada para trás (para o seu passado recente) e outra para frente (para os seus desdobramentos futuros). Diferentemente do antigo deus, a Análise do Discurso mantém seus olhos, ouvidos e, porque não, boca(s) atentos ao que acontece aqui e agora (ou à ilusão que se possa ter dessa questão). Com isso, não queremos dizer que a Análise do Discurso é pancrônica, mas sim que ela está atenta às tramas dos discursos do passado e do presente, de modo a fazer com que o olhar-leigo (“olhar-leitor”, em Pêcheux) se torne apto a desvelar certos efeitos de sentido, oriundos desses discursos, no futuro. Com isso em mente, surgiu nossa proposta de escritura deste livro que parte de um objetivo geral vislumbrado já há algum tempo de organizar uma publicação que nos possibilitasse reunir pesquisadores que adotam diferentes perspectivas e temáticas em Análise do Discurso. Com isso, pretendemos criar oportunidades de diálogos que propiciem não só identificar uma coesão, no conjunto de abordagens teóricas e metodológicas diversas, mas também refletir sobre o papel da Análise do Discurso frente aos múltiplos desafios que os tempos passados e atuais nos impuseram/impõem...

